



***NOVEMBRO/2022***

***CONGONHAS/***

***CONSELHEIRO LAFAEITE/***

***OURO BRANCO***

## **PROJETO 4M**



## **ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL VOLUME II – TOMO III**

## SUMÁRIO

11	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL .....	23
11.3	Meio Socioeconômico .....	23
11.3.1	Diagnóstico do meio socioeconômico da Área de Estudo Regional - AER 25	
11.3.2	Pesquisa sobre a avaliação dos impactos ambientais com os gestores municipais 196	
11.3.3	Diagnóstico da Área de Estudo Local-AEL: Comunidades do Entorno 199	
11.3.4	Pesquisa Percepção Socioambiental Comunidades da AEL .....	241

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 11.1 – Mapa de localização da AER do meio socioeconômico do Projeto 4M..	24
Figura 11.2 – Mapa de Localização do município de Congonhas.....	26
Figura 11.3- Santuário de Bom Jesus do Matozinhos em 1965, Congonhas .....	29
Figura 11.4 - Evolução da população residente no município de Congonhas-MG, em habitantes, entre 1991 e 2021 .....	30
Figura 11.5- Evolução da densidade demográfica no município de Congonhas-MG, em habitantes, por quilômetro quadrado entre 1991 e 2021 .....	31
Figura 11.6 - Evolução da situação da população residente no município de Congonhas- MG, em habitantes, entre 1991 e 2010.....	31
Figura 11.7 - Evolução da taxa de urbanização no município de Congonhas-MG, entre 1991 e 2010 .....	32
Figura 11.8 - Evolução percentual da população residente por gênero no município de Congonhas-MG, entre 1991 e 2010.....	32
Figura 11.9 – Evolução percentual da população residente por faixa etária no município de Congonhas-MG, entre 1991 e 2010.....	33

Figura 11.10 - Taxa de desemprego entre a população acima dos 16 anos no município de Congonhas-MG.....	34
Figura 11.11 – Uso e ocupação do solo no município de Congonhas, Minas Gerais ....	40
Figura 11.12 – Sistema de Captação de Água, Congonhas, Minas Gerais.....	43
Figura 11.13 - Outorgas hídricas cadastradas no município de Congonhas MG .....	44
Figura 11.14 - Estrutura viária do município de Congonhas.....	45
Figura 11.15 - Áreas de influência do patrimônio cultural no município de Congonhas	47
Figura 11.16 –Complexo do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos.....	50
Figura 11.17 – Capela pertencente ao complexo Passos da Paixão de Cristo.....	50
Figura 11.18 – Grupo de Capoeira Terra Preta .....	51
Figura 11.19 – Grupo de Capoeira Terra Preta .....	51
Figura 11.20 - Guarda de congado Marujo Marinheiro Sereia do Mar.....	52
Figura 11.21- Guarda de congado Marujo Marinheiro Sereia do Mar.....	52
Figura 11.22 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por situação domiciliar, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010 .....	55
Figura 11.23 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por tipo, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010.....	55
Figura 11.24 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de ocupação, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010 .....	56
Figura 11.25 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por fornecimento de energia elétrica, no município de Congonhas, Minas Gerais, 2010 ....	56
Figura 11.26 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de abastecimento de água, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010 .....	57
Figura 11.27 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de esgotamento sanitário no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010 .....	57

Figura 11.28 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por destinação de lixo no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010.....	58
Figura 11.29 - Evolução da taxa de analfabetismo no município de Congonhas, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010.....	59
Figura 11.30 - Situação dos docentes no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2021 .....	59
Figura 11.31 - Situação dos estabelecimentos de ensino no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2021.....	60
Figura 11.32 - Situação das matrículas no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2021 .....	60
Figura 11.33 - Evolução da esperança de vida ao nascer no município de Congonhas, Minas Gerais, em anos de vida, entre 1991, 2000 e 2010.....	61
Figura 11.34 - Evolução da taxa de fecundidade do município de Congonhas, Minas Gerais, em anos de vida, entre 1991, 2000 e 2010 .....	62
Figura 11.35 - Evolução da taxa de mortalidade infantil no município de Congonhas, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010.....	62
Figura 11.36 - Evolução da morbidade por sexo no município de Congonhas, Minas Gerais, em óbitos, entre 2009, 2014 e 2019 .....	63
Figura 11.37 - Vista Unidade de Pronto Atendimento, Congonhas, Minas Gerais.....	64
Figura 11.38 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Congonhas, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	66
Figura 11.39 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano por variável do município de Congonhas, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	67
Figura 11.40 - Evolução percentual da pobreza na população do município de Congonhas, Minas Gerais, nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	67
Figura 11.41 - Evolução da renda per capita no município de Congonhas, em Reais, nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	68
Figura 11.42 – Distribuição percentual da população em classes de rendimento, por salário mínimo, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010.....	69



Figura 11.43 - Vítimas de homicídio consumado em Congonhas, Minas Gerais .....	69
Figura 11.44 - Crimes violentos em Congonhas, Minas Gerais .....	70
Figura 11.45 - Ocorrência de Furtos em Congonhas, Minas Gerais .....	70
Figura 11.46 - Ocorrência de roubo em Congonhas, Minas Gerais .....	71
Figura 11.47 - Violência doméstica e familiar contra a mulher em Congonhas, Minas Gerais.....	71
Figura 11.48 – Festival da Quitanda em Congonhas, em 2020.....	73
Figura 11.49 – Festival de Arte e Cultural do Alto do Paraopeba, em 2019.....	73
Figura 11.50 – Entrada do Parque Ecológico da Cachoeira .....	74
Figura 11.51 – Cachoeira pertencente ao Parque Ecológico da Cachoeira .....	74
Figura 11.52 - Evolução do PIB per capita, em mil reais (R\$) no município de Congonhas, Minas Gerais, entre os anos de 2015 e 2019 .....	75
Figura 11.53 - Evolução do PIB por setor da economia, em mil Reais (R\$) em Congonhas, Minas Gerais, entre 2015 e 2019 .....	76
Figura 11.54 – Finanças Públicas municipais de Congonhas, Minas Gerais, em Reais em 2017 .....	77
Figura 11.55 - Arrecadação de CFEM no município de Congonhas, Minas Gerais, entre 2017 e 2021 .....	77
Figura 11.56 – Distribuição percentual da frota mecanizada no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2020.....	78
Figura 11.57 - Distribuição percentual dos usos agrícolas no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2017.....	78
Figura 11.58 - Distribuição percentual do uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agrícolas no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2017 .....	79
Figura 11.59 – Distribuição percentual de recebimento de assistência técnica nos estabelecimentos agrícolas no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2017.....	79
Figura 11.60 - Distribuição percentual da produção pecuária no município de Congonhas, Minas Gerais, por estabelecimentos em 2017 .....	80

Figura 11.61 – Prefeitura de Congonhas, Congonhas, Minas Gerais.....	80
Figura 11.62 – Mapa de localização do município de Conselheiro Lafaiete .....	83
Figura 11.63 - Evolução da população residente no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em habitantes, entre 1991, 2000, 2010 e 2021 .....	86
Figura 11.64 - Evolução da densidade demográfica no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em habitantes por quilômetro quadrado entre 1991, 2000, 2010 e 2021	87
Figura 11.65 - Evolução da situação da população residente no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em habitantes, entre 1991, 2000 e 2010.....	87
Figura 11.66 - Evolução da taxa de urbanização no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010 .....	88
Figura 11.67 - Evolução percentual da população residente por sexo no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010.....	88
Figura 11.68 - Evolução da população residente por faixa etária no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010.....	89
Figura 11.69 - Taxa de desemprego entre a população acima dos 16 anos no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....	90
Figura 11.70 – Uso e ocupação do solo em Conselheiro Lafaiete MG .....	91
Figura 11.71 - Outorgas hídricas cadastradas no município de Congonhas MG .....	94
Figura 11.72 – Sistema de Captação de Água – Conselheiro Lafaiete, MG .....	95
Figura 11.73 - Estrutura viária do município de Congonhas.....	97
Figura 11.74 – Áreas de influência do patrimônio cultural em Conselheiro Lafaiete MG .....	98
Figura 11.75 – Monumento ao Conselheiro Lafaiete .....	100
Figura 11.76 – Solar Barão de Suassui.....	100
Figura 11.77 – Coreto da Praça Tiradentes .....	100
Figura 11.78 -Chafariz da Praça Tiradentes .....	100
Figura 11.79 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por situação domiciliar, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010..	105

Figura 11.80 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por tipo, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010 .....	106
Figura 11.81 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de ocupação, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010 .....	106
Figura 11.82 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por fornecimento de energia elétrica, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2010 .....	107
Figura 11.83 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de abastecimento de água, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010 .....	107
Figura 11.84 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de esgotamento sanitário no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010 .....	108
Figura 11.85 - Vista da entrada da ETE-Bananeiras, Conselheiro Lafaiete, MG .....	108
Figura 11.86 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por destinação de lixo no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010 ....	109
Figura 11.87 – Sinalização da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos .....	110
Figura 11.88 – Sinalização do Aterro Sanitário Regional-ECOTRES .....	110
Figura 11.89 - Evolução da taxa de analfabetismo no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010 .....	111
Figura 11.90 - Situação dos docentes no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021 .....	111
Figura 11.91 - Situação dos estabelecimentos de ensino no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021 .....	112
Figura 11.92 - Situação percentual das matrículas no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021 .....	112
Figura 11.93 - Evolução da esperança de vida ao nascer no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em anos de vida, entre 1991, 2000 e 2010 .....	113

Figura 11.94 - Evolução da taxa de fecundidade do município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em anos de vida, entre 1991, 2000 e 2010 .....	114
Figura 11.95 - Evolução da taxa de mortalidade infantil no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010 .....	114
Figura 11.96 - Evolução da morbidade por sexo no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em óbitos, entre 2009, 2014 e 2019 .....	115
Figura 11.97 - Vista Policlínica Municipal de Conselheiro Lafaiete .....	116
Figura 11.98 - Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete .....	116
Figura 11.99 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Conselheiro Lafaiete, nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	119
Figura 11.100 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano por variável do município de Conselheiro Lafaiete, nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	119
Figura 11.101 - Evolução percentual da pobreza na população do município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	120
Figura 11.102 - Evolução da renda per capita no município de Conselheiro Lafaiete, em Reais, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	120
Figura 11.103 – Distribuição percentual da população em classes de rendimento, por salário mínimo, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010 .....	121
Figura 11.104 - Vítimas de homicídio consumado em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais .....	122
Figura 11.105 - Crimes violentos em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais .....	122
Figura 11.106 - Ocorrência de Furtos em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....	123
Figura 11.107 - Ocorrência de roubo em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....	123
Figura 11.108 - Violência doméstica e familiar contra a mulher em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....	124
Figura 11.109 Rodoviária de Conselheiro Lafaiete.....	125
Figura 11.110 – Parque Florestal Eurico Figueiredo.....	126
Figura 11.111 – Cristo Redentor, Conselheiro Lafaiete .....	126

Figura 11.112 – Placa Cristo Redentor, Conselheiro Lafaiete .....	126
Figura 11.113 –Igreja Nossa Senhora da Conceição, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, Minas Gerais.....	127
Figura 11.114 – Prédio da Biblioteca, Museu Antônio Perdigão, Arquivo da Cidade, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais .....	127
Figura 11.115 - Evolução do PIB, em mil reais (R\$) no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 2015 e 2019 .....	127
Figura 11.116 - Evolução do PIB por setor da economia, em Reais em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 2015 e 2019 .....	128
Figura 11.117 – Finanças Públicas municipais de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em Reais em 2017 .....	129
Figura 11.118 - Arrecadação de CFEM no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 2017 e 2021 .....	129
Figura 11.119 – Distribuição percentual da frota mecanizada no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2020.....	130
Figura 11.120 - Distribuição percentual dos usos agrícolas no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2017.....	130
Figura 11.121 - Distribuição percentual do uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agrícolas no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2017 .....	131
Figura 11.122 – Distribuição percentual de recebimento de assistência técnica nos estabelecimentos agrícolas no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2017 .....	131
Figura 11.123 - Distribuição percentual da produção pecuária no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, por estabelecimentos em 2017.....	132
Figura 11.124 – Prefeitura de Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais .....	132
Figura 11.125 - Evolução da população residente no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em habitantes, em 1991, 2000, 2010 e 2021 .....	139

Figura 11.126 - Evolução da densidade demográfica no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em habitantes por quilômetro quadrado em 1991, 2000, 2010.....	140
Figura 11.127 - Evolução percentual da situação da população residente no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 1991, 2000 e 2010 .....	140
Figura 11.128 - Evolução da população residente por sexo no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 1991, 2000 e 2010 .....	141
Figura 11.129 - Evolução da população residente por faixa etária no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 1991, 2000 e 2010.....	142
Figura 11.130 – Taxa de desemprego entre a população acima dos 16 anos, em Ouro Branco, Minas Gerais, em 1991, 2000 e 2010.....	142
Figura 11.131 – Tipos de uso do solo em Ouro Branco-MG .....	148
Figura 11.132 – Sistema Isolado Ouro Branco .....	150
Figura 11.133 – Uso da água no município de Ouro Branco, MG.....	151
Figura 11.134 – Estrutura Viária de Ouro Branco-MG.....	155
Figura 11.135 – Áreas de Influência em Ouro Branco-MG .....	156
Figura 11.136 – Igreja Matriz de Santo Antônio – Ouro Branco .....	157
Figura 11.137 – Igreja de Santo Antônio de Itatiaia – Ouro Branco.....	158
Figura 11.138 – Fazenda Carreiras – Ouro Branco .....	158
Figura 11.139 - Conjunto Paisagístico Serra de Ouro Branco, Ouro Branco, Minas Gerais .....	159
Figura 11.140 – Casa sede Fazenda Pé-de-morro – Ouro Branco.....	160
Figura 11.141 – Capela de Santana – Ouro Branco .....	160
Figura 11.142 - Apresentação do Grupo Acafro na praça – Ouro Branco .....	163
Figura 11.143 - Apresentação do Grupo Acafro na praça – Ouro Branco .....	163
Figura 11.144 – Cerâmica Saramenha – Ouro Branco .....	163
Figura 11.145 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por situação domiciliar, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010.....	165



Figura 11.146 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por tipo, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010 .....	165
Figura 11.147 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de ocupação, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, 2010.....	166
Figura 11.148 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por abastecimento de água, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010.....	166
Figura 11.149 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de esgotamento sanitário no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010 .....	167
Figura 11.150 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de destinação do lixo no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010 .....	167
Figura 11.151 - Evolução da taxa de analfabetismo no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2000 e 2010.....	168
Figura 11.152 - Situação dos docentes no município de Ouro Branco-MG, em 2021.	169
Figura 11.153 - Situação dos estabelecimentos de ensino no município de Ouro Branco-MG, em 2021 .....	169
Figura 11.154 - Situação das matrículas no município de Ouro Branco-MG, em 2021 .....	170
Figura 11.155 - Evolução da esperança de vida ao nascer no município de Ouro Branco-MG, em anos de vida, em 1991, 2000 e 2010 .....	171
Figura 11.156 - Evolução da taxa de fecundidade do município de Ouro Branco-MG, em anos de vida, em 1991, 2000 e 2010.....	171
Figura 11.157 - Evolução da taxa de mortalidade infantil no município de Ouro Branco-MG, entre 2016 e 2020 .....	172
Figura 11.158 - Evolução da morbidade por sexo no município de Ouro Branco-MG, em óbitos, entre 2016 e 2020.....	173
Figura 11.159 - Evolução da renda per capita no município de Ouro Branco, em Reais, nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	176

Figura 11.160 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Ouro Branco, nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	177
Figura 11.161 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano por variável do município de Ouro Branco, nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	177
Figura 11.162 - Evolução percentual da pobreza na população do município de Ouro Branco-MG, nos anos de 1991, 2000 e 2010 .....	178
Figura 11.163 – Distribuição percentual da população em classes de rendimento, por salário mínimo, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010 .....	179
Figura 11.164 - Vítimas de Homicídio Consumado em Ouro Branco-MG .....	179
Figura 11.165 - Crimes violentos em Ouro Branco-MG.....	180
Figura 11.166 - Ocorrência de Furtos em Ouro Branco-MG .....	180
Figura 11.167 - Ocorrência de roubo em Ouro Branco-MG .....	181
Figura 11.168 – Violência doméstica e familiar contra a mulher Ouro Branco-MG...	181
Figura 11.169 – Estrutura Viária do município de Ouro Branco-MG.....	184
Figura 11.170–Igreja Matriz de Santo Antônio interditada para restauro, Ouro Branco, Minas Gerais.....	186
Figura 11.171– Fachada da Igreja Matriz de Santo Antônio interditada para restauro, Ouro Branco, Minas Gerais. ....	186
Figura 11.172 - Evolução do PIB no município de Ouro Branco-MG, entre 2015 e 2019 .....	187
Figura 11.173 - Evolução do PIB por setor da economia, em mil Reais (R\$) em Ouro Branco-MG, entre 2015 e 2019 .....	188
Figura 11.174 - Finanças Públicas municipais de Ouro Branco-MG, em Reais em 2017 .....	189
Figura 11.175 - Arrecadação de CFEM no município de Ouro Branco-MG, entre 2017 e 2021 .....	189
Figura 11.176 – Distribuição percentual da frota mecanizada no município de Ouro Branco-MG em 2021 .....	190

Figura 11.177 - Distribuição percentual dos usos agrícolas no município de Ouro Branco-MG, em 2017 .....	191
Figura 11.178 - Distribuição percentual do uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agrícolas no município de Ouro Branco-MG, em 2017 .....	191
Figura 11.179 - Distribuição percentual de recebimento de assistência técnica nos estabelecimentos agrícolas no município de Ouro Branco-MG, em 2017 .....	192
Figura 11.180 - Distribuição percentual da produção pecuária no município de Ouro Branco-MG, em 2017 .....	192
Figura 11.181 - Prefeitura de Ouro Banco, Ouro Branco, Minas Gerais .....	193
Figura 11.182 – Prefeitura de Ouro Banco, Ouro Branco, Minas Gerais.....	193
Figura 11.183 – Câmara Municipal de Ouro Branco, Ouro Branco, Minas Gerais. ....	195
Figura 11.184 - Reunião com gestores municipais em Conselheiro Lafaiete .....	198
Figura 11.185 - Mapa de Localização da AEL do meio socioeconômico do Projeto 4M .....	199
Figura 11.186 - Estação Ferroviária e Capela da Soledade aos fundos.....	200
Figura 11.187 - Pátio de Mineração, Lobo Leite.....	202
Figura 11.188 - Cultivo de hortaliças e remanescentes florestais .....	202
Figura 11.189- Plantação de Eucalipto local .....	202
Figura 11.190 – Comercio Local.....	202
Figura 11.191 - Perímetro urbano da área de Lobo Leite - Congonhas .....	205
Figura 11.192 – Ponto de Captação Lobo Leite .....	206
Figura 11.193 – Sinalização do Ponto de Captação .....	206
Figura 11.194 – Outorgas de direito de uso e cadastro de uso insignificante na AID .	208
Figura 11.195 – Capela de Nossa Senhora da Soledade, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais.....	210
Figura 11.196 – Aspecto residencial histórico Lobo Leite.....	211
Figura 11.197 - Residências e rua, Lobo Leite.....	211

Figura 11.198 - Quadra da Escola Amynthas Jacques de Moraes .....	212
Figura 11.199 - Estrutura da Escola Amynthas Jacques de Moraes.....	212
Figura 11.200 - Unidade de Atenção Primária de Saúde de Lobo Leite .....	212
Figura 11.201 - Biblioteca Cônego Luiz Vieira da Silva, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais.....	213
Figura 11.202 - Academia da cidade, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais .....	213
Figura 11.203 – Material de Divulgação FACAP .....	214
Figura 11.204 – Confeção de produtos artesanais Pata da Loba .....	214
Figura 11.205 - Secretaria Municipal de Lobo Leite e Correios, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais.....	215
Figura 11.206 - mercearia, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais .....	215
Figura 11.207 - Restaurante, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais .....	215
Figura 11.208 – Azulão Night Club .....	218
Figura 11.209 – Arte de Minas Pannels de Pedras .....	218
Figura 11.210 Cultivo de orgânico, plantio de mandioca .....	218
Figura 11.211 - Perímetro Urbano do Alto Maranhão com destaque para o bairro Ipiranga .....	220
Figura 11.212 Escola Municipal José Antônio da Silva.....	222
Figura 11.213 Unidade de Saúde bairro profeta.....	223
Figura 11.214 Edificação sem acabamento .....	223
Figura 11.215 Qualidade das vias públicas .....	224
Figura 11.216 - Aspecto da Estação Ferroviária de Joaquim Murtinho (s/a).....	226
Figura 11.217 - Estação Ferroviária de Joaquim Murtinho, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....	226
Figura 11.218 - Linha Férrea de Joaquim Murtinho, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais .....	226

Figura 11.219 - Linha Férrea de Joaquim Murinho, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais .....	226
Figura 11.220 – Padaria Local.....	228
Figura 11.221 – Fábrica de doces local .....	228
Figura 11.222 – Bar local .....	228
Figura 11.223 – Aspecto da hotelaria local .....	228
Figura 11.224 - Perímetro urbano e área do Joaquim Murinho, município de Congonhas, Minas Gerais.....	231
Figura 11.225 – Descarte de entulho e resto de construção em Joaquim Murinho.....	234
Figura 11.226 – Aspectos habitacionais de Joaquim Murinho .....	235
Figura 11.227 – Aspectos habitacionais de Joaquim Murinho .....	235
Figura 11.228 – Aspectos habitacionais de Joaquim Murinho .....	235
Figura 11.229 – Aspectos habitacionais de Joaquim Murinho .....	235
Figura 11.230 - Escola Municipal João Narciso – Joaquim Murinho.....	236
Figura 11.231 - Unidade de Saúde Familiar Joaquim Murinho.....	236
Figura 11.232 – Aspectos de segurança pública.....	237
Figura 11.233 – Via Pública de Joaquim Murinho .....	237
Figura 11.234 – Hotel, Joaquim Murinho, Congonhas, Minas Gerais.....	238
Figura 11.235 – Hotel, Joaquim Murinho, Congonhas, Minas Gerais.....	238
Figura 11.236 – Estádio Municipal do Joaquim Murinho, Joaquim Murinho, Congonhas, Minas Gerais.....	238
Figura 11.237 – Lagoa do Murinho, Joaquim Murinho, Congonhas, Minas Gerais .	238
Figura 11.238 – Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Joaquim Murinho .....	239
Figura 11.239 – Igreja Católica do Santo Antônio, Joaquim Murinho .....	239
Figura 11.240 – Sede da Associação Reciclando Vidas.....	240

Figura 11.241 – Mapa de localização das entrevistas de percepção socioambiental na AEL .....	246
Figura 11.242 - Entrevista realizada Lobo Leite .....	247
Figura 11.243 - Entrevista realizada Lobo Leite .....	247
Figura 11.244 - Entrevista realizada Lobo Leite .....	247
Figura 11.245 - Entrevista realizada Lobo Leite .....	247
Figura 11.246 - Distribuição por gênero (%) .....	248
Figura 11.247 - Distribuição por faixa etária (%) .....	248
Figura 11.248 - Nível de escolaridade (%).....	249
Figura 11.249 - Distribuição por situação profissional (%) .....	249
Figura 11.250 - Participação em grupos, organizações ou movimentos sociais (%) ...	250
Figura 11.251 - Vínculo afetivo com o lugar (%) .....	250
Figura 11.252 - Tempo de moradia no local (%) .....	251
Figura 11.253 - Atividade praticada na residência (%).....	251
Figura 11.254 - Comercialização da produção (%).....	252
Figura 11.255 - Aspectos preferidos (%).....	252
Figura 11.256 - Recurso natural que mais se identifica (%) .....	253
Figura 11.257 - Uso e abastecimento de água (%) .....	253
Figura 11.258 - Uso e destinação da água (%) .....	254
Figura 11.259 - Lançamento de efluentes (%) .....	254
Figura 11.260 - Histórico de doença na família (%) .....	255
Figura 11.261 - Qualidade das vias públicas (%).....	255
Figura 11.262 - Principal problema na localidade em que mora (%).....	256
Figura 11.263 - Em relação a cultura você conhece (%).....	256
Figura 11.264 - Maior necessidade de melhoria para sua comunidade/localidade (%)	257



Figura 11.265 - Projetos sociais/infraestrutura mais importantes para a comunidade (%)	257
Figura 11.266 - Temas do meio ambiente mais importantes onde vive (%)	258
Figura 11.267 - Cursos/Oficinas de interesse (%)	259
Figura 11.268 - Já visitou uma Unidade de Tratamento de Minério- UTM (%)	259
Figura 11.269 - Conhecimento sobre o beneficiamento do minério (%)	260
Figura 11.270 - Sabe os pontos positivos da atividade minerária para a região (%)	260
Figura 11.271 - Pontos negativos da instalação do empreendimento (%)	261
Figura 11.272 - Sugestão para melhorar a comunicação entre a comunidade e empreendimento (%)	261
Figura 11.273 – Entrevistas realizadas em Joaquim Murtinho	262
Figura 11.274 – Entrevistas realizadas em Joaquim Murtinho	262
Figura 11.275 – Entrevistas realizadas em Joaquim Murtinho	263
Figura 11.276 – Entrevistas realizadas em Joaquim Murtinho	263
Figura 11.277 - Distribuição por gênero	263
Figura 11.278 - Distribuição por faixa etária (%)	264
Figura 11.279 - Distribuição por nível de escolaridade	264
Figura 11.280 - Distribuição por situação profissional (%)	265
Figura 11.281 - Participação em grupos, organizações ou movimentos sociais (%)	265
Figura 11.282 - Vínculo afetivo com o lugar (%)	266
Figura 11.283 - Tempo de moradia no local (%)	266
Figura 11.284 - Atividades praticadas na residência (%)	267
Figura 11.285 - Comercialização da produção (%)	267
Figura 11.286 - Aspecto preferido onde vive (%)	268
Figura 11.287 - Recurso natural de maior identidade no lugar onde vive (%)	268
Figura 11.288 - Uso e abastecimento de água (%)	269

Figura 11.289 - Destinação residencial da água (%).....	269
Figura 11.290 - Lançamento de efluente (%).....	269
Figura 11.291 - Qualidade das vias públicas na localidade (%).....	270
Figura 11.292 - Principal problema no lugar onde vive (%).....	270
Figura 11.293 Aspectos culturais locais (%).....	271
Figura 11.294 - Maior necessidade atual para melhoria da comunidade (%).....	271
Figura 11.295 - Projetos de sociais/infraestrutura mais importantes na comunidade (%) .....	272
Figura 11.296 - Temas do meio ambiente mais importante no local onde vive (%)....	272
Figura 11.297 - Interesse em cursos ou oficinas na área de Meio ambiente e Cultura (%) .....	273
Figura 11.298 – visitação a uma unidade de beneficiamento de minério de ferro (%)	274
Figura 11.299 – Conhecimento sobre o processo de beneficiamento do minério (%) .	274
Figura 11.300 - Pontos positivos do projeto 4M (%).....	275
Figura 11.301 - Pontos negativos do projeto 4M (%).....	275
Figura 11.302 – Tipos de Informações sobre o empreendimento (%).....	276
Figura 11.303 – Sugestão de comunicação entre empreendimento e comunidade (%)	276
Figura 11.304 - Entrevistas realizadas no bairro Ipiranga.....	277
Figura 11.305 - Entrevistas realizadas no bairro Ipiranga.....	277
Figura 11.306 - Entrevistas realizadas no bairro Ipiranga.....	278
Figura 11.307 - Entrevista realizada no bairro Ipiranga.....	278
Figura 11.308 Distribuição por gênero (%).....	278
Figura 11.309 Distribuição por faixa etária (%).....	279
Figura 11.310 Distribuição por nível de escolaridade (%).....	279
Figura 11.311 Distribuição por situação profissional (%).....	280
Figura 11.312 Vínculos afetivo com o lugar (%).....	280

Figura 11.313 Tempo de moradia no local.....	281
Figura 11.314 Atividades praticadas na residência (%) .....	281
Figura 11.315 Uso e abastecimento.....	282
Figura 11.316 Lançamento de efluentes (%).....	282
Figura 11.317 Principal problema da localidade (%) .....	283
Figura 11.318 Maior necessidade de melhoria (%).....	284
Figura 11.319 Projetos de sociais/infraestrutura mais importantes na comunidade para a comunidade (%).....	284
Figura 11.320 Você sabe como é realizado o beneficiamento do minério (%).....	285
Figura 11.321 Pontos negativos (%) .....	286
Figura 11.322 Informações que gostaria de receber (%).....	287
Figura 11.323 Sugestão de comunicação .....	287

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 11.1 - Uso de água no município de Congonhas, MG.....	41
Quadro 11.2 - Bens Culturais Materiais tombados no município de Congonhas-MG... 48	
Quadro 11.3 - Bens Culturais Imateriais reconhecidos pelo IPHAN no município de Congonhas, MG.....	50
Quadro 11.4 - Bens Culturais Imateriais em processo de registro pelo IPHAN no município de Congonhas, MG.....	51
Quadro 11.5 - Bens Culturais Imateriais registrados em âmbito estadual no município de Congonhas, MG.....	52
Quadro 11.6 - Bens Culturais Imateriais inventariados no município de Congonhas, MG .....	53
Quadro 11.7 Sítio arqueológicos em Congonhas, MG .....	54
Quadro 11.8 - Evolução da morbidade por doença no município de Congonhas, Minas Gerais, em óbitos, entre 2009,2014 e 2019 .....	63

Quadro 11.9 - Relação de estabelecimentos da rede pública de saúde no município de Congonhas, Minas Gerais.....	64
Quadro 11.10 - Relação de profissionais de curso superior ligados à saúde no município de Congonhas, MG.....	65
Quadro 11.11 - Instituições ligadas a Segurança Pública no município de Congonhas, Minas Gerais.....	71
Quadro 11.12 - Estrutura da Administração Pública do Município de Congonhas, Minas Gerais.....	80
Quadro 11.13 - Vereadores da Câmara Municipal de Congonhas, Minas Gerais.....	81
Quadro 11.14 - Associações e organizações do município de Congonhas, Minas Gerais, 2022.....	82
Quadro 11.15 - Uso de água no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....	92
Quadro 11.16 - Bens Culturais Materiais Tombados no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021.....	98
Quadro 11.17 - Bens Culturais Materiais Inventariados no município de Conselheiro Lafaiete, MG.....	101
Quadro 11.18 - Bens Culturais Imateriais Registrados no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021.....	104
Quadro 11.19 - Sítios arqueológicos no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2021.....	105
Quadro 11.20 - Evolução da morbidade por doença no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em óbitos, entre 2009, 2014 e 2019.....	115
Quadro 11.21 - Relação de estabelecimentos da rede pública de saúde no município de Conselheiro Lafaiete, MG.....	116
Quadro 11.22 - Relação de profissionais de curso superior ligados à saúde no município de Conselheiro Lafaiete, MG.....	117
Quadro 11.23 - Instituições ligadas a Segurança Social no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....	124

Quadro 11.24 - Estrutura da Administração Pública do Município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.....	132
Quadro 11.25 - Vereadores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2021 .....	133
Quadro 11.26 - Associações e organizações do município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2021 .....	134
Quadro 11.27 - Uso de água no município de Ouro Branco, Minas Gerais .....	148
Quadro 11.28 - Bens Culturais Materiais Inventariados no município de Ouro Branco .....	162
Quadro 11.29 - Evolução da morbidade por doença no município de Ouro Branco-MG, em óbitos, entre 2018 e 2020.....	173
Quadro 11.30 - Relação de estabelecimentos da rede pública de saúde no município de Ouro Branco-MG.....	174
Quadro 11.31 – Relação de profissionais de curso superior ligados à saúde no município de Ouro Branco-MG.....	175
Quadro 11.32 - Instituições ligadas a Segurança Pública no município de Ouro Branco-MG.....	182
Quadro 11.33 - Estrutura da Administração Pública do Município de Ouro Branco...	194
Quadro 11.34 - Vereadores da Câmara Municipal de Ouro Branco, Minas Gerais, 2022 .....	195
Quadro 11.35 - Associações e organizações do município de Ouro Branco, Minas Gerais, 2022 .....	196
Quadro 11.36- Uso de outorgas de direitos de recursos hídricos e Cadastro de Uso Insignificante .....	206
Quadro 11.37 - Lista de Bens Culturais Materiais Tombados ou inventariados no município de Congonhas/MG.....	209
Quadro 11.38 - Uso de outorgas de direitos de recursos hídricos e Cadastro de Uso Insignificante .....	221

Quadro 11.39 - Quadro de outorgas de direitos de recursos hídricos e Cadastro de Uso Insignificante ..... 232



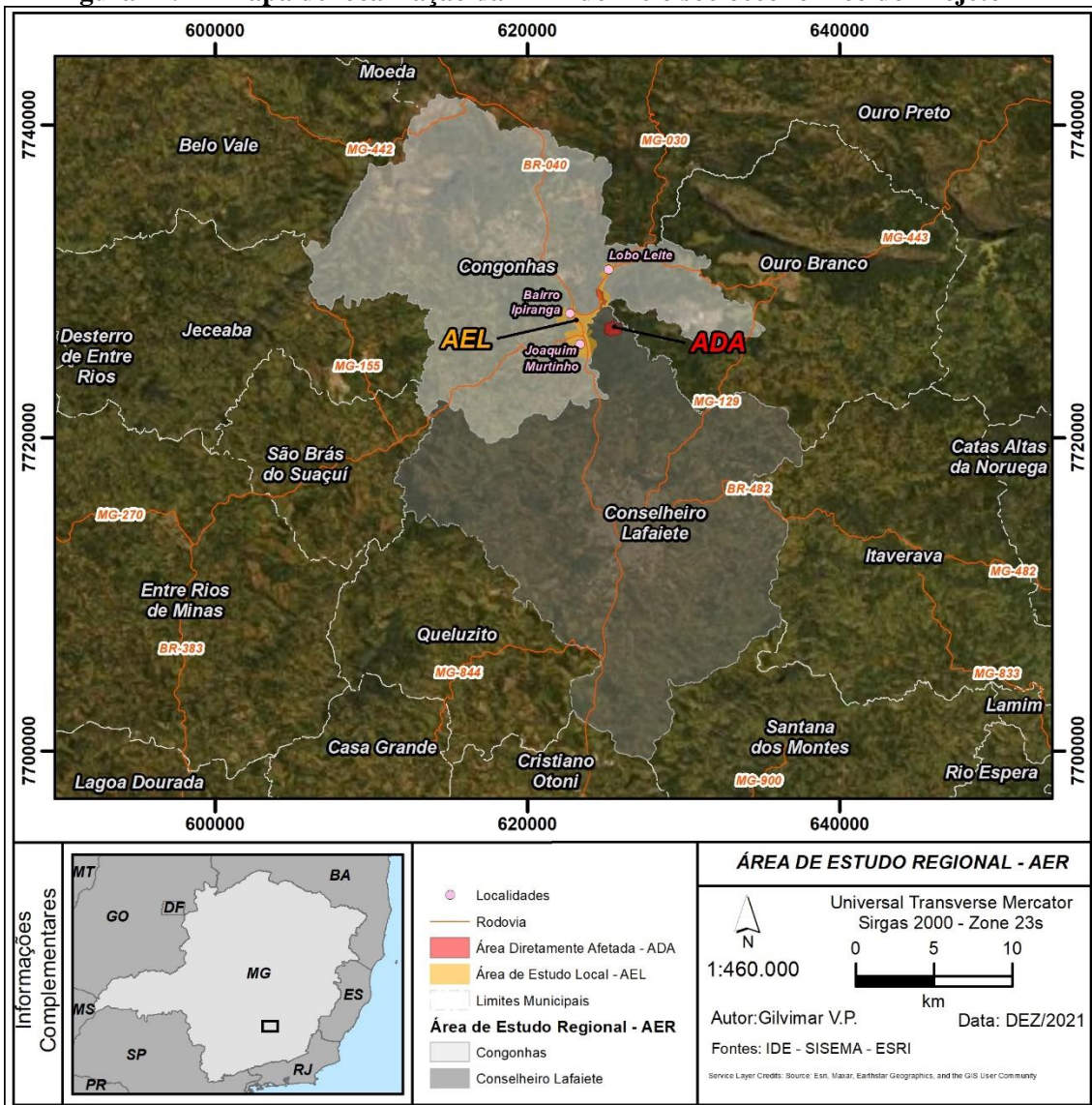
## 11 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

### 11.3 Meio Socioeconômico

O diagnóstico socioeconômico se configura como um importante instrumento para caracterizar as dinâmicas socioespaciais, econômicas e culturais de um determinado grupo, uma vez que inclui os modos de vida, necessidades e aspirações das populações envolvidas em empreendimentos que causam modificações socioambientais. Assim, este estudo, permite identificar os potenciais efeitos de um determinado projeto no contexto socioeconômico e cultural e, ainda, auxilia no processo decisório de ações mitigadoras e compensatórias.

Neste estudo, foi definida como Área de Estudo Regional – AER, os municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco. Já a Área de Estudo Local- AEL compreende o distrito de Lobo Leite e os bairros de Joaquim Murinho e Ipiranga em Congonhas. A Figura 11.1 traz a localização das áreas de estudos do meio socioeconômico do Projeto 4M.

Figura 11.1 – Mapa de localização da AER do meio socioeconômico do Projeto 4M



Fonte: CERN, 2022.

### ➤ Metodologia do Diagnóstico do Meio Socioeconômico

A realização deste estudo foi baseada no novo Termo de Referência (TR) geral para elaboração de EIA/RIMA, atualizado em 06 de abril de 2021, pela Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD).

Para contextualização dos aspectos socioeconômicos que remetem a AER, foram utilizadas fontes secundárias advindas de instituições governamentais e disponíveis para consulta. Estas informações foram coletadas, tabuladas e analisadas com o objetivo de compreender a realidade do município, que é o objeto da investigação deste estudo.

Estas informações são provenientes de bancos de dados oficiais dos órgãos públicos federais e estaduais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), SEJUSP – Secretaria de Justiça e Segurança do governo de Minas Gerais, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas- INEP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Ministério do Trabalho, Agência Nacional de Águas, IDE-SISEMA, Atlas de Desenvolvimento Humano, Fundação João Pinheiro, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, além das Prefeituras Municipais de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco.

### **11.3.1 Diagnóstico do meio socioeconômico da Área de Estudo Regional - AER**

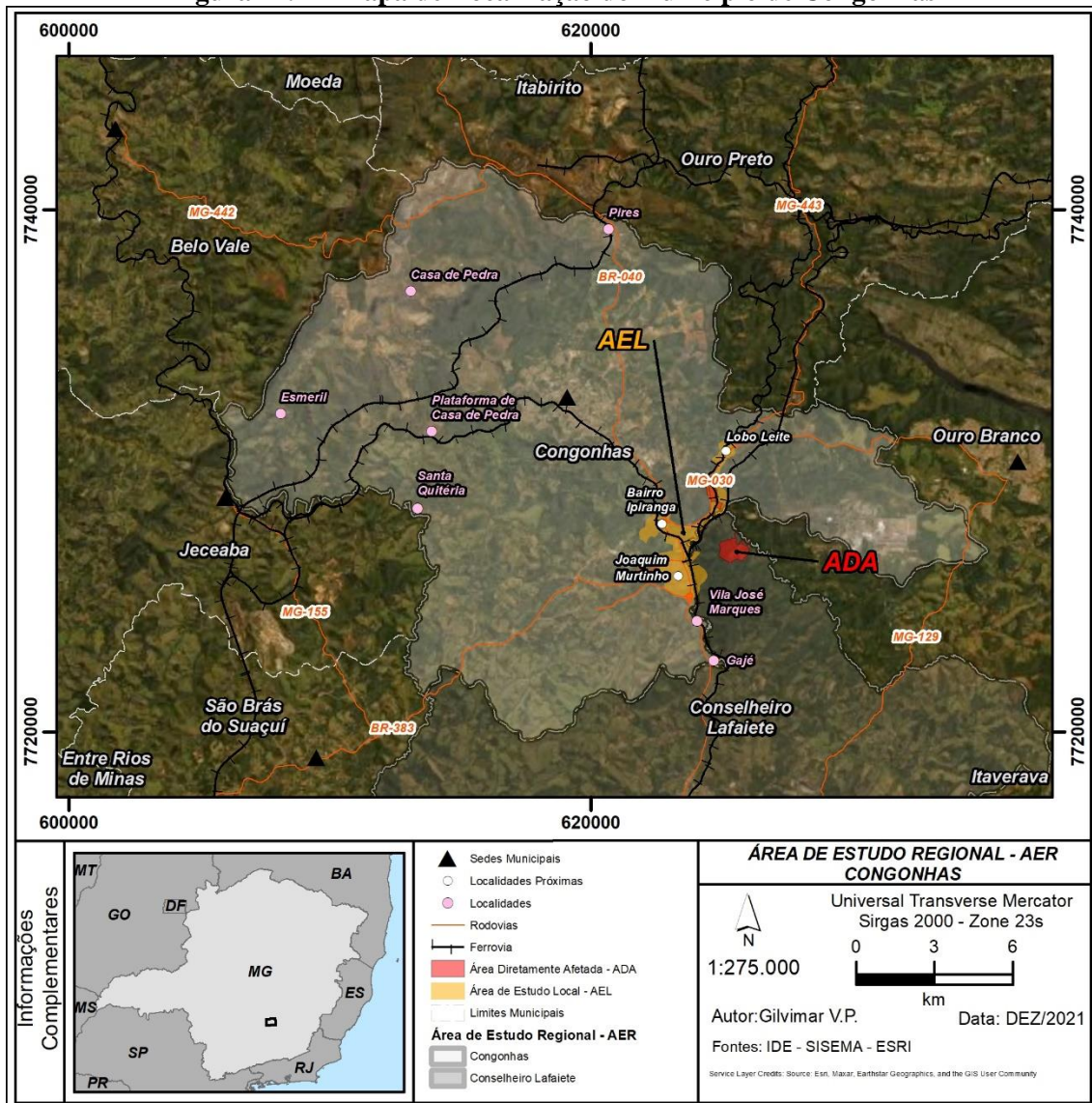
O diagnóstico da Área de Estudos Regional no presente documento é composto pelos municípios de Congonhas e Conselheiro Lafaiete, os dados apresentados abaixo compreendem ao levantamento realizado em gabinete por meio de acesso a dados secundários de plataformas oficiais complementadas por observação empírica a partir dos trabalhos de campo, realizados em julho de 2021.

#### **11.3.1.1 Caracterização socioeconômica do município de Congonhas**

O município de Congonhas pertence à Microrregião de Conselheiro Lafaiete que, por sua vez, integra a Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, composta por 105 municípios. Possui uma localização privilegiada, distante aproximadamente 80 km da capital mineira. O município integra o Quadrilátero Ferrífero e situa-se na sua porção sudoeste, abrangendo a bacia do Alto Paraopeba.

Segundo a CODEMIG (2010), o Quadrilátero Ferrífero é a principal área produtora de minério de ferro no Brasil e sua produção abastece usinas siderúrgicas nacionais e produz ainda, em grande parte, para exportação. A área de Congonhas é de 304 km<sup>2</sup> e possui uma elevada taxa de ocupação do solo pela mineração. A Figura 11.2 traz a localização do município.

Figura 11.2 – Mapa de Localização do município de Congonhas



Fonte: CERN, 2022

### a) Aspectos Históricos

A cidade conhecida hoje como Congonhas foi denominada, na época de sua fundação, como Congonhas do Campo. Esse nome advém da existência de uma planta denominada “Congonha”, caracterizada como um arbusto medicinal e ornamental. Vale destacar que a origem da palavra “Congonha” tem duas teorias em voga: uma acredita que parte da palavra “Congõï” (Congonha) é de etimologia Tupi-guarani e quer dizer aquilo que sustenta, o que alimenta” (PREFEITURA DE CONGONHAS, 2022?); e a outra parte da ideia de que “COA=mato; [e] NHONHA=sumido... significa zona em que o mato desaparece: campo” criando-se o nome “Congonhas do Campo”.



*“Quanto à data de seu surgimento, há divergências: enquanto no Brasão de Armas da bandeira do município consta a data de 1691, o Cônego Trindade considera o ano de 1734, quando a localidade fora denominada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas. Em 1746, foi elevada à categoria de distrito pelo alvará em 6 de novembro, sendo nomeada na ocasião, de Arraial de Congonhas do Campo, quando ainda era subordinada ao município de Ouro Preto.” (SILVA, 2019, p. 21)*

Como a maioria das cidades mineiras integrantes da Estrada Real, Congonhas do Campo pertenceu ao ciclo do ouro e contribuiu para a exploração aurífera da região que hoje é chamada de Quadrilátero Ferrífero.

Dessa forma, a região congonghense passou por um aumento demográfico considerável e rapidamente foi enriquecida, tendo obras voltadas para a religião católica, financiadas e construídas pelos moradores do então distrito e atraindo, assim, pessoas da região para a região.

A construção do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos é o maior exemplo das construções, já que “levou às peregrinações de fiéis ao local sagrado, contribuindo para a expansão de construções nesta região e materializando o que seria, mais tarde, o maior patrimônio edificado do município” (SILVA, 2019, p. 23).

O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos se destaca entre outros patrimônios da cidade de Congonhas por ser um dos maiores patrimônios brasileiros, de acordo com o IPHAN. Como destacado por Silva (2019), o conjunto da construção

*“[...] é composto pela Basílica, pela escadaria e o adro com os doze profetas em pedra-sabão, os seis Passos da Paixão e suas 64 (BRASIL, 1988) esculturas em cedro – conjunto considerado a obra prima do mestre Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho); além da Sala dos Milagres, anexa à igreja.” (SILVA, 2019, p. 23)*

Celebrações eram realizadas na cidade relacionadas com o complexo histórico do Santuário, como o Jubileu, a festividade inspirada nas Romarias do Bom Jesus do Monte e de Bom Jesus de Matosinhos em Portugal.

É importante sublinhar que, houve um crescimento demográfico notável, no distrito de Congonhas do Campo em “1813, a população aproximada era de 2.412 habitantes, passando para 2.640 em 1822 e alcançando os 3.750 habitantes em 1890” (SILVA, 2019, p. 24). De acordo com os dados em questão essa tendência não se alterou muito até início do século XX, quando a então ferrovia Central do Brasil que foi implantada na região em 1914. A partir disso, possibilitou-se

*“[...] a intensificação do fluxo de devotos ao Jubileu e, conseqüentemente, o contato dos cidadãos com hábitos e costumes diversos além de facilitar, mais*

*tarde, a expansão industrial, a partir da exportação do ferro e do manganês, resultado do processo de industrialização no século XX.” (SILVA, 2019, p. 25)*

Entretanto preteritamente a instalação da estrada de ferro houve, um século antes a ocorrência da Fábrica Patriótica na região de Congonhas por volta de 1812, com o objetivo de se realizar a extração e o enriquecimento do minério de ferro. A atuação da siderúrgica durou em torno de 10 anos, declarando falência em 1822. Após isso, Congonhas entrou em uma fase de estagnação do crescimento demográfico e de queda do desempenho econômico.

Durante esse período, até meados do século XX, o município voltou-se para atividades pecuárias e produção de cana-de-açúcar (MILANEZ, 2011). A mineração voltou a desempenhar um papel considerável na atividade econômica da região:

*“No início da década de 1950, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em cooperação com o U.S. Geological Survey e com o financiamento do Institute of InterAmerican Affairs, iniciou o mapeamento geológico da região. Os geólogos constataram que os depósitos teriam grande importância, embora alertassem sobre as dificuldades de exploração naquele momento, devido à distância entre as jazidas e os centros mundiais de indústrias pesadas” (GUILD, 1952, 1954; ROSIÈRE E CHEMALE Jr. 2000 Apud. MILANEZ, 2011, p. 201)*

Junto dessas diversas alterações no cotidiano de Congonhas do Campo, a cidade passa a ser chamada apenas de Congonhas, a partir da Lei Estadual nº336 de 27 de dezembro de 1948 (IBGE, 2022?). A exploração mineral, duas décadas depois, é impulsionada pela instalação da siderúrgica Açominas na cidade de Ouro Branco, próxima ao município, e, assim, as jazidas de ferro na região voltaram a ser exploradas. Consequência disso, é possível constatar um crescimento demográfico expressivo acompanhado de uma urbanização desordenada, transformando e criando bairros em Congonhas (SILVA, 2019).

Por fim, a cidade hoje conhecida como Congonhas, a partir da Lei Estadual nº 2/1891, se tornou distrito, denominado de Congonhas do Campo, e em 1938 foi elevada ao status de município. Já em 1948 a cidade passa a ter o atual nome, Congonhas, sendo composta por 3 distritos desde 1960: Congonhas, Alto Maranhão e Lobo Leite. A Figura 11.3 mostra a paisagem do Santuário de Bom Jesus do Matozinhos em 1965<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/congonhas/historico>



**Figura 11.3- Santuário de Bom Jesus do Matozinhos em 1965, Congonhas**

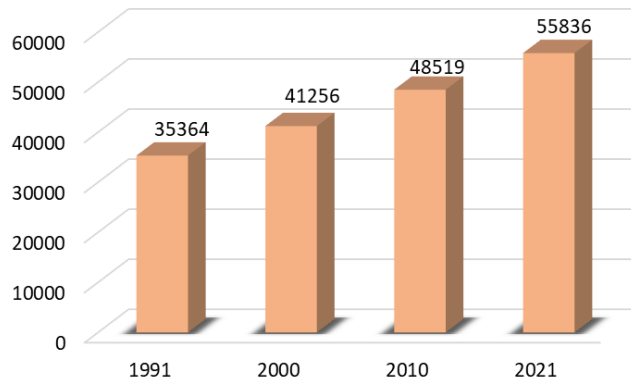
Fonte: IBGE Cidades, 2017

### **b) Dinâmica Populacional**

O desempenho da população em um determinado espaço indica o seu crescimento ou retração. Ele mostra a variação na quantidade de indivíduos de uma população e contribui para a criação de medidas a serem implantadas por políticas públicas. Neste sentido, a dinâmica demográfica possui um papel fundamental na determinação do crescimento econômico de um país, região ou município.

O comportamento da população residente em Congonhas ao longo das décadas demonstra um crescimento contínuo da população. Entre 1991 e 2000 houve um aumento de 16,7% da população uma vez que esta era de 35.364 habitantes em 1991 e chegou a 41.256 no Censo seguinte. A dinâmica populacional se manteve, conferindo crescimento de 17,6% entre 2000 e 2010, quando se manteve positivo, no entanto menos expressivo, correspondendo a 15% em relação à população estimada em 2021, de 55.836, como mostra a Figura 11.4.

**Figura 11.4 - Evolução da população residente no município de Congonhas-MG, em habitantes, entre 1991 e 2021**



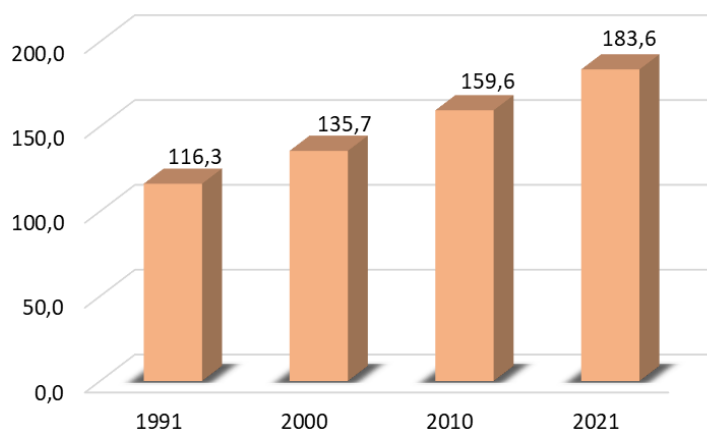
Fonte: IBGE, 2021.

A densidade demográfica, também conhecida como população relativa, pode ser compreendida como a proporção entre o número de habitantes e a extensão territorial de um dado local. Ela apresenta, portanto, a concentração de pessoas em uma determinada extensão territorial. A densidade demográfica é observada para orientar os governantes a planejar melhor o espaço no qual as pessoas vivem.

A evolução da densidade demográfica no município de Congonhas reflete seu comportamento demográfico. Em 1991, a densidade demográfica era de 116,3 hab/km<sup>2</sup>, ao passo que em 2000 esse indicador passa a ser de 135,7 hab/km<sup>2</sup>, em 2010 correspondeu a 159,6 hab/km<sup>2</sup> e em 2021 é projetado para 183,6 hab/km<sup>2</sup>, como pode ser observado através da Figura 11.5.

Se comparada à densidade do estado de Minas Gerais, Congonhas possuía uma densidade demográfica superior, uma vez que a densidade demográfica do estado era de 33,4 hab/km<sup>2</sup> em 2010. Em 1991 e 2000, Minas Gerais possuía uma densidade demográfica de 26,8 hab/km<sup>2</sup> e 30,5 hab/km<sup>2</sup>, respectivamente, inferior aos índices do município.

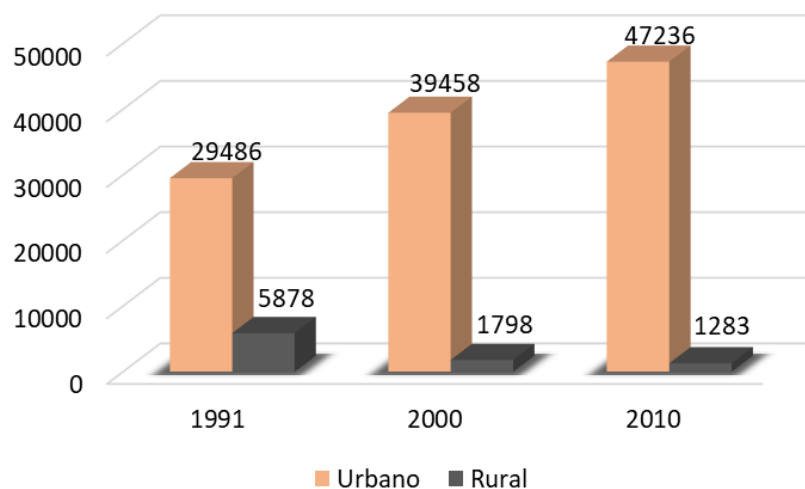
**Figura 11.5- Evolução da densidade demográfica no município de Congonhas-MG, em habitantes, por quilômetro quadrado entre 1991 e 2021**



Fonte: IBGE, 2021.

Congonhas é historicamente um município urbano, essa característica vem se tornando mais predominante ao longo do tempo, com um contínuo aumento da população urbana e redução da população rural, como apresenta a Figura 11.6.

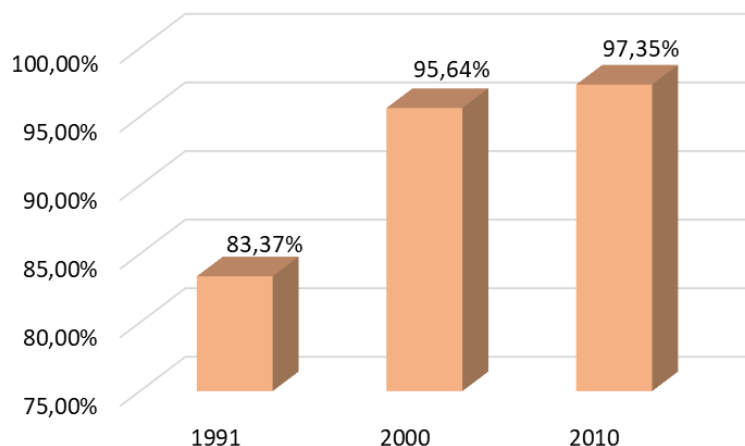
**Figura 11.6 - Evolução da situação da população residente no município de Congonhas-MG, em habitantes, entre 1991 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

O grau de urbanização de uma cidade é um indicador que representa a porcentagem de população urbana em relação ao total da população. Percebe-se, ao longo das últimas três décadas, que a população do município de Congonhas está cada vez mais concentrada em sua área urbana. Em 1991, a população urbana representava 83,37%, passando para 95,64% em 2000 e alcançando 97,35% em 2010, como podemos observar na Figura 11.7.

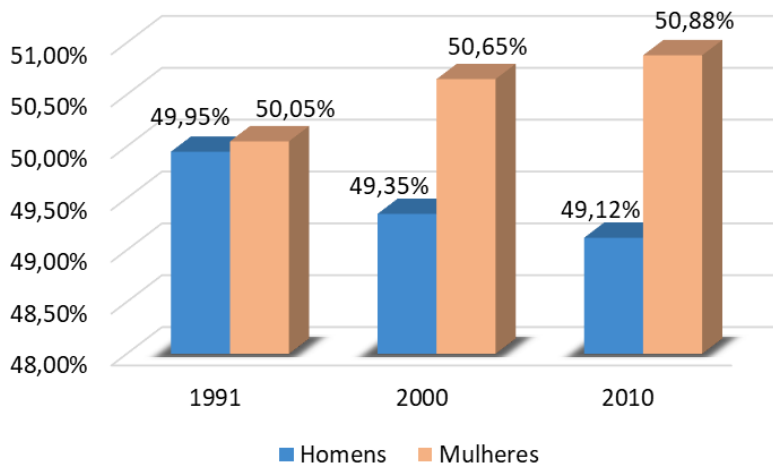
**Figura 11.7 - Evolução da taxa de urbanização no município de Congonhas-MG, entre 1991 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à evolução da população residente por gênero, pode-se observar na Figura 11.8 que Congonhas apresentou pouca variação durante o período analisado, entre 1991 e 2010. Com leve predomínio da população feminina que variou entre 50,05% e 50,88% da população total, enquanto a masculina variou entre 49,95% e 49,12%.

**Figura 11.8 - Evolução percentual da população residente por gênero no município de Congonhas-MG, entre 1991 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

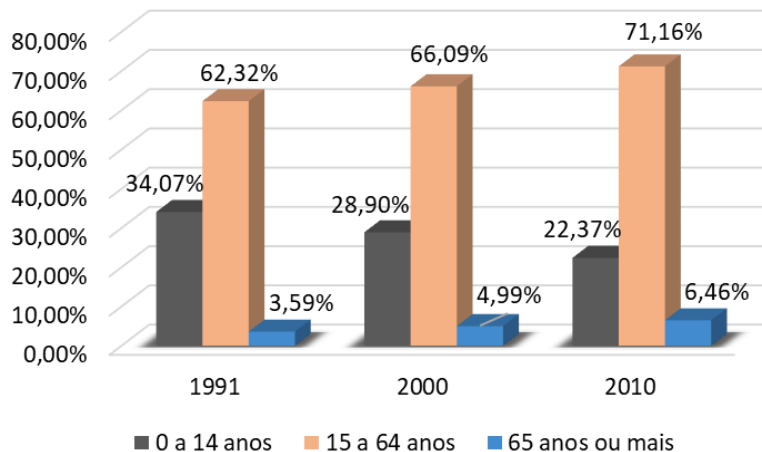
A divisão da população residente em grupos de idade proporciona a aplicação de políticas públicas de modo mais específico, para atender melhor a determinada parcela da população. Em Congonhas, o grupo de faixa etária da população residente que mais se destacou no período analisado foi o de idade compreendida entre 15 e 64 anos, ou seja, a população

em idade ativa. Em 1991, este grupo já representava 62,32% do total da população residente. Em 2000 e 2010, houve um crescimento deste grupo com uma participação de 66,09% e 71,16%, respectivamente.

Embora crescente ao longo do período analisado, a menor participação corresponde à população com idade superior a 64 anos, isto é, a população idosa. Em 1991 a participação deste grupo de idade era pequena, correspondendo a 3,59% em relação ao total da população residente no período. Já em 2000 e 2010, este percentual foi de 4,99% e 6,46% em relação ao total da população, sugerindo um envelhecimento populacional.

Percebe-se um decréscimo do grupo de população com idade inferior a 15 anos uma vez que era de 34,07% em 1991, caindo para 28,9% e 22,37% em 2000 e 2010, respectivamente, conforme pode ser observado na Figura 11.9.

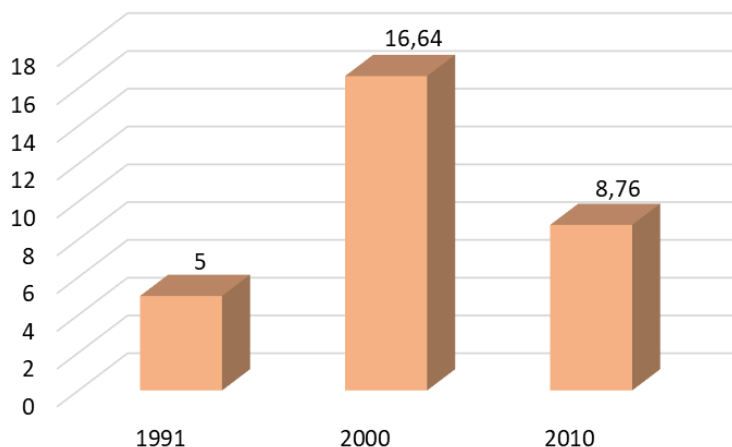
**Figura 11.9 – Evolução percentual da população residente por faixa etária no município de Congonhas-MG, entre 1991 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Em relação à taxa de desemprego na população acima dos 16 anos, identificou-se um expressivo crescimento entre 1991 e 2000, havendo uma queda considerável ao longo dos dez anos subsequentes, como mostra a Figura 11.10.

**Figura 11.10 - Taxa de desemprego entre a população acima dos 16 anos no município de Congonhas-MG**



Fonte: IBGE, 2010.

### c) Uso e Ocupação do Solo

O Plano Diretor de Congonhas é uma lei municipal que organiza o crescimento e o funcionamento da cidade. Tendo sido criado em 1996, foi revisto em 2006 (Lei nº2.624/2006). O Plano Diretor é considerado um instrumento de planejamento territorial previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Partindo disso usa-se a legislação como aporte para a descrição dos usos e ocupações do solo municipal, sobretudo no que tange ao zoneamento.

O zoneamento de uso do solo constitui um dos principais instrumentos do planejamento urbanístico municipal, devendo abranger toda a comunidade visando o atendimento do bem-estar social. Consiste na divisão do território municipal em áreas, tendo em vista a regulamentação do uso da propriedade do solo e do direito de construir.

Os mapas de Zoneamento do Município de Congonhas podem ser requeridos na prefeitura<sup>2</sup>. De acordo com o último plano diretor, foi realizado o zoneamento em 13 áreas urbanas: Congonhas (Sede), Alto Maranhão, Joaquim Murtinho, Lobo Leite, Pires, Vila Marques, Vila Cardoso, Vila Matias, Pequeri, Santa Quitéria, Esmeril, Complexo Siderúrgico da Açominas e MG-30/BR-040, todos compartimentados entre três distritos citados anteriormente.

<sup>2</sup> Mapas do Zoneamento do Município de Congonhas, concedido pela Prefeitura Municipal de Congonhas. Acesso em 03 ago. 2020.

A lista a seguir apresenta o mapa do território municipal de Congonhas<sup>3</sup> com seus perímetros urbanos, as zonas de expansão, as áreas protegidas, além das drenagens, ferrovias e rodovias.

Segundo a Lei Complementar Nº 2.624 de 2006<sup>4</sup>, que estabelece as normas e as condições para a ocupação e o uso do solo no Município, em atendimento à Lei Orgânica Municipal e às diretrizes definidas pelo Plano Diretor de Congonhas, ressalta que:

*“Esta Lei tem por objetivo o ordenamento do uso e ocupação do solo no território municipal de Congonhas, em consonância com o disposto na Lei Orgânica Municipal e no Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, observadas ainda a Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, o Código Florestal – Lei Federal 4.771 de 15/09/65, alterações e regulamento, a Lei Estadual 14.309 de 19/06/2002 e regulamento, que dispõe sobre a política florestal e de proteção da biodiversidade no Estado de Minas Gerais, demais leis ambientais vigentes, e as leis municipais relativas ao Parcelamento do Solo, Código de Obras e Código de Postura.” (PREFEITURA DE CONGONHAS, 2006 p.1)*

As referidas zonas são classificadas nas seguintes categorias:

- I. Zona Comercial - ZC;
- II. Zona Especial de Projeto - ZEP;
- III. Zona Especial de Interesse Social - ZEIS;
- IV. Zona de Expansão Urbana - ZEU;
- V. Zona de Interesse Especial - ZIE;
- VI. Zona Urbana de Preservação Permanente - ZUPP;
- VII. Zona de Uso Preferencialmente Residencial - ZUR;
- VIII. Zona de Zona Industrial e Comercial – ZIC;
- IX. Áreas de Diretrizes Especiais de Atividades de Mineração – ADE Mineração.

Ainda de acordo com a lei, a Zona Urbana das Ambiências dos Monumentos Históricos de Congonhas – esta zona é definida pelo Perímetro das Ambiências dos Monumentos Históricos de Congonhas aprovado pela Lei 2.419 de 05/06/2003. O uso e a ocupação do solo nesta zona deverão atender ao disposto na Lei 2.457 de 06/01/2004, que dispõe sobre as normas e as diretrizes de uso e ocupação do solo nas Ambiências dos Monumentos Históricos de Congonhas.

A Zona de Uso Preferencialmente Residencial é dividida em quatro modalidades:

---

<sup>3</sup> Mapa elaborado pela Prefeitura de Congonhas.

<sup>4</sup> Lei Complementar Nº 2.624 de 2006, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Congonhas. Acesso em 03 ago. 2020.

- ZUR1: áreas destinadas a lotes com área mínima de 200m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), testada mínima de 10m (dez metros) e edificações com até 04 (quatro) pavimentos, destinadas aos usos também institucional, comercial e de prestação de serviços.
- ZUR2: áreas destinadas a lotes com área mínima de 300m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), testada mínima de 10m (dez metros) e edificações com até 04 (quatro) pavimentos, destinadas aos usos também institucional, comercial e de prestação de serviços.
- ZUR3: áreas a serem ocupadas com baixa densidade, com lotes de área mínima de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), testada mínima de 20m (vinte metros) e edificações com até 02 (dois) pavimentos, destinadas aos usos também institucional, comercial e de prestação de serviços.
- ZUR4: áreas a serem ocupadas com baixa densidade, com lotes de área mínima de 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), testada mínima de 20m (vinte metros) e edificações com até 02 (dois) pavimentos, destinadas aos usos também institucional, comercial e de prestação de serviços.

A Zona Especial de Interesse Social – ZEIS: áreas caracterizadas por ocupações irregulares, geralmente consolidadas, cujo uso se verifica em áreas com risco de inundação ou desabamentos, de preservação permanente, entre outras situações semelhantes que exigem do Poder Público projetos de regularização fundiária, remanejamento de moradias ou a integração de programas habitacionais. A área deverá ser objeto de cadastramento detalhado e elaboração de projetos, para sua urbanização, regularização fundiária plena, e remanejamento de moradias, se necessário, devendo esses projetos estar integrados a programas habitacionais.

A Zona Comercial é dividida em três modalidades,

- ZC1: áreas a serem ocupadas com baixa e média densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 300m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), testada mínima de 12m (doze metros) e edificações com até 06 (seis) pavimentos, destinadas aos usos também institucional, residencial e de prestação de serviços.
- ZC2: áreas a serem ocupadas com média densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), testada mínima de 12m



(doze metros) e edificações com até 06 (seis) pavimentos, destinadas aos usos também institucional, residencial e de prestação de serviços.

- ZC3: áreas a serem ocupadas com média e alta densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), testada mínima de 12m (doze metros), sem limitação de pavimentos, destinadas aos usos também institucional, residencial e de prestação de serviços.

A Zona de Interesse Industrial e Comercial é dividida em duas modalidades,

- ZIC1: áreas a serem ocupadas com baixa e média densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), testada mínima de 30m (trinta metros) e edificações com até 04 (quatro) pavimentos, destinadas aos usos também institucionais e de prestação de serviços.

- ZIC 2: compreende a região do Aterro Sanitário e seu entorno, com áreas a serem ocupadas com baixa e média densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 1.500m<sup>2</sup> (uns mil e quinhentos metros quadrados), testada mínima de 20m (vinte metros) e edificações com até 02 (dois) pavimentos, destinadas aos usos também residencial, institucional e de prestação de serviços.

A Zona Especial de Projeto é dividida em cinco modalidades

- ZEP 1 – áreas dentro do perímetro urbano com parcelamentos aprovados e não implantados ou implantados em parte, com indefinição de greide e de alinhamento, com problemas de intercessões e de geometria das vias, e com problemas e riscos de degradação ambiental. Estas áreas deverão ser objeto de projetos de regularização da ocupação, remanejamento de assentamentos, tratamento e recuperação de terrenos, revisão de projeto, definição sobre usos permitidos e parâmetros urbanísticos para sua ocupação, no prazo de 12 (doze) meses a partir de data de aprovação desta Lei;
- ZEP 2 – áreas indivisas dentro do perímetro urbano, impróprias para o parcelamento e/ou ocupação devido à declividade, à degradação existente, aos riscos de inundação, aos processos erosivos, que deverão ser objeto de estudos específicos e projetos de recuperação, consolidação e proteção com o objetivo de criação de áreas verdes para ambientação urbana e espaços de lazer, no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de publicação desta Lei;
- ZEP 3 – áreas dentro do perímetro urbano destinadas à elaboração e implantação de projetos viários em geral, articulações e interseções de vias existentes, obras de drenagem e canalizações, instalação de equipamentos de infraestrutura urbana, obras

para recuperação e revitalização de terrenos com ocupação e parcelamentos precários nas áreas marginais do rio Maranhão e do ribeirão Santo Antônio, obras para implantação de novas vias conforme o Mapa Sistema Viário Principal e Proposta de Complementação, anexo a esta Lei, bem como outras destinações em termos de serviços e equipamentos de infraestrutura urbana. A elaboração dos projetos e início das obras deverá ocorrer no prazo de 12 (doze) meses a partir da aprovação desta Lei, tendo em vista a melhoria das condições de ocupação do solo, circulação e paisagem da cidade. Após a implantação dos projetos nas ZEP 3 integradas pelo sistema viário existente, os terrenos lindeiros a essas vias serão caracterizados como Zona Comercial – ZC. Após a implantação dos projetos nas ZEP 3 relacionadas às propostas de complementação do Sistema Viário Principal, conforme Mapa anexo a esta Lei, os corredores resultantes deverão, gradativamente, integrar futuros parcelamentos, dando continuidade ao tecido urbano e constituindo novas ZC.

- ZEP 4 – áreas indivisas e/ou desmembradas, em parte, situadas às margens da BR 040, que deverão ser objeto de projetos viários em geral como tratamento de vias secundárias existentes e paralelas à faixa de domínio da rodovia, estudo de intercessões de vias existentes, obras de drenagem e canalizações, recuperação de áreas de risco, entre outros aspectos a serem definidos a partir dos levantamentos necessários, tendo em vista sua caracterização como ZEU 5, conforme Lei de Parcelamento do Solo. A elaboração desses projetos deverá se dar no prazo de 12 (doze) meses a partir da data de aprovação desta Lei. Neste período não serão permitidos loteamentos e desmembramentos nestas áreas. Os parcelamentos implantados na ZEU 5 serão caracterizados como ZIC.

- ZEP 5 - áreas situadas às margens da BR 040, onde serão necessários projetos viários em geral como prolongamentos e interseções de vias existentes, tratamento e/ou implantação de vias secundárias paralelas à faixa de domínio, obras de drenagem e canalizações, instalações de equipamentos de infraestrutura urbana, obras de recuperação de áreas de risco, projetos para recuperação de áreas com ocupação e parcelamento precários, cadastramento desses parcelamentos para definições sobre greide, alinhamento, infraestrutura e espaços a serem destinados a equipamentos sociais e comunitários e áreas livres de uso público. A elaboração desses projetos deverá se dar no prazo de 12 (doze) meses a partir da data de aprovação desta Lei. Neste período não serão permitidos loteamentos e desmembramentos nestas áreas. Após a implantação

dos projetos na ZEP 5, as áreas remanescentes, que permanecerem lindeiras à BR 040, serão caracterizadas como ZEU 5 conforme Lei de Parcelamento do Solo, desde que sejam implantadas vias secundárias paralelas à faixa de domínio, para acesso a esses parcelamentos, que serão caracterizados como ZIC.

A Zona de Interesse Especial é dividida em duas modalidades,

- ZIE1: áreas a serem ocupadas com baixa e média densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados), testada mínima de 15m (quinze metros) e edificações com até 06 (seis) pavimentos, destinada ao uso institucional.
- ZIE2: áreas a serem ocupadas com baixa e média densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), testada mínima de 20m (vinte metros) e edificações com até 06 (seis) pavimentos, destinada ao uso institucional.

Considera-se Zona Urbana de Preservação Permanente - ZUPP: áreas consideradas de preservação permanente pela Lei Federal 4.771 de 15/09/65 - Código Florestal, pela Lei Estadual 14.309 de 19/06/02 e demais leis ambientais em vigor, bem como as praças e os parques urbanos públicos implantados, em processo de implantação ou com áreas já reservadas para essa utilização, áreas que pelas condições geológicas do solo, recursos hídricos e paisagísticos não poderão ser parceladas, as faixas de servidão das linhas de transmissão de energia elétrica (LT) que atravessam a área urbana, de acordo com as normas da CEMIG, as faixas de servidão das adutoras de abastecimento de água, de acordo com as normas da COPASA, demais faixas de servidão existentes, as áreas com declividade acima de 47% (quarenta e sete por cento) e as faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

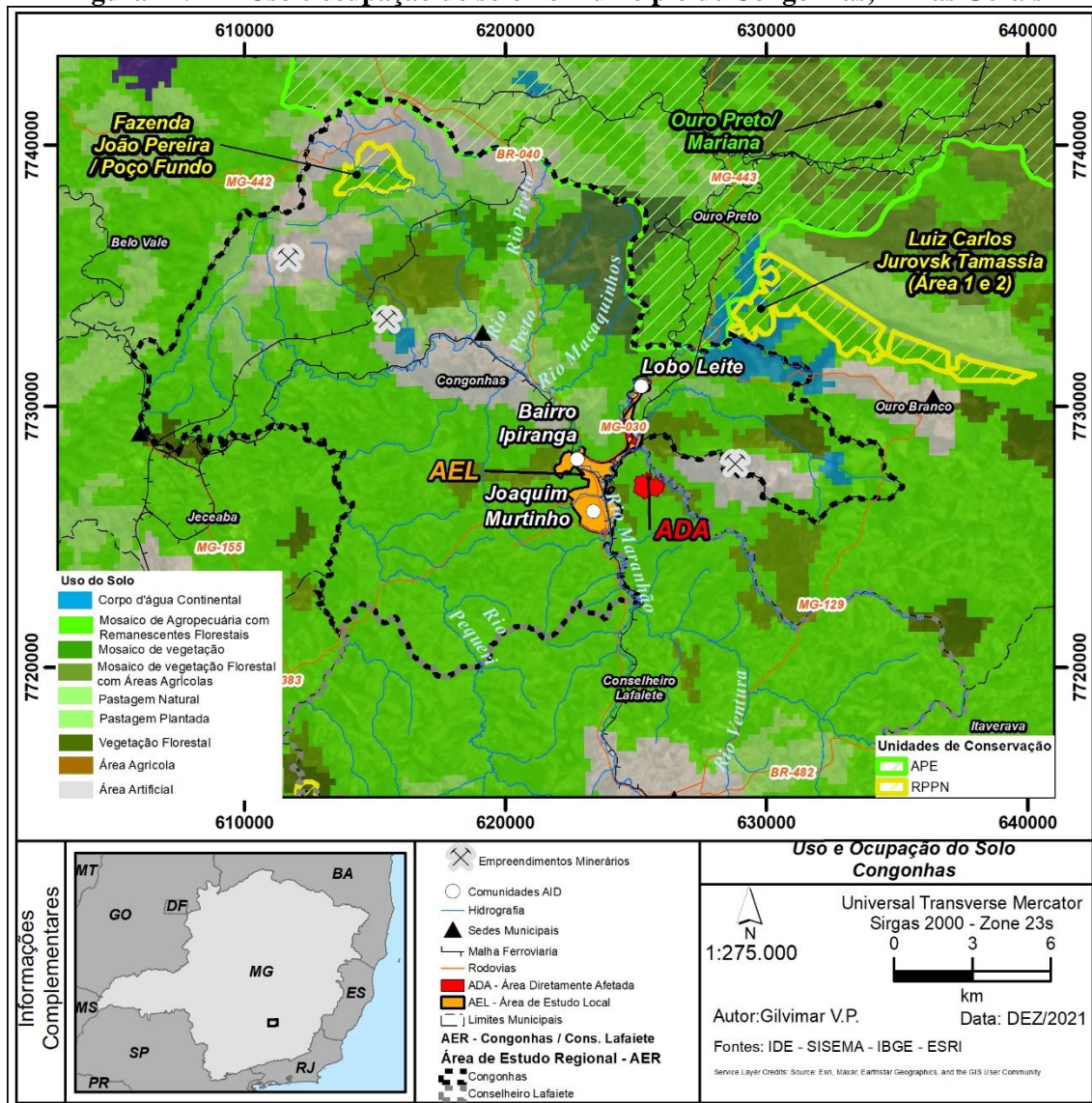
A Zona de Expansão Urbana é dividida em seis modalidades,

- ZEU1: lotes mínimos de 300m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com 10m (dez metros) de testada mínima. Os parcelamentos aprovados na ZEU1 serão caracterizados como ZUR1;
- ZEU2: lotes mínimos de 360m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com 12m (doze metros) de testada mínima. Os parcelamentos aprovados na ZEU2 serão caracterizados como ZUR2;
- ZEU3: lotes mínimos de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), com 20m (vinte metros) de testada mínima. Os parcelamentos aprovados na ZEU3 serão caracterizados como ZUR3;

**PROJETO 4M**  
**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA VOLUME II TOMO III**

- ZEU4: lotes mínimos de 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), com 20m (vinte metros) de testada mínima. Os parcelamentos aprovados na ZEU 4 serão caracterizados como ZUR4;
- ZEU5: lotes mínimos de 1.500m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados), com 20m (vinte metros) de testada mínima. Os parcelamentos aprovados na ZEU5 serão caracterizados como ZIC;
- ZEU Social: constitui áreas destinadas à implantação de parcelamentos de interesse social. Os parcelamentos aprovados na ZEU Social serão caracterizados como ZEIS I.

**Figura 11.11 – Uso e ocupação do solo no município de Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2022.

A Zona de Interesse Ambiental – ZIA: áreas a serem ocupadas com baixa densidade, podendo ser parceladas com lotes mínimos de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), testada

mínima de 20m (vinte metros), onde serão permitidas edificações destinadas ao uso residencial unifamiliar e multifamiliar, residencial misto, institucional, comercial e de prestação de serviços de pequeno porte com, no máximo, 02 (dois) pavimentos, que não caracterizem como entorno paisagístico e ambiental da ZUHM, devendo ser submetido o projeto de aprovação ao COMUPHAC e ao CODEMA.

Por fim, a Áreas de Diretrizes Especiais de Atividades de Mineração – ADE Mineração: constituídas pelas áreas comprometidas com empreendimentos de mineração no território municipal, em atividade, em processo de implantação, ou com autorização já concedida. A Figura 11.11 traz o uso e ocupação do solo, mostrando que a ADA do projeto 4M, de acordo com a base de dados do IDE-SISEMA encontra-se em sua maioria inserida no mosaico de agropecuária com remanescentes florestais e uma pequena porção no mosaico de vegetação florestal com áreas agrícolas.

#### **d) Uso da Água**

Conforme a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2017 o uso de água em Congonhas correspondeu a 0,529m<sup>3</sup>/s. Consta-se a partir do Quadro 11.1, que a demanda total é responsável por captar 2,05603 m<sup>3</sup>/s de água do município, apresentando um consumo de 0,52886m<sup>3</sup>/s, o que equivale a 25,69%, da demanda e 1,52952m<sup>3</sup>/s. Com isso, tem-se que a demanda de maior retirada é a mineração. O segundo maior uso foi o humano urbano, seguida da indústria.

**Quadro 11.1 - Uso de água no município de Congonhas, MG**

<b>Tipo de uso</b>	<b>Vazão (m<sup>3</sup>/s)</b>
Humano Urbano – Retirada	0,08883
Humano Urbano – Consumo	0,01777
Humano Urbano – Retorno	0,07106
Humano rural – Retirada	0,00108
Humano rural – Consumo	0,00086
Humano rural – Retorno	0,00257
Indústria – Retirada	0,00351
Indústria – Consumo	0,00094
Indústria – Retorno	0,00257
Mineração – Retirada	1,95923
Mineração – Consumo	0,50669
Mineração – Retorno	1,45254
Termelétricas – Retirada	0,0
Termelétricas – Consumo	0,0
Termelétricas – Retorno	0,0



**PROJETO 4M**  
**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA VOLUME II TOMO III**

Abastecimento Animal – Retirada	0,00261
Abastecimento Animal – Consumo	0,00188
Abastecimento Animal – Retorno	0,00073
Agricultura Irrigada – Retirada	0,00077
Agricultura Irrigada – Consumo	0,00072
Agricultura Irrigada - Retorno	0,00005
Demanda Total – Retirada	2,05603
Demanda Total – Consumo	0,52886
Demanda Total – Retorno	1,52952

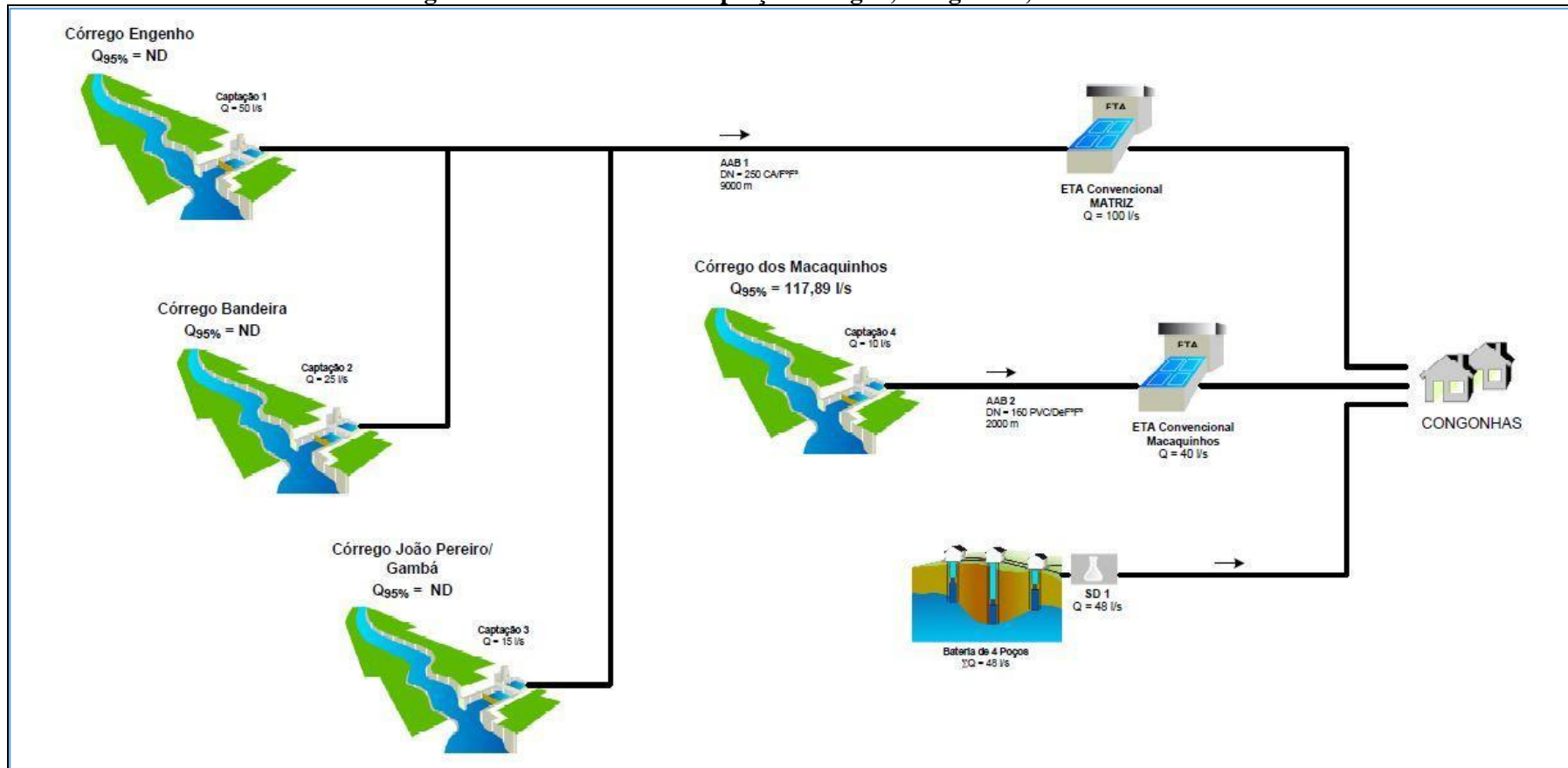
Fonte: ANA, 2017.

O abastecimento urbano de água nos municípios de Congonhas é realizado pela concessionária COPASA. Segundo a plataforma ANA – Agência Nacional das Águas, este abastecimento necessita de investimento no sistema de abastecimento.

Em Congonhas a captação de água é realizada em três sistemas distintos, que reunidos configuram o sistema de abastecimento de água do município, conforme mostrado na Figura 11.12, sendo eles: Córrego Macaquinhos (fio d'água); Córrego do Engenho, Córrego Bandeira e Córrego João Pereiro/Gambá (fio d'água) e; Bateria de 04 poços.

Os dois sistemas de captação a fio d'água, após a captação, o recurso passa por uma Estação de Tratamento de Água – ETA. Existem duas ETA's compondo o sistema, a ETA Convencional Matriz tratando a água dos córregos do Engenho, Bandeira e João Pereiro/Gambá e a ETA Convencional Macaquinhos tratando a água do córrego Macaquinhos. Após passar pelas unidades de tratamento a água segue para as residências da sede municipal de Congonhas. Já a bateria de 04 poços é captada, recebe um tratamento químico e assim é encaminhada a sede municipal de Congonhas.

Figura 11.12 – Sistema de Captação de Água, Congonhas, Minas Gerais

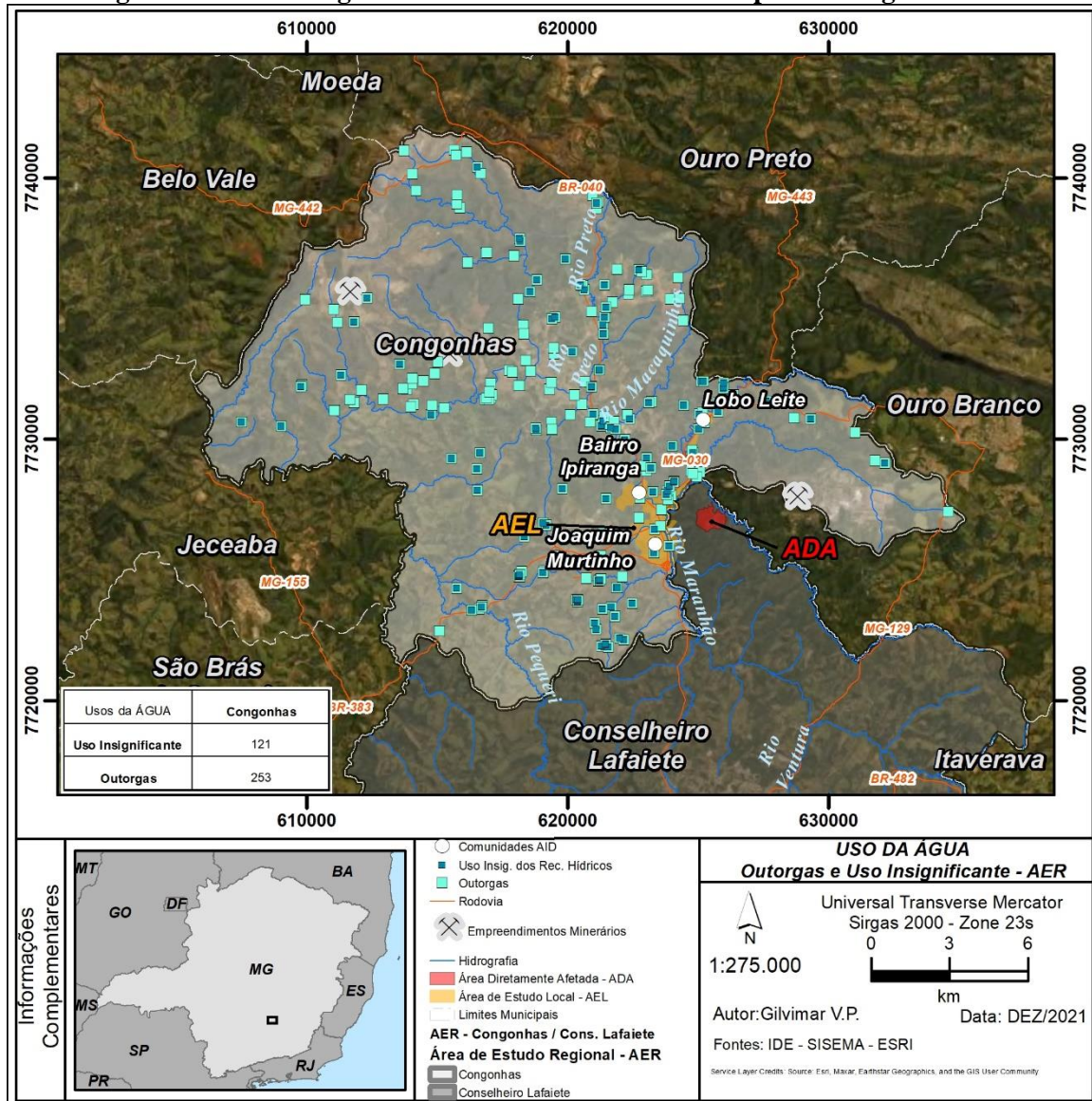


POPULAÇÃO URBANA (hab)	SISTEMA PRODUTOR	TIPOS DE CAPTAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA ISOLADO CONGONHAS	Nº
<ul style="list-style-type: none"> <li>Bairro/Distrito/Povoado De 50.000 a 250.000</li> <li>Até 5.000 De 250.000 a 1.000.000</li> <li>De 5.000 a 50.000 Mais de 1.000.000</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adutora</li> <li>Estação Elevatória</li> <li>Estação de Tratamento de Água</li> <li>Dessalinizador</li> <li>Tratamento</li> <li>Filtros</li> <li>Reservatório Apoiado</li> <li>Reservatório Elevado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Captação Rio d'Água/Tomada Direta</li> <li>Barragem/ Apude</li> <li>Poço</li> <li>Bateria de n poços</li> <li>Charutz</li> <li>Carro-pipa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existente</li> <li>Projetado</li> <li>Em Obras</li> </ul>	<p>Município: CONGONHAS Estado: MINAS GERAIS Data: 25/08/2009</p> <p>consórcio ENGECORPES GEOAMBIENTE</p>	<p>0000</p> <p>Código</p> <p>Fonte COPASA</p>

Fonte: ANA, 2009.

Segundo a plataforma IDE-SISEMA, foi possível identificar no município de Congonhas um elevado quantitativo de cadastros de usos insignificantes e outorgas, como mostra a Figura 11.13 traz a distribuição dos 374 pontos no município de Congonhas, sendo 121 cadastros de uso insignificante e 253 outorgas.

**Figura 11.13 - Outorgas hídricas cadastradas no município de Congonhas MG**



Fonte: CERN, 2022.

### e) Sistema viário e infraestrutura local e regional

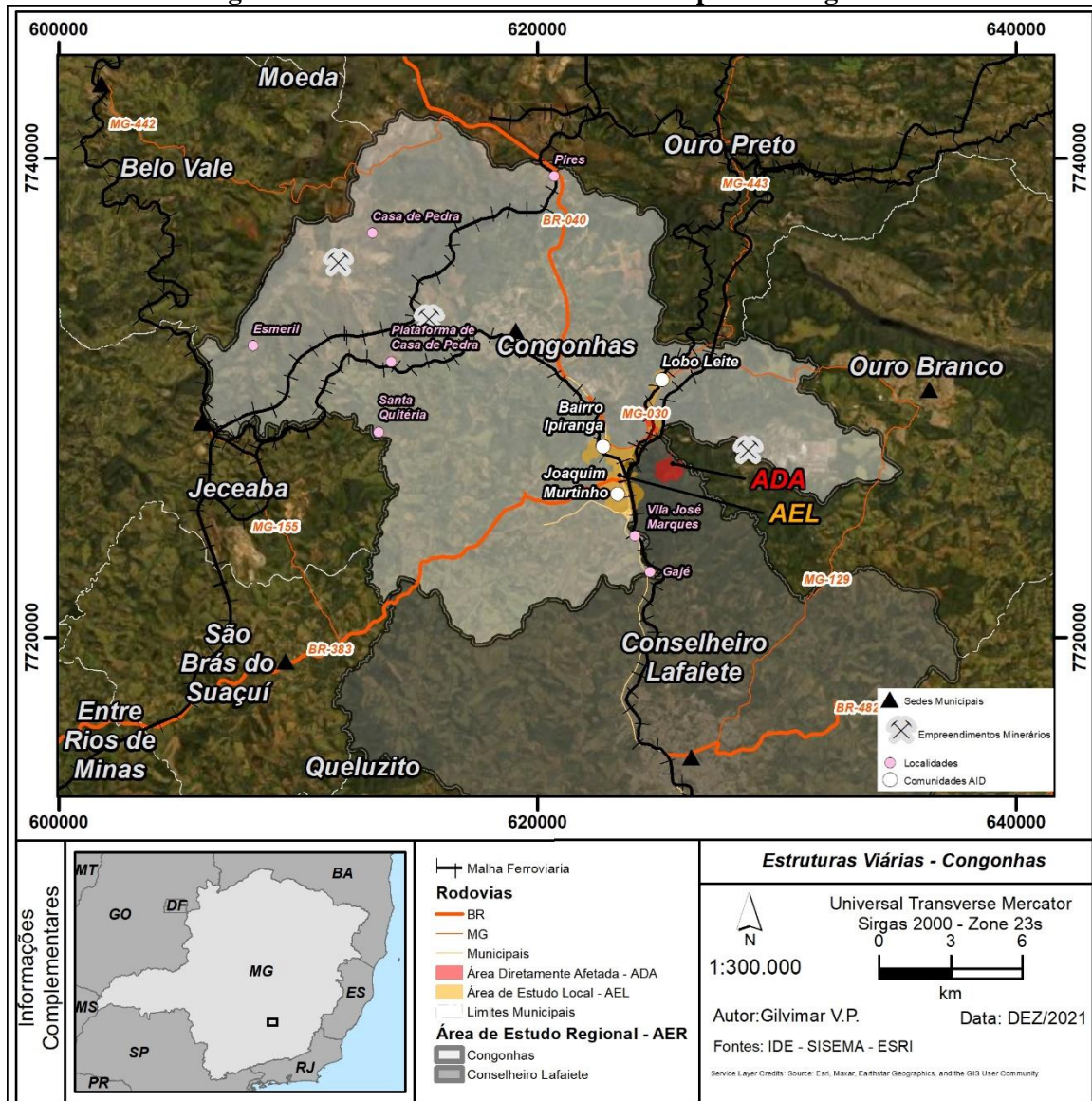
A Lei Orgânica Municipal n°1, de 19 de novembro de 1990, estipula que é função do município garantir e melhorar a circulação e o transporte urbano proporcionando deslocamento intra e interurbanos que atenda à necessidade da população, priorizar o transporte coletivo em relação ao transporte individual tornando-o um provedor eficaz e democrático de mobilidade



e acessibilidade urbana, além de adequar o sistema viário, tornando-o mais abrangente e funcional, especialmente nas áreas de urbanização incompleta, visando à sua estruturação e ligação entre os diversos núcleos urbanos da região.

Sendo assim, vale a pena ressaltar que a principal via de acesso ao município e que o liga aos demais municípios da região e a capital do estado de Minas Gerais é a via BR-040.

Figura 11.14 - Estrutura viária do município de Congonhas



Fonte: CERN, 2022.

No tocante do transporte público, o município é atendido pela empresa Turin, que desde o primeiro dia do ano de 2021 disponibiliza o serviço de transporte, ligando os bairros do município.

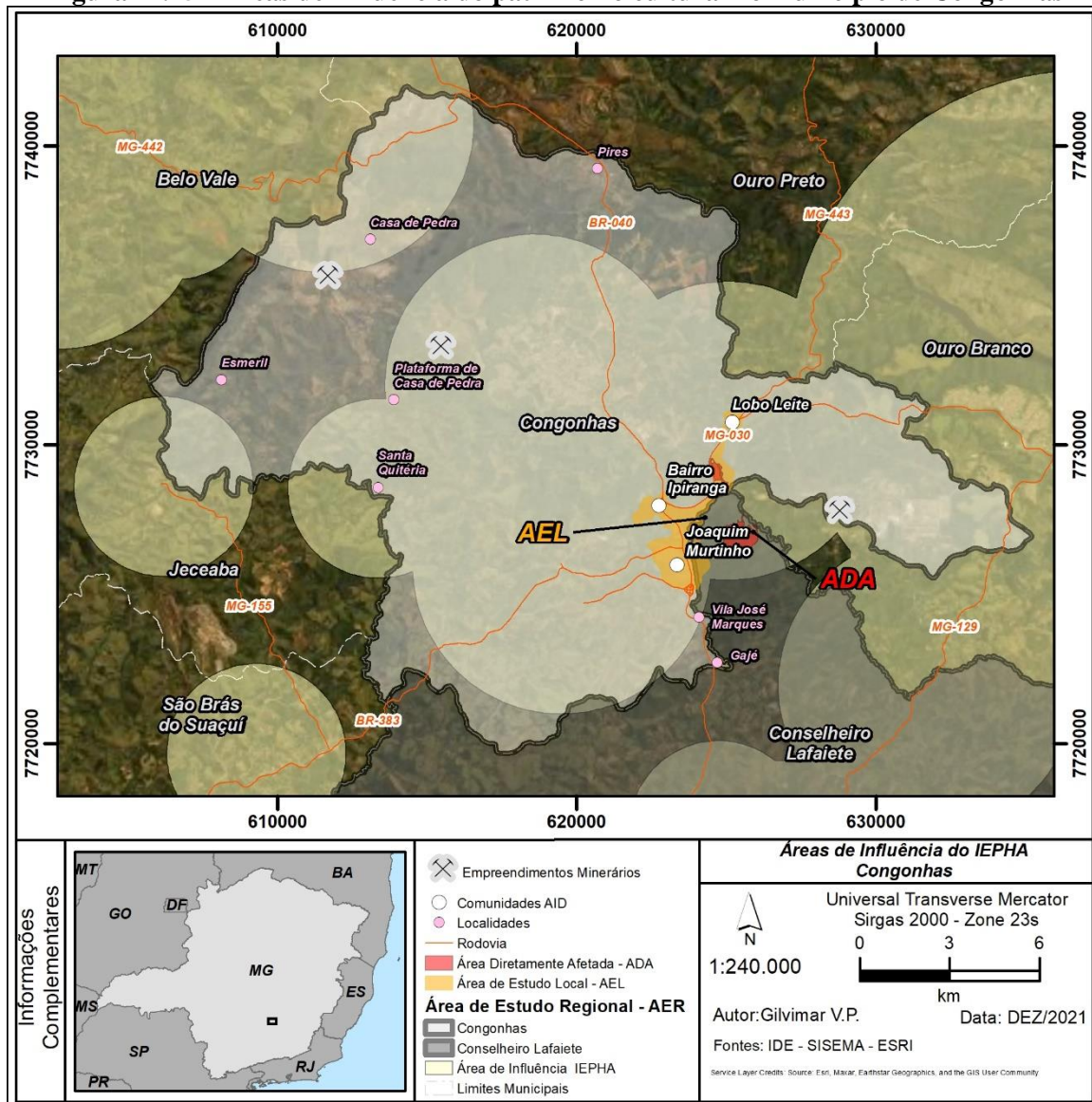
Para realização dos serviços de transporte intermunicipal a empresa Comércio, Lubrificantes, Peças LTDA atua na região com rotas de Congonhas para Conselheiro Lafaiete, e Congonhas para Ouro Branco. A figura a seguir ilustra os aspectos do sistema viário municipal.

#### **f) Patrimônio Natural e Cultural**

No que remete ao patrimônio cultural, Congonhas guarda um rico acervo patrimonial, possuindo um dos mais importantes acervos arquitetônicos e artísticos representativos da arte mineira.

Além de ser um testemunho das construções e dos programas decorativos do barroco mineiro, registra as manifestações do ecletismo dos séculos XIX e XX. A Figura 11.15, a seguir traz a as áreas de influência do patrimônio cultural instituídas pelo IEPHA no município de Congonhas, detentoras de bens culturais materiais reconhecidos a nível estadual e municipal, bem como, bens culturais imateriais relacionados a saberes, celebrações e lugares, no município de Congonhas foram identificados aproximadamente 07 (sete) raios de influência.

Figura 11.15 - Áreas de influência do patrimônio cultural no município de Congonhas



Fonte: CERN, 2022.

➤ Patrimônio material

Em nível federal, o município de Congonhas possui 04 bens materiais tombados pelo IPHAN: Conjunto Arquitetônico Paisagístico e Escultórico do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Coleção de ex-votos pertencentes ao Santuário de Bom Jesus de Matosinhos – Coleção de 89 ex-votos pintados, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Congonhas. No âmbito estadual, pelo IEPHA, o município de Congonhas possui 03 bens materiais tombados: Capela de Nossa Senhora, Igreja de Nossa Senhora da Ajuda (também tombado pelo município), e local denominado Romarias (Sede). E, por fim, em nível municipal ainda se registra a ocorrência de mais 14 bens materiais culturais

tombados. Além dos bens tombados, ainda, verifica-se a ocorrência de mais 73 bens culturais inventariados pela Prefeitura Municipal de Congonhas. O Quadro 11.2, traz a listagem dos bens culturais materiais do município de Congonhas.

**Quadro 11.2 - Bens Culturais Materiais tombados no município de Congonhas-MG**

Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIDADE E ÁREA DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE TOMBAMENTO	TOMBAMENTO
01	Coleção de ex-votos pertencentes ao Santuário de Bom Jesus de Matosinhos – Coleção de 89 ex-votos pintados	Santuário de Bom Jesus de Matosinhos	Federal	Processo nº 1039-T-80
02	Conj. Arquit. Paisag. E Escultórico do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos	-	Federal/Municipal	Decreto Federal nº 0075-T-38; Decreto Municipal 3.343/2002
03	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Praça Sete de setembro s/nº	Federal/Municipal	Decreto Municipal nº 3.374/2004
04	Conj. Arquit. E Urbanístico da Cidade de Congonhas	-	Federal/ Municipal	Decreto Municipal nº 5.222/2010
05	Centro Histórico cultural “Romaria”	Alameda Cidade Matosinhos de Portugal nº 154	Estadual/Municipal	Decreto Estadual nº 21.178/1981/ Decreto Municipal nº 3.343/2002
06	Capela de Nossa Senhora da Soledade	Lobo Leite	Estadual/Municipal T/I	Decreto Municipal 3.374/2004
07	Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	Alto Maranhão	Estadual/Municipal	Decreto Municipal nº 3.374/2004
08	Estação Ferroviária de Congonhas	Avenida Governador Valadares, s/n ou Rua Antônio Nicolau, s/n	Municipal	Decreto Municipal 6885/2019



09	Casarão à Rua Padre José Júlio nº 163	Rua José Júlio nº 163	Municipal	Decreto Municipal nº 3.374/2004
10	Estação Ferroviária de Lobo Leite	Praça Doutor Álvaro Lobo Leite s/nº	Municipal	Decreto Municipal nº 3.374/2004
11	Igreja do Rosário	Praça do Rosário s/nº - B. do Rosário	Municipal	Decreto Municipal nº 3.374/2002
12	Igreja São José de Congonhas	Rua Bom Jesus s/nº	Municipal	Decreto Municipal nº 3.343/2002
13	Imóvel do Santuário da Basílica do Sr. Bom Jesus de Matosinhos	Praça da Basílica s/nº	Municipal	Decreto Municipal nº 3.343/2002
14	Museu da Imagem e da Memória	Rua Bom Jesus nº250	Municipal	Decreto Municipal nº 3.343/2002
15	Sr. Morto – Basílica do Sr. Bom Jesus de Matozinhos	Basílica do Sr. Bom Jesus de Matozinhos – Praça do Santuário s/nº	Municipal	Decreto Municipal nº 3.374/2004
16	Conjunto das Capelas dos Passos da Paixão	Praça da Basílica s/º	Municipal	Decreto Municipal nº 3.343/2002
17	Conjunto escultórico dos Profetas	Adro do Santuário do Sr. Bom Jesus de Matozinhos	Municipal	-
18	Senhor Jacente	Praça do Santuário	Municipal	Decreto Municipal nº 3.374/2004
19	Edificação à Alameda	Cidade Matozinhos de Portugal, nº 153	Municipal	Decreto Municipal nº 3.343/2002

Fonte: IPAC, 2022.

As Figuras 11.16 e 11.17 mostram duas edificações tombadas.

**Figura 11.16 –Complexo do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.17 – Capela pertencente ao complexo Passos da Paixão de Cristo**



Fonte: CERN, 2021.

➤ Patrimônio Imaterial

O município de Congonhas abriga um rico patrimônio histórico-cultural que apresenta bens imateriais reconhecidos a nível federal, estadual e municipal. No que concerne aos bens imateriais reconhecidos pelo IPHAN, registra-se a presença dos bens: Roda de Capoeira; Ofício Mestre de Capoeira, Toque dos Sinos, Ofício de Sineiros e Ofício de Queijo Artesanal como mostra o quadro a seguir.

**Quadro 11.3 - Bens Culturais Imateriais reconhecidos pelo IPHAN no município de Congonhas, MG**

Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIDADE	NÍVEL DE TOMBAMENTO
01	Linguagem dos Sinos	Igrejas: Matriz de Nossa Senhora da Conceição; Matriz de São José Operário; Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas; Igreja do Rosário.	Federal/Municipal
02	Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira	Congonhas	Federal

Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2022.

As Figuras 11.18 e 11.19 mostram o grupo de Capoeira Terra Preta.

**Figura 11.18 – Grupo de Capoeira Terra Preta**



Fonte: Arquivo pessoal do grupo, 2019.

**Figura 11.19 – Grupo de Capoeira Terra Preta**



Fonte: Arquivo pessoal do grupo, 2019.

Além dos bens culturais imateriais em Congonhas, reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, dois tipos de patrimônio cultural do Brasil se encontram em processo de registro pelo IPHAN: “Congadas de Minas” e “Ofício das Quitadeiras de Minas Gerais”. A ocorrência desses bens no município é apresentada no Quadro 11.4 e em registros de figuras, nas Figuras 11.20 e 11.21.

**Quadro 11.4 - Bens Culturais Imateriais em processo de registro pelo IPHAN no município de Congonhas, MG**

Nº	Tipo de Patrimônio	Bens Culturais	Localização
01	Congadas de Minas e Bens Culturais Associados	Festa de Nossa Senhora do Rosário	Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Congonhas - MG
		Guarda de Congado Marujo Marinheiro Sereia do Mar	Rua Carlota Cordeiro, Gualter Monteiro, Congonhas - MG
02	Ofício das Quitadeiras de Minas Gerais	Renato Dutra	R. Granito, 58, Residencial Vila Rica – Congonhas/MG
		Alice Carvalho Bermini	Av. Roma, 183 – Congonhas/MG
		Sonia Maria do Nascimento	R. Ceará, 43, Bom Jesus – Congonhas/MG

Fonte: IEPHA/MG, 2021.

Figura 11.20 - Guarda de congado Marujo Marinheiro Sereia do Mar



Fonte: Arquivo pessoal do grupo, 2019

Figura 11.21- Guarda de congado Marujo Marinheiro Sereia do Mar



Fonte: Arquivo pessoal do grupo, 2019.

Em âmbito estadual, foi identificada pelo IEPHA, como patrimônio imaterial no município de Congonhas a ocorrência das Folias de Minas, das Violas de Minas e de Luthiers, que ocorrem no município como mostra o Quadro 11.5.

Quadro 11.5 - Bens Culturais Imateriais registrados em âmbito estadual no município de Congonhas, MG

Tipo de Patrimônio	Nº	Bens Culturais	Localização
Folias de Minas	01	Folia de Santos Reis	Santa Quitéria, Congonhas - MG
	02	Folia de Santos Reis e São Sebastião de Santa Quitéria	Santa Quitéria, Congonhas - MG
	03	Folia de Santos Reis e São Sebastião com Proteção de São José	Bairro Cristo Rei, Congonhas - MG
	04	Folia do Dom Oscar	Pequerí, Congonhas - MG
	05	Folia do Menino Jesus e São Sebastião da Praia	Bairro da Praia, Congonhas - MG
	06	Folia do Procópio, dos Santos Reis e São Sebastião	-
Violas de Minas	07	Luiz Antônio Marciano	-
	08	João Damasceno	Sede, Congonhas - MG
	09	Daniella Cordeiro Nascimento	Sede, Congonhas - MG
Luthiers	10	Luiz Antônio Marciano	-
	11	Daniella Cordeiro Nascimento	Sede, Congonhas - MG

Fonte: IEPHA/MG, 2022.

Na esfera municipal, conforme apresenta a listagem do Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais - IPAC/MG de Congonhas, não há bens registrados pelo município.



No que remete aos bens culturais imateriais inventariados no município de Congonhas, o Quadro 11.6, apresenta um quantitativo de 16 bens imateriais, que abarcam celebrações, saberes e formas de expressão.

**Quadro 11.6 - Bens Culturais Imateriais inventariados no município de Congonhas, MG**

Tipo de Patrimônio	Nº	Bens Culturais	Localização
Bens Culturais Imateriais Inventariados: Celebrações	01	Semana Santa	Sede, Congonhas - MG
	02	Homenagem a Nossa Senhora da Soledade	Lobo Leite, Congonhas - MG
	03	Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Sede, Congonhas - MG
	04	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Sede, Congonhas - MG
	05	Festa de Nossa Senhora do Rosário	Sede, Congonhas - MG
	06	Festa de Festival: Quitanda	Sede, Congonhas - MG
	07	Santa Cruz	Sede, Congonhas - MG
	08	Festa de Nossa Senhora de Lourdes (Campinhos)	Sede, Congonhas - MG
	09	Festa de São Cristóvão	Sede, Congonhas - MG
Bens Culturais Imateriais Inventariados: Formas de Expressão	10	Corporação Musical Bom Jesus de matosinhos	Sede, Congonhas - MG
Bens Culturais Imateriais Inventariados: Saberes	11	Tapetes Ornamentais de Rua	Sede, Congonhas - MG
	12	Sineiro	Sede, Congonhas - MG
	13	Cubu	Alto Maranhão, Congonhas - MG
Bens Culturais Imateriais Inventariados: Personalidades	14	Zé Arigó	Sede, Congonhas - MG
	15	Luciomar Sebastião de Jesus	Sede, Congonhas - MG
	16	Emir Santos Macedo	Sede, Congonhas - MG

Fonte: Conselho Municipal de Cultura de Congonhas, MG, 2022

➤ Patrimônio Arqueológico

Quanto ao patrimônio arqueológico, em pesquisa no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos da base de dados do IPHAN, foram identificados 21 sítios, listados no Quadro 11.7.

Quadro 11.7 Sítio arqueológicos em Congonhas, MG

Nº	Nome do Sítio	Categoria	Fonte
01	Fazenda Simão	Multicomponencial - Pré-colonial/Histórico	CNSA/IPHAN
02	Bichento	Não informado	CNSA/IPHAN
03	Esmeril-Aqueduto	Não informado	CNSA/IPHAN
04	Carvalho	Não informado	CNSA/IPHAN
05	Casquinha	Não informado	CNSA/IPHAN
06	Chuvisco	Não informado	CNSA/IPHAN
07	Cruzeiro	Não informado	CNSA/IPHAN
08	Marimbondão	Não informado	CNSA/IPHAN
09	Pesto do Paulo	Não informado	CNSA/IPHAN
10	Pé de Mexerica	Não informado	CNSA/IPHAN
11	Pinheiro	Não informado	CNSA/IPHAN
12	Relâmpago	Não informado	CNSA/IPHAN
13	Pastorzinho	Não informado	CNSA/IPHAN
14	Escancarado	Não informado	CNSA/IPHAN
15	Esmeril	Não informado	CNSA/IPHAN
16	Canal Hidráulico	Unicomponencial - Histórico	CNSA/IPHAN
17	Estação Casa de Pedra	Unicomponencial - Histórico	CNSA/IPHAN
18	Mineração Histórica 4	Unicomponencial - Histórico	CNSA/IPHAN
19	Mineração Histórica 6	Unicomponencial – Histórico	CNSA/IPHAN
20	Mineração Histórica 7	Unicomponencial – Histórico	CNSA/IPHAN
21	Possível Mineração Histórica 5	Unicomponencial - Histórico	CNSA/IPHAN

Fonte: CNSA/IPHAN, 2022.

### g) Nível de vida

#### ➤ Habitação

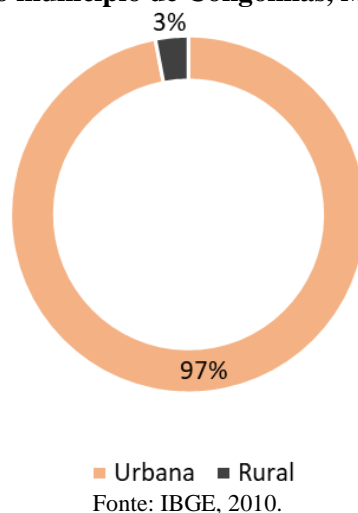
A habitação justifica-se enquanto um objeto de análise social por ser um dos principais problemas sociais do país. Uma das particularidades das desigualdades presentes no Brasil remete às condições precárias de moradia de uma grande parcela da população nacional.

A habitação é um direito social pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal do Brasil. No artigo 25 da Declaração consta que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis” (UNICEF, 2022?).

A Constituição, por sua vez, também preserva este direito ao cidadão quando diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 2022?).

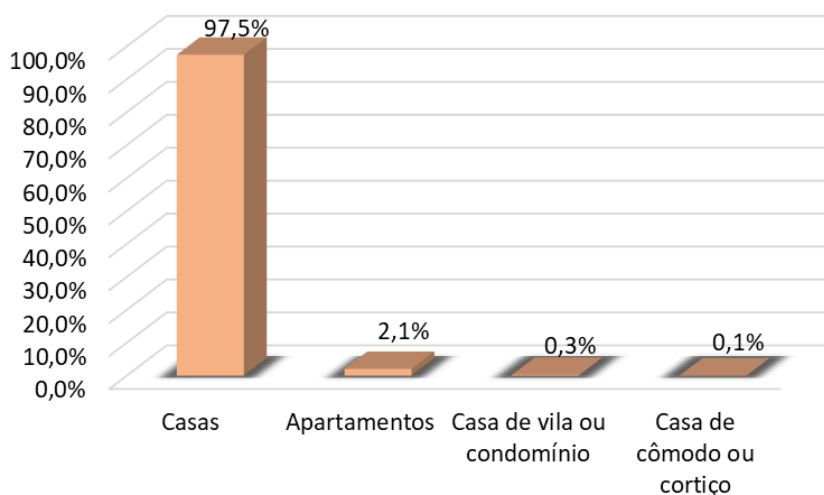
Em Congonhas, dos 14.076 domicílios particulares permanentes registrados em 2010, a maior parte encontrava-se em área urbana, correspondendo a 97% do total, como mostra a Figura 11.22.

**Figura 11.22 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por situação domiciliar, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010**



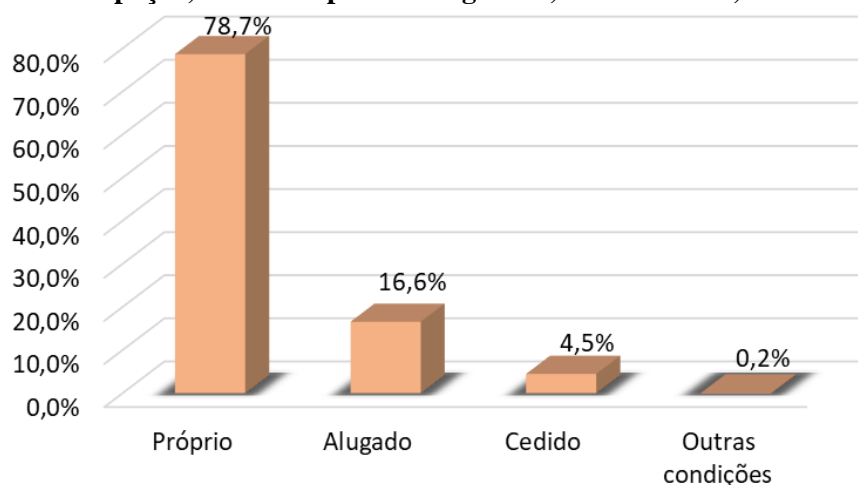
Pode-se observar através da Figura 11.23 que apenas 2,1% dos domicílios no município correspondem a apartamentos, enquanto que a esmagadora maioria de 97,5% se refere a casas, além de 0,4% que se referem às casas de cômodo ou cortiço ou a casas de vila e condomínios.

**Figura 11.23 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por tipo, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010**



Em relação à condição de ocupação dos domicílios, a maioria com 78,7% são próprios, 16,6% são alugados e 4,5% é cedido, como mostra a Figura 11.24.

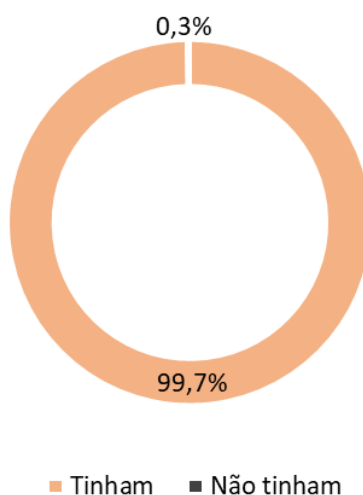
**Figura 11.24 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de ocupação, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto às questões de infraestrutura, apenas 0,3% dos domicílios particulares permanentes do município não contavam com fornecimento de energia elétrica, como mostra a Figura 11.25.

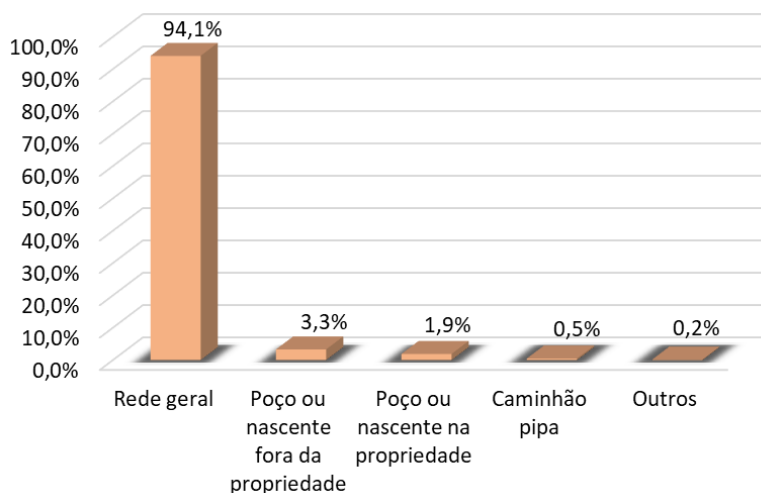
**Figura 11.25 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por fornecimento de energia elétrica, no município de Congonhas, Minas Gerais, 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Em relação ao abastecimento de água, grande parte dos domicílios faz parte da rede geral de abastecimento, o que corresponde a 94,1% do total. Ainda assim, 3,3% são abastecidos por poço ou nascente fora da propriedade, 1,9% por poço ou nascente na propriedade, 0,5% por carro-pipa e algumas casas fazem o armazenamento de água de chuva ou utilizam a rede pluvial, como apresenta a Figura 11.26.

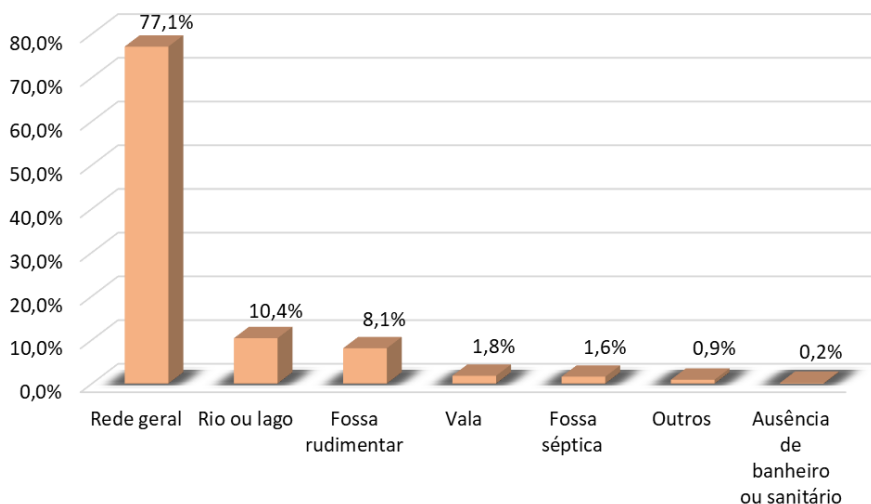
**Figura 11.26 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de abastecimento de água, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Em relação ao esgotamento sanitário nestes domicílios, 77,1% contam com a rede sanitária geral. Outros 10,4% utilizam a rede pluvial, 8,1% fossa rudimentar, 1,8% vala, 1,6% fossa séptica e 0,2% não possuem banheiro ou sanitário, como pode ser observado na Figura 11.27.

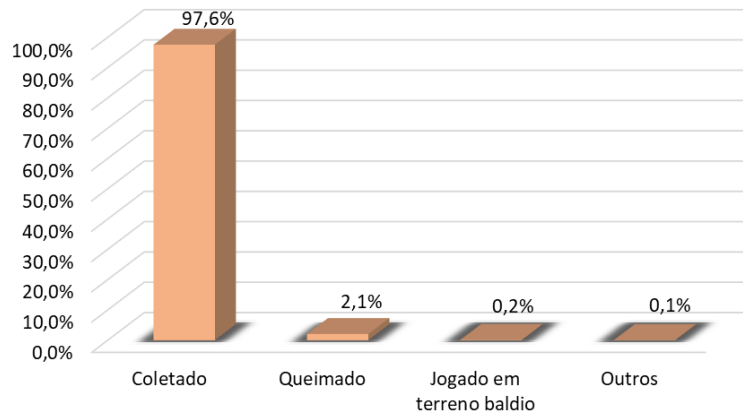
**Figura 11.27 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de esgotamento sanitário no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à destinação do lixo, há coleta para 97,6% dos domicílios, 2,1% queimam o lixo, 0,2% jogam em terreno baldio e alguns domicílios ainda enterram o lixo ou o jogam na rede pluvial, como mostra a Figura 11.28.

**Figura 11.28 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por destinação de lixo no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

### ➤ Educação

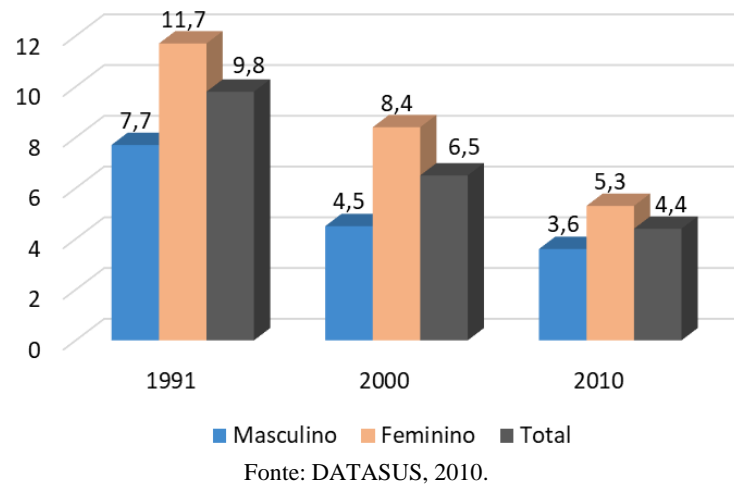
A educação é o processo de formação e ensino aprendizagem do ser humano de modo que ele possa se integrar na sociedade. Deste modo, a educação é uma prática social presente em espaços e períodos da vida social e é objeto de políticas públicas.

A taxa de analfabetismo, segundo dados do DATASUS (disponibilizados no ano de 2022), se refere à participação das pessoas analfabetas em relação ao total de pessoas do mesmo grupo. No município de Congonhas, nas últimas três décadas, a taxa de analfabetismo se apresentou um pouco maior em pessoas do sexo feminino. A Figura 11.29, mostra que em 1991, a taxa de analfabetismo do município era de 9,8% da população total.

Nesta data 7,7% dos homens eram analfabetos, enquanto que as mulheres analfabetas do município correspondiam a 11,7%. Em 2000, as mulheres analfabetas passaram a corresponder a 8,4% delas, no índice dos homens também houve redução, para 4,5%, fazendo a taxa de analfabetismo da população cair para 6,5%. Em 2010 a tendência de quedas se manteve, configurando um percentual de analfabetismo da população de 4,4%.

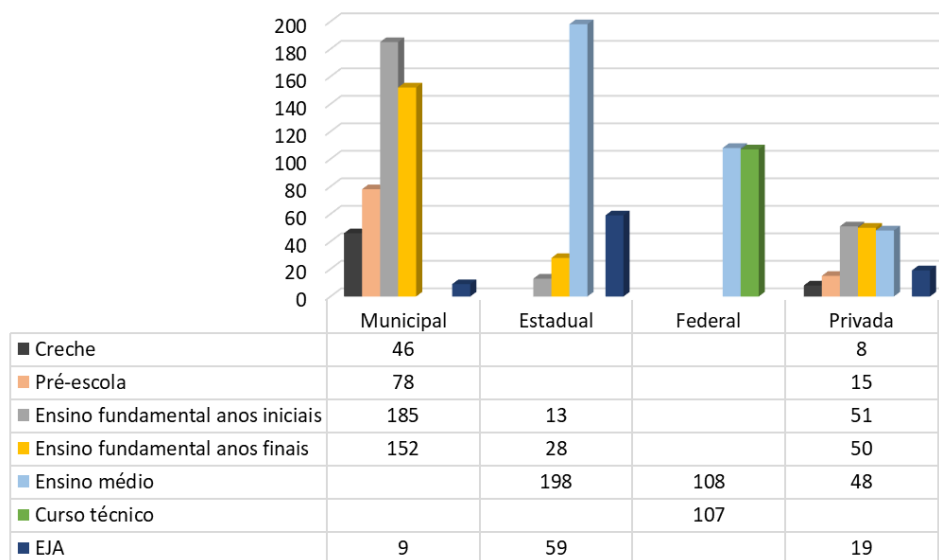
A população masculina correspondeu a 3,6% enquanto a feminina foi de 5,3%. As taxas de analfabetismo de Congonhas se mantiveram significativamente abaixo da taxa nacional em todos os períodos analisados, visto que, no Brasil esta taxa era de 20,1% em 1999, caindo para 13,6% em 2000 até atingir 9,6% em 2010.

**Figura 11.29 - Evolução da taxa de analfabetismo no município de Congonhas, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010**



Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2021, Congonhas contava com 1174 docentes, dos quais 84% atuavam na rede pública de ensino. A maior parte deles leciona para o Ensino Fundamental, correspondendo a 41%. No Ensino Médio estão concentrados 30% desses profissionais, enquanto 9% estão nos cursos técnicos, na Pré-escola são 8% e nas creches 5%. O ensino de jovens e adultos (EJA) concentra os outros 7% dos docentes, como pode ser observado na Figura 11.30.

**Figura 11.30 - Situação dos docentes no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2021**

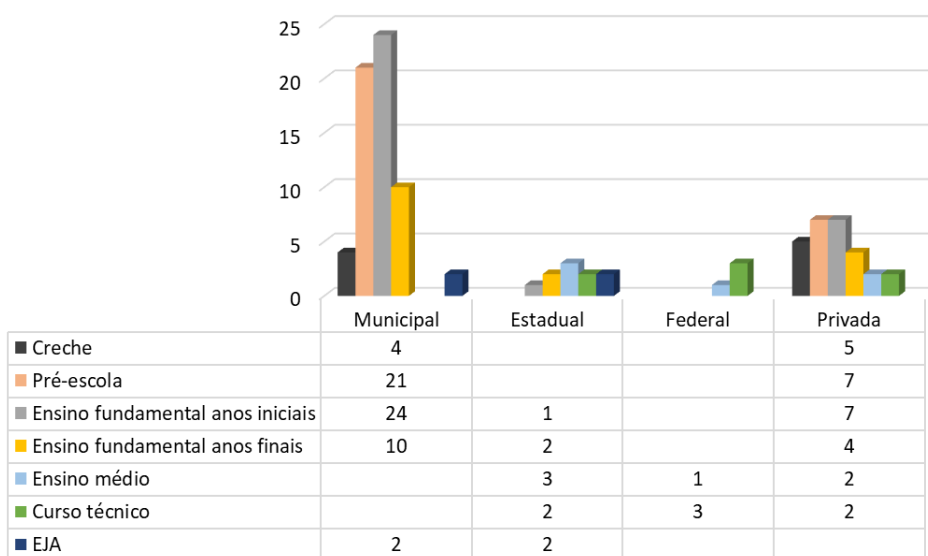


A situação das escolas de Congonhas em 2021 revelou a existência de 102 estabelecimentos de ensino, dos quais 74% compõem a rede pública de ensino. A maior parte dos estabelecimentos, 47% fornecem as séries do Ensino Fundamental. A participação do Ensino Médio foi



de 6%, o EJA representou 4%, os demais tipos de estabelecimentos podem ser observados na Figura 11.31.

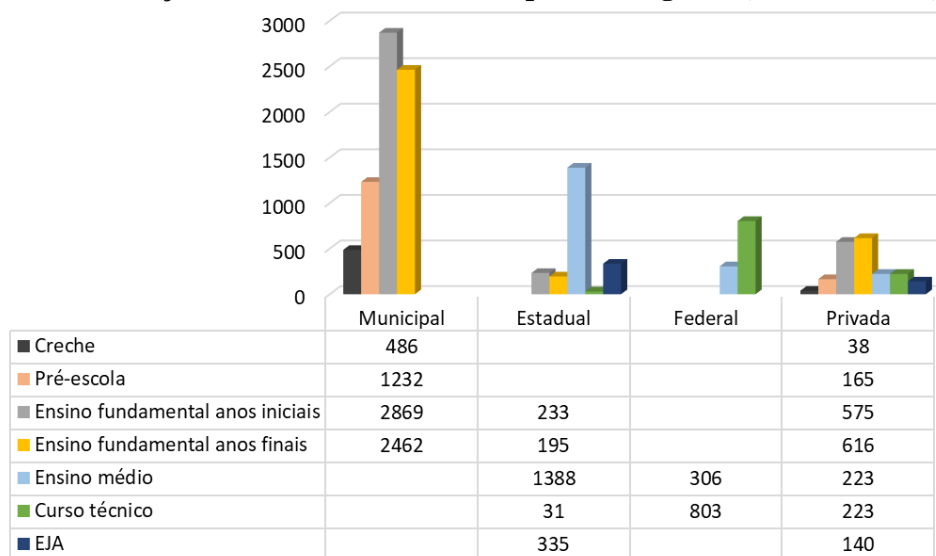
**Figura 11.31 - Situação dos estabelecimentos de ensino no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2021**



Fonte: INEP, 2021.

Em Congonhas, no ano de 2021, das 12.320 matrículas registradas pelo INEP 84% se deram na rede pública de ensino. A maior parte das matrículas ocorreu no Ensino Fundamental com 56%. A participação do Ensino Médio foi de 16%, da Pré-escola correspondeu a 11%, ensino técnico com 9%, as matrículas no EJA somam 4%, mesma porcentagem das creches.

**Figura 11.32 - Situação das matrículas no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2021**



Fonte: INEP, 2021.

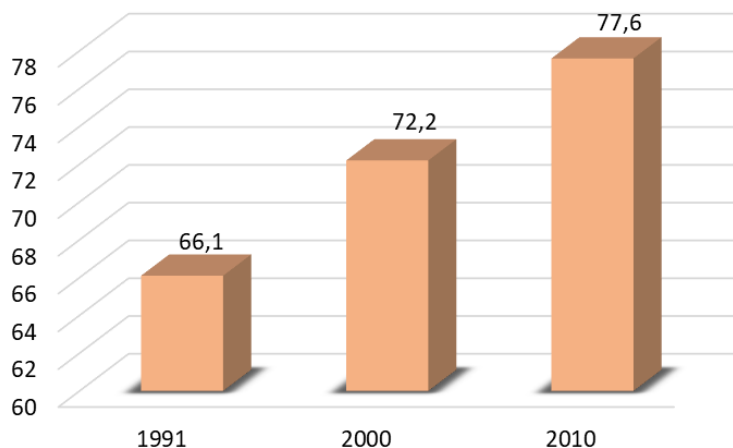
➤ Saúde

A saúde pública promove a melhoria e bem-estar de uma determinada população e é um direito do homem. O poder público deve qualidade, tais como oferta de leitos, medicamentos e serviços de atendimento básico à saúde, além de oferecer as condições necessárias para que a saúde seja oferecida com segurança e qualidade para população.

A expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer pode ser compreendida, de modo geral, como o número médio de anos que uma pessoa viverá a partir daquela idade. Ela expressa a longevidade da população, e seu crescimento indica uma população com maior qualidade de vida.

Em Congonhas, a evolução da esperança de vida ao nascer mostra um interesse do governo em melhorar as condições de saúde da população. A Figura 11.33, mostra que em 1991 a expectativa de vida da população era de 66,1 anos, seguida de 72,2 anos em 2000. Em 2010 a esperança de vida ao nascer da população alcançou 77,6 anos de idade. Este indicador é superior aos resultados obtidos no Brasil no mesmo período, apresentando uma esperança de vida ao nascer de 64,7 anos em 1991, 68,6 anos, em 2000 e de 73,9 anos, em 2010.

**Figura 11.33 - Evolução da esperança de vida ao nascer no município de Congonhas, Minas Gerais, em anos de vida, entre 1991, 2000 e 2010**

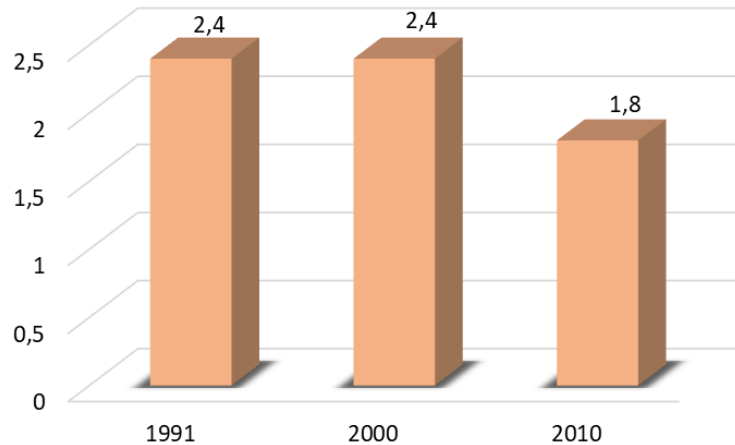


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A taxa de fecundidade é compreendida como o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por cada mulher ao final do seu período reprodutivo em um determinado território. No município de Congonhas, a taxa de fecundidade tem diminuído nas últimas três décadas. Este indicador se manteve em 2,4 filhos por mulher entre 1991 e 2000, caindo para 1,8 em 2010, como pode ser observado na Figura 11.34. Esta evolução descendente pode ser explicada pelas mudanças culturais caracterizadas pela opção em se ter menos filhos, atribuídas aos elevados

custos de vida, maior participação da mulher no mercado de trabalho e disseminação dos métodos contraceptivos.

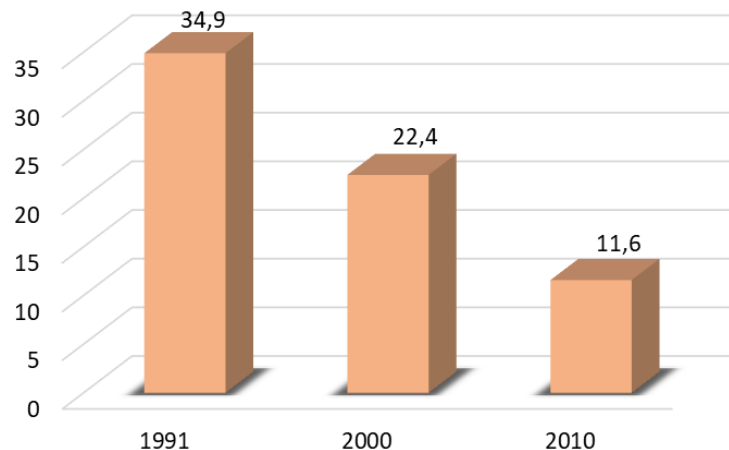
**Figura 11.34 - Evolução da taxa de fecundidade do município de Congonhas, Minas Gerais, em anos de vida, entre 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A taxa de mortalidade infantil é uma variável que contempla o número de crianças que morrem no primeiro ano de vida por cada mil crianças nascidas durante um ano em um determinado espaço geográfico. Em Congonhas, a taxa de mortalidade infantil atingiu 34,9 óbitos por mil crianças nascidas em 1991, reduzindo para 22,4 em 2000 até atingir 11,6 em 2010, como mostra a Figura 11.35.

**Figura 11.35 - Evolução da taxa de mortalidade infantil no município de Congonhas, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010**



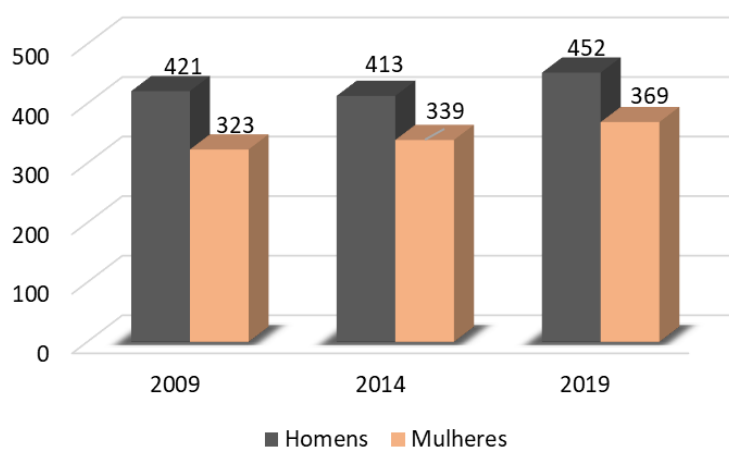
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A morbidade é uma variável que mede o conjunto de indivíduos dentro de uma mesma população que adquirem doenças num dado local e intervalo de tempo. Esta variável é importante

porque é capaz de mostrar o comportamento das enfermidades e das lesões à saúde na população e até mesmo buscar possíveis soluções para o futuro.

Em Congonhas, a morbidade por sexo na década de 2000, como mostra a Figura 11.36, aponta que em 2009 a morbidade feminina foi de 323 mulheres, seguida de 339 e 369 em 2014 e 2019, indicando um crescimento moderado. Por outro lado, a morbidade masculina teve um comportamento diferente, ao cair de 421 óbitos em 2009 para 413 em 2014, no entanto, apresentou crescimento em 2019, relativo a 452 óbitos.

**Figura 11.36 - Evolução da morbidade por sexo no município de Congonhas, Minas Gerais, em óbitos, entre 2009, 2014 e 2019**



Fonte: IBGE, 2019.

As principais doenças causadoras de morbidade em Congonhas são doenças do aparelho circulatório, seguido das neoplasias, como pode ser conferido no Quadro 11.8, de ocorrências de morbidade por doenças no município nos anos 2009, 2014 e 2019.

**Quadro 11.8 - Evolução da morbidade por doença no município de Congonhas, Minas Gerais, em óbitos, entre 2009, 2014 e 2019**

Doenças	2009	2014	2019
Infecciosas e parasitárias	6	8	15
Neoplasias – tumores	35	48	62
Sangue, órgãos hematológicos, transtornos imunitários	1	2	2
Endócrinas, nutricionais e metabólicas	14	20	14
Transtornos mentais e comportamentais	7	6	6
Sistema nervoso	9	10	10
Aparelho circulatório	73	100	95
Aparelho respiratório	25	29	30
Aparelho digestivo	12	9	15
Pele e do tecido subcutâneo	-	1	-
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	2	3	-
Aparelho geniturinário	7	6	10
Afecções originadas no período perinatal	6	6	5

Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1	4	1
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	19	15	6
Causas externas de morbidade e mortalidade	28	34	39

Fonte: IBGE, 2019.

Em 2021, Congonhas possuía 149 estabelecimentos públicos de saúde, 57,7% deles corresponde a consultórios, 13,4% a unidades básicas de saúde, mesma participação para clínicas especializadas. A relação de todos os estabelecimentos de saúde e sua proporção em relação ao total pode ser conferida no Quadro 11.9, a Figura 11.37 mostra a fachada da UPA de Congonhas.

**Quadro 11.9 - Relação de estabelecimentos da rede pública de saúde no município de Congonhas, Minas Gerais**

Estabelecimento	Número Absoluto	%
Centro de atenção psicossocial-CAPS	2	1,3
Centro de saúde/unidade básica de saúde	20	13,4
Clínica especializada/ambulatório especializado	20	13,4
Consultório	86	57,7
Farmácia	4	2,7
Hospital geral	1	0,7
Posto de saúde	3	2,0
Pronto atendimento	2	1,3
Secretaria de saúde	1	0,7
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	8	5,4
Unidade móvel de nível pré-hospitalar-urgência/emergência	2	1,3

Fonte: DATASUS, 2021.

**Figura 11.37 - Vista Unidade de Pronto Atendimento, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021

Em 2021, haviam 65 leitos de internação hospitalar no sistema público de saúde de Congonhas. Quanto aos profissionais de curso superior ligado à saúde, havia neste período 465 atuando no município, dos quais 71,9% atuavam no Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre os profissionais de curso superior ligado à saúde atuantes na rede pública, 24,5% correspondem a enfermeiros, 15,7% a médicos da clínica geral e 11,6% a pediatria. Os odontólogos representam 8,8% e os demais profissionais apresentaram participações inferiores a 7% do total. A relação de profissionais de curso superior ligados à saúde em Congonhas é apresentada no Quadro 11.10.

**Quadro 11.10 - Relação de profissionais de curso superior ligados à saúde no município de Congonhas, MG**

Ocupações de Nível Superior	Atende pelo SUS	Não atende pelo SUS	Total
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>125</b>	<b>444</b>
Anestesista	5	-	5
Assistente social	9	1	10
Bioquímico/farmacêutico	5	6	11
Cirurgião geral	3	-	3
Clínico geral	50	10	60
Enfermeiro	80	2	82
Fisioterapeuta	15	12	27
Fonoaudiólogo	3	9	12
Ginecologista obstetra	6	-	6
Médico de família	22	-	22
Nutricionista	9	2	11
Odontólogo	28	39	67
Pediatra	37	1	38
Psicólogo	22	15	37
Psiquiatra	3	2	5
Radiologista	2	1	3
Médico cardiologista	3	4	7
Médico dermatologista	1	4	5
Médico do trabalho	-	4	4
Médico endocrinologista e metabologista	-	1	1
Médico gastroenterologista	-	1	1
Médico infectologista	1	-	1
Médico neurologista	1	1	2
Médico oftalmologista	-	1	1
Médico ortopedista e traumatologista	1	-	1
Médico otorrinolaringologista	1	1	2

Médico pneumologista	1	-	1
Médico urologista	-	1	1
Biomédico	1	-	1
Médico veterinário	3	-	3
Terapeuta ocupacional	9	7	16

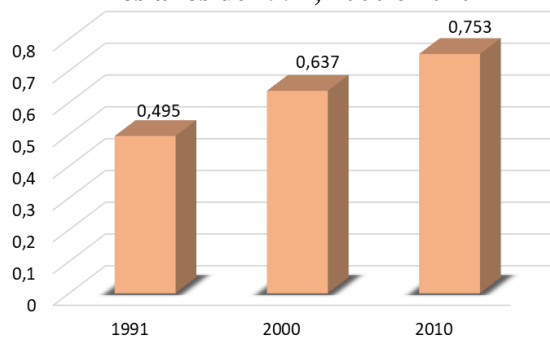
Fonte: DATASUS, 2021.

➤ Índice de Desenvolvimento Humano - (IDH)

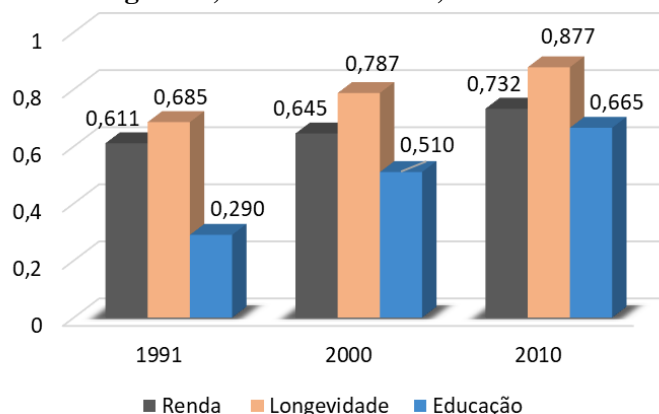
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que serve de comparação entre os países para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma determinada população. O IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total), de modo que quanto mais próximo o índice estiver de 1, mais desenvolvido será o país, estado ou município. No cálculo do IDH são considerados fatores tais como educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Congonhas foi 0,753 em 2010, como pode ser observado na Figura 11.38, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDH entre 0,700 e 0,799). A Figura 11.39, mostra que a dimensão que mais contribui para o IDH do município é Longevidade, com índice de 0,877, seguida de Renda, com índice de 0,732, e de Educação, com índice de 0,665.

**Figura 11.38 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Congonhas, nos anos de 1991, 2000 e 2010**



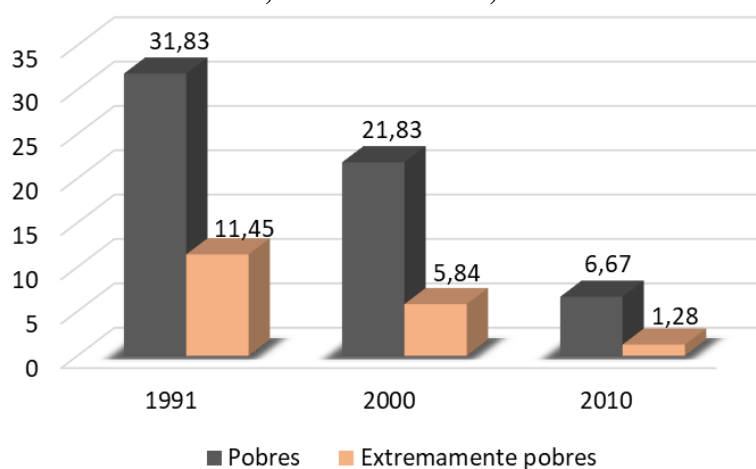
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

**Figura 11.39 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano por variável do município de Congonhas, nos anos de 1991, 2000 e 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A desigualdade social e a pobreza atingem muitos países, principalmente aqueles pouco desenvolvidos. O conceito de pobreza extrema é caracterizado pela população com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, segundo o instituto de Pesquisa Econômica (IPEA).

A pobreza absoluta, por sua vez, se refere àquele que recebe até 1/2 salários mínimos ao mês. Em Congonhas, percebe-se, nas décadas em análise, um decréscimo da pobreza, de modo geral. Em 1991, a pobreza extrema atingia 11,45% da população. Essa porcentagem caiu 48,9% até o ano 2000, quando passou para 5,84% da população de Congonhas, esse índice acelerou sua queda até o ano de 2010, referente a 78,08%, quando atingia 1,28% das pessoas. O mesmo ocorreu com a evolução da pobreza, que em 1991 correspondia a 31,83% da população, caindo 31,41% até 2000, quando correspondia a 21,83%. De mesmo modo, a redução foi ainda mais expressiva até 2010, de 69,44%, quando abrangia 6,67% das pessoas, como mostra a Figura 11.40.

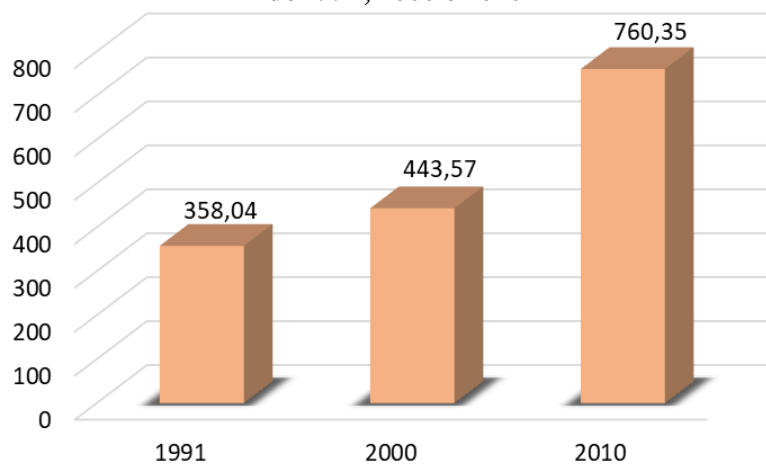
**Figura 11.40 - Evolução percentual da pobreza na população do município de Congonhas, Minas Gerais, nos anos de 1991, 2000 e 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.



A renda per capita é um indicador que ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico de uma localidade. Ela é obtida mediante a divisão da renda do município pelo número de habitantes que ele possui. A evolução da renda per capita do município de Congonhas entre 1991 e 2010 mostra sua ascensão. Em 1991, ela era de R\$ 358,04, ao passo que em 2000 este valor cresceu 23,88%, atingindo R\$ 443,57. Em 2010, a renda per capita do município cresceu mais, aproximadamente 70% a mais do que o valor registrado no último Censo, correspondendo a R\$ 760,35, como é apresentado na Figura 11.41.

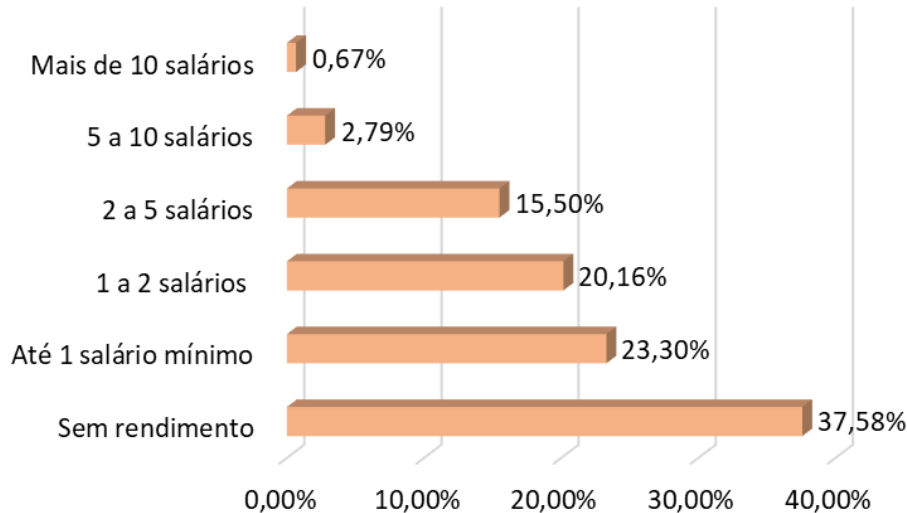
**Figura 11.41 - Evolução da renda per capita no município de Congonhas, em Reais, nos anos de 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

Em 2010, a classe de rendimento da população com 10 anos de idade ou mais, composta por 41845 pessoas, em salário mínimo apontam para um predomínio da classe sem rendimento, relativo a 37,58% desta população em Congonhas. Com rendimentos até 1 salário mínimo se encontrou 23,3% deste total. Segue-se a esta classe os rendimentos de pessoas que ganhavam mais de 1 até 2 salários mínimos, com 20,16 % do total. A participação de pessoas na classe de rendimento de mais de 2 até 5 salários mínimos foi equivalente a 15,5%. Apenas 2,79% da população possuía rendimentos entre 5 e 10 salários e mais do que 10 foram 0,67%, como mostra a Figura 11.42.

**Figura 11.42 – Distribuição percentual da população em classes de rendimento, por salário mínimo, no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2010**



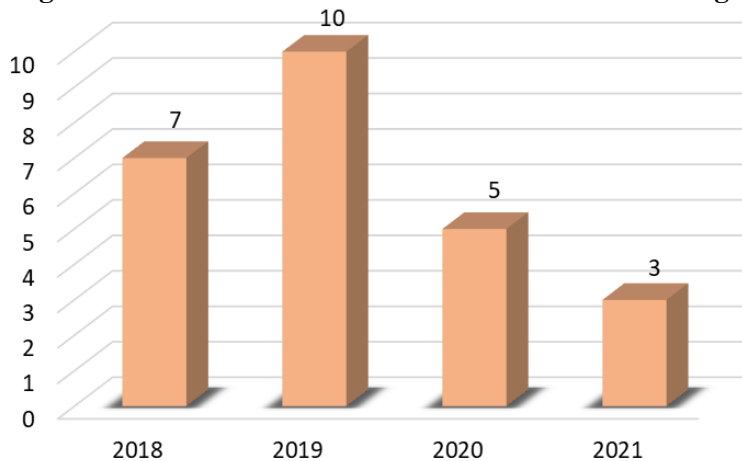
Fonte: IBGE, 2010.

➤ Segurança Pública

Segundo dados<sup>5</sup> obtidos na SEJUSP<sup>6</sup> (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), foi possível analisar os aspectos da criminalidade no município de Congonhas.

Identificou-se uma variação ao longo do período analisado, sendo que 2021 foi o ano com o menor número de casos de vítimas de homicídio consumado, como demonstra a Figura 11.43.

**Figura 11.43 - Vítimas de homicídio consumado em Congonhas, Minas Gerais**



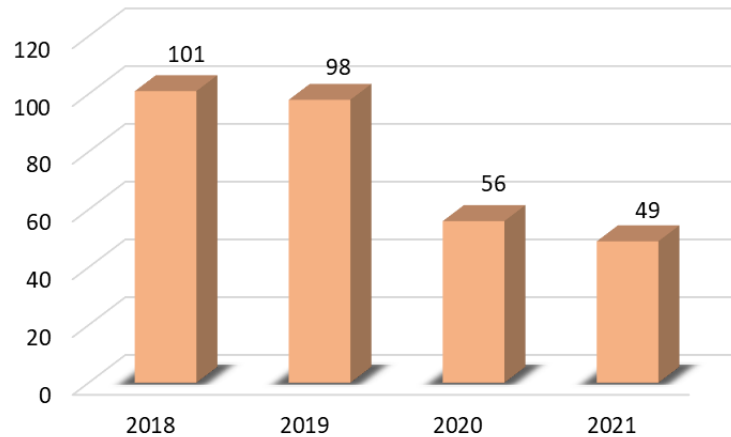
Fonte: SEJUSP, 2021.

<sup>5</sup> Dados computados até o mês maio/2021.

<sup>6</sup> Fonte: SEJUSP (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública). Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2018-08-22-13-39-06/dados-abertos>. Acesso: fevereiro de 2022.

Quanto à ocorrência de crimes violentos, identificou-se uma tendência de queda ao longo de todo o período analisado. Entre 2018 e 2021 houve uma diminuição de 51% neste tipo de crime no município, conforme apresentado na Figura 11.44.

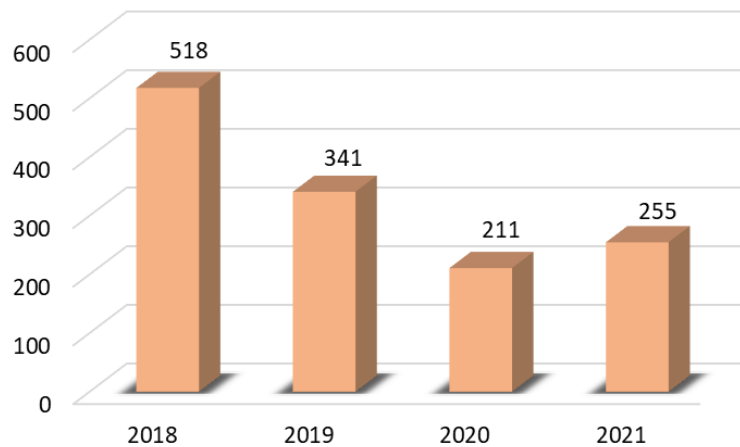
**Figura 11.44 - Crimes violentos em Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: SEJUSP, 2021.

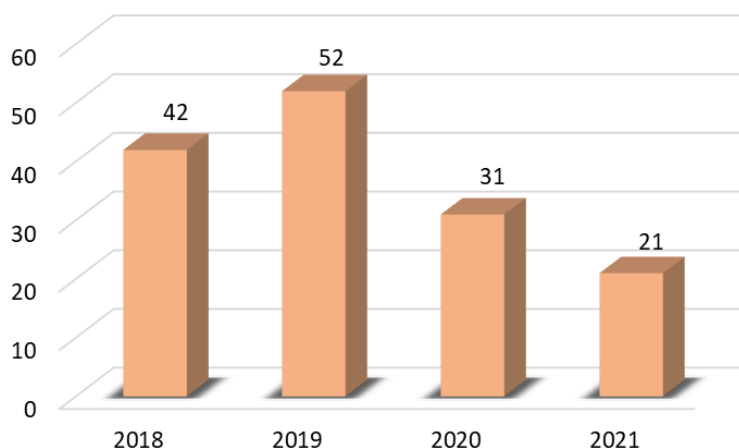
Em relação a ocorrência de furtos, identificou-se queda no número de casos entre 2018 e 2020. Em 2021, foram registrados 255 casos, que equivale a 21% a mais que no ano anterior, como pode ser observado na Figura 11.45.

**Figura 11.45 - Ocorrência de Furtos em Congonhas, Minas Gerais**



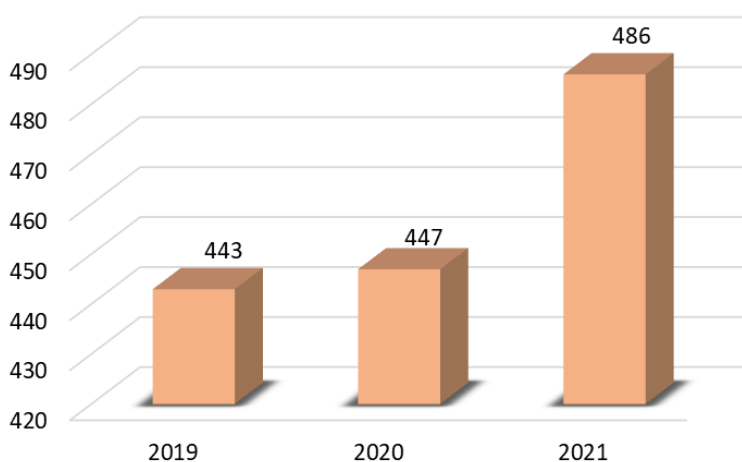
Fonte: SEJUSP, 2021.

Em relação a ocorrência de roubos em Congonhas entre 2018 e 2021, o ano em que foram registrados mais casos foi o de 2019, e o com menor número de casos 2021, como demonstra a Figura 11.46.

**Figura 11.46 - Ocorrência de roubo em Congonhas, Minas Gerais**

Fonte: SEJUSP, 2021.

Em relação ao número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, identificou-se que entre 2019 e 2021 houve aumento de casos em cada ano. De 2020 para 2021, o aumento foi de 9%, como pode-se observar na Figura 11.47.

**Figura 11.47 - Violência doméstica e familiar contra a mulher em Congonhas, Minas Gerais**

Fonte: SEJUSP, 2021.

Segundo informação junto à Prefeitura Municipal de Congonhas foram levantadas as seguintes instituições relacionadas a segurança pública.

**Quadro 11.11 - Instituições ligadas a Segurança Pública no município de Congonhas, Minas Gerais**

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO
Defesa Civil	Avenida Júlia Kubitschek, 230 - Centro	Telefones: 199 / (31) 3731 - 4133
Guarda Municipal	Rua Padre Leonardo, 85 - Centro	Telefone: (31) 3731 - 1087
Quartel da Polícia Militar	Quartel da Polícia Militar	Telefone: (31) 3731 - 2898

Corpo de Bombeiros Militar	Praça da Rodoviária, s/n – Santa Mônica	Telefone: (31) 3732 - 1856
Delegacia de Polícia Civil	Rua Veneza, 228 - Jardim Vila Andreza	Telefone: (31) 3731 - 1271
Polícia Rodoviária Federal	Rua Padre Antônio Correa, 177 - Centro	Telefone: 191

Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2022.

### ➤ Transporte

Juntamente com o crescimento populacional de um município deve haver um crescimento e melhoramento nos serviços de transporte e acessibilidade para seus habitantes, fazendo com que a cidade cresça de maneira dinâmica e organizada. O município de Congonhas conta com um transporte predominantemente rodoviário, dando-lhes acessibilidades a outros municípios e estados vizinhos. A principal rodovia que passa pelo município de Congonhas é a BR-040. O município conta com a antiga estação ferroviária de embarque e desembarque de passageiros, que é uma construção do início do século XIX, com prédio inaugurado em 1914 até hoje possui suas características originais da época, muito utilizada durante as festividades do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Congonhas. No local existe um espaço dedicado ao lazer com playground para as crianças e ainda é possível visualizar os trens de carga que passam pelo local, além disso, no interior do prédio é possível visitar uma coleção de fotos que contam a história do local<sup>7</sup>.

### ➤ Turismo e Lazer e Cultura

No que remete aos atrativos culturais a cidade de Congonhas é considerada um expoente da arte barroca mineira. Por muitos, associada ao testemunho concreto do período colonial e ao seu estilo de arte, o município foi primeiramente reconhecido pelo seu acervo patrimonial com a Basílica e o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, através da inscrição no Livro do Tombo das Belas Artes (IPHAN), em 1939 (FIALHO, L.; DIAS, R., 2010). Em 6 de dezembro de 1985, a UNESCO reconheceu o Santuário como Patrimônio Mundial da Humanidade. Ademais, o patrimônio abriga o conjunto esculturas em cedro de imagens dos Passos e Profetas, brilhantemente executados pelo mestre Aleijadinho. Esta obra, datada à 1796, narra a Paixão de Cristo. Outras edificações de menção honrosa na cidade são: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja Matriz de São José, Igreja de Nossa Senhora da Soledade e Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

<sup>7</sup> Estação ferroviária Congonhas do Campo. Minas Gerais, 2021. Disponível em <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/congonhas/estacao-ferroviaria-congonhas-do-campo>. Acesso em 13 set. 2021.

A fé não só é refletida na arquitetura escultórica da cidade, como também nos ritos sociais. Remetendo às peregrinações religiosas iniciadas na Idade Média, o município de Congonhas é um polo de turismo religioso no país. “Desde 1779, O Jubileu de Bom Jesus de Matosinhos atrai milhares à cidade de Congonhas, sendo considerada como uma das principais romarias de Minas Gerais” (JUSTE, 2012). Há outro evento semelhante, a Festa de Santa Cruz, que acontece em Barnabé, que reúne missas, procissões e feiras.

Dentre os eventos culturais de origem mais contemporânea, o Festival da Quitanda é um dos mais prestigiados na região. Comumente sediado em maio, o festival não só debuta mais de quarenta quitadeiras do município e regiões próximas, como também atrai personalidades influentes da gastronomia, no intuito de eleger a melhor quitanda do respectivo ano.

Outro evento cultural de destaque, compreende o Festival de Arte e Cultura do Alto do Paraopeba - FACAP, que teve sua última edição no distrito de Lobo Leite, em 2019, oferecendo amostras de escultura, poesia, teatro, circo, música em diversos gêneros, artesanato, culinária e folclore (CONGONHAS, 2015). As Figuras 11.48 e 11.49 mostram as atrações culturais dos festivais da Quitanda e da FACAP

**Figura 11.48 – Festival da Quitanda em Congonhas, em 2020**



Fonte: Minas Gerais, 2020<sup>8</sup>.

**Figura 11.49 – Festival de Arte e Cultural do Alto do Paraopeba, em 2019**



Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2019

Outra atração de destaque em Congonhas é o Museu de Imagem e Memória. Com um acervo construído por fotos, documentos e objetos antigos, a construção de dois pavimentos apresenta as histórias das personalidades importantes para a região, como o médium Zé Arigó.

<sup>8</sup> Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/eventos/congonhas/festival-da-quitanda>



Quanto ao turismo voltado à natureza, o município de Congonhas se destaca pelo Parque Ecológico da Cachoeira. Conforme a Prefeitura Municipal (2015)<sup>9</sup> relatou, além da cachoeira de Santo Antônio, “o balneário oferece a congonhenses e turistas uma estrutura completa para a prática esportiva e o lazer em geral.” Junto as atividades ao ar livre, o parque oferece áreas para socialização, onde visitantes podem fazer piqueniques ou até churrascos.

Embora a cidade, pertencente ao Ciclo do Ouro, seja protegida em escala mundial, a atividade turística tem ficado em segundo plano, como aponta Bruno Milanez (2011):

*“[...] o turismo cultural em Congonhas é essencialmente nominal; ao invés de turistas, a cidade recebe apenas visitantes, que passam poucas horas conhecendo a basílica e as obras de arte, mas não se hospedam na cidade”.* (Milanez, 2011):

Buscando reverter esta situação, o governo municipal passou a investir não só em políticas relacionados ao turismo cultural, como também ao ecoturismo. As Figuras 11.50 e 11.51 apresentam aspectos do Parque Ecológico da Cachoeira.

**Figura 11.50 – Entrada do Parque Ecológico da Cachoeira**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.51 – Cachoeira pertencente ao Parque Ecológico da Cachoeira**



Fonte: CERN, 2021.

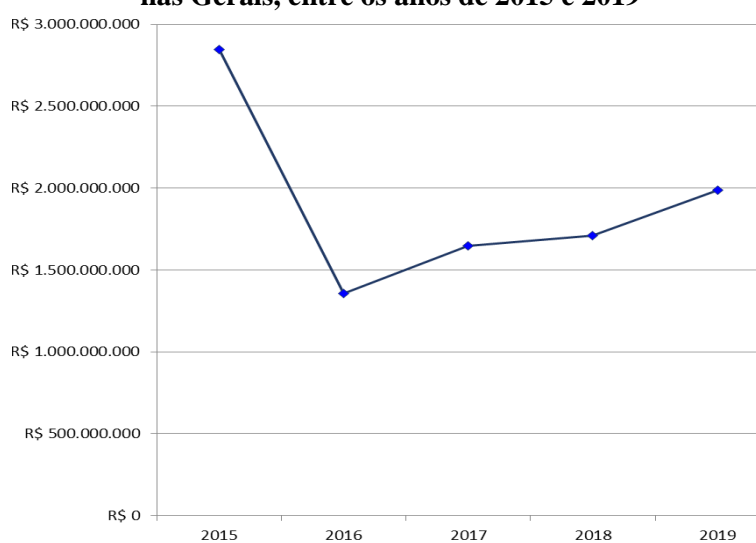
<sup>9</sup> Fonte: <https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/parque-a-cachoeira-e-um-dos-destinos-mais-procurados-neste-verao/>

### h) Estrutura Produtiva e de Serviços

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma variável criada para medir o crescimento econômico de um país, uma cidade ou estado. Seu cálculo envolve a soma do valor de todos os serviços e bens produzidos em um determinado tempo.

O PIB per capita de Congonhas, apresentou uma grande queda entre 2015 e 2016, de 52,80%. A partir de 2017, o PIB apresentou crescimento nos anos observados, como mostra a Figura 11.52.

**Figura 11.52 - Evolução do PIB per capita, em mil reais (R\$) no município de Congonhas, Minas Gerais, entre os anos de 2015 e 2019**



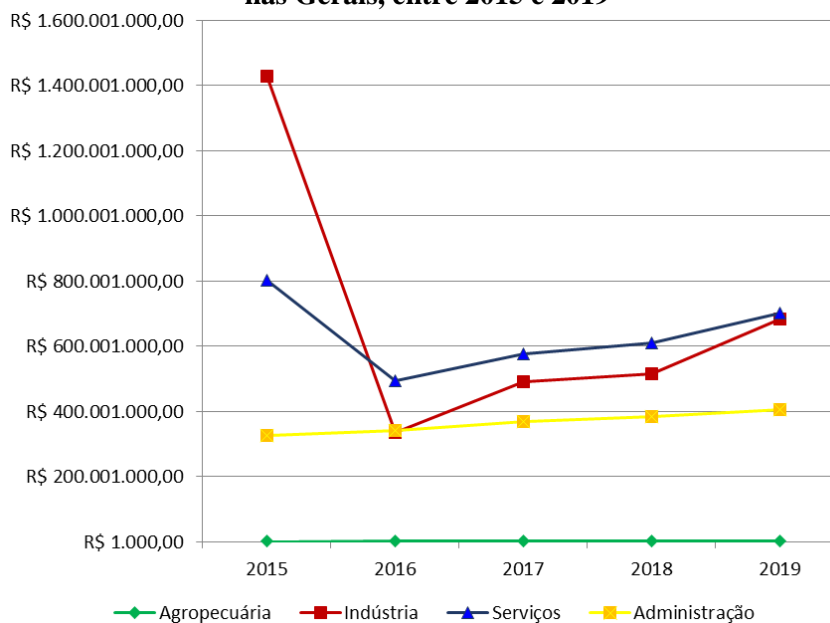
Fonte: IBGE, 2019.

Até o ano de 2015, a Indústria era o setor mais produtivo do município com grande discrepância dos outros setores, mas em 2016 houve uma grande queda na produção, 76% quando comparado ao ano anterior. Os registros de 2017 e 2018 indicaram uma retomada do setor no município, comparado ao ano anterior, houve um aumento de 46,09% em 2017 e de 4,77% em 2018, em 2019 o setor continuou registrando aumento, desta vez de 16% comparado ao ano anterior.

O setor de Serviços apresentou queda de 38,16% em 2016 quando comparado ao ano anterior. A retomada ocorreu em 2017 e 2018, quando foi registrado o crescimento de 16,50% e 5,21% respectivamente, em 2019 o setor continuou como o setor de maior participação no município. Os setores de Agropecuária e Administração foram os únicos a registrar aumento em todos os anos do período analisado. Embora mais discreto, o setor da Agropecuária teve um aumento de 41% quando comparamos 2019 com o ano de 2015, mas continuou sendo o setor da economia que menos contribui com o PIB do município. Já no setor econômico da Administração,

a taxa de aumento foi de 24% comparando o ano de 2019 com o ano de 2015. As taxas e suas respectivas proporções podem ser observadas na Figura 11.53.

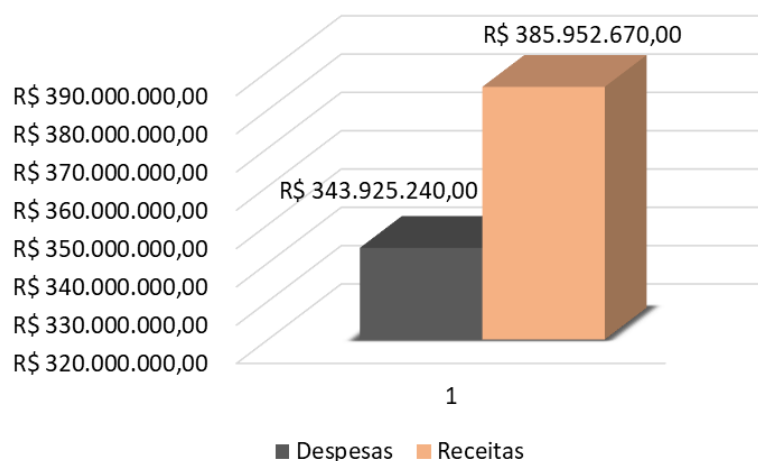
**Figura 11.53 - Evolução do PIB por setor da economia, em mil Reais (R\$) em Congonhas, Minas Gerais, entre 2015 e 2019**



Fonte: IBGE, 2019.

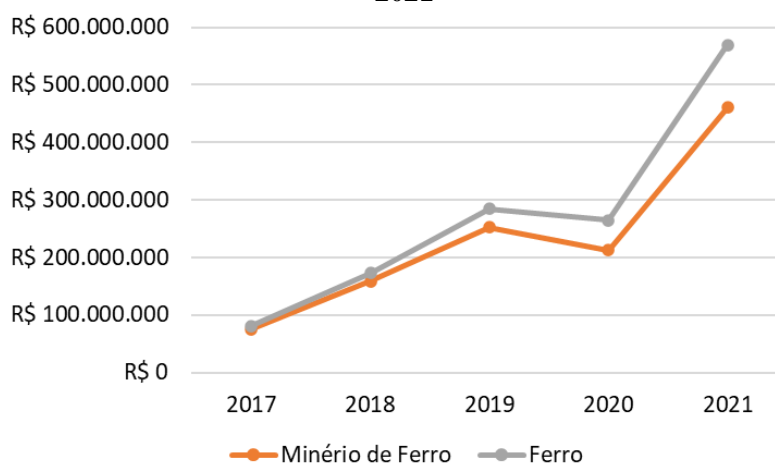
As finanças públicas do município se referem ao balanço financeiro entre receitas e despesas. A receita pública corresponde ao montante da entrada financeira aos cofres públicos de caráter não devolutivo auferido pelo poder público em qualquer esfera governamental para alocação e cobertura das despesas públicas. Têm-se como exemplo das receitas as cobranças de tributos, taxas e contribuições. A receita orçamentária é um tipo de receita pública que representa um conjunto dos recursos financeiros que entram para os cofres públicos provenientes de quaisquer fontes a fim de colaborar com as despesas orçamentárias. As despesas públicas, por sua vez, podem ser entendidas como a aplicação de certa quantia, ao reconhecimento de uma dívida por parte do governo, dentro de um orçamento autorizado pelo poder legislativo.

Em 2017, as finanças públicas em Congonhas apresentaram um balanço positivo uma vez que as despesas orçamentárias foram de R\$ 343.925.240,00 enquanto a receita foi de R\$ 385.952.670,00, caracterizando um saldo de R\$ 42.027.430,00, o que equivale a 10,9% do montante arrecadado, como está ilustrado na Figura 11.54.

**Figura 11.54 – Finanças Públicas municipais de Congonhas, Minas Gerais, em Reais em 2017**

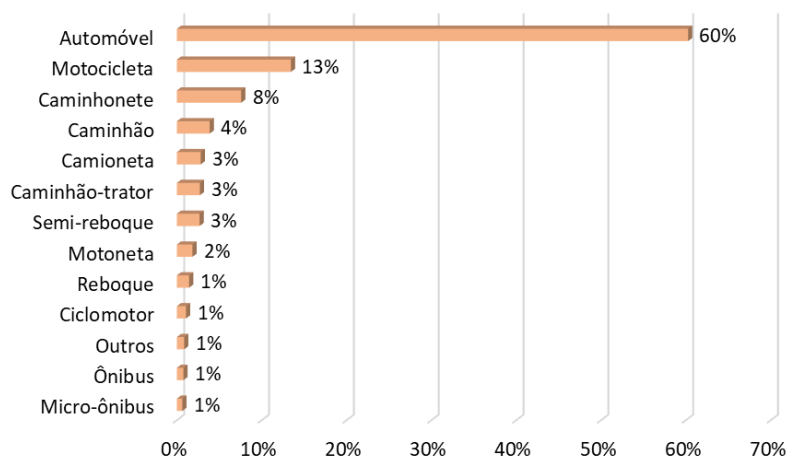
Fonte: IBGE, 2017.

No município de Congonhas, Minas Gerais, a arrecadação do CFEM em 2017 foi de R\$ 81.106.393,80, valor que cresceu 113% no ano seguinte, mantendo-se em crescimento até 2019, quando correspondeu a R\$ 284.157.465,30. Em 2020 houve queda de 7% em relação ao ano anterior, mas voltou a crescer em 2021 quando foi registrado os maiores valores no período observado, de R\$ 596.516.002,51, como apresenta a Figura 11.55.

**Figura 11.55 - Arrecadação de CFEM no município de Congonhas, Minas Gerais, entre 2017 e 2021**

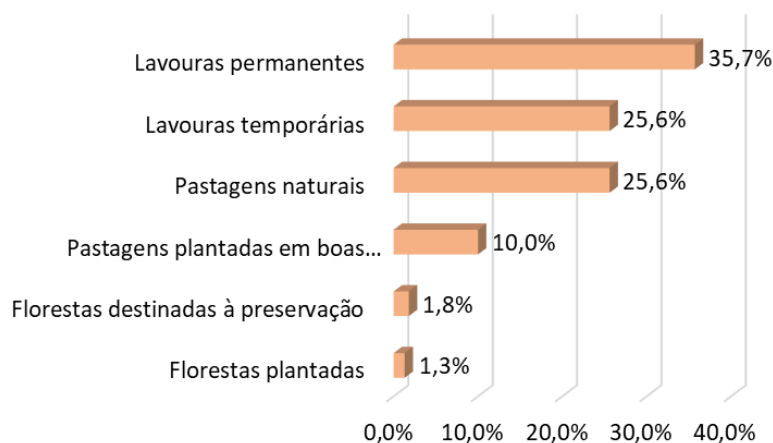
Fonte: Agência Nacional de Mineração, 2021.

Segundo dados do IBGE de 2020, a frota mecanizada no município apresentava um predomínio de automóveis, que correspondem a 60% dos 30.447 veículos presentes no levantamento. Segue-se ao automóvel, a motocicleta com uma participação de 13% do total e a caminhonete com uma participação de 8%. Como ilustrado pela Figura 1.56, as demais categorias de veículos tiveram uma participação menos significativa.

**Figura 11.56 – Distribuição percentual da frota mecanizada no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2020**

Fonte: IBGE, 2020.

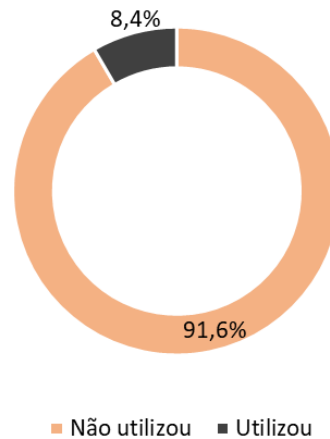
Foram utilizados dados do Censo Agropecuário do IBGE para a percepção da situação desse setor produtivo no município de Congonhas. Como pode ser observado na figura a seguir, dos 3.538 hectares apontados pelo censo, 35,7% são destinados a lavouras permanentes, 25,6% a lavouras temporárias, mesma porcentagem para pastagens naturais, além de 10% a pastagens plantadas em boas condições. Florestas naturais destinadas a preservação ocupam 1,8% do total de hectares e florestas plantadas correspondem a 1,3%, como mostra a Figura 11.57.

**Figura 11.57 - Distribuição percentual dos usos agrícolas no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2017**

Fonte: IBGE, 2019.

No município, apenas 8,4% dos 107 estabelecimentos agrícolas apresentaram uso de agrotóxico, como mostra a Figura 11.58.

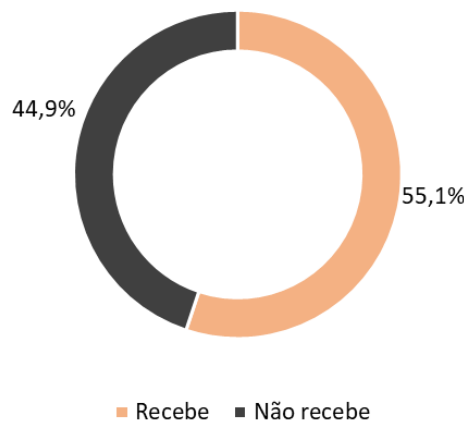
**Figura 11.58 - Distribuição percentual do uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agrícolas no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

O recebimento de assistência técnica nos estabelecimentos agropecuários ficou bem dividido, com 55,1% sem assistência e 44,9% a recebendo, como ilustrado na Figura 11.59.

**Figura 11.59 – Distribuição percentual de recebimento de assistência técnica nos estabelecimentos agrícolas no município de Congonhas, Minas Gerais, em 2017**

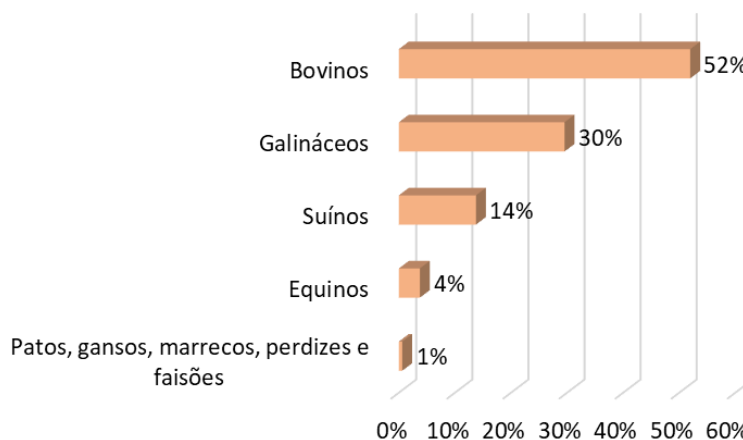


Fonte: IBGE, 2017.

A produção pecuária no município apresentou predomínio dos bovinos, com 52%, seguido dos galináceos com 30% e suínos com 14%, as outras categorias tiveram produção menor de 5% cada, como mostra a Figura 11.60.



**Figura 11.60 - Distribuição percentual da produção pecuária no município de Congonhas, Minas Gerais, por estabelecimentos em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

**i) Organização Política e Social**

A Prefeitura Municipal de Congonhas está localizada na Avenida Júlia Kubitscheck, 273, no bairro Centro, sob direção do prefeito Dr. Cláudio Dinho. Sua estrutura organizacional é dividida nas 12 secretarias que se apresentam no Quadro 11.12, a Figura 11.61 mostra a fachada da prefeitura de Congonhas.

**Figura 11.61 – Prefeitura de Congonhas, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Quadro 11.12 - Estrutura da Administração Pública do Município de Congonhas, Minas Gerais**

Secretaria	Responsável	Endereço	Telefone
Controladoria Geral	Carlos Magno de Souza	Av. Júlia Kubitschek, 230, Centro	(31) 3732-1844   Ramal: 1109
Gabinete do prefeito	Eduardo Matosinhos	AV. Presidente Juscelino Kubitschek, 135, Centro	(31) 3731-1300

Secretaria Municipal da Fazenda	Camila Vasconcelos Siqueira Cianni	Av. Júlia Kubitschek, 230, Centro	(31) 3731-1300   Ramal: 1405
Secretaria Municipal de Cultura	Jean Ângelo de Oliveira	Praça Olímpica, s/n, Praia	(31) 3731-4374   98425-8335
Secretaria Municipal de Assistência Social	Libertad Lamarque Guerra Souza	Rua Benedito Quintino, 191, Centro	(31) 3731-3305   3731-1621
Secretaria Municipal Saúde	Saulo de Souza Queiroz	Praça Olímpica, 21, Praia	(31) 3732-1919   3731-6688
Secretaria Municipal de Educação	Rodrigo Silva Mendes	Rua Maria Dias, 74, Santa Mônica	(31) 3731-9090   3731-3640   3732-1391   3732-1560
Secretaria Municipal de Governo	Simônia Maria de Jesus Magalhães	Praça Presidente Juscelino Kubitschek, 135, Centro	(31) 3731-1300   Ramais: 1422 e 1436
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Marcelo José Nunes Moreno	Av. Júlia Kubitschek, 230, Centro	(31) 3731-5287   Ramal: 1116 (31) 3731-6524   Ramal: 1177 (31) 3731-1300   Ramal: 1152
Secretaria Municipal de Obras	Roberto Francisco da Silva	Rua Padre Henrique Silvino, 148, Praia	(31) 3731-4116   (31) 3731-4113   Ramal: 1900
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento	Lucimara Aparecida Junqueira	Av. Júlia Kubitschek, 230, Centro	(31) 3731-1300   Ramal: 1155
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil e Social	Gláucio de Souza Ribeiro	Av. Júlia Kubitschek, 230, Centro	(31) 3731-3033   Ramal: 1105

Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2022.

A Câmara Municipal de Congonhas<sup>10</sup> está localizada na Rua Dr. Pacífico Homem Júnior, 82, Centro. É composta por 13 vereadores, apresentados no Quadro 11.13.

**Quadro 11.13 - Vereadores da Câmara Municipal de Congonhas, Minas Gerais**

Vereador (a)	Contato
Everaldo Pica Pau	(31) 3731-1840 Ramal 3773
Eduardo do Maranhão	(31) 3731-1840 Ramal 2300
Eduardo Cordeiro Matosinhos	(31) 3731-1840 Ramal 2721
Galileu	(31) 3731-1840 Ramal 1107
Gerson	(31) 3731-1840 Ramal 2710
Igor Jonas Souza Costa	(31) 3731-1840 Ramal 6876

<sup>10</sup> Câmara Municipal de Congonhas, disponível em <https://congonhas.mg.leg.br/>. Acesso em 14 fev. 2022.

Juca do Ideal	(31) 3731-1840 Ramal 1779
Lucas Bob	(31) 3731-1840 Ramal 2352
Mércio	(31) 3731-1840 Ramal 2748
Patrícia Monteiro	(31) 3731-1840 Ramal 2394
Robertinho	(31) 3731-1840 Ramal 2200
Tião do Alvorada	(31) 3731-1840 Ramal 7969
Vanderlei Eustáquio Ferreira	(31) 3731-1840 Ramal 2032

Fonte: Câmara Municipal de Congonhas, 2022.

Em Congonhas, segundo a prefeitura municipal, existem 06 associações, com diferentes finalidades, como desenvolvimento local e saúde, como mostra o Quadro 11.14.

**Quadro 11.14 - Associações e organizações do município de Congonhas, Minas Gerais, 2022**

ASSOCIAÇÕES	ENDEREÇO	CONTATO
Agência Para o Desenvolvimento de Congonhas	Rua Padre Leonardo, 20 – Centro Congonhas/MG	(31) 37313883
Associação Hospitalar Bom Jesus	Av. Padre Leonardo, 147 - Centro Congonhas/MG	(31) 3731-3883   3732-2540
Associação De Pais, Amigos e Excepcionais	Avenida Minas Gerais, 255 - Dom Oscar Congonhas/MG	(31) 3731-3895
Associação Pró-vida	Rua Geraldo Pinto, 69 – Centro Congonhas/MG	(31) 3732-2746
Conselho Central de Congonhas	Rua Padre João Pio, 50 – Centro Congonhas/MG	(31) 3731-2093
Lar Comunitário das Operárias de São José	Rua São José, 43 - Centro Congonhas/MG	(31) 37313922

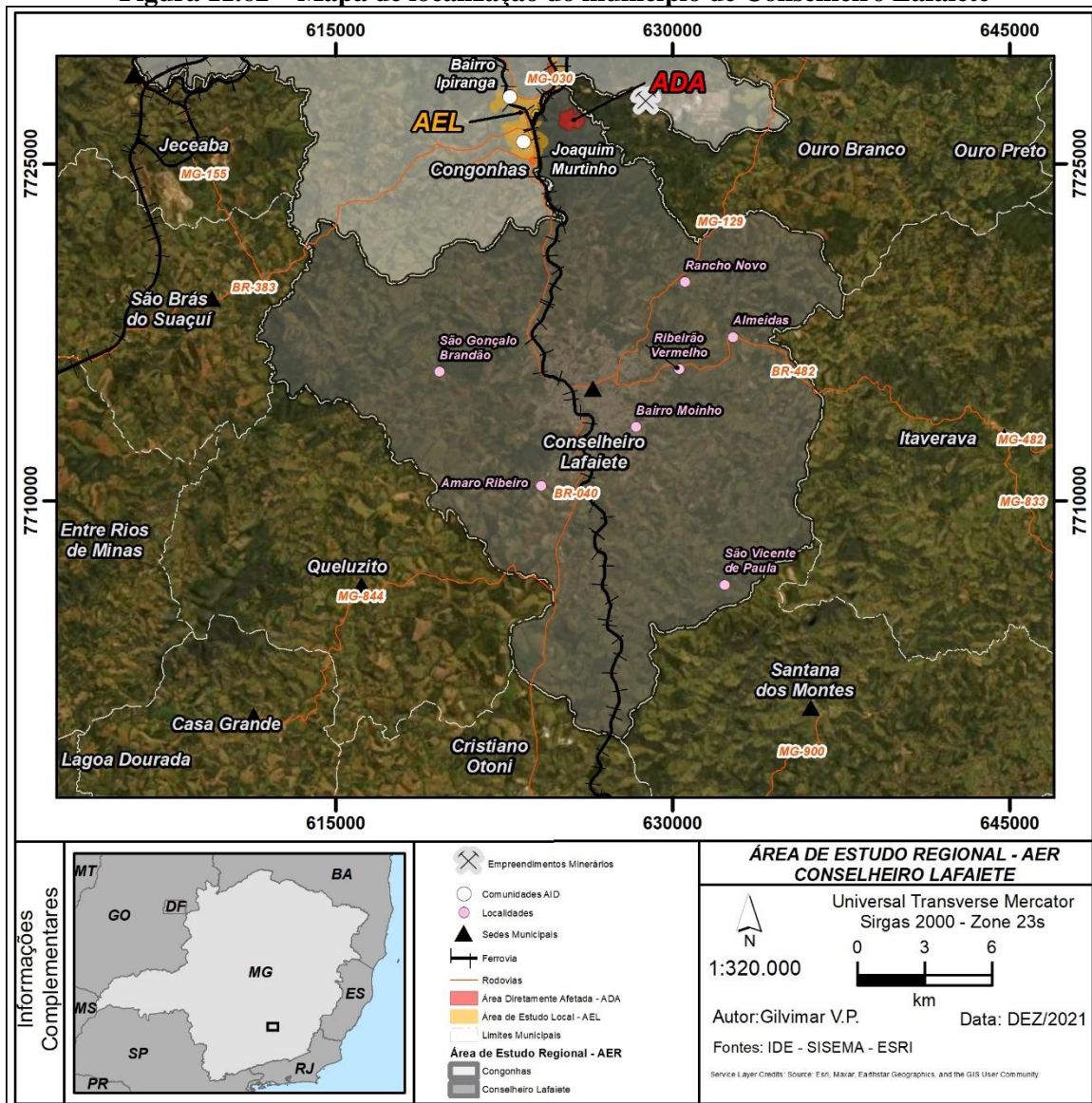
Fonte: Ongs Brasil, 2021.

## j) Comunidades Tradicionais

De acordo com os registros da Relação das Comunidades Negras Quilombolas em Minas Gerais, do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, não há Comunidades remanescentes de Quilombos nos arredores de Congonhas. E, também, conforme investigado na plataforma Centro de Monitoramento Remoto da FUNAI não foram identificadas reservas indígenas na região.

**11.3.1.2 Caracterização socioeconômica do município de Conselheiro Lafaiete**  
 Conselheiro Lafaiete é um município que integra à Microrregião que leva seu nome, que por sua vez, faz parte da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. A distância entre Conselheiro Lafaiete e a capital de Minas Gerais é de 99,5 km. O território faz parte da Bacia do Alto Paraopeba, e possui uma área total de 370,246 km<sup>2</sup>. O município se destaca pelo número de habitantes considerado alto quando comparado aos demais municípios da região. Conselheiro Lafaiete se destaca também como uma centralidade local, principalmente pelo setor de serviços presente no município. A Figura 11.62 traz a localização do município de Conselheiro Lafaiete.

**Figura 11.62 – Mapa de localização do município de Conselheiro Lafaiete**



Fonte: CERN, 2022

### a) Aspectos Históricos

Com os documentos mais antigos datando do ano de 1683, a cidade hoje conhecida como Conselheiro Lafaiete recebeu a bandeira de Garcia Rodrigues. Nessa época o arraial já era ocupado pela comunidade dos Carijós. Esse povo nativo, o qual pertence ao grupo linguístico tupi-guarani, se instalou no interior do continente após conflitos instaurados no litoral por conta da chegada dos europeus (CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, 2018).

A participação dos bandeirantes na expansão dessa região foi fundamental para torná-la “pouso para os viajantes e entreposto de mercadorias” (CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, 2018). Após o reconhecimento oficial do território e do crescimento da exploração de ouro, o arraial tornou-se distrito por meio do Alvará de 1752 e Lei Estadual de 14/09/1891, denominado na época como Queluz, e teve

*“Erigida uma capela ou igreja de pau-a-pique, dedicada ao culto da Imaculada Conceição, provavelmente onde hoje é a Praça Nossa Senhora do Carmo, de acordo com o que se deduz da Carta de Sesmaria concedida a Jerônimo Pimentel Salgado que, juntamente com Amaro Ribeiro, tiveram reconhecidas as posses de várias léguas de terra em 1711.” (IBGE, 2022)*

Em consequência do crescimento acelerado da exploração de ouro no estado de Minas Gerais foi desenvolvido o Caminho Novo, chegando à região em 1711. Assim, a viagem entre Rio de Janeiro e as cidades mineiras foi encurtada e a região da então Queluz passou a ser mais movimentada, valorizando e enriquecendo o distrito.

Vale destacar que Conselheiro Lafaiete não apresenta exploração aurífera, mas teve papel fundamental na região “durante o Ciclo do Ouro por localizar-se estrategicamente na rota de escoamento desse metal, entrando para o cenário minero-siderúrgico no início do século XX, com a exploração de manganês na mina Morro da Mina” (ARAÚJO; LELLIS, 2017, p. 1188). Junto da Coroa Portuguesa vieram diversos grupos de cientistas, técnicos e profissionais ao Brasil em 1808. A sua vinda conecta-se com o desejo da realeza portuguesa conhecer melhor o continente americano e, dessa forma, ser capaz de catalogar informações suficientes para se construir uma descrição da cultura brasileira e do país que se tornara sua nova morada. Parte desses indivíduos compuseram a “equipe de especialistas, [a qual] propiciou avanços técnicos na mineração do país, com início à exploração de novos metais, principalmente o minério de ferro, que deu início também à indústria siderúrgica nacional.” (ARAÚJO; LELLIS, 2017, p. 1190). Além de novas técnicas de mineração que movimentaram o mercado brasileiro:



*“O fim do século XIX e o início do século XX caracterizam-se pela tentativa de implantação de indústrias de transformação dos minerais extraídos, especialmente ferro, cujo sucesso foi pouco representativo para impulsionar a economia mineira e para identificar tal atividade como representativa do Estado. Essa situação se manteve até a Primeira Guerra Mundial, quando a dificuldade de importação impulsionou a siderurgia nacional.” (ARAÚJO; LELLIS, 2017, p. 1190)*

De acordo com Larissa de Souza Lellis e Fabiana Araújo, a mineração se faz presente em todo o desenvolvimento econômico da cidade de Conselheiro Lafaiete, influenciando em seu crescimento como polo urbano, no crescimento demográfico e no desenvolvimento de comércios e serviços, como o ramal ferroviário que passa na cidade. É importante destacar o desempenho da mineração dessa região, que

*“Entre 1914 e 1918, com a Primeira Guerra Mundial, a jazida [do Morro da Mina] registrou seu recorde de produção, com 330 mil toneladas.10 O minério era exportado para os Estados Unidos, onde era utilizado principalmente na produção de aço destinado à indústria bélica.*

*A Cia. Morro da Mina existiu até 1920, ano em que teve suas propriedades e instalações compradas pela empresa siderúrgica norte-americana United States Steel Corp. e passou a se chamar Companhia Meridional de Mineração. Essa relação configurou-se como a primeira relação capitalista entre um centro de comando internacional responsável pela produção do aço e um núcleo produtivo, remotamente localizado, fornecedor de matéria-prima a baixos custos. De acordo com Santos (p.11, 2008) a compra foi uma estratégia para que a siderúrgica norte-americana tivesse um fornecedor garantido de manganês, indispensável na produção de aço.” (ARAÚJO; LELLIS, 2017, p. 1202-1203)*

Após passar pela gestão de outras empresas, na década de 1990 essa região passa a ser gerida pela Vale e explorada a partir do método intermitente. Dessa forma, a empresa deixou de considerar as demandas locais e passou a atuar apenas em momentos em que a expectativa de lucro fosse alcançada na produção. Outra alteração feita a partir da gestão Vale foi que “a mina Morro da Mina passou a integrar uma cadeia produtiva mais ampla, com sistema de extração e beneficiamento compartilhado com outras minas como a Barbacena, Ouro Preto e Pequeri”. (ARAÚJO; LELLIS, 2017, p. 1205)

Mais recentemente, é possível constatar que;

*“Conselheiro Lafaiete se consolidou como polo voltado à prestação de serviços, como apoio à mineração e à indústria. Associado a essas atividades foram instalados, de maneira progressiva, estabelecimentos comerciais, de serviços e também ligados à educação e saúde. Com o desenvolvimento e consolidação desse polo, os principais municípios da região do Alto do Paraopeba – Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e Congonhas – passaram a integrar suas funções, sendo Congonhas um polo minerário, Ouro Branco um polo industrial e Conselheiro Lafaiete um polo comercial e de serviços” (SOUZA, 2010)*

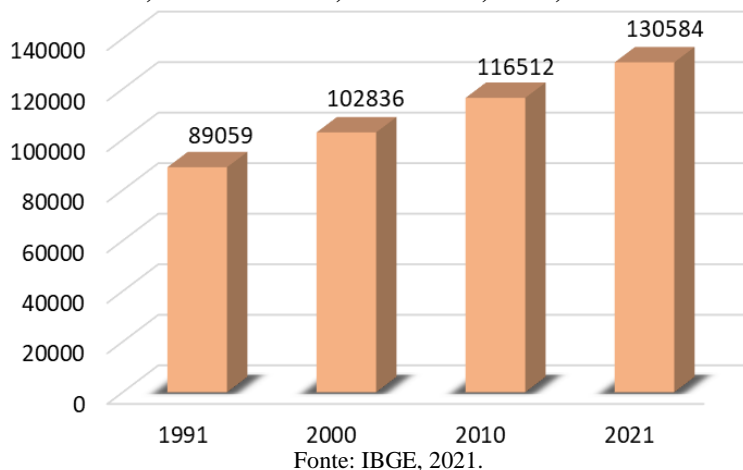


Em 1866 o distrito é elevado à condição de cidade e, assim, Queluz passa a anexar diversos distritos da região. Entre anexações e desmembramentos desses distritos ao município, Queluz passa a ser chamado de Conselheiro Lafaiete, nome atual da cidade, em 1934 por meio Decreto-lei Estadual n.º 11.274. Esse nome foi escolhido em homenagem ao Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, quando se comemorava o centenário de seu nascimento (IBGE, 2022).

### b) Dinâmica Populacional

A população residente no município de Conselheiro Lafaiete vem aumentando significativamente ao longo do período analisado. Entre 1991 e 2020 o crescimento percentual no número de habitantes é de 45,5%, o que demonstra que o município vem passando por um processo de expansão nas últimas décadas. Em 1991 havia, segundo dados do IBGE, 89.059 pessoas residindo em Conselheiro Lafaiete, em 2000, no Censo seguinte, eram 102.836 pessoas morando no município, um aumento de 15,5%. Entre 2000 e 2010 o aumento foi um pouco menor, 13,29% de pessoas a mais, e de 2010 para 2021 registrou-se um crescimento de 11,23%, quando a população municipal atingiu 130.584 habitantes, como mostra a Figura 11.63.

**Figura 11.63 - Evolução da população residente no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em habitantes, entre 1991, 2000, 2010 e 2021**



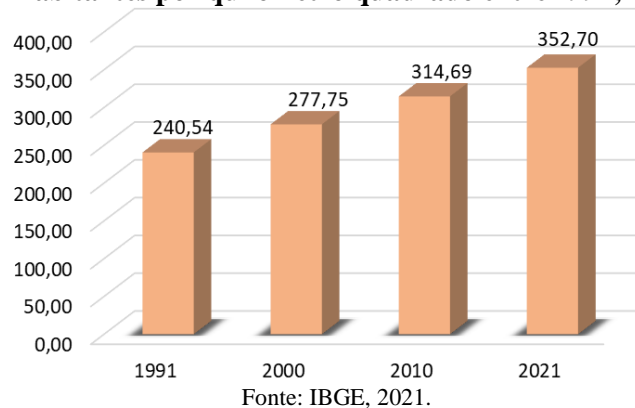
A densidade demográfica é outro dado necessário para a elaboração, desenvolvimento e aplicação de políticas públicas e ações de instituições privadas. A proporção entre o número de habitantes e um determinado território, acaba sendo de grande valia até mesmo para compreender as necessidades e potencialidades de cada região.

Os dados referentes à densidade demográfica de Conselheiro Lafaiete refletem o crescimento no número de habitantes do município ao longo do tempo. Em 1991 eram 240,54 habitantes

por quilômetro quadrado, ao passo que em 2000 o índice já era de 277,75 hab/km<sup>2</sup>, o que representa um crescimento de 15,45% em relação ao Censo anterior. A tendência de aumento na taxa se manteve ao longo do período analisado, em 2010 eram 314,68 hab/km<sup>2</sup>, e em 2021, o município somava 352,70 hab/km<sup>2</sup>, como apresenta a Figura 11.64.

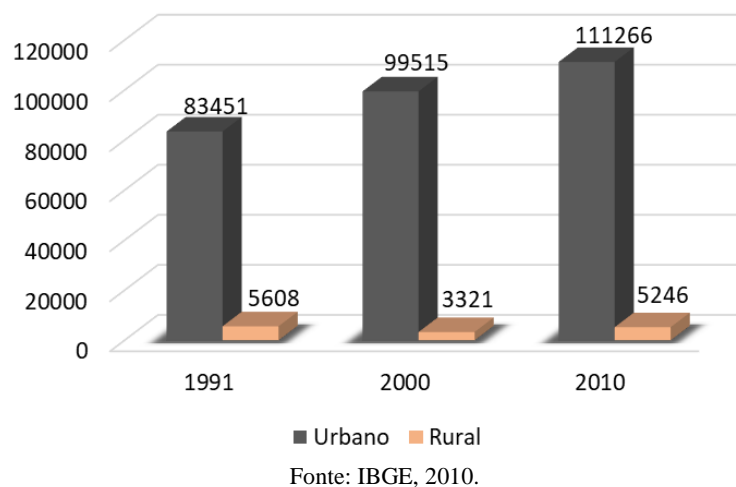
Se comparada à densidade do estado de Minas Gerais, Conselheiro Lafaiete possui uma densidade demográfica muito superior, uma vez que a densidade demográfica de Minas era de 26,8 hab/km<sup>2</sup> em 1991, 30,5 em 2000 e 33,4 hab/km<sup>2</sup> em 2010.

**Figura 11.64 - Evolução da densidade demográfica no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em habitantes por quilômetro quadrado entre 1991, 2000, 2010 e 2021**



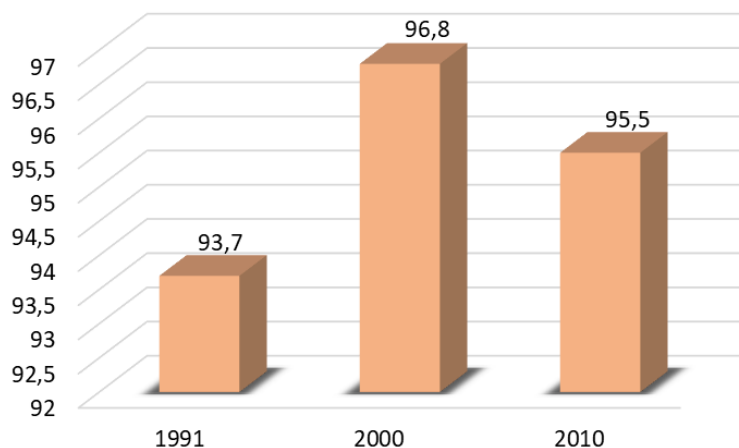
Historicamente Conselheiro Lafaiete é um município onde há predominância da população em meio urbano. Ao longo do período analisado (1991-2010) é possível observar isto. Entretanto, vale ressaltar que entre 2000 e 2010 houve um crescimento significativo da população residente em áreas rurais, foram aproximadamente 57,96% a mais que o registrado no Censo anterior (2000), como apresenta a Figura 11.65.

**Figura 11.65 - Evolução da situação da população residente no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em habitantes, entre 1991, 2000 e 2010**



O grau de urbanização, indicador que representa a porcentagem de população urbana em relação à população total, comprova a predominância urbana em Conselheiro Lafaiete. Observa-se que ao longo das últimas três décadas houve uma variação da população concentrada na área urbana do município. Em 1991, a população urbana representava 93,7%, passando para 96,8% em 2000 e caindo para 95,5% em 2010, como apresentado na Figura 11.66.

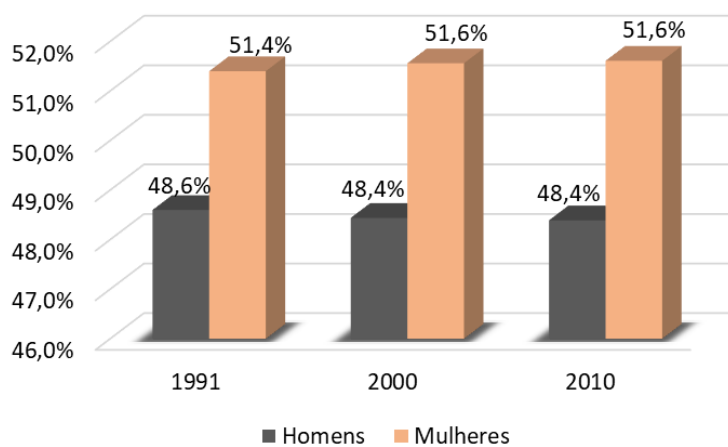
**Figura 11.66 - Evolução da taxa de urbanização no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à evolução da população residente por sexo, Conselheiro Lafaiete apresentou pouca variação durante o período analisado, entre 1991 e 2010. Com leve predomínio da população feminina que variou entre 51,4% e 51,61% da população total, enquanto a masculina variou entre 48,6% e 48,39%, como mostra a Figura 11.67.

**Figura 11.67 - Evolução percentual da população residente por sexo no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010**



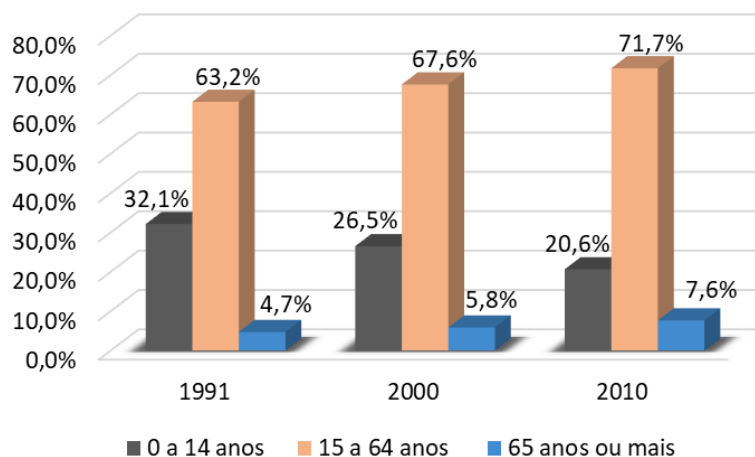
Fonte: IBGE, 2010.

Outro dado social de grande importância para a implantação de políticas públicas e para a gestão do município é a divisão da população por faixa etária. Em Conselheiro Lafaiete, o grupo de residente que mais se destacou no período analisado foi o de idade compreendida entre 15 e 64 anos, ou seja, a população em idade ativa. Em 1991, este grupo já representava 63,2% do total da população residente. Em 2000 e 2010, houve um crescimento deste grupo com uma participação de 67,6% e 71,7%, respectivamente.

A população idosa, apesar de apresentar um crescimento entre 1991 e 2010, foi o grupo de idade com menor proporção no município. Em 1991 a participação deste grupo de idade correspondeu a 4,7% em relação ao total. Em 2000 e 2010, este percentual foi de 5,8% e 7,6% respectivamente em relação população total de Conselheiro Lafaiete.

A população com idade inferior a 15 anos foi diminuindo ao longo do período analisado, uma vez que em 1991 representava 32,1% da população total, 26,5% em 2000 e 20,6% no ano de 2010, conforme pode ser observado na Figura 11.68.

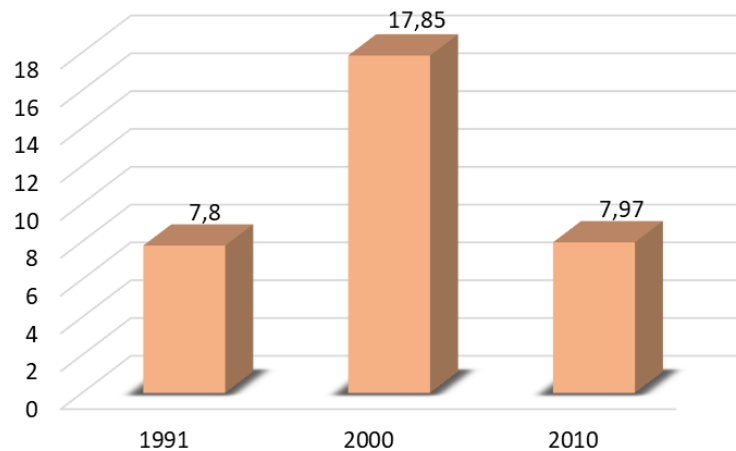
**Figura 11.68 - Evolução da população residente por faixa etária no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Sobre a taxa de desemprego na população acima dos 16 anos no município de Conselheiro Lafaiete, identificou-se um crescimento de 128,84% no índice entre 1991 e 2000. Posteriormente, entre 2000 e 2010 observa-se uma queda expressiva, o desemprego diminuiu e taxa retornou para a um valor próximo do registrado em 1991, como mostra a Figura 11.69.

**Figura 11.69 - Taxa de desemprego entre a população acima dos 16 anos no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



Fonte: DATASUS, 2010.

### c) Uso e Ocupação do Solo

O Plano Diretor é um instrumento de planejamento territorial previsto no Estatuto da Cidade pela Lei Federal nº 10.257/2001. Em Conselheiro Lafaiete o plano diretor foi instituído pela Lei Complementar nº 004, de 12 de julho de 1999, foi revogado pela Lei Complementar nº 26 de 04 de agosto de 2010<sup>11</sup>, que passou a vigorar desde então. Posteriormente, a lei complementar nº 107, de 25 de outubro de 2018, alterou os §§ 1º e 2º, do art. 13, da Lei Complementar nº 26, de 04 de agosto de 2010<sup>12</sup>.

*“O Plano Diretor do Município de Conselheiro Lafaiete é o instrumento básico orientador e normativo dos processos de organização territorial, crescimento econômico e difusão do bem-estar social, promovendo o desenvolvimento sustentável da cidade definido como o direito à terra urbana, à moradia, ao meio ambiente protegido, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações, fundado na política de desenvolvimento urbano sob os aspectos físico, social, econômico, ambiental e administrativo, objetivando o interesse social com a participação da coletividade, estabelecendo normas para atuação do poder público e da iniciativa privada.” (CONSELHEIRO LAFAIETE, 2010, p.1)*

O zoneamento de uso do solo constitui um dos principais instrumentos do planejamento urbanístico municipal, devendo abranger toda a comunidade visando o atendimento do bem-estar social. Consiste na divisão do território municipal em áreas, tendo em vista a regulamentação do uso da propriedade do solo e do direito de construir. De acordo com o último plano

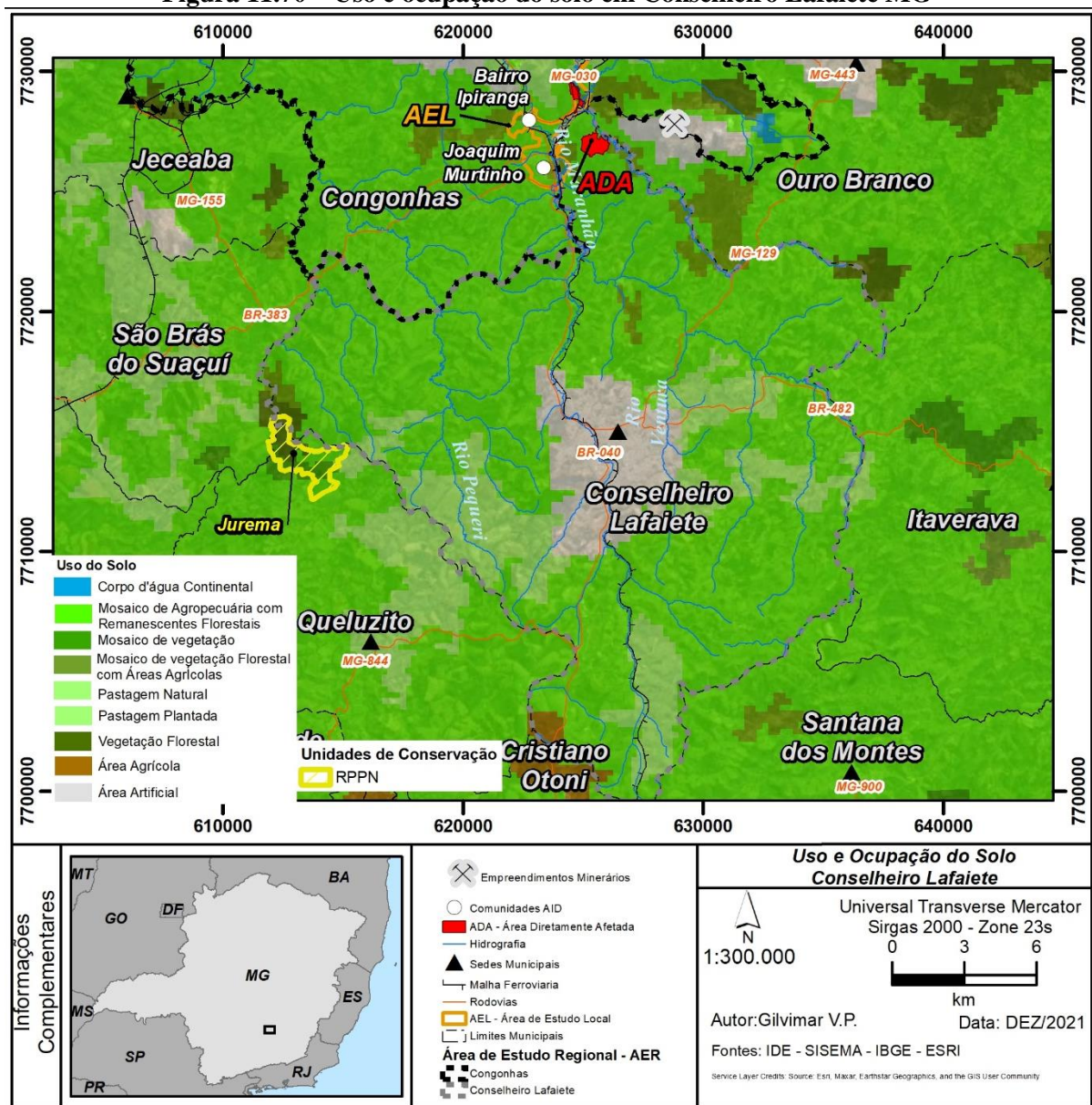
<sup>11</sup> Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)

<sup>12</sup> Fonte: <http://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v1/wp-content/uploads/2018/11/Lei-Complementar-107-18-ALTERA-OS-%C2%A7-%C2%A7-1-%C2%BA-E-2-%C2%BA-DO-ART.-13-E-OS-ANEXOS-I-E-II-TODOS-DA-LC-N%C2%BA-26-QUE-INSTITUIU-O-PLANO-DIRETOR-DO-MUNIC%C3%8DPIO.pdf>

diretor, foram delimitados 11 distritos ou localidades no município, sendo eles: Buarque de Macedo, Gagé, São Vicente de Paula, São Gonçalo do Brandão, Caeté, Mato Dentro, Almei-  
das, Vargas, Sesmarias, Lalão e Vila Lobos.

A partir de informações obtidas através de um contato realizado com a Secretaria Municipal de Planejamento de Conselheiro Lafaiete, foi informado que ainda não há disponível um mapa que especialize o município em zonas de acordo com o Plano Diretor Municipal. Entretanto, está sendo elaborada uma nova proposta de zoneamento para o município e o georreferencia-  
mento das delimitações.

Figura 11.70 – Uso e ocupação do solo em Conselheiro Lafaiete MG



Fonte: CERN, 2022



#### d) Uso da Água

De acordo com as informações contidas no site da Agência Nacional de Águas (ANA), em 2017 o uso de água em Conselheiro Lafaiete correspondeu a 0,08392m<sup>3</sup>/s. No Quadro 11.15 podem ser comparados os dados relativos ao consumo de água de Conselheiro Lafaiete em 2017. A demanda total de consumo é responsável por captar 0,31789m<sup>3</sup>/s de água do município, apresentando um consumo de 0,08392m<sup>3</sup>/s, o que equivale a 26,40%, da demanda e 0,23397m<sup>3</sup>/s, equivalente a 73,60%, corresponde ao retorno hídrico. Desta forma, a demanda de maior retirada é o Humano Urbano, sendo responsável por 64,49% do consumo de água de Conselheiro Lafaiete. O segundo maior uso foi o abastecimento animal, relativo a 4,97% do total retirado, seguida da indústria, com um total de 4,10%.

**Quadro 11.15 - Uso de água no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**

Tipo de uso	Vazão (m <sup>3</sup> /s)	Participação no total (%)
Humano Urbano - Retirada	0,27062	85,13%
Humano Urbano - Consumo	0,05412	64,49%
Humano Urbano - Retorno	0,21560	92,53%
Humano Rural - Retirada	0,00845	2,66%
Humano Rural - Consumo	0,00676	8,06%
Humano Rural - Retorno	0,00169	0,72%
Indústria – Retirada	0,01303	4,10%
Indústria - Consumo	0,00349	4,16%
Indústria – Retorno	0,00954	4,08%
Mineração - Retirada	0,00140	0,44%
Mineração - Consumo	0,00067	0,80%
Mineração - Retorno	0,00073	0,31%
Termelétricas - Retirada	0,0	0,00%
Termelétricas - Consumo	0,0	0,00%
Termelétricas - Retorno	0,0	0,00%
Abastecimento Animal - Retirada	0,01581	4,97%
Abastecimento Animal - Consumo	0,01093	13,02%
Abastecimento Animal - Retorno	0,000488	2,09%
Agricultura Irrigada - Retirada	0,00858	2,70%
Agricultura Irrigada - Consumo	0,00795	9,47%
Agricultura Irrigada - Retorno	0,00063	0,27%
Demanda Total - Retirada	0,31789	100%
Demanda Total - Consumo	0,08392	100%
Demanda Total - Retorno	0,23397	100%

Fonte: Agência Nacional de Águas, 2017.



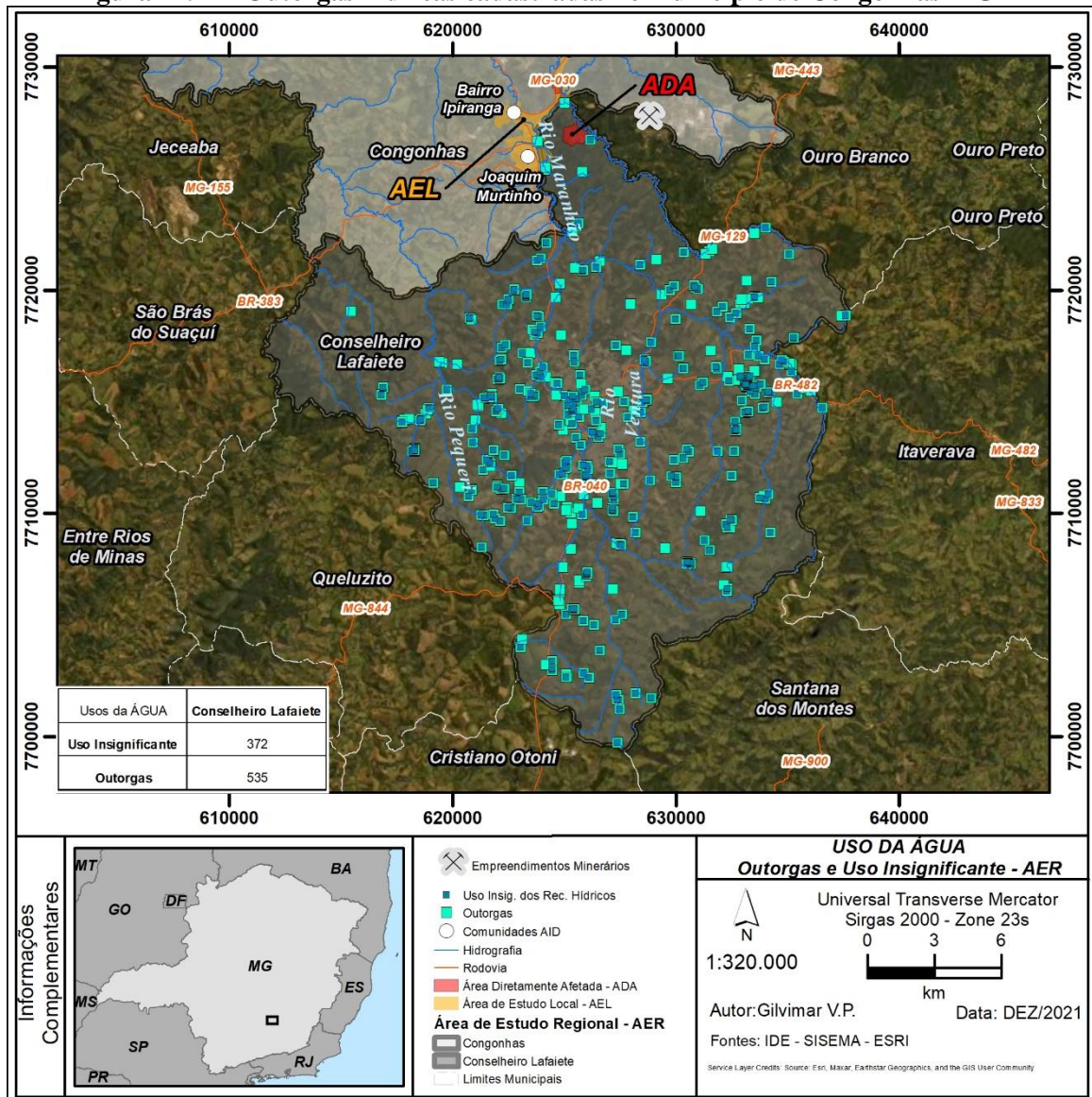
O abastecimento urbano de água no município de Conselheiro Lafaiete é realizado pela concessionária COPASA. Segundo a plataforma ANA – Agência Nacional das Águas, este abastecimento é de nível satisfatório para a cidade.

Em Conselheiro Lafaiete a captação de água é realizada em dois sistemas distintos, que reunidos configuram o sistema de abastecimento de água do município, conforme mostrado na Figura 11.71.

- Ribeirão Almeidas (fio d'água); e
- Ribeirão Jacuba e Ribeirão Bananeiras (fio d'água).

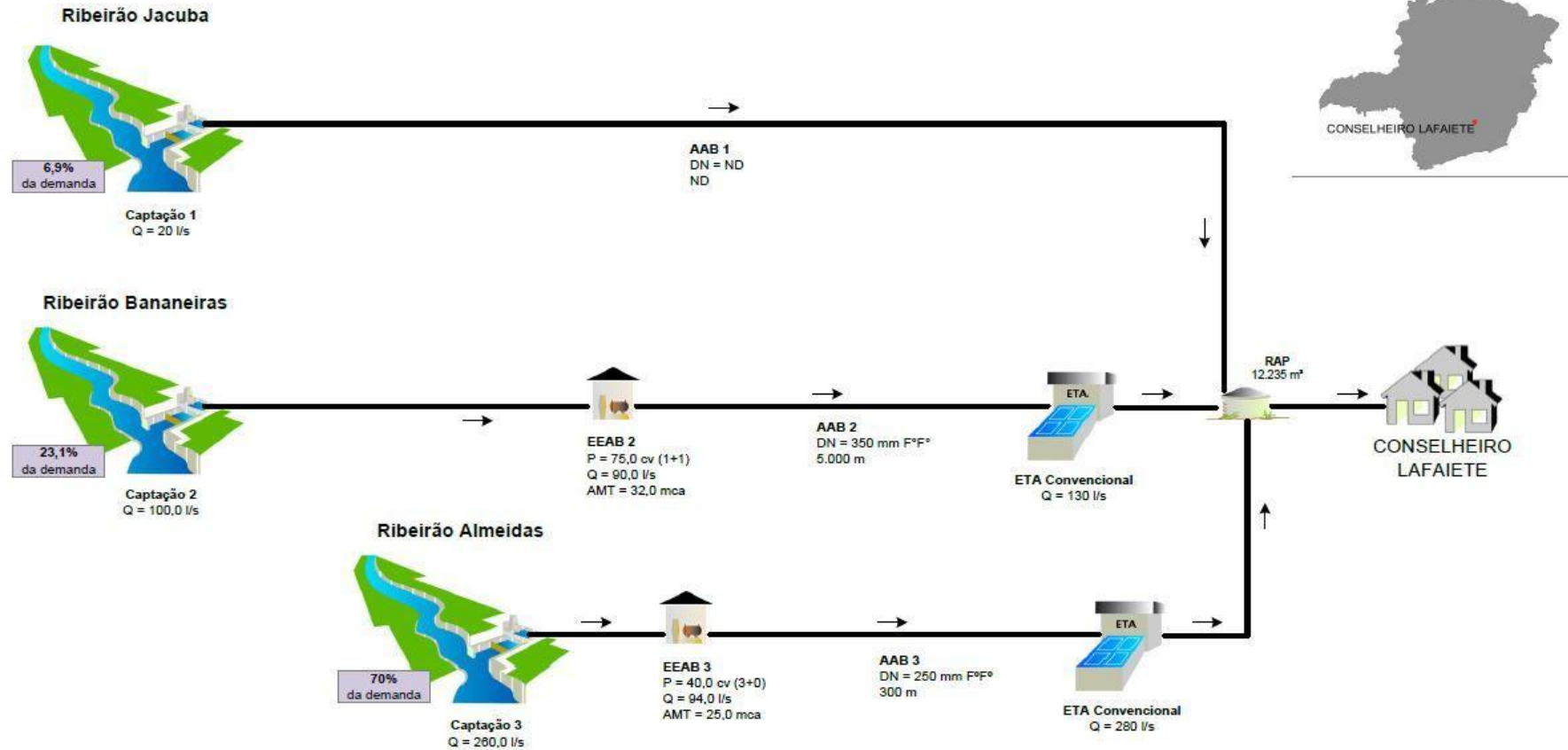
O sistema de captação a fio d'água Ribeirão Almeida necessita passar por uma estação elevatória de onde é então encaminhado a uma ETA convencional para receber tratamento. A água é então enviada ao reservatório de Conselheiro Lafaiete de onde a água é distribuída a sede urbana do município. Já o sistema dos Ribeirões Jacuba e Bananeiras somente se encontram no reservatório de água do município. A captação de água realizada no ribeirão Jacuba não recebe tratamento algum e após a captação é encaminhada diretamente ao reservatório do município. O ribeirão Bananeira, pertencente ao mesmo sistema de captação ao qual está o ribeirão Jacuba, após ser captado é encaminhado para uma estação elevatória de onde é encaminhada a uma ETA convencional e então segue para o reservatório do município.

Figura 11.71 - Outorgas hídricas cadastradas no município de Congonhas MG



Fonte: CERN, 2022

Figura 11.72 – Sistema de Captação de Água – Conselheiro Lafaiete, MG



POPULAÇÃO URBANA (hab)	SISTEMA PRODUTOR	TIPOS DE CAPTAÇÃO	SISTEMA ISOLADO CONSELHEIRO LAFAIETE	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Bairro/Distrito/Povoado De 50.000 a 250.000</li> <li>Até 5.000 De 250.000 a 1.000.000</li> <li>De 5.000 a 50.000 Mais de 1.000.000</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adutora</li> <li>Estação Elevatória</li> <li>Estação de Tratamento de Água</li> <li>Filtros Simples</li> <li>Desinfecção</li> <li>Reservatório Apoiado</li> <li>Reservatório Elevado</li> <li>Existente</li> <li>Reserva</li> <li>Emergencial</li> <li>Alternativo</li> <li>Projetado</li> <li>Insuficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Captação Fio d'Água/ Tomada Direta</li> <li>Barragem/ Açude</li> <li>Poço</li> <li>Bateria de n poços</li> <li>Carro-pipa</li> </ul>	<p>Nº 0000</p> <p>Município: Conselheiro Lafaiete</p> <p>Estado: MG</p> <p>Data: 05/2018</p> <p>ENGE CORPUS Grupo IYPSA</p> <p>Fonte: COPASA</p>	

Fonte: ATLAS, 2022.

### e) Sistema viário e infraestrutura local e regional

Em Conselheiro Lafaiete o plano diretor foi instituído pela Lei Complementar nº004, de 12 de julho de 1999, e foi revogado pela Lei Complementar nº 26 de 04 de agosto de 2010, que passou a vigorar desde então. O capítulo VI desta Lei Complementar é o capítulo que trata do Sistema viário e de transporte. O artigo 57 assegura a importância deste sistema: Art. 57 - Sistema viário é o conjunto de vias cuja hierarquia de acessibilidade estabelece as condições de circulação de pessoas e veículos, bem como determina a localização de atividades e a formação de polos de comércio e serviços e outros polos de atividades urbanas no território municipal. Parágrafo único - A política de circulação e transporte coletivo objetiva assegurar à população condições adequadas de acessibilidade a todas as regiões do Município. O Artigo 58 trata das diretrizes e intervenção pública no sistema viário e de transporte, sendo interessante ressaltar os seguintes tópicos: IV - a integração ao sistema viário e de transporte da infraestrutura ferroviária urbana, como opção ao transporte de massa; VIII - o estabelecimento de rotas preferenciais para o tráfego de veículos de cargas perigosas. Sendo assim, vale a pena ressaltar que a principal via de acesso ao município e que o liga aos demais municípios da região e a capital do estado de Minas Gerais é a via BR-040.

No tocante do transporte público, o município é atendido pela empresa Viação Umua-rama, que disponibiliza o serviço de transporte coletivo urbano municipal, ligando os bairros do município. Para realização dos serviços de transporte intermunicipal as empresas Viação Sandra, Turim, Comércio Lubrificantes e peças LTDA, Viação Carvalho e Costa/Líder, Viação São Luiz, Companhia Atual Transportes, Unida Mansur & Filhos e União atuam no município.

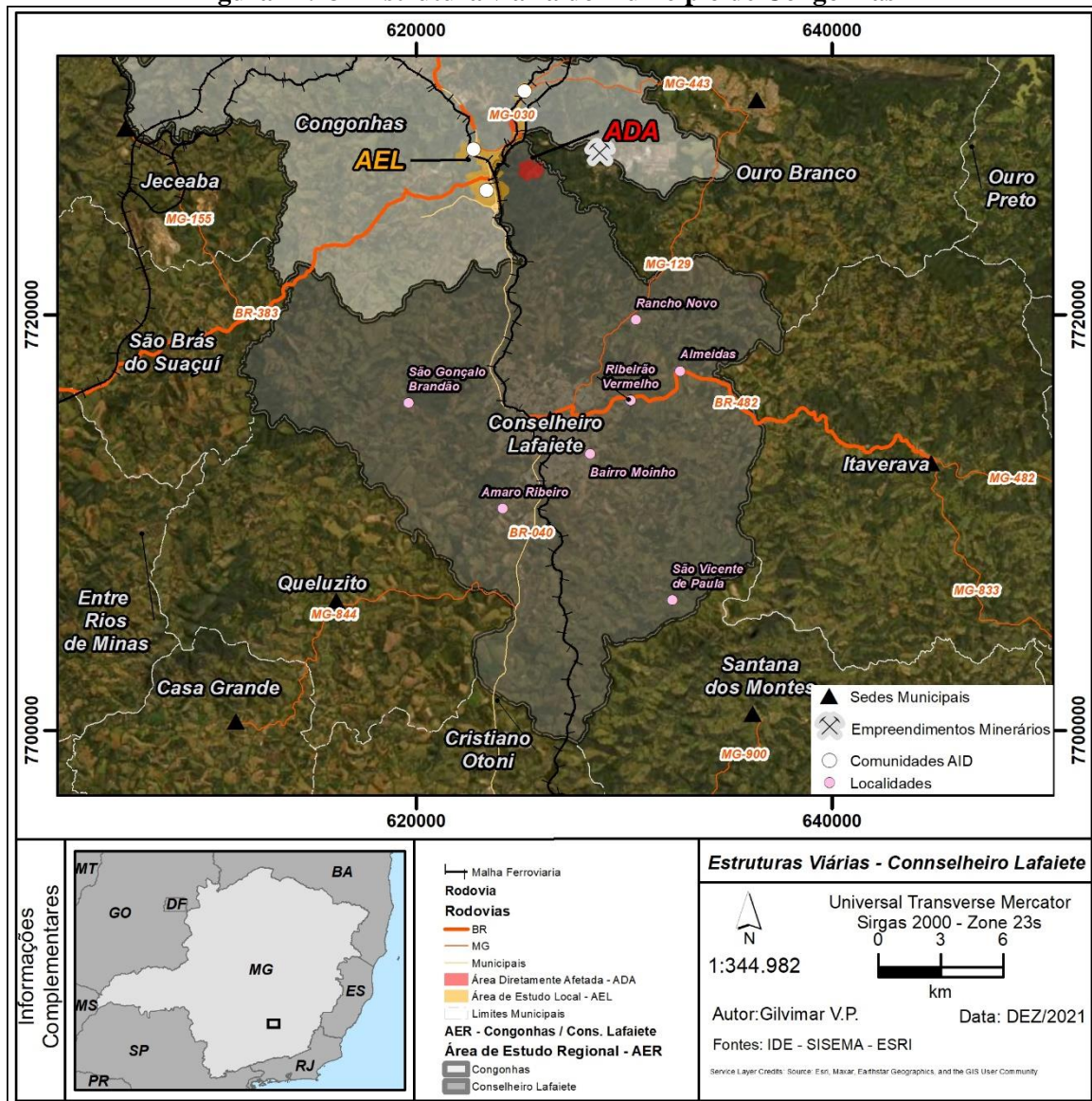
O município conta com aeroporto dentro do seu território, o Aeroporto de Conselheiro Lafaiete ou Bandeirinhas (IATA:QDF, ICAO:SNKF) fica a apenas 5 quilômetros de distância do centro da cidade<sup>13</sup> e possui uma pista de aproximadamente 900 metros de comprimento e comporta aeronaves de pequeno porte.

---

<sup>13</sup> CONSELHEIRO LAFAIETE. Das Bandeirinhas (SNKF). AISWEB ,2021. Disponível em < <https://aisweb.decea.mil.br/?i=aerodromos&codigo=SNKF#cartas> >. Acesso em 13/09/2021



Figura 11.73 - Estrutura viária do município de Congonhas



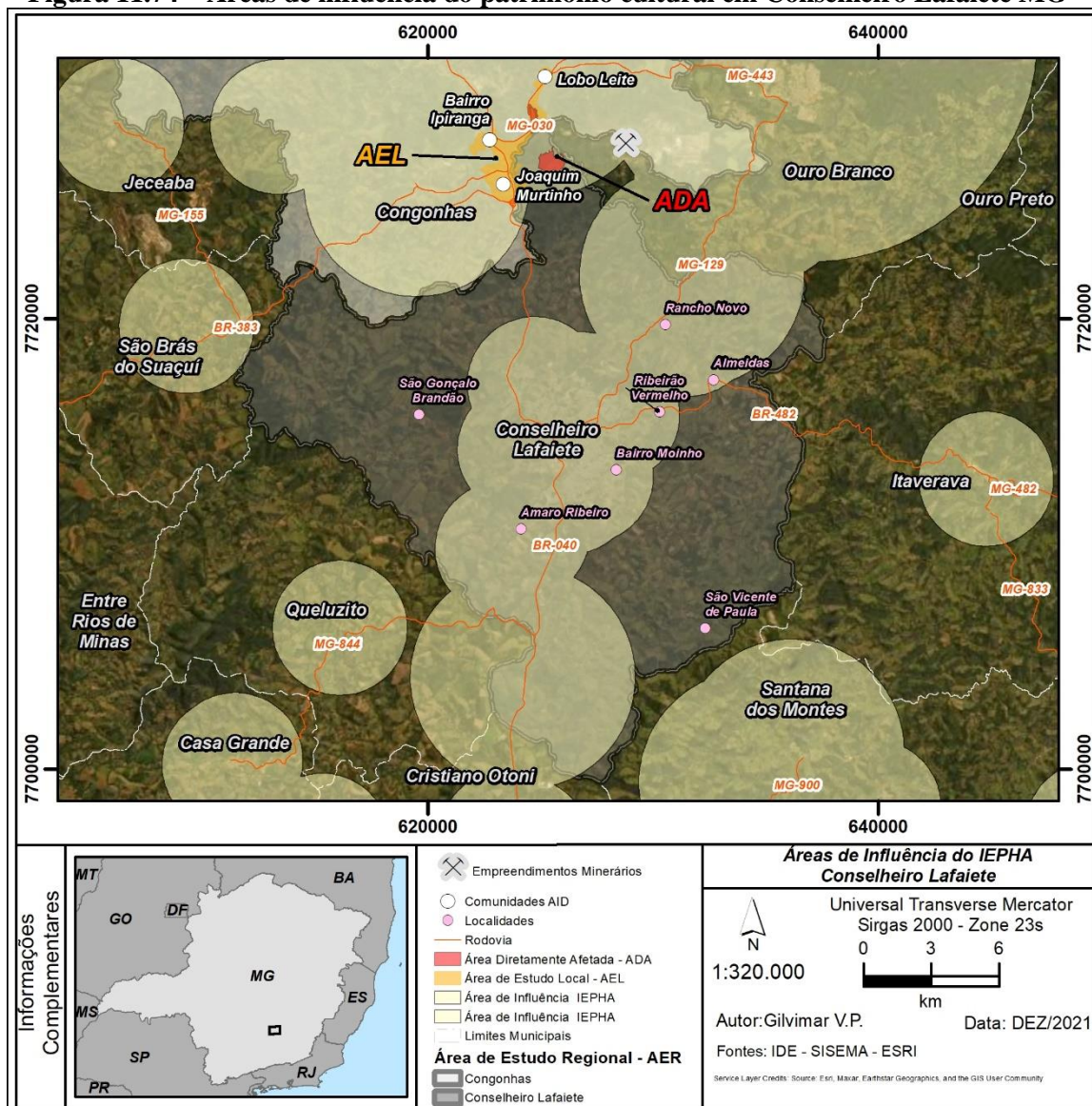
Fonte: CERN, 2022

## f) Patrimônio Natural e Cultural

### Patrimônio Material

No que remete ao patrimônio cultural, Conselheiro Lafaiete apresenta um rico acervo patrimonial. Em nível federal, o município apresenta 02 bens materiais tombados: Sede da Fazenda dos Macacos e Sítio da Varginha do Lourenço. Já em nível municipal está registrada a ocorrência de mais 16 bens materiais culturais tombados. Como apresentada no Quadro 11.16, e especializados na Figura 11.74 que identifica aproximadamente 07 (sete) raios de influência definidos pelo IEPHA.

Figura 11.74 – Áreas de influência do patrimônio cultural em Conselheiro Lafaiete MG



Fonte: CERN, 2022

Quadro 11.16 - Bens Culturais Materiais Tombados no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021

Nº	Denominação	Localidade	Nível de Tombamento	Tombamento
01	Sede da Fazenda dos Macacos	Rod. Pres. Juscelino Kubitschek, Conselheiro Lafaiete	Estadual	-
02	Sítio da Varginha do Lourenço	Margens da via Caminho Novo.	Estadual	-
03	Casa de Cultura Professora Gabriela Mendonça	Rua Comendador Baêta Neves nº68	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento Municipal nº: 022/1999

04	Casa do Artesanato João Salgado/Solar dos Amaral	Praça Barão de Queluz nº89	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento Municipal n°: 022/1999
05	Chafariz da Praça Barão de Queluz	Praça Barão de Queluz	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento Municipal n°: 022/2000
06	Coreto da Praça São Sebastião	Praça São Sebastião	Municipal	Decreto de tombamento n° 022/2001
07	Coreto da Praça Tiradentes	Praça Tiradentes	Municipal/Inventariado	Decreto de tombamento n° 022/1999
08	Fonte Luminosa da Praça Tiradentes	Praça Tiradentes	Municipal/Inventariado	Decreto de tombamento n° 022/2000
09	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Praça Barão de Queluz nº67 – Centro	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento n°: 025/2002
10	Monumento à Índia Carijó	Praça Tiradentes s/n°	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento n°: 022/1997
11	Monumento ao Cristo Redentor	Praça do Cristo adjacente à Avenida Rotariano Arão Bank onde se localiza a Igreja da Sta. Efigênia nas instalações da TV Lafaiete	Municipal	Decreto de Tombamento n°: 022/1999
12	Monumento ao Conselheiro Lafayette	Praça Barão de Queluz s/n°	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento n°: 022/1998
13	Monumento ao Expedicionário	Praça da Bandeira s/n°	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento n°: 022/1997
14	Monumento aos Trabalhadores	Praça dos Trabalhadores s/n° - B. Areal	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento n°: 022/1996
15	Museu e Arquivo da Cidade/Antônio Perdigão	Praça Tiradentes nº 19	Municipal	Decreto de Tombamento n°: 022/1999
16	Prédio da Biblioteca – Museu Antônio Perdigão – Arquivo da Cidade	Praça Tiradentes nº 19 – Centro	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento n°: 022/1999
17	Solar Barão de Suasui	Rua Barão do Suasui nº 106, esquina de Rua Cefisa Viana – Centro	Municipal/Inventariado	Decreto de Tombamento n°: 095/2005

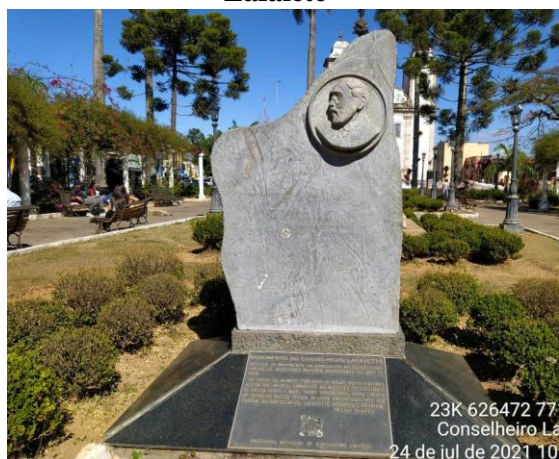


18	Locomotiva Orens- tein & Koppel	Museu Ferroviário – R. Marechal Flo- riano Peixoto s/nº - Centro	Municipal/Inventariado	Decreto de Tom- bamento nº: 100/2010
19	Fazenda do Parao- peba	Rodovia 383, pró- ximo do Km12, à margem direita do Rio Paraopeba, ou na BR 132, entre o km 12 e 13.	Municipal/Inventariado	Decreto de BI apresentado no Processo: D. 170/2006

Fonte: CERN, 2021.

Além dos bens tombados verifica-se a ocorrência de 55 bens culturais inventariados pela Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete. O Quadro 11.17 traz a listagem dos bens culturais materiais do município, e as Figuras 11.75, 11.76, 11.77 e 11.78 mostram alguns dos pontos históricos do município.

**Figura 11.75 – Monumento ao Conselheiro Lafaiete**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.76 – Solar Barão de Suassui**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.77 – Coreto da Praça Tiradentes**



**Figura 11.78 -Chafariz da Praça Tira-  
dentes**



**Quadro 11.17 - Bens Culturais Materiais Inventariados no município de Conselheiro Lafaiete, MG**

Nº	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	ANO DO EXER. ICMS - INVENTÁRIO ENVIADO AO IEPHA/MG
<b>EXERCÍCIO 2004</b>			
<b>Bens Móveis e Integrados (BM/ BIN)</b>			
20	Cofre da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
21	Staff da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
22	Lavabo de Madeira	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
23	Maquete de vagão de passagem	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
24	Máquina de picotar passagem	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
25	Aparelho de telégrafo da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
26	Telefone de parede da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
27	Sinaleiro de mão da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
28	“Filtro Fiel” da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
29	Cadeado de linha da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
30	Cadeado da Linha da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
31	Quadro de mapeamento KM 060	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
32	Guindaste da estação ferroviária	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
33	Chapéu do conselheiro imperial, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
34	Cadeira do conselheiro imperial, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2004
35	Imagem de Nossa Senhora do Rosário	Capela de Santo Antônio	2004
36	Imagem de Nossa Senhora da Piedade	Capela de Santo Antônio	2004
37	Imagem de Santo Antônio	Capela de Santo Antônio	2004
38	Imagem de Santa Bárbara	Capela de Santo Antônio	2004
39	Cruzeiro em madeira	Capela de Santo Antônio	2004
<b>EXERCÍCIO 2011</b>			
<b>Estrutura Arquitetônica e Urbanística (BI)</b>			

40	Capela de Santo Antônio	R. Doutor Forjas, de Lacerda, 51- Santo Antônio.	2011
41	Prédio da Prefeitura	Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, 10 - Centro, Conselheiro Lafaiete	2011
42	Solar das Lana	Rua Dr. Melo Viana, 267, Centro, Conselheiro Lafaiete,	2011
<b>EXERCÍCIO 2012</b>			
Estrutura Arquitetônica e Urbanística (BI)			
43	Monumento ao Tiradentes	Praça Tiradentes s/n – Centro	2012
44	Monumento aos Inconfidentes de Queluz	Caminho Novo da Estrada Real (atual BR-040, Km 636)	2012
45	Relógio da Praça Tiradentes	Praça Tiradentes s/n – Centro	2012
Bens Móveis e Integrados (BM/BIN)			
46	Imagem de Nossa Senhora das Dores	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	2012
47	Imagem de Nossa Senhora da Conceição	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	2012
48	Imagem de São Gusmão	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	2012
49	Imagem de São Francisco do Chagas	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	2012
50	Imagem do Senhor Morto	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	2012
51	Imagem do Senhor dos Passos	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	2012
52	Crucifixo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Passagem do Gagé	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2012
53	Imagem de Maria Menina da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Passagem do Gagé	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2012
54	Imagem do Menino Jesus da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Passagem do Gagé	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2012
55	Imagem de Santa Efigênia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Passagem do Gagé	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2012
56	Imagem de Santo Agostinho da Igreja de Nossa Senhora da	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2012

	Conceição da Passagem do Gagé		
57	Imagem de Santo Antônio da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Passagem do Gagé	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2012
58	Imagem de São Sebastião da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Passagem do Gagé	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2012
59	Imagem de São Benedito da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Passagem do Gagé	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2012
<b>Bem Arquivístico (ARQ)</b>			
60	Arquivo Antônio Perdigão – Museu e Arquivo da Cidade	Praça Tiradentes nº 19 – Centro	2012
<b>EXERCÍCIO 2016</b>			
<b>Estrutura Arquitetônica e Urbanística (BI)</b>			
61	Igreja de São Sebastião	R. Barão, de Pouso Alegre - São Sebastião, Conselheiro Lafaiete	2016
62	Igreja Nossa Senhora da Luz	R. Valério Eugênio, 1 - Areal, Conselheiro Lafaiete	2016
63	Estação Ferroviária Lafaiete	R. Cel. Bento, 75 - Centro, Conselheiro Lafaiete - MG	2016
64	Igreja de São João Batista	Santa Matilde, Conselheiro Lafaiete	2016
65	Casarão de Herculaniano do Vale	-	2016
66	Igreja de São Gonçalo	Comunidade de São Gonçalo	2016
67	Capela de São Gonçalo	Comunidade de São Gonçalo- Cemitério	2016
68	Altar Mor	Comunidade de São Gonçalo	2016
<b>EXERCÍCIO 2018</b>			
<b>Bem móvel (BM)</b>			
69	Guarda Feminina de São Jorge	Rua Joao de Castro Filho, 201 – Bairro São João, Conselheiro Lafaiete	2018
<b>EXERCÍCIO 2020</b>			
70	Fazenda Zé Arigó	-	2020
71	Cruzeiro do Rancho Novo	Comunidade Rancho Novo	2020
<b>EXERCÍCIO 2021</b>			
<b>Estrutura Arquitetônica e Urbanística (BI)</b>			

72	Fonte (bica) das lavadeiras do Rancho Novo	Comunidade Rancho Novo	2021
73	Cruzeiro Comunidade de São Vicente de Paulo	Comunidade de São Vicente de Paula	2021
<b>EXERCÍCIO 2022</b>			
Estrutura Arquitetônica e Urbanística (BI)			
74	Igreja de São Sebastião do Gagé	R. Licínio Dutra, 1558-1650 - Cidade Satélite, Conselheiro Lafaiete	2022
75	Marco Maçônico	Praça Pyramo, s/n – Bairro Areal	2022

Fonte: CERN, 2022.

➤ Patrimônio Imaterial

O município de Conselheiro Lafaiete abriga um rico patrimônio histórico-cultural que apresenta bens imateriais reconhecidos a nível federal, estadual e municipal. No que concerne aos bens imateriais reconhecidos em instância federal pelo IPHAN, registra-se a presença do bem Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira. Já o IEPHA reconhece em instância estadual 02 bens imateriais: Folia de Minas e Viola de Minas. Por fim, o município de Conselheiro Lafaiete reconhece 01 bem: Modo de fazer das violas de Queluz (Saberes), todos citados no Quadro 11.18.

**Quadro 11.18 - Bens Culturais Imateriais Registrados no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021**

Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIDADE	NÍVEL DE TOMBAMENTO	ANO
01	Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira	Conselheiro Lafaiete	Federal	-
02	Folia de Minas	Conselheiro Lafaiete	Estadual	-
03	Viola de Minas	Conselheiro Lafaiete	Estadual	-
04	Modo de fazer das violas de Queluz (Saberes)	Conselheiro Lafaiete	Municipal/	2017/2018/2020

Fonte: CERN, 2021.

No que remete aos bens culturais imateriais inventariados no município de Conselheiro Lafaiete apresenta um quantitativo de 11 bens imateriais, que abarcam celebrações, saberes, formas de expressão e lugares.



### g) Patrimônio Arqueológico

Quanto ao patrimônio arqueológico, em pesquisa no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos da base de dados do IPHAN, foram identificados 05 sítios, a saber no Quadro 11.19.

**Quadro 11.19 - Sítios arqueológicos no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2021**

Nº	Nome do Sítio	Categoria	Fonte
01	Gagé	Histórico	CNSA/IPHAN
02	Palmeiras	Pré-Colonial	CNSA/IPHAN
03	Arrimo com trilhos	Histórico	CNSA/IPHAN
04	Estação Joaquim Murtinho	Histórico	CNSA/IPHAN
05	Maquinário	Histórico	CNSA/IPHAN

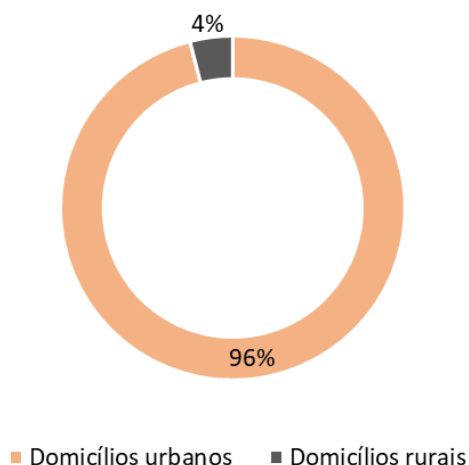
Fonte: CNSA/IPHAN, 2021.

### h) Nível de Vida

#### Habitação

Sobre as habitações, em 2010, Conselheiro Lafaiete possuía 35171 domicílios particulares permanentes registrados. Destes a maior parte encontrava-se em área urbana, correspondendo a 96% do total, como ilustrado na Figura 11.79.

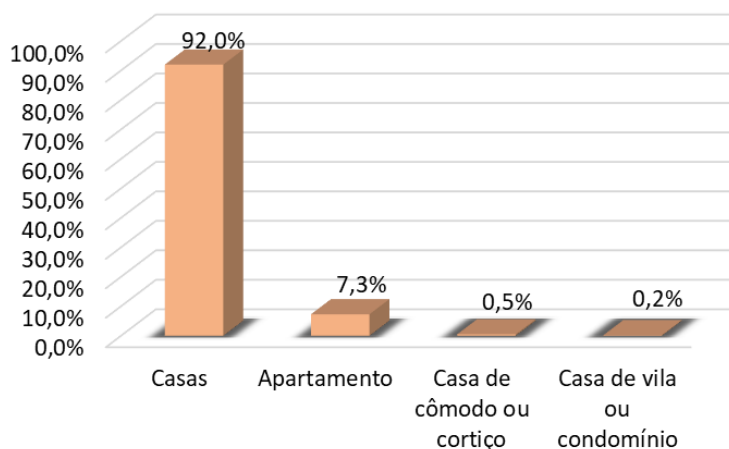
**Figura 11.79 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por situação domiciliar, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Analisando os tipos de domicílios existentes no município, percebe-se que a grande maioria dos domicílios são casas, correspondendo a 92% do total. Apartamentos somam 7,3%, casas de cômodo ou cortiços 0,5% e casas de vilas ou condomínio outros 0,2%, como mostra a Figura 11.80.

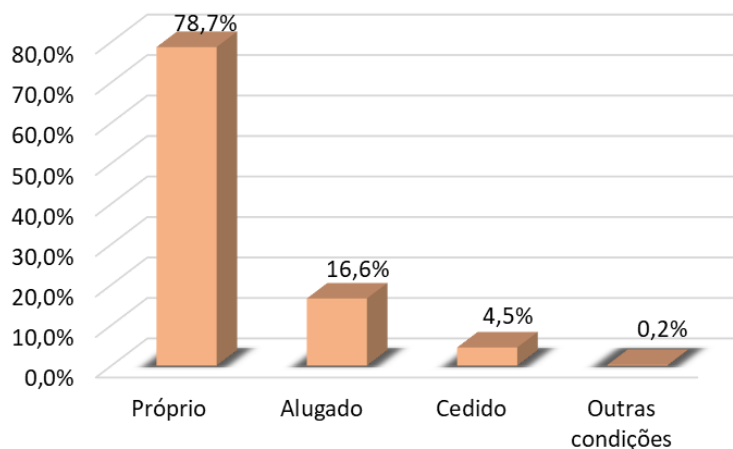
**Figura 11.80 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por tipo, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Em relação à condição de ocupação dos domicílios, a maioria, 78,7% são próprios, 16,6% são alugados e 4,5% são cedidos, como apresenta a Figura 11.81.

**Figura 11.81 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de ocupação, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010**

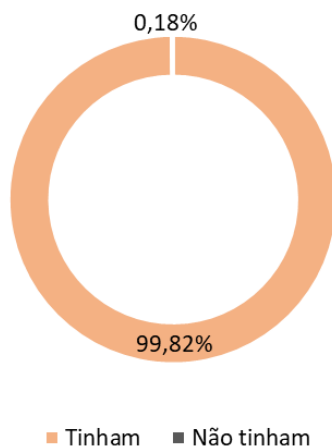


Fonte: IBGE, 2010.

Quanto às questões de infraestrutura, apenas 0,18% dos domicílios particulares permanentes do município não contam com o serviço de fornecimento de energia elétrica, como pode-se observar na Figura 11.82.



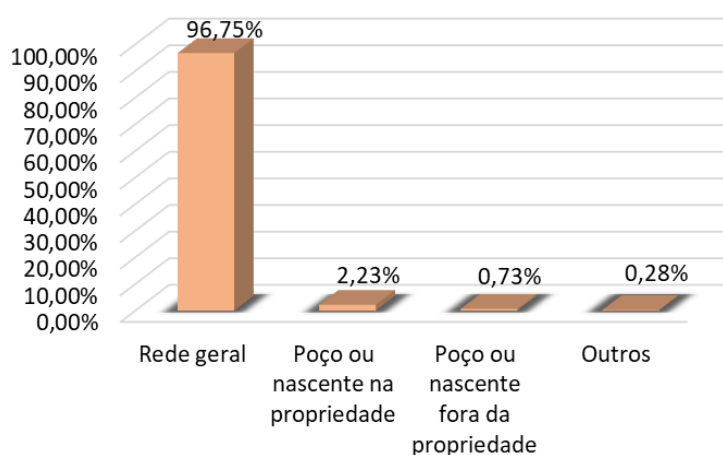
**Figura 11.82 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por fornecimento de energia elétrica, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Em relação ao abastecimento de água, grande parte dos domicílios faz parte da rede geral de abastecimento, o que corresponde a 96,75% do total. Ainda assim, 2,23% são abastecidos por poço ou nascente fora da propriedade, 0,73% por poço ou nascente na propriedade, e 0,28% utilizam outras formas de abastecimento (armazenamento de água da chuva, caminhão pipa, rios, açudes ou lagos), como está ilustrado na Figura 11.83.

**Figura 11.83 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de abastecimento de água, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010**

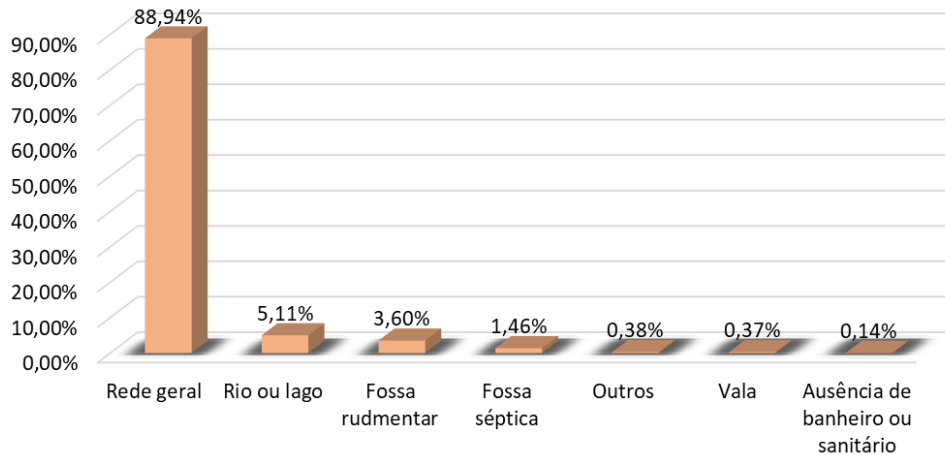


Fonte: IBGE, 2010.

A Figura 11.84 mostra que em relação ao esgotamento sanitário nestes domicílios, 88,94% das residências em Conselheiro Lafaiete são atendidas pela rede geral de esgoto. Apesar disso, 5,11% dos domicílios destinam os efluentes para rios, córregos ou lagos,

3,6% possuem fossas rudimentares, 1,46% fossas sépticas e 0,14% não possuem banheiro ou sanitário.

**Figura 11.84 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de esgotamento sanitário no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento <sup>14</sup>(SNIS), em 2019, Conselheiro Lafaiete possuía 42983 ligações de esgoto ativas. O serviço de coleta e tratamento de esgoto no município é de responsabilidade da COPASA, que possui atualmente 02 estações de tratamento de esgoto (ETE) no município, sendo elas, a ETE Bananeiras, localizada na Rua Geraldo Silva, nº13, Cidade Satélite, e a ETE Ventura Luiz, instalada na área rural do município, com acesso pela rodovia MG-129. A Figura 11.85 mostra a portaria da ETE Bananeiras.

**Figura 11.85 - Vista da entrada da ETE-Bananeiras, Conselheiro Lafaiete, MG**

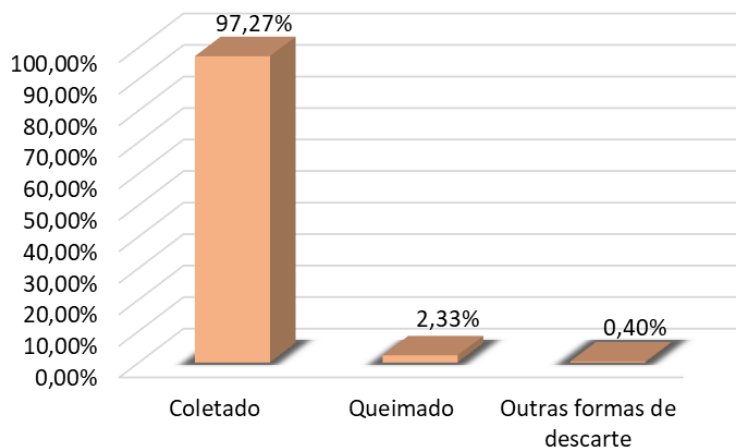


Fonte: CERN, 2021.

<sup>14</sup> <http://www.snis.gov.br/>

Quanto à destinação do lixo, há coleta para 97,27% dos domicílios, 2,33% queimam o lixo, 0,4% jogam em terreno baldio e alguns domicílios ainda enterram o lixo ou o jogam na rede pluvial, como mostra a Figura 11.86.

**Figura 11.86 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por destinação de lixo no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Os resíduos sólidos coletados pela Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete são enviados para um aterro sanitário localizado no município. O local é fruto de um consórcio público e atende três municípios, Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco. O ECOTRES foi idealizado para lidar com uma grande problemática, comum a diversos municípios: a destinação correta do lixo. O Aterro Sanitário está localizado em uma parte rural de Conselheiro Lafaiete, o acesso ao local pode ser realizado pela Rodovia MG-129, sentido Ouro Branco. Além da coleta convencional de resíduos, o município conta também com o serviço de coleta seletiva, que favorece o reaproveitamento dos materiais e possibilita a obtenção de renda para pessoas que trabalham com a coleta e separação de materiais recicláveis. As Figuras 11.87 e 11.88 mostram as sinalizações referentes a destinação de resíduos.

**Figura 11.87 – Sinalização da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.88 – Sinalização do Aterro Sanitário Regional-ECOTRES**



Fonte: CERN, 2021.

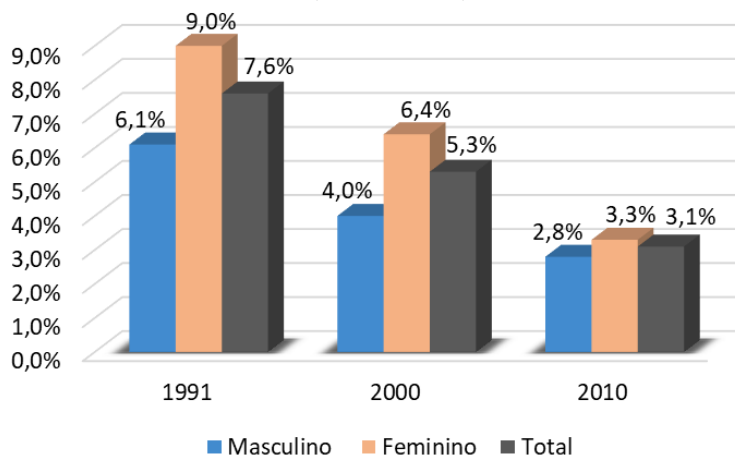
### ➤ Educação

Dentre os direitos humanos a educação é fundamental para o desenvolvimento e evolução da sociedade. Compreender os limites e as potencialidades da educação nos municípios é algo crucial para avançar na promoção de uma estrutura social mais justa. O analfabetismo, neste contexto, é um dos grandes desafios da atualidade. Em Conselheiro Lafaiete a taxa de analfabetismo, segundo dados obtidos através do IBGE<sup>15</sup>, vem diminuindo ao longo das últimas décadas.

Em 1991, 7,6% da população total era analfabeta, em 2000 o índice passou a abranger 5,3% da população e 3,1% em 2010. Analisando por sexo, observa-se que as mulheres são a maioria entre os analfabetos. Em 1991 a taxa de analfabetismo era de 9% entre elas, ao passo que em 2000 passam a ser 6,4% e 3,3% em 2010. Proporcionalmente, entre os homens, em 1991, o percentual de analfabetos era de 6,1%, caindo para 4% em 2000 e para 2,8% em 2010, como mostra a Figura 11.89. As taxas de analfabetismo de Conselheiro Lafaiete se mantiveram significativamente abaixo da taxa nacional em todos os períodos analisados, visto que, no Brasil esta taxa era de 20,1% em 1999, caindo para 13,6% em 2000 até atingir 9,6% em 2010.

<sup>15</sup> Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/panorama>

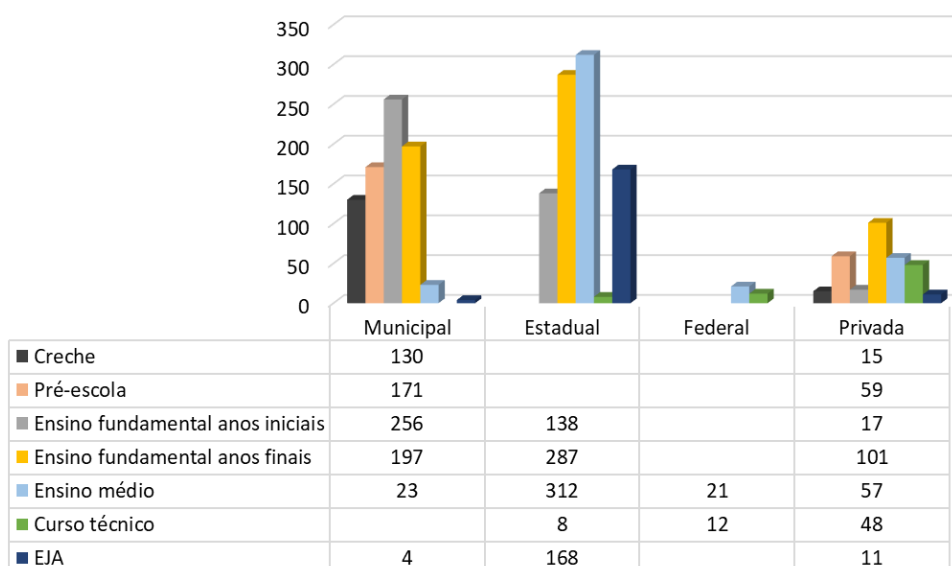
**Figura 11.89 - Evolução da taxa de analfabetismo no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010**



Fonte: DATASUS, 2010.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2021, Conselheiro Lafaiete contava com 2035 docentes, dos quais 85% atuavam na rede pública de ensino, maior parte deles leciona para o Ensino Fundamental, correspondendo a 43%. No Ensino Médio estão concentrados 17% desses profissionais, enquanto na Pré-escola são 8% mesma porcentagem para o EJA, a Figura 11.90 apresenta a distribuição dos docentes no município.

**Figura 11.90 - Situação dos docentes no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021**

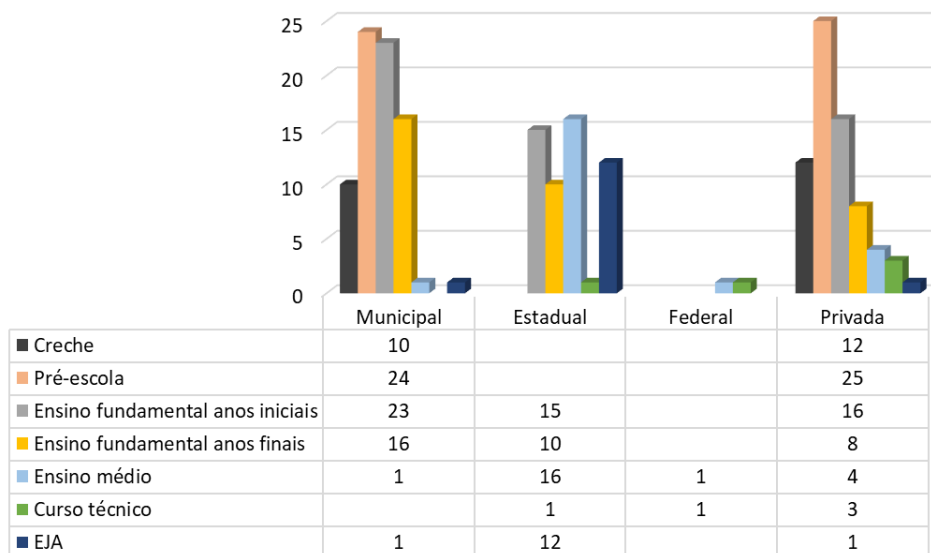


Fonte: INEP, 2021.

A situação das escolas de Conselheiro Lafaiete em 2021 revelou a existência de 200 estabelecimentos de ensino, dos quais 66% são públicas. A maioria delas, 44% atuam no Ensino Fundamental. A participação da Pré-escola foi 25%, do Ensino Médio foi de 11%,

as Creches 11%, o EJA representou 7% e o ensino técnico 3%, como mostra a Figura 11.91.

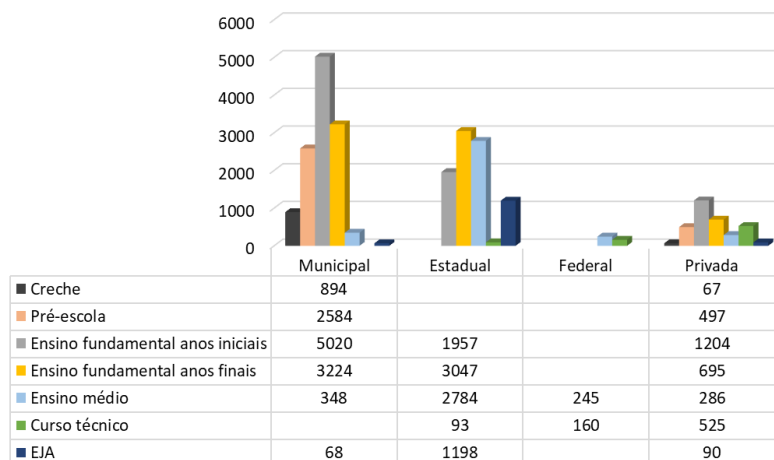
**Figura 11.91 - Situação dos estabelecimentos de ensino no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021**



Fonte: INEP, 2021.

Em Conselheiro Lafaiete, no ano de 2021, das 24986 matrículas registradas pelo INEP 87% se deram na rede pública de ensino. A maior parte das matrículas em escolas públicas ocorreu no Ensino Fundamental, com 61%. A participação do Ensino Médio foi de 14%, as matrículas no EJA somam 5%, a Pré-escola correspondeu a 10% enquanto que nas creches foi de 4%, como mostra a Figura 11.92.

**Figura 11.92 - Situação percentual das matrículas no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2021**



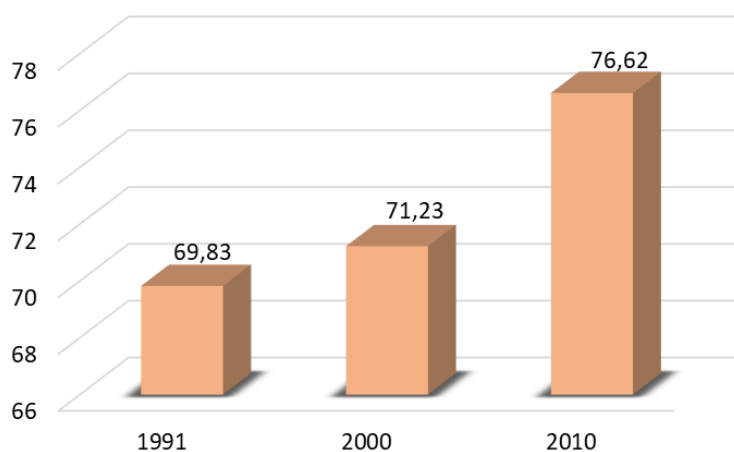
Fonte: INEP, 2021.

➤ Saúde

A expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer pode ser compreendida, de modo geral, como o número médio de anos que uma pessoa viverá a partir daquela idade. Ela expressa a longevidade da população, seu crescimento indica uma população com mais qualidade de vida.

Em 1991 a expectativa de vida da população era de 69,83 anos, seguida de 71,23 anos em 2000. Em 2010 a esperança de vida ao nascer da população alcançou 76,62 anos de idade, como mostra a Figura 11.93. Este indicador é superior aos resultados obtidos no Brasil no mesmo período, apresentando uma esperança de vida ao nascer de 64,7 anos em 1991, 68,6 anos, em 2000 e de 73,9 anos, em 2010.

**Figura 11.93 - Evolução da esperança de vida ao nascer no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em anos de vida, entre 1991, 2000 e 2010**

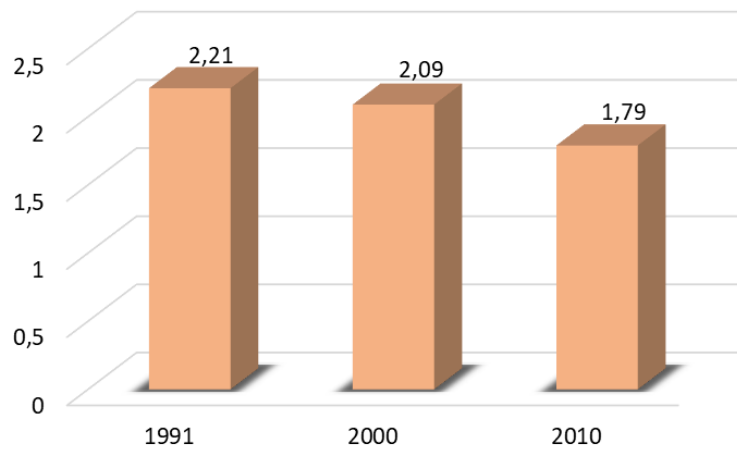


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A taxa de fecundidade é compreendida como o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por cada mulher ao final do seu período reprodutivo em um determinado território. No município de Conselheiro Lafaiete, a taxa de fecundidade tem diminuído nas últimas três décadas. Em 1991 o índice era de 2,21 filhos, em 2000 caiu para 2,09, e manteve a tendência de queda, sendo que em 2010 alcançou o valor de 1,79 filhos por mulher, como demonstra a Figura 11.94.



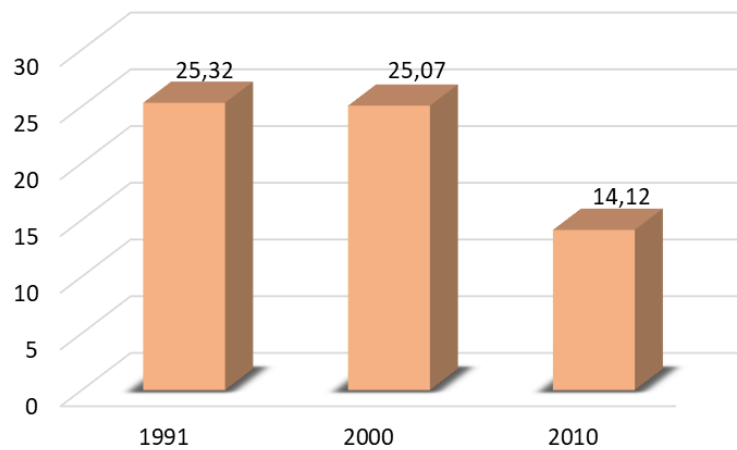
**Figura 11.94 - Evolução da taxa de fecundidade do município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em anos de vida, entre 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A taxa de mortalidade infantil é uma variável que contempla o número de crianças que morrem no primeiro ano de vida por cada mil crianças nascidas durante um ano em um determinado espaço geográfico. Em Conselheiro Lafaiete, a taxa de mortalidade infantil correspondeu a 25,32 óbitos por mil crianças nascidas em 1991, reduzindo para 25,07 em 2000 até atingir 14,12 em 2010, como ilustrado na Figura 11.95.

**Figura 11.95 - Evolução da taxa de mortalidade infantil no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 1991, 2000 e 2010**

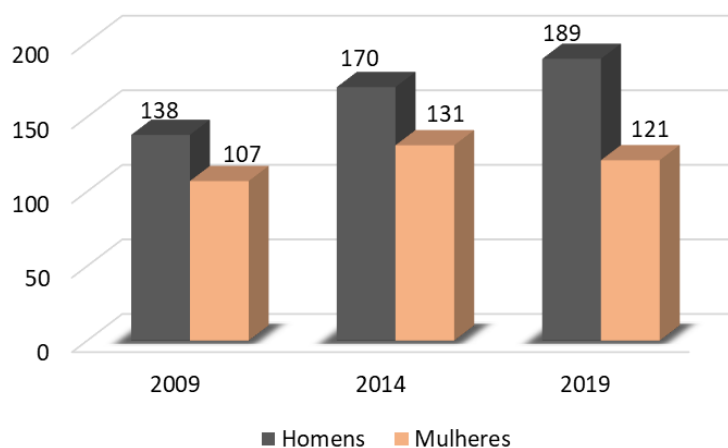


Fonte: IBGE, 2010.

A morbidade é uma variável que mede o conjunto de indivíduos dentro de uma mesma população que adquirem doenças num dado local e intervalo de tempo. Esta variável é importante porque é capaz de mostrar o comportamento das enfermidades e das lesões à saúde na população e até mesmo buscar possíveis soluções para o futuro.

Em Conselheiro Lafaiete, a morbidade por sexo na década de 2000, como mostra a Figura 11.96, aponta que em 2009 a morbidade feminina foi de 107 mulheres, seguida de 131 e 121 em 2014 e 2019. A taxa entre os homens apresentou crescimento ao longo do período analisado, foram 138 óbitos em 2009, 170 em 2014 e 189 em, 2019.

**Figura 11.96 - Evolução da morbidade por sexo no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em óbitos, entre 2009, 2014 e 2019**



Fonte: IBGE, 2019.

As principais doenças causadoras de morbidade em Conselheiro Lafaiete se referem a doenças do aparelho circulatório e neoplasmas e secundariamente, doenças dos aparelhos respiratório e digestivo, bem como causas externas como lesões, como podem ser conferidas no Quadro 11.20, de ocorrências de morbidade por doenças no município nos anos 2009, 2014 e 2019.

**Quadro 11.20 - Evolução da morbidade por doença no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em óbitos, entre 2009, 2014 e 2019**

Doenças	2009	2014	2019
Infecciosas e parasitárias	6	8	15
Neoplasias – tumores	35	48	62
Sangue, órgãos hematológicos, transtornos imunitários	1	2	2
Endócrinas, nutricionais e metabólicas	14	20	14
Transtornos mentais e comportamentais	7	6	6
Sistema nervoso	9	10	10
Aparelho circulatório	73	100	95
Aparelho respiratório	25	29	30
Aparelho digestivo	12	9	15
Pele e do tecido subcutâneo	-	1	-
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	2	3	-
Aparelho geniturinário	7	6	10
Afeções originadas no período perinatal	6	-	5
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1	4	1

Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais	19	15	6
Causas externas de morbidade e mortalidade	28	34	39

Fonte: IBGE, 2019.

Em 2021, Conselheiro Lafaiete possuía 448 estabelecimentos de saúde, sendo que destes, 65,84% deles correspondem a consultórios, 12,27% a clínicas especializadas ou ambulatórios especializados, 8,25% são Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia. A relação de todos os estabelecimentos de saúde e sua proporção em relação ao total pode ser conferida no Quadro 11.21, as Figuras 11.97 e 11.98 mostram alguns estabelecimentos de saúde do município.

**Quadro 11.21 - Relação de estabelecimentos da rede pública de saúde no município de Conselheiro Lafaiete, MG**

Estabelecimento	Número Absoluto	%
Centro de atenção psicossocial-CAPS	3	0,67
Centro de saúde/unidade básica de saúde	32	7,14
Clínica especializada/ambulatório especializado	55	12,27
Consultório	295	65,84
Farmácia	8	1,78
Hospital geral	6	1,33
Policlínica	1	0,22
Posto de saúde	6	1,33
Secretaria de saúde	1	0,22
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	37	8,25
Unidade móvel de nível pré-hospitalar-urgência/emergência	2	0,44
Unidade móvel terrestre	1	0,22
Unidade de vigilância em saúde	1	0,22

Fonte: DATASUS, 2021.

**Figura 11.97 - Vista Policlínica Municipal de Conselheiro Lafaiete**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.98 - Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete**



Fonte: CERN, 2021.

Em 2021, haviam 287 leitos de internação hospitalar no município de Conselheiro Lafaiete. Quanto aos profissionais de curso superior ligado à saúde, havia neste período 890 atuando no município, dos quais 60,44% atuavam no Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre os profissionais com curso superior ligado à saúde atuantes na rede pública, 28,06% correspondem a enfermeiros, 13,57% a médicos de clínica geral, 9,6% são psicólogos e profissionais da área de odontologia representam 6,87%. A relação de profissionais de curso superior ligados à saúde em Conselheiro Lafaiete é apresentada no Quadro 11.22.

**Quadro 11.22 - Relação de profissionais de curso superior ligados à saúde no município de Conselheiro Lafaiete, MG**

Ocupações de Nível Superior	Atende pelo SUS	Não atende pelo SUS	Total
<b>Total</b>	<b>538</b>	<b>352</b>	<b>890</b>
Anestesista	4	-	4
Assistente social	21	8	29
Bioquímico/farmacêutico	10	12	22
Cirurgião geral	13	1	14
Clínico geral	73	26	99
Enfermeiro	151	18	169
Fisioterapeuta	40	20	60
Fonoaudiólogo	19	14	33
Generalista Alopata	-	1	1
Ginecologista obstetra	9	8	17
Médico acupunturista	-	1	1
Médico alergista e imunologista	1	3	4
Médico angiologista	1	4	5
Médico da família	16	-	16
Médico em medicina nuclear	1	-	1
Nutricionista	14	10	24
Odontólogo	37	116	153
Pediatra	10	9	19
Psicanalista	-	4	4
Psicólogo	52	36	88
Psiquiatra	1	3	4
Radiologista	3	-	3
Médico cardiologista	3	8	11
Médico dermatologista	2	8	10
Médico do trabalho	-	1	1
Médico endocrinologista e metabologista	-	2	2
Médico gastroenterologista	-	3	3
Médico infectologista	1	-	1
Médico nefrologista	3	-	3

Médico neurologista	2	3	5
Médico nutrologista	1	2	3
Médico oftalmologista	1	9	10
Médico oncologista Clínico	1	2	3
Médico ortopedista e traumatologista	3	1	4
Médico otorrinolaringologista	2	1	3
Médico pneumologista	2	4	6
Médico residente	12	-	12
Médico reumatologista	1	-	1
Médico urologista	-	1	1
Neuropsicólogo	-	1	1
Biomédico	6	1	7
Médico veterinário	1	-	1
Terapeuta ocupacional	21	11	32

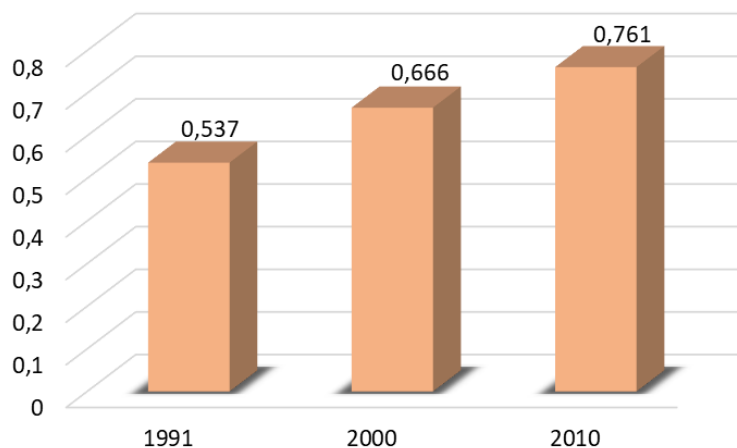
Fonte: DATASUS, 2021.

➤ Índice de Desenvolvimento Humano - (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que serve de comparação entre os países para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma determinada população. O IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total), de modo que quanto mais próximo o índice estiver de 1, mais desenvolvido será o país, estado ou município. No cálculo do IDH são considerados fatores tais como educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita.

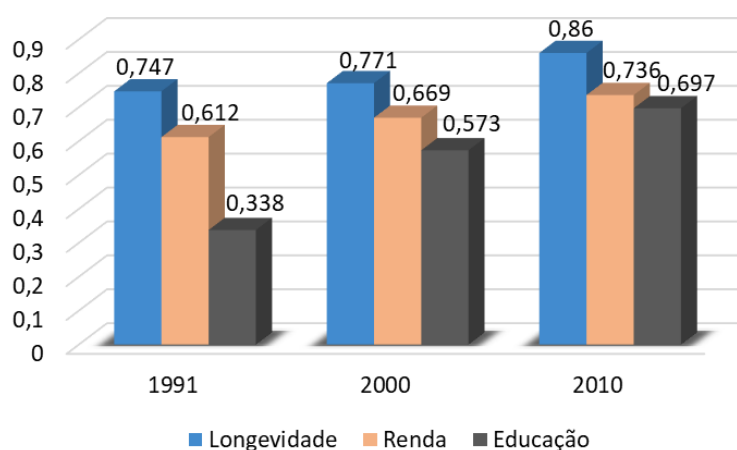
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Conselheiro Lafaiete foi 0,761, em 2010, como mostra a Figura 11.99, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDH entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDH do município é Longevidade, com índice de 0,860, seguida de Renda, com índice de 0,736, e de Educação, com índice de 0,697, e podem ser conferidas na Figura 11.100.

**Figura 11.99 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Conselheiro Lafaiete, nos anos de 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

**Figura 11.100 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano por variável do município de Conselheiro Lafaiete, nos anos de 1991, 2000 e 2010**



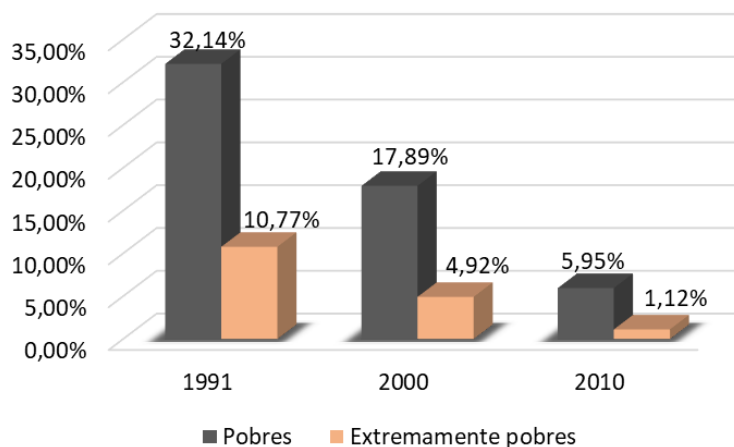
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A desigualdade social e a pobreza atingem muitos países, principalmente aqueles pouco desenvolvidos. O conceito de pobreza extrema é caracterizado pela população com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, segundo o instituto de Pesquisa Econômica (IPEA).

A pobreza absoluta, por sua vez, se refere àquele que recebe até 1/2 salários mínimos ao mês. Em Conselheiro Lafaiete, percebe-se, nas décadas em análise, um decréscimo da pobreza, de modo geral. Em 1991, a pobreza extrema atingia 10,77% da população. Essa porcentagem caiu 54,32% até o ano 2000, quando passou para 4,92% da população. Esse índice acelerou sua queda até o ano de 2010, referente a 77,23%, quando atingia 1,12% das pessoas. O mesmo ocorreu com a evolução da pobreza, que em 1991 correspondia a 32,14% da população, caindo 44,33% até 2000, quando correspondia a 17,89%. De

mesmo modo, a redução foi ainda mais expressiva até 2010, de 66,74%, quando abrangia 5,95% das pessoas, como pode ser observado na Figura 11.101.

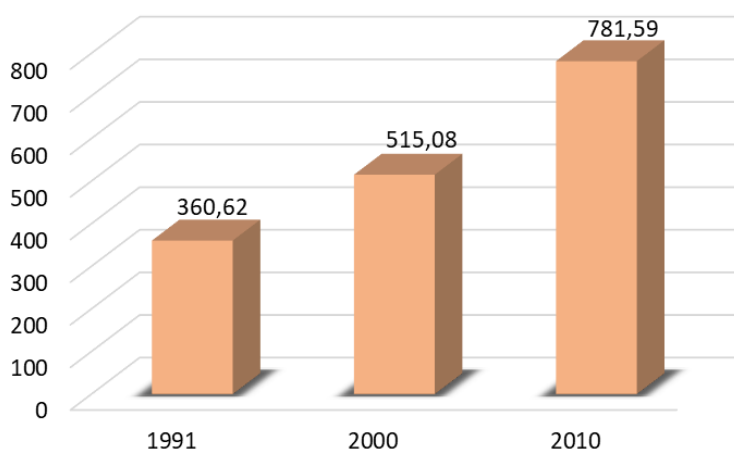
**Figura 11.101 - Evolução percentual da pobreza na população do município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, nos anos de 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2022.

A renda per capita é um indicador que ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico de uma localidade. Ela é obtida mediante a divisão da renda do município, pelo número de habitantes que ele possui. A evolução da renda per capita do município de Conselheiro Lafaiete entre 1991 e 2010 mostra sua ascensão. Em 1991, ela era de R\$ 360,62, ao passo que em 2000 este valor cresceu 42,83%, atingindo R\$ 515,08. Em 2010, a renda per capita do município manteve a tendência de aumento, aproximadamente 51,74% a mais do que o valor registrado no último Censo, correspondendo a R\$ 781,59; como mostra a Figura 11.102.

**Figura 11.102 - Evolução da renda per capita no município de Conselheiro Lafaiete, em Reais, nos anos de 1991, 2000 e 2010**

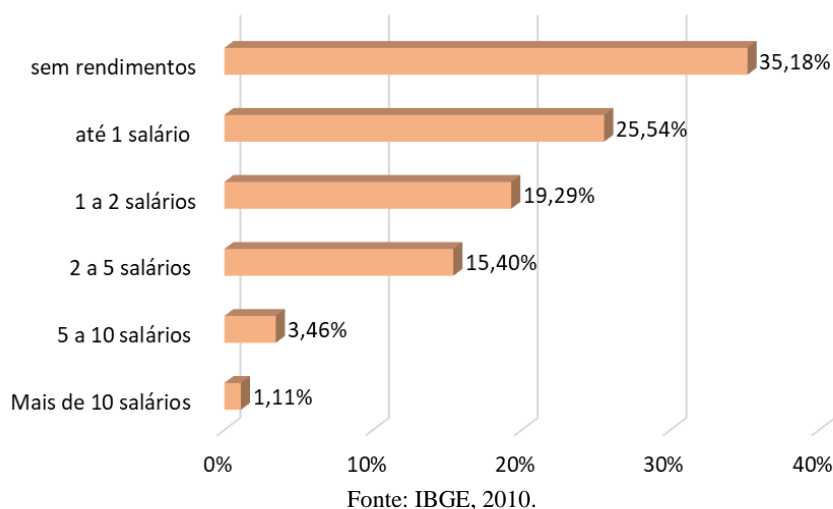


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.



Em 2010, as classes de rendimento da população com 10 anos de idade ou mais, referente a 101.545 pessoas, em salário mínimo apontam para um predomínio da classe sem rendimento, relativo a 35,18% desta população em Conselheiro Lafaiete. Com rendimentos até 1 salário mínimo se encontrou 25,54% deste total. Segue-se a esta classe os rendimentos de pessoas que ganhavam mais de 1 até 2 salários mínimos, com 19,29% do total. A participação de pessoas na classe de rendimento de mais de 2 até 5 salários mínimos foi equivalente a 15,4%. Apenas 3,46% da população possuía rendimentos entre 5 e 10 salários e mais do que isso foram 1,11%, como mostra a Figura 11.103.

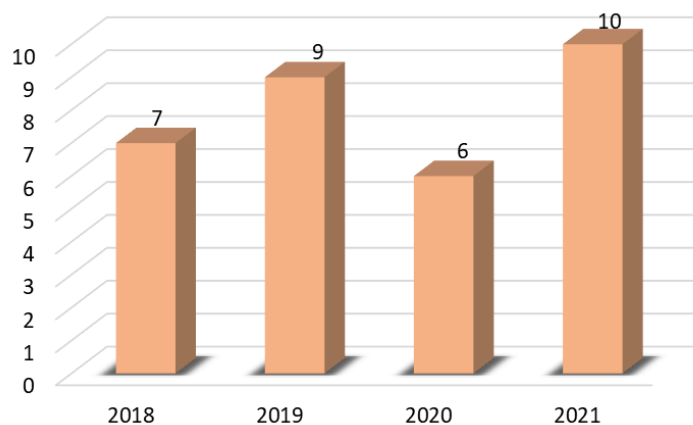
**Figura 11.103 – Distribuição percentual da população em classes de rendimento, por salário mínimo, no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2010**



### i) Segurança Pública

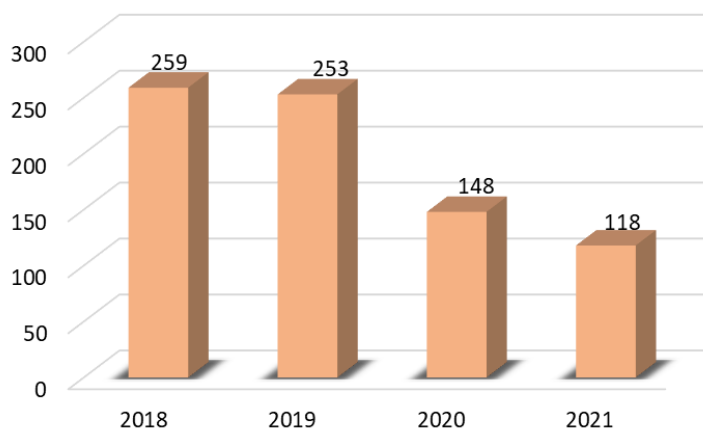
Segundo dados obtidos na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP<sup>16</sup>, foi possível analisar os aspectos da criminalidade no município de Conselheiro Lafaiete. Identificou-se que houve uma oscilação no número de vítimas de homicídio consumado entre 2018 e 2021, conforme mostra a Figura 11.104.

<sup>16</sup> Fonte: SEJUSP (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública). Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2018-08-22-13-39-06/dados-abertos>. Acesso: fevereiro de 2022.

**Figura 11.104 - Vítimas de homicídio consumado em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**

Fonte: SEJUSP, 2021.

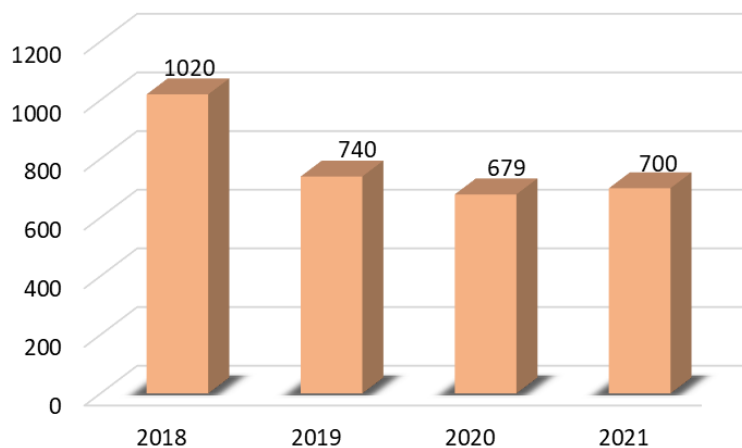
Quanto a ocorrência de crimes violentos, identificou-se uma diminuição na taxa do município ao longo do período analisado, sendo que entre 2019 e 2020 o índice de crimes violentos apresentou um decréscimo de 42%. Em 2021 a tendência de queda se manteve, foram 20% de crimes a menos, como demonstra a Figura 11.105.

**Figura 11.105 - Crimes violentos em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**

Fonte: SEJUSP, 2021.

O número de furtos consumados no município de Conselheiro Lafaiete apresentou queda até 2020, em 2021 houve aumento de 3% nos casos, a Figura 11.106 mostra o número de ocorrências de furtos em Conselheiro Lafaiete.

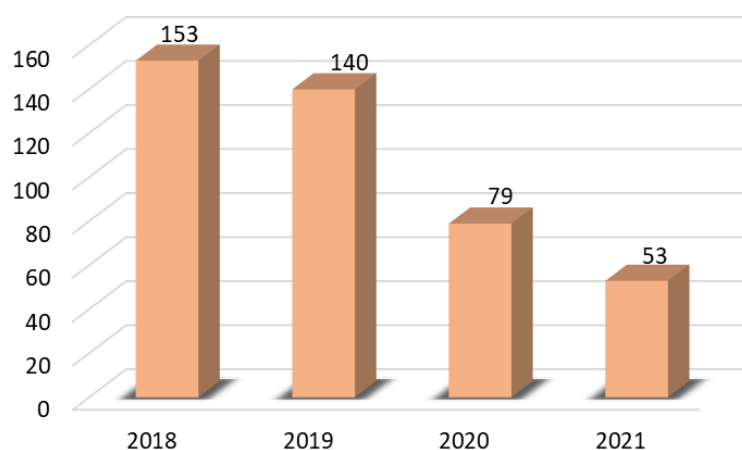
**Figura 11.106 - Ocorrência de Furtos em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



Fonte: SEJUSP, 2021.

Em relação a ocorrência de roubos, identificou-se uma variação significativa no número de casos. Entre 2018 e 2021 houve uma diminuição de 65% no número de roubos. Em 2018 foram 153 ocorrências, seguido de 140 em 2019, 79 em 2020 e 53 em 2021, como ilustrado na Figura 11.107.

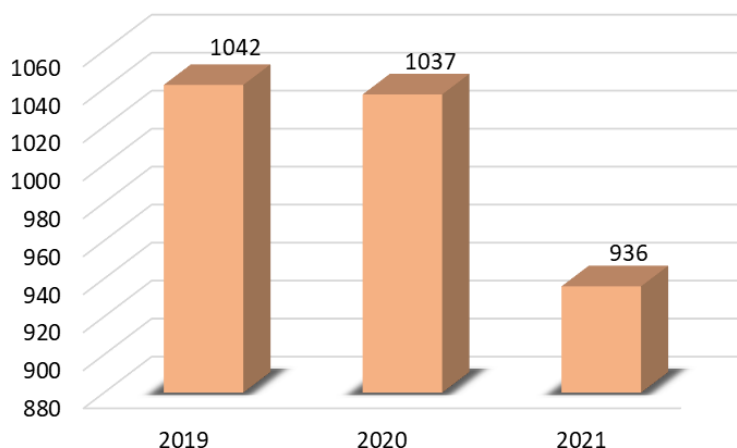
**Figura 11.107 - Ocorrência de roubo em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



Fonte: SEJUSP, 2021.

Em relação ao número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, identificou-se uma queda de casos ao longo do período analisado. Como apresentado na Figura 11.108, em 2019 houve 1042 casos, em 2020 os casos diminuíram para 1037, e em 2021 foram registradas 936 ocorrências, 9,8% a menos que o ano anterior.

**Figura 11.108 - Violência doméstica e familiar contra a mulher em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



Fonte: SEJUSP, 2021.

Segundo informações coletadas junto à Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, foram identificadas as seguintes instituições relacionadas a segurança social, presentes no Quadro 11.23.

**Quadro 11.23 - Instituições ligadas a Segurança Social no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO
2° CIA de Bombeiros Militares de Conselheiro Lafaiete	Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 08 - Santa Matilde, Conselheiro Lafaiete - MG	(31) 3761-5291 (31) 3761-5062
31° Batalhão de Polícia Militar- 13 RPM	Av. Monsenhor Moreira, 555 - São Sebastiao, Conselheiro Lafaiete - MG	(31) 37624372
61° Cia Polícia Militar/31° BPM	R. Narcísio Júnior, 384 - Campo Alegre dos Carijós, Conselheiro Lafaiete - MG	(31) 37692670
Polícia Civil - Delegacia de Mulheres	R. Narcísio Júnior, 390 - Campo Alegre dos Carijós, Conselheiro Lafaiete - MG	(31) 37691227
Polícia Florestal (Meio Ambiente) e rodoviária	31° Batalhão de Polícia - Av. Monsenhor Moreira, 555 - Jardim Alvorada, Conselheiro Lafaiete - MG	(31) 30620145
DETRAN (Delegacia de Trânsito) - Conselheiro Lafaiete	Angelica, Conselheiro Lafaiete - MG, 36400-000	(31) 37691213

Fonte: Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, 2022.

➤ Transporte

O município de Conselheiro Lafaiete conta com um transporte predominantemente rodoviário, dando-lhes acessibilidades a outros municípios e estados vizinhos. A principal rodovia que passa pelo município de Conselheiro Lafaiete é a BR-040. A Figura 11.109 mostra a fachada da rodoviária de Conselheiro Lafaiete.

O município conta com aeroporto dentro do seu território, o Aeroporto de Conselheiro Lafaiete ou Bandeirinhas (IATA:QDF, ICAO:SNKF) que fica cerca de 5km de distância do centro da cidade<sup>17</sup> e possui uma pista de aproximadamente 900 metros de comprimento e comporta aeronaves de pequeno porte.

**Figura 11.109 Rodoviária de Conselheiro Lafaiete**



Fonte: CERN, 2021.

➤ Lazer e Turismo

Conselheiro Lafaiete oferece aos seus cidadãos e turistas atrativos turísticos e de lazer variados. No que tange atividades físicas e ao ar livre, a cidade tem espaços como o Centro de Lazer José Maurício Henriques, o Complexo Esportivo Agostinho Campos Neto, o Parque Florestal “Eurico Figueiredo” (Figura 11.110).

<sup>17</sup> CONSELHEIRO LAFAIETE. Das Bandeirinhas (SNKF). AISWEB ,2021. Disponível em < <https://aisweb.decea.mil.br/?i=aerodromos&codigo=SNKF#cartas> >. Acesso em 13/09/2021

**Figura 11.110 – Parque Florestal Eurico Figueiredo**

Fonte: Minas Gerais, 2022<sup>18</sup>

Para conhecer um pouco mais sobre a história da cidade, é indicado visitar o Centro Cultural Maria Andrade Resende, a Locomotiva Orestein Koppel, o Centro Cultural Solar do Barão do Suaçuí e a Biblioteca Pública Antônio Perdigão - Museu e Arquivo da Cidade presente na Figura 11.114. Além disso, há o Teatro Municipal Placidina de Queiroz.

A cidade também tem como atrações turísticas o Cristo Redentor que pode ser observado nas Figuras 11.111 e 11.112, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição que consta na Figura 11.113, a Paróquia de São Sebastião, a Basílica do Sagrado Coração de Jesus e o Mercado do Produtor.

Ademais, a cidade oferece feiras de artesanato, promovidas em diversas épocas do ano pela Associação dos Artesãos Feira e Arte de Conselheiro Lafaiete, e o Circuito Gastronômico Sabores da Villa, realizado pelo Circuito Villas e Fazendas de Minas.

**Figura 11.111 – Cristo Redentor, Conselheiro Lafaiete****Figura 11.112 – Placa Cristo Redentor, Conselheiro Lafaiete**

<sup>18</sup> Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/conselheiro-lafaiete/parque-florestal-eurico-figueiredo>



**Figura 11.113 – Igreja Nossa Senhora da Conceição, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.114 – Prédio da Biblioteca, Museu Antônio Perdigão, Arquivo da Cidade, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



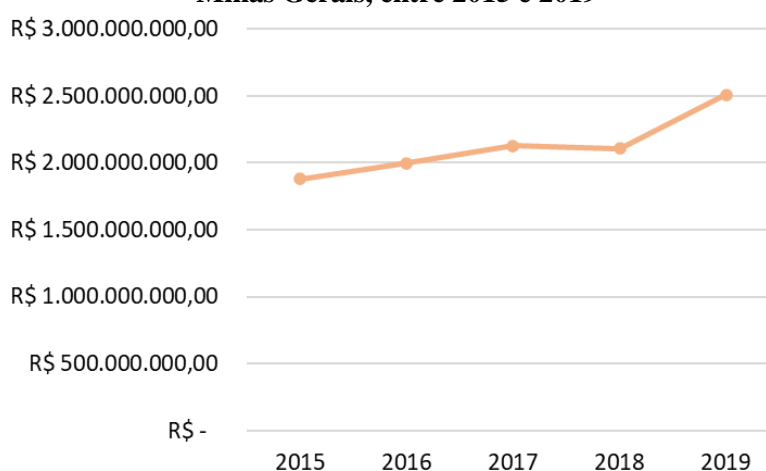
Fonte: CERN, 2021.

### j) Estrutura Produtiva e de Serviços

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma variável criada para medir o crescimento econômico de um país, uma cidade ou estado. Seu cálculo envolve a soma do valor de todos os serviços e bens produzidos em um determinado tempo.

O PIB per capita de Conselheiro Lafaiete, entre 2015 e 2019 apresentou crescimento até 2018 quando houve queda de 0,83%, mas em 2019 voltou a subir, o equivalente a 19% comparando com o ano anterior. A Figura 11.115 traz a evolução do PIB do município.

**Figura 11.115 - Evolução do PIB, em mil reais (R\$) no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 2015 e 2019**



Fonte: IBGE, 2019.

Em todos os anos, entre 2015 e 2019 a parte econômica de Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social foi o principal setor da

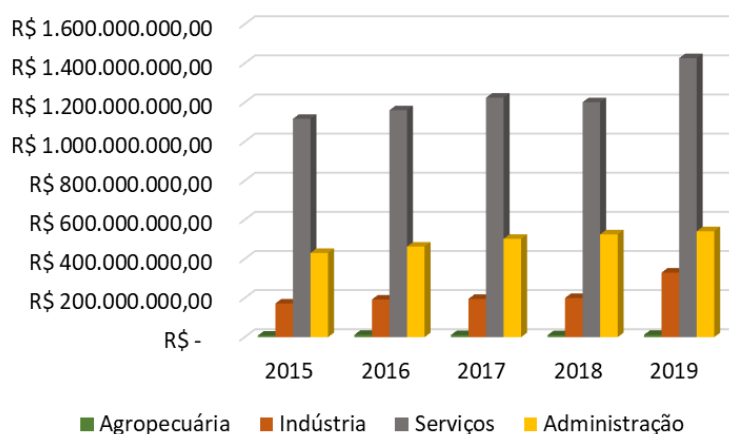
economia em Conselheiro Lafaiete, seguido do setor de administração (defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), Indústria e por fim, Agropecuária.

O setor de administração também apresentou crescimento em todos os anos observados, equivalendo a um crescimento de 26% entre 2015 e 2019.

A agropecuária foi o setor menos produtivo e demonstrou certa instabilidade de crescimento, ano de 2017, comparado ao anterior, foi registrada uma queda de 10,15%, em 2018 mais uma queda, desta vez de 10,22%, em 2019 houve aumento de 23%.

A Figura 11.116 traz a evolução dos setores no PIB do município.

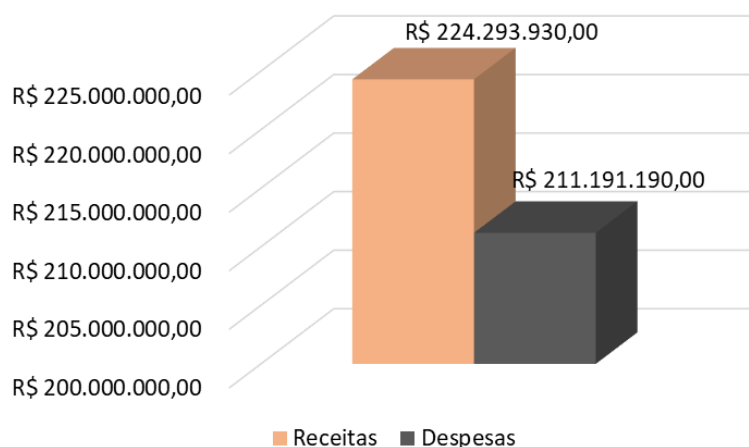
**Figura 11.116 - Evolução do PIB por setor da economia, em Reais em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 2015 e 2019**



Fonte: IBGE, 2019.

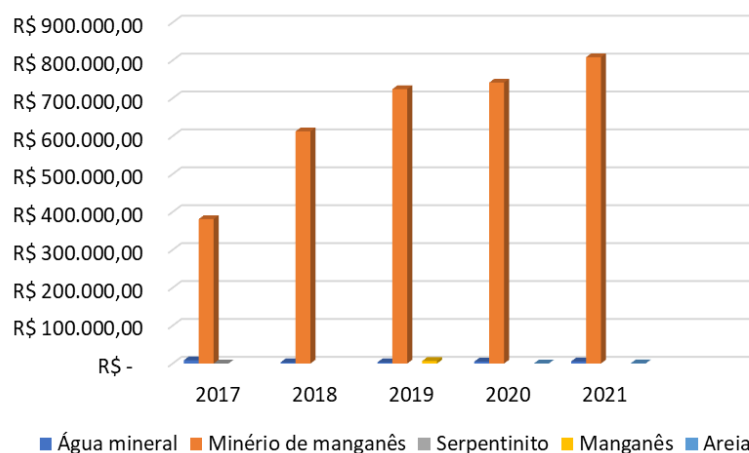
As finanças públicas do município se referem ao balanço financeiro entre receitas e despesas. A receita pública corresponde ao montante da entrada financeira aos cofres públicos de caráter não devolutivo auferido pelo poder público em qualquer esfera governamental para alocação e cobertura das despesas públicas. Têm-se como exemplo das receitas as cobranças de tributos, taxas e contribuições. A receita orçamentária é um tipo de receita pública que representa um conjunto dos recursos financeiros que entram para os cofres públicos provenientes de quaisquer fontes a fim de colaborar com as despesas orçamentárias. As despesas públicas, por sua vez, podem ser entendidas como a aplicação de certa quantia, ao reconhecimento de uma dívida por parte do governo, dentro de um orçamento autorizado pelo poder legislativo.

Em 2017, as finanças públicas de Conselheiro Lafaiete apresentaram um balanço positivo uma vez que as despesas orçamentárias foram de R\$ 211.191.190,00 enquanto a receita foi de R\$ 224.293.930,00 como está ilustrado na Figura 11.117, caracterizando um saldo de R\$ 13.102.740,00.

**Figura 11.117 – Finanças Públicas municipais de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em Reais em 2017**

Fonte: IBGE, 2017.

No município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, a arrecadação do CFEM vem principalmente da exploração do minério de manganês, que apresentou valores muito superior à dos outros tipos de exploração, como água mineral, serpentinito, manganês e areia, como pode ser observado na Figura 11.118.

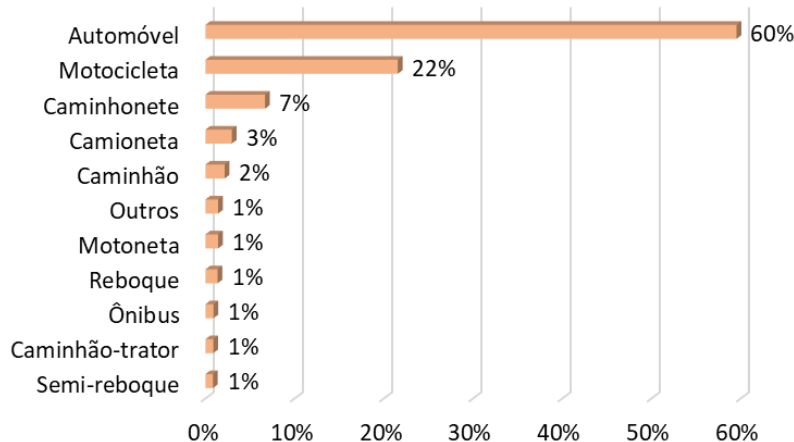
**Figura 11.118 - Arrecadação de CFEM no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, entre 2017 e 2021**

Fonte: Agência Nacional de Mineração, 2021.

Segundo dados do IBGE<sup>19</sup> de 2020, a frota de veículos no município apresentava um predomínio de automóveis, que correspondem a 60% dos 77795 veículos presentes no levantamento. Segue-se ao automóvel, a motocicleta com uma participação de 22% do total e a caminhonete com uma participação de 7%. Como ilustrado pela Figura 11.119, as demais categorias de veículos tiveram uma participação menos significativa.

<sup>19</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-lafaiete/panorama>

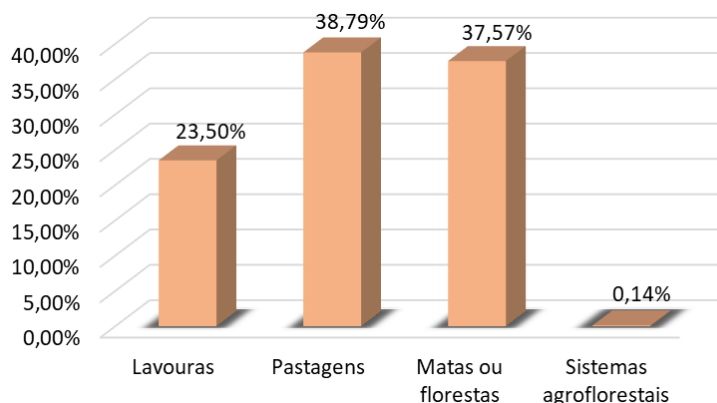
**Figura 11.119 – Distribuição percentual da frota mecanizada no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2020**



Fonte: IBGE, 2020.

Foram utilizados dados do Censo Agropecuário do IBGE para a percepção da situação desse setor produtivo do município. Em Conselheiro Lafaiete os 375 estabelecimentos agropecuários ocupam uma área de 14278 hectares. Dos 375 estabelecimentos, 23,54% utilizam as terras para lavouras (permanentes ou temporárias), 38,79% utilizam para pastagens, sejam naturais ou plantadas em boas ou más condições, matas ou florestas são ocupadas por 37,57%, são elas naturais, destinadas à preservação permanente ou reserva legal, e as florestas plantadas. Os sistemas agroflorestais, que são a área cultivada com espécies florestais também usadas para lavouras e pastoreio por animais representam apenas 0,09%, como apresenta a Figura 11.120.

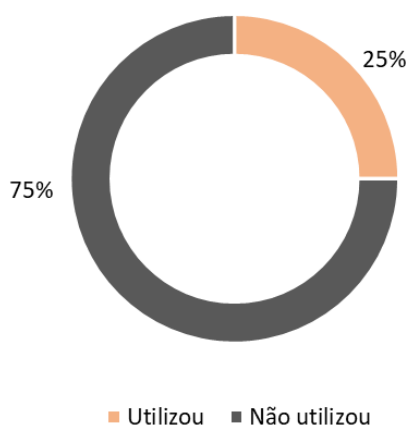
**Figura 11.120 - Distribuição percentual dos usos agrícolas no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

No município, 25% dos 375 estabelecimentos agropecuários apresentaram uso de agrotóxicos, como pode ser observado na Figura 11.121.

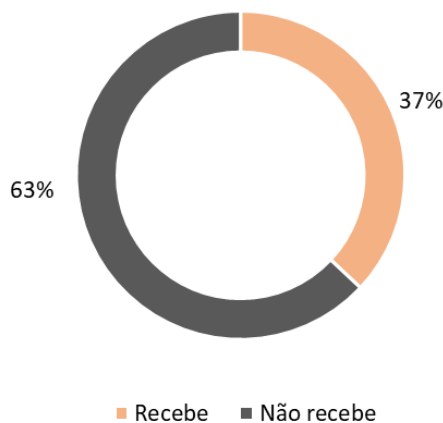
**Figura 11.121 - Distribuição percentual do uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agrícolas no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

A figura a seguir mostra a proporção de estabelecimentos agropecuários que recebem assistência técnica, com 63% sem assistência e 37% recebendo assistência, como mostra a Figura 11.122.

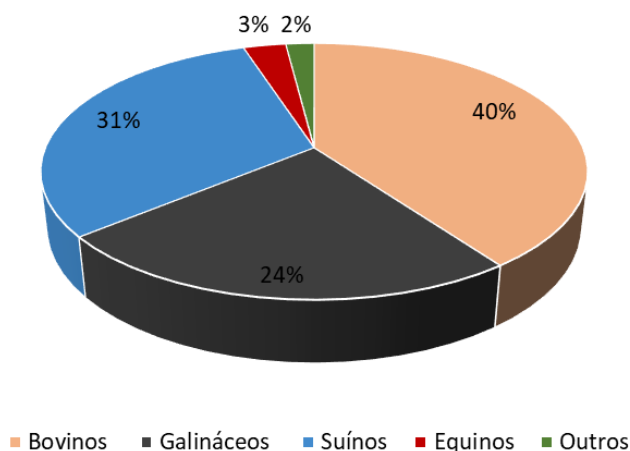
**Figura 11.122 – Distribuição percentual de recebimento de assistência técnica nos estabelecimentos agrícolas no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

A pecuária no município apresentou predomínio dos bovinos, com 40% do total. Os suínos representam 31%, a área de galináceos 24%. As demais áreas da pecuária ocorrem com uma representatividade igual a 5%, sendo 3% de equinos e os outros 2% dos asininos, caprinos, codornas, muares, ovinos, patos, gansos, marrecos, perdizes, faisões e perus, como pode ser observado na Figura 11.123.

**Figura 11.123 - Distribuição percentual da produção pecuária no município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, por estabelecimentos em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

**k) Organização Política e Social**

A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete está localizada na Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, número 10, no bairro Centro, sob direção do prefeito Mário Marcus Leão Dutra. Sua estrutura organizacional é dividida nas 12 secretarias que se apresentam no Quadro 11.24; a Figura 11.124 mostra a fachada da Prefeitura de Conselheiro Lafaiete.

**Figura 11.124 – Prefeitura de Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



Fonte: Acervo CERN, 2021.

**Quadro 11.24 - Estrutura da Administração Pública do Município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**

Secretaria	Responsável	Endereço	Telefone
Secretaria da Fazenda	Cláudio de Castro Sá Filho	Av. Prefeito Mário R Pereira, 10 - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3769-2563   2525



Secretaria de Administração	Felipe Vagner Batista	Rua Benjamin Granha Senra, 315 - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3769-9046
Secretaria de Defesa Social	Rolff Ferraz Carmo	-	(31) 3761-5291   3769-2965   3769-2517   3769-9010   3169-3032
Secretaria de Cultura	Geraldo Lafayette	Rua Barão de Suassuí, 104 - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3769-2600   2236
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Rafael Castro Lana	Rua Carijós, 123 - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	3769-9037
Secretaria de Desenvolvimento Social	Magna Cupertino	Rua Rodrigues Maia, 490 - Angélica Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3769-2611   2613   2631
Secretaria Municipal de Educação	Professor Albano, de Souza Tibúrcio	-	(31) 3769-9056   9043
Secretaria de Obras e Meio Ambiente	Eng. Daniel Moreira Coelho	-	(31) 3769-2579   2576   2616
Secretária de Saúde	Rita de Kássia Silva Melo	Praça Barão de Queluz, S/N - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3769-6002
Secretaria Municipal de Governo	Simone do Carmo Silva	-	-
Secretaria de Planejamento	Eng. Daniel Moreira Coelho	Rua Horácio de Queirós, 26 - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3769-2577
Secretaria de Esportes	Professor Albano, de Souza Tibúrcio	Pç. Barão de Queluz, 11 - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3769-1811

Fonte: Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, 2021.

A Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete<sup>20</sup> está localizada na Rua Dr. Pacífico Homem Júnior, 82, Centro. É composta por 13 vereadores, apresentados no Quadro 11.25.

**Quadro 11.25 - Vereadores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2021**

Vereador (a)	Contato
André Menezes	(31) 3769-8111
Damires Rinarlly	(31) 3769-8120
Erivelton Jayme	(31) 3769-8108
Fernando Bandeira	(31) 3769-8118
Giuseppe Laporte	(31) 3769-8106

<sup>20</sup> Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, disponível em <https://www.conselheirolafaiete.mg.leg.br/>. Acesso em 19 jul. 2021.

João Paulo Pé Quente	(31) 3769-8117
Pastor Angelino	(31) 3761-0401
Pedro Américo	(31) 3769-8107
Professor Eustáquio	(31) 3769-8112
Professor Oswaldo	(31) 3769-8110
Renato Pelé	(31) 3769-8115
Sandro José	(31) 3769-8116
Vado Silva	(31) 3769-8134

Fonte: Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, 2021.

Associações são organizações resultantes da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum. A mobilização de um grupo de pessoas da comunidade para alcançar determinados objetivos facilita e traz melhores resultados se for realizada em parceria com uma entidade associativa. O associativismo viabiliza maior participação e cria espaços de diálogo entre a sociedade organizada e o poder público.

Organizações associativas são fundamentais para o desenvolvimento de um município, e é importante apoiar e valorizar as instituições já existentes e estimular a criação de novas. Priorizando o atendimento coletivo, ele pode auxiliar a sociedade a se articular. Em Conselheiro Lafaiete, segundo a prefeitura municipal, existem 08 associações, com diferentes finalidades, como desenvolvimento local e saúde, como mostra o Quadro 11.26.

**Quadro 11.26 - Associações e organizações do município de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, 2021**

ASSOCIAÇÕES	ENDEREÇO	CONTATO
Associação Beneficente São Camilo	Rua Tavares de Melo, 29 - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3763-1984
Asilo Dr. Carlos Romeiro Obra Unida da SSVP	Rua dos Vicentinos, 33 - Queluz Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3721-3564
Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Rua Melvin Jones, 136 - Campo Alegre Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3761-5511
Centro Adolescente Ativo	Rua Barão de Suassui, 346 - Santa Efigênia Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3763-8399
Centro de Promoção da Criança e do Adolescente Nossa Senhora Menina	Rua Francisco Lobo, 2738 - Moinhos Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3721-3937
Lar de Maria	Rua Mato Grosso, 93, apto 101 - Centro Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3721-1243
Lar do Menor Amparado	Rua Doutor Zebral, 979 - Museu	(31) 3763-8059

	Conselheiro Lafaiete/MG	
União Social Espírita as Samaritanas	Avenida Dom Pedro II, 218 - São Sebastião Conselheiro Lafaiete/MG	(31) 3761-8393
Associação dos Artesãos Feira e Arte de Conselheiro Lafaiete	-	(31) 99911-8977

Fonte: OngsBrasil, 2021.

### i) Comunidades Tradicionais

De acordo com os registros da Relação das Comunidades Negras Quilombolas em Minas Gerais, do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, estão instalados em Conselheiro Lafaiete a Comunidade de Mato Dentro, reconhecida pela Fundação Palmares desde 2018. E, também, conforme investigado na plataforma Centro de Monitoramento Remoto da FUNAI não foram identificadas reservas indígenas na região.

#### 11.3.1.3 Caracterização socioeconômica do município de Ouro Branco

Ouro Branco está localizado a aproximadamente 100 quilômetros de Belo Horizonte, está na área do Quadrilátero Ferrífero, na região Central de Minas Gerais; possui área de 258,726 km<sup>2</sup>. Integrante da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, o município é da Região Geográfica Imediata de Conselheiro Lafaiete, na Região Intermediária de Barbacena.

O município é conhecido por abrigar uma das mais importantes siderúrgicas do Brasil, e tem como municípios vizinhos a cidade de Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Itaverava e Ouro Preto, além de ser composto pelos distritos de Itatiaia e Carreiras.

#### a) Aspectos Históricos

O atual município de Ouro Branco possui uma aproximação geográfica estratégica em relação aos centros de tomada de decisão de Minas Gerais, como por exemplo a sede administrativa e a capital, que se encontram em um raio de 100 a 120km de distância. Essa posição estratégica é conformada pela sua estrutura de acessos que é composta principalmente por estradas estaduais como a MG-443 e a MG-129 que serão melhor abordadas no tópico de estrutura viária, no presente estudo.

Além de sua posição seu sítio também favoreceu um desenvolvimento histórico *sui generis*, sua inserção ocorre no que se denomina quadrilátero ferrífero, sugerindo uma riqueza geológica confirmada pelas suas origens que remontam as bandeiras<sup>21</sup> na transição dos séculos XVII e XVIII, este fato insere o município de Ouro Branco na atual Estrada Real (como síntese do seu sítio e posição), o que evidencia a relevância de sua contribuição regional e nacional.

Para que a situação acima exposta viesse a constituir-se foi necessário que por volta de 1694 fosse erigido o povoado então chamado de “Santo Antônio de Ouro Branco”, um ano após as primeiras evidências de achados auríferos na região da atual Ouro Preto, de acordo com o IBGE:

*“A região foi desbravada por ex-integrantes da Bandeira chefiada por Borba Gato, atraídos pela existência de ouro. Consta que em fins do século XVII, aqueles antigos bandeirantes, subindo o rio das Velhas até as suas nascentes, transpuseram os altos da Cachoeira de Itabira do Campo e localizaram-se ao pé da Serra de Ouro Branco. Ouro Branco nasceu no caminho do ouro e foi uma de suas fronteiras. A primeira mina das Minas Gerais foi encontrada em Itaverava, uma cidade próxima”.* (IBGE, 2022)

A atual Ouro Branco, bem como a sua região de inserção, passou a contar com o foco dos esforços produtivos voltados para a exploração mineral assentada na mão de obra escrava, portanto Ouro Branco, a exemplo de outros municípios, passou a exercer um fator de atração compulsória de sujeitos escravizados, sobretudo afrodescendentes.

Esse fator inclusive se reflete no volume de negros fugitivos que de acordo com Queiroz (2009) foi relatado por Saint-Hilaire por ocasião de suas viagens pelas Minas Gerais já no século XIX, o relato diz que ao longo do trajeto corria-se “o risco de ser atacado, às vezes, por negros fugitivos”. Além das expedições de Saint-Hilaire e Eschwege a cidade também foi alvo de expedições do então imperador do Brasil Dom Pedro II que também relatou suas visitas.

A mineração de ouro não teve uma exploração longa, no entanto como citado acima a geologia local fornecia outras possibilidades de atividade econômica, sobretudo no que tange a presença de minério de ferro que favoreceu o surgimento e crescimento da siderurgia local, portanto a própria geologia local possibilitou a emergência de outros ramos de atividade como a indústria.

---

<sup>21</sup> Expedições exploratórias e de reconhecimento da então colônia de Portugal, os participantes da expedição normalmente são chamados de bandeirantes ou paulistas.

Com a decadência da exploração de Ouro a cidade então passou a experienciar elementos de precarização da qualidade de vida, no que tange a esta temática dois pontos elencados por Queiroz são válidos, o primeiro é:

*“Para muitos, no entanto, o arraial aparenta decadência. Mawe, por exemplo, relata que não puderam “conseguir refrescos de nenhuma qualidade, porque os poucos habitantes, vistos por nós, eram tão pobres que, longe de poderem prover as nossas necessidades, pareciam implorar tudo o que tínhamos para satisfazer às suas”. (QUEIROZ, 2009 p. 9)*

O segundo ponto elencado na obra diz respeito ao fato de que não raramente os relatos de viajantes acerca de Santo Antônio de Ouro Branco citam a presença de uma recorrente doença relacionada a tireoide e atribuída no texto a temperatura da água:

*Nota-se, também, na população, a existência de doenças. Tschudi nota nos “dois mil habitantes, muito bócio”. Saint-Hilaire diz: “Quase todos os que encontrávamos, homens e mulheres, brancos e gente de cor, tinham um grande bócio, e, nesse local assim como nos vales da Europa em que essa enfermidade é comum, se atribui à frialdade das águas”. (QUEIROZ, 2009 p. 9)*

O período destes relatos representa um período de transição da matriz econômica local que deixou de contar com a extração de ouro e passou a se orientar pela siderurgia, não foram encontradas informações sobre a atividade comercial, no entanto com relação a agricultura Queiroz ainda sugere “as menções às atividades agrícolas, por sua vez, são raras ou inexistentes, talvez por não serem de grande interesse aos desígnios comerciais metropolitanos”.

Sobretudo a partir da segunda metade do século XX por ocasião da instalação da unidade siderúrgica Açominas, este advento inseriu Ouro Branco no planejamento estadual e nacional, quando na década de 1920:

*“De forma mais concreta a ideia de implantação do projeto Açominas aparece pela primeira vez no Governo Arthur Bernardes, com o primeiro plano siderúrgico nacional, que propunha “a criação de três grandes siderúrgicas: uma no Vale do Rio Doce, outra no Vale do Paraopeba e a terceira em Santa Catarina, tendo em vista as reservas de minério e de carvão do País” (AÇOMINAS 1985 p. 2 e 4 Apud COSTA; COSTA, 1997).*

O contexto de instalação da unidade em âmbito nacional era conturbado, se deu em um período popularmente chamado de “milagre brasileiro”, mas sucedeu e precedeu momentos de crise econômica, política e social, *a priori* o desenvolvimento siderúrgico industrial detinha uma primazia no planejamento para o desenvolvimento da nação, no entanto de acordo com Costa e Costa (1997) essa prioridade se esvaiu pois “Os seis adiamentos no cronograma de implantação no período de 1978 a 1985, são um indicador de que, pouco após ser iniciado, o projeto já não era mais prioritário” (COSTA; COSTA, 1997 p. 66).

Mesmo com os impedimentos gerados a partir da apropriação do projeto por uma elite militar que tomava as decisões econômicas a partir do viés político a unidade teve sua

instalação concluída, o que gerou uma alteração nas dinâmicas socioespaciais da cidade, esse reordenamento em função da siderurgia que por sua vez hierarquizou e redistribuiu equipamentos de modo a resultar em “crescente de exclusão socioeconômica e socioespacial” (COSTA; COSTA, 1997 p. 66).

A partir dessa intervenção, a configuração arquitetônica da cidade foi profundamente alterada e as dinâmicas socioeconômicas transformadas. A cidade, por ser antiga, passou por um Plano de Desenvolvimento Urbano - PDU para organizar o crescimento repentino e, assim, Ouro Branco se tornou setorizada em territórios urbano, agrícola, industrial e preservação. Vale, ainda, ressaltar que na “área urbana, a partir do lançamento do sistema viário, houve uma divisão de mais setores, cada um destinado a funcionários de um ou mais tipos de cargo da usina (operário, técnico e chefia), relacionados de acordo com o salário recebido.” (VIANNA, 2018, p. 14)

Por esta breve descrição percebe-se que o percurso histórico do município de ouro branco congrega diversos elementos da própria história de Minas Gerais, como a relevância no âmbito das bandeiras com achados de ouro, decadência da exploração aurífera e ascensão da siderurgia e uma breve diversificação da matriz econômica, reordenamento do território em função de novas atividades e uma recente emancipação.

Por fim sobre este último tema cabe destacar que a cidade de Ouro Branco, a partir da Lei Estadual nº 556/1911 promulgou o distrito de Ouro Branco como parte do Município de Ouro Preto. Já em 1953 foi elevada ao status de município por meio da Lei Estadual 1039/1953. Ao fim conclui-se que a cidade em seu âmago pode ser caracterizada como uma síntese dos elementos que atribuem identidade ao povo mineiro, portanto uma participação de relevância alta para a formação do povo de Minas Gerais e sua relação com o próprio território.

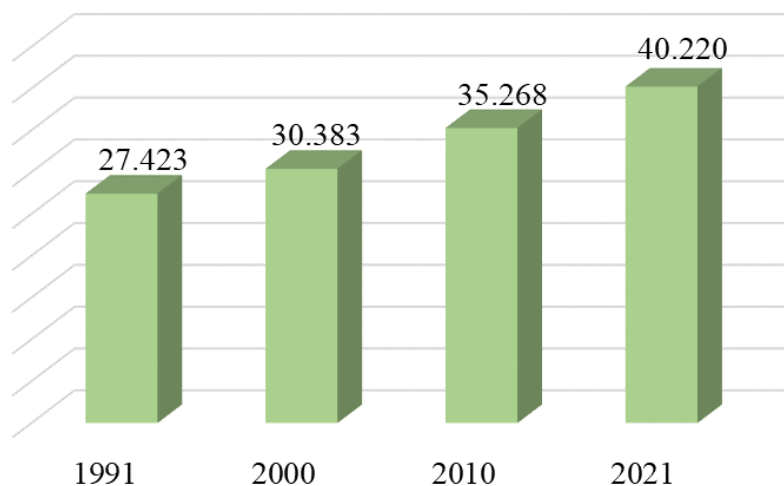
#### **b) Dinâmica Populacional**

O desempenho da população em um determinado espaço indica o seu crescimento ou retração. Ele mostra a variação na quantidade de indivíduos de uma população e contribui para a criação de medidas a serem implantadas por políticas públicas. Neste sentido, a dinâmica demográfica possui um papel fundamental na determinação do crescimento econômico de um país, região ou município.



O comportamento da população residente em Ouro Branco pode ser observado na figura. No ano de 1991, havia 27.423 residentes no município, aumentando para 30.383 em 2000, e 35.268 em 2010; em 2021, a população estimada pelo IBGE<sup>22</sup> foi de 40.220 pessoas.

**Figura 11.125 - Evolução da população residente no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em habitantes, em 1991, 2000, 2010 e 2021**



Fonte: IBGE, 2021.

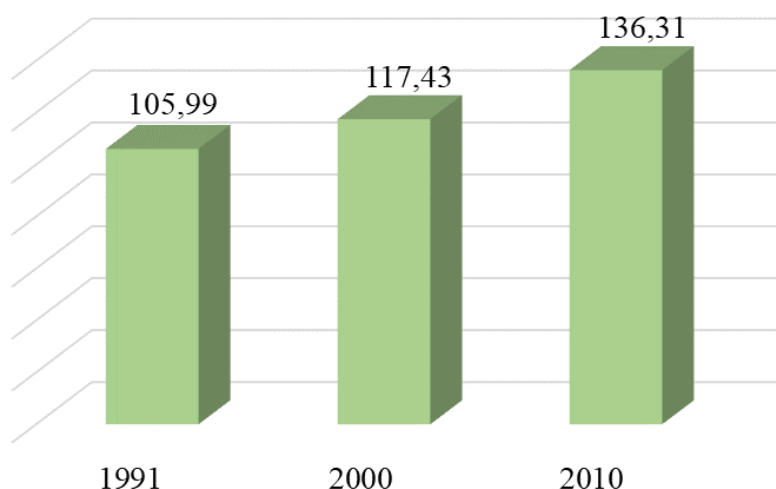
A densidade demográfica, também conhecida como população relativa, pode ser compreendida como a proporção entre o número de habitantes e a extensão territorial de um dado local. Ela apresenta, portanto, a concentração de pessoas em uma determinada extensão territorial. A densidade demográfica é observada para orientar os governantes a planejar melhor o espaço no qual as pessoas vivem e possuem atividades significativas para o cotidiano.

A evolução da densidade demográfica no município de Ouro Branco está ilustrada na figura. Em 1991, a densidade demográfica era de 105,99 habitantes por quilômetro quadrado, ao passo que em 2000 esse indicador passou para 117,43 hab/km<sup>2</sup>, em 2010 correspondeu a 136,31 hab/km<sup>2</sup>.

Se comparada à densidade do estado de Minas Gerais, Ouro Branco possuía densidade demográfica expressivamente superior, uma vez que a densidade demográfica do estado era de 26,8 hab/km<sup>2</sup> em 1991; 30,5 hab/km<sup>2</sup> em 2000 e 33,4 hab/km<sup>2</sup> em 2010, significativamente inferiores às do município de Ouro Branco.

<sup>22</sup> Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-branco/panorama>>. Acesso em: 16/09/2022.

**Figura 11.126 - Evolução da densidade demográfica no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em habitantes por quilômetro quadrado em 1991, 2000, 2010**

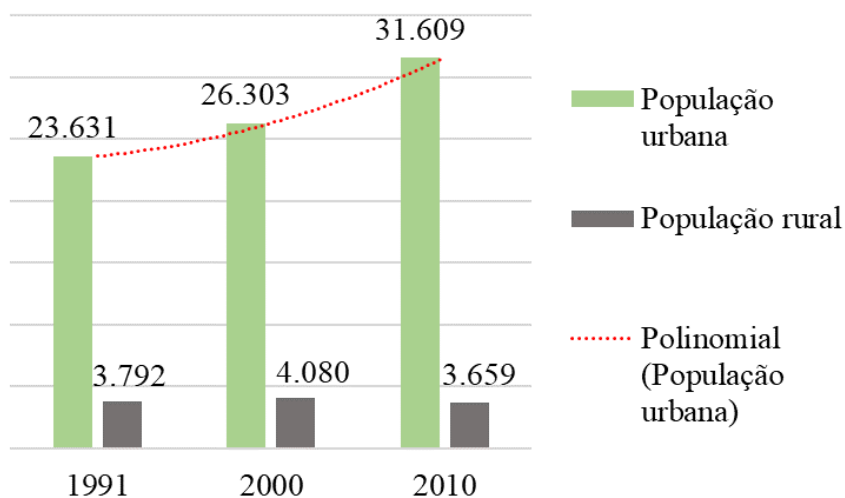


Fonte: IBGE, 2021.

Ouro Branco é um município urbano e esta característica vem se tornando cada vez mais predominante, mesmo com o aumento da população rural em 2000, a taxa de urbanização (representada pela linha polinomial vermelha, na figura) se manteve crescente em todos os anos analisados. Em 2010, se calculada, a taxa de urbanização do município era de 90%.

O grau de urbanização de uma cidade é um indicador que representa a porcentagem de população urbana em relação ao total da população. Percebe-se através da linha polinomial, que ao longo das últimas três décadas, a população do município de Ouro Branco está cada vez mais concentrada na área urbana do município.

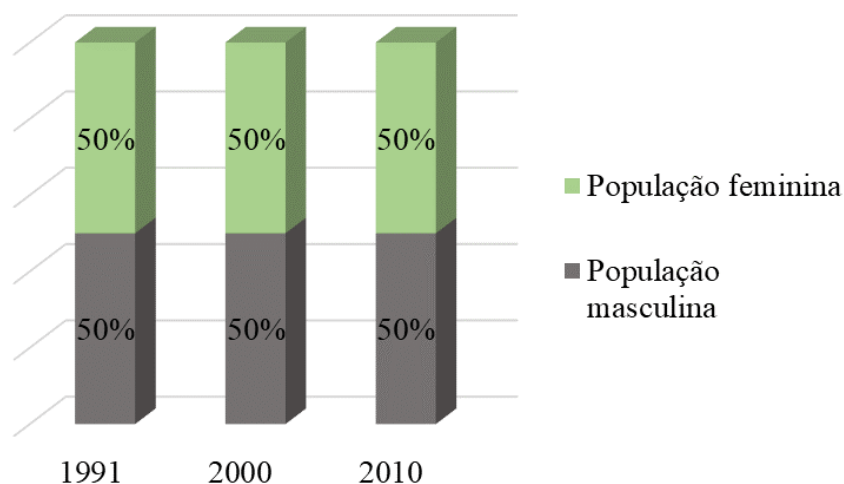
**Figura 11.127 - Evolução percentual da situação da população residente no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 1991, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à evolução da população residente por gênero, em todos os anos analisados o município de Ouro Branco apresentou equilíbrio de gênero, com 50% de população feminina e 50% de população masculina; como mostra a figura.

**Figura 11.128 - Evolução da população residente por sexo no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 1991, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com Bento *et al* (2022) o uso de pirâmides etárias com divisões de idade possui relevância para o planejamento e análise da população dentro do território, para compreender o comportamento populacional, e também visando a importância econômica da área estudada. Ainda de acordo com os autores:

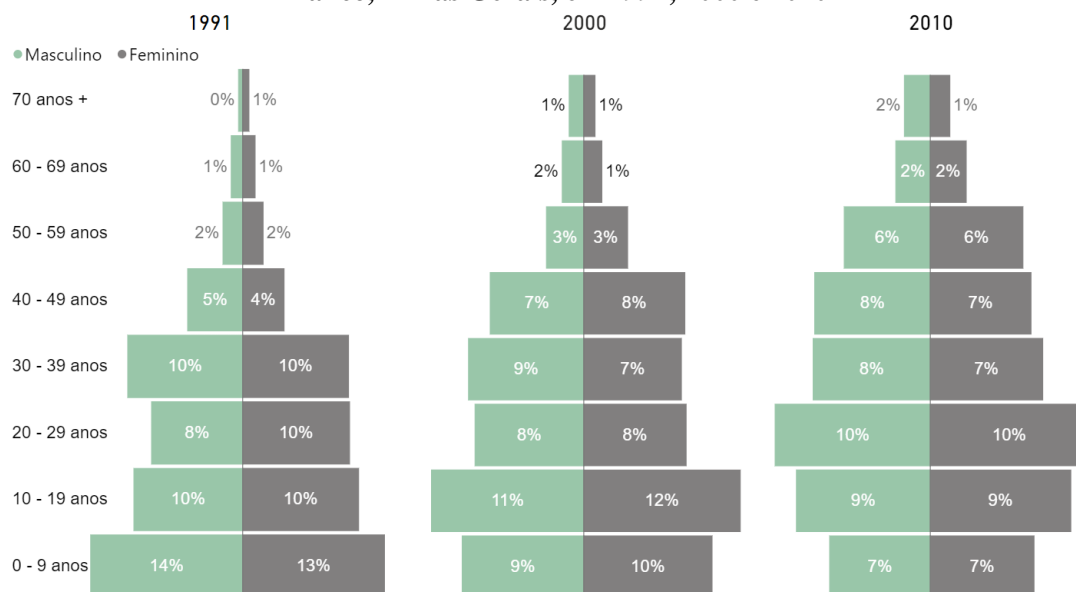
*“A análise dos grupos de idade é importante por causa das implicações que a predominância de uma ou outra faixa etária pode significar, em termos de vantagens ou preocupações para o planejamento econômico de um país, estado ou município.” (BENTO et al, 2022).*

Nota-se na figura que em 1991, o município de Ouro Branco apresentava índices de uma pirâmide jovem, que ocorre quando há alta taxa de natalidade, que reflete na “base larga”. O topo da pirâmide é estreito, devido a isso, podemos indicar que não havia alta expectativa de vida.

Em 2000, podemos observar que há uma nova tendência na pirâmide, onde a base já não é a mais larga, apresentando indícios de uma pirâmide adulta, que ocorre com a redução da taxa de natalidade e o alargamento do corpo da pirâmide.

Em 2010, a tendência da pirâmide do ano de 2000 se manteve e consolidou-se como uma pirâmide adulta, onde o corpo da pirâmide é mais largo, consequentemente por conta da população economicamente ativa.

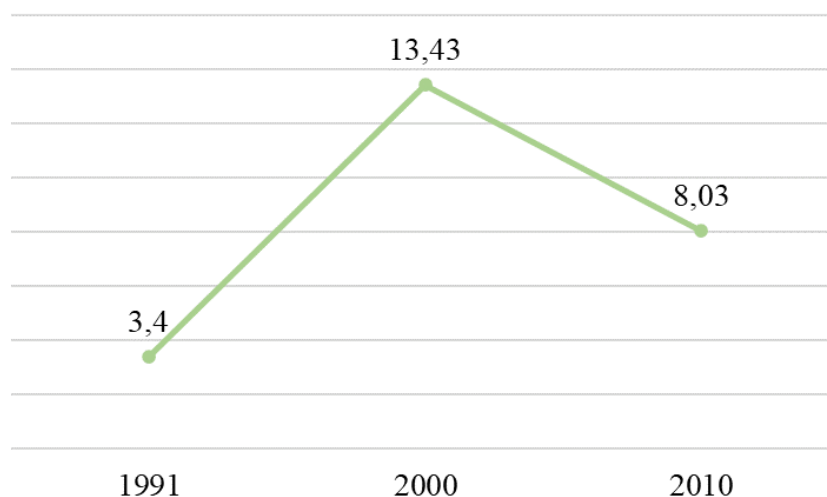
**Figura 11.129 - Evolução da população residente por faixa etária no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 1991, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto ao desemprego, nos anos analisados a figura mostra que houve aumento e queda da taxa. Em 1991, a taxa de desemprego no município era de 3,4; em 2000, essa taxa subiu para 13,43, crescimento percentual de 295%; e em 2010, a taxa registrada foi de 8,03, se calculada, apresentou queda percentual de 40%.

**Figura 11.130 – Taxa de desemprego entre a população acima dos 16 anos, em Ouro Branco, Minas Gerais, em 1991, 2000 e 2010**



Fonte: DATASUS, 2010.

### c) Uso e Ocupação do Solo

A LEI N° 1.619, de 13 de dezembro de 2007, institui o Plano Diretor<sup>23</sup> participativo do município de Ouro Branco e dá outras providências. O artigo 1° esclarece que O Plano Diretor é o instrumento básico e estratégico de implementação da política municipal de desenvolvimento econômico, social, urbano, rural e ambiental do Município de Ouro Branco, integra o processo de planejamento e gestão municipal e vincula as ações de todos os agentes públicos e privados.

Está referenciado no Art. 3° que diz sobre as competências, que é dever do município promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento, uso e ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas, observadas as diretrizes do Plano Diretor.

O capítulo III – Do zoneamento de usos, apresenta no Art.44 os tipos de zonas, são elas:

- I. Zonas de Adensamento Restrito – ZAR, subdivididas em:
  - a. Zona de Adensamento Restrito 1- ZAR1, para áreas com pouca restrição;
  - b. Zona de Adensamento Restrito 2 – ZAR2, para áreas com índice pequeno de restrição;
  - c. Zona de Adensamento Restrito 3 – ZAR3, para áreas com índice médio de restrição;
  - d. Zona de Adensamento Restrito 4 – ZAR4, para áreas com maior índice de restrição;
- II. Zona Central – ZC, para áreas centrais, com maior aproveitamento dos lotes e maior possibilidade de usos.
- III. Zonas Especiais – ZE, destinadas a equipamentos urbanos especiais, subdivididas em:
  - a. Zonas especiais para equipamentos institucionais de cultura, lazer e turismo - ZE1;
  - b. Zonas especiais destinados a equipamentos institucionais de educação, religiosos, de saúde, serviços de utilidade e sociais – ZE2;
- IV. Zonas Especiais de Interesse Social -ZEIS, destinadas a programas de habitação social;

---

<sup>23</sup> Disponível em:< [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/fauf/Concursos\\_2011/Concurso%20Ouro%20Branco/plano\\_diretor.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/fauf/Concursos_2011/Concurso%20Ouro%20Branco/plano_diretor.pdf)>. Acesso em: 19/09/2022.

- V. Zonas Industriais – ZI, destinadas a implantação dos quarteirões industriais;
- VI. Zona de Interesse Histórico – ZIH, destinada à preservação do conjunto arquitetônico de valor histórico ao longo da Rua Santo Antônio, até a Capela Mãe dos Homens, incluindo a Praça Santa Cruz e seu entorno, conforme o Anexo V – Mapa de Uso e Ocupação do Solo;
- VII. Zonas de Proteção Ambiental – ZPAM subdivididas em:
  - a. Zona de Proteção Ambiental 1 – ZPAM1, com índice de Proteção Menor;
  - b. Zona de Proteção Ambiental 2 – ZPAM2, com índice de Proteção Maior.
  - c. Zona de Proteção Ambiental 3 – ZPAM3, com índice de Proteção diferenciado.
  - d. Zona de Proteção Ambiental 4 – ZPAM4, com índice de proteção diferenciado.

Das diretrizes urbanísticas presentes no Capítulo IV, a seção I é sobre o uso e ocupação do solo, na seção está contido os seguintes artigos:

Art. 45. O uso e a ocupação do solo no município de Ouro Branco serão regulamentados pela Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, que deverá seguir as diretrizes deste Plano Diretor.

Art. 46. A Lei de Uso e Ocupação do Solo deverá adotar as seguintes tipologias de uso do solo:

- I. Residencial;
- II. Não residencial;
- III. Misto.

§1º. Considera-se uso residencial aquele destinado à moradia unifamiliar ou multifamiliar.

§2º. Considera-se uso não-residencial aquele destinado ao exercício das seguintes atividades:

- I. Comercial;
- II. De prestação de serviços;
- III. Institucional;
- IV. Industrial.



§3º. Considera-se uso misto aquele da área onde é admitido o uso residencial e o não-residencial.

Art. 47. Todos os usos serão permitidos no território do Município, desde que obedecem às condições estabelecidas no Plano Diretor e os requisitos de instalação constantes da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e nas normas ambientais, exceto nas seguintes zonas:

- I. Na Zona Industrial, não será admitido o uso residencial;
- II. Na Zona de Proteção Ambiental 2, não será admitido qualquer uso;
- III. Na Zona de Interesse Histórico, não será admitido o uso não-residencial industrial.

Parágrafo Único. A definição dos parâmetros urbanísticos de cada zona observará os seguintes dispositivos:

- I. O coeficiente máximo de aproveitamento do solo urbano não poderá ser superior a 2,1 (dois vírgula um);
- II. O coeficiente mínimo de aproveitamento será de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco);
- III. A taxa de ocupação máxima das edificações no terreno não poderá ser superior a 70% (setenta por cento);
- IV. A taxa de permeabilidade será de, no mínimo, 30% (trinta por cento);
- V. Os lotes urbanos deverão ter, no mínimo, 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) de área e 7,5m (sete metros e cinquenta centímetros) de testada, inclusive nos loteamentos na Zona de Interesse Social.

A Seção II é referente ao Parcelamento do Solo, os artigos a seguir estão dentro desta seção, são eles:

Art. 50. O parcelamento do solo para fins urbanos somente será admitido na área urbana, de expansão urbana, na forma Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo. Parágrafo Único. Na área rural, qualquer parcelamento do solo deverá observar o módulo mínimo rural, definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Art. 51. O parcelamento do solo urbano do Município de Ouro Branco poderá ser realizado por loteamento, desmembramento ou remembramento.

§1º. Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação de qualquer natureza, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§2º. Considera-se desmembramento a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, bem como de lotes para a formação de novos lotes, desde que mantenham as dimensões mínimas estabelecidas na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, com aproveitamento do sistema viário existente e registrado, e que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento ou modificação dos já existentes.

§3º. Considera-se remembramento o agrupamento de lotes contíguos para a constituição de unidades maiores.

§4º. Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos neste Plano Diretor e na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

§5º. Consideram-se infraestrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

Art. 53. São consideradas não-edificáveis as seguintes áreas do território municipal:

- I – as áreas de preservação permanente – APP's, definidas nos artigo 71 a 73 desta Lei;
- II – as áreas situadas em Zona de Proteção Ambiental – ZPAM 2;
- III – as faixas de 15 (quinze) metros ao longo das faixas de domínio de rodovias, federais, estaduais e municipais, ferrovias e dutos e das redes de alta tensão, ressalvadas as exigências da legislação específica. '

Art. 54. Nos loteamentos residenciais, comerciais e industriais, seja qual for a zona de uso em que estiverem localizados, parte da área total da gleba a ser loteada deve ser transferida ao patrimônio público do Município, com a seguinte discriminação:

- I – 12% (doze por cento), no mínimo, para áreas verdes;

II – 8% (oito por cento), no mínimo, para uso institucional, destinada a equipamentos comunitários;

III – a área resultante do traçado e dimensões das vias projetadas para o sistema viário, atendendo às diretrizes expedidas pelo Município;

IV – faixas de proteção ao longo de corpos d'água, desde o seu nível mais alto em faixa marginal, que não poderão ser computadas como espaços livres de uso público, com largura mínima de cada lado de:

- a) 30 (trinta) metros dos rios e córregos;
- b) 30 (trinta) metros no entorno das várzeas, lagos e lagoas;
- c) 50 (cinquenta) metros no entorno de reservatórios;
- d) 50 (cinquenta) metros no entorno das nascentes.

Art. 55. São de responsabilidade do loteador, o projeto, a execução e o custeio de:

I – demarcação das vias, dos terrenos a serem transferidos ao domínio do Município, dos lotes e das áreas não-edificáveis;

II – abertura das vias de circulação e respectiva terraplenagem;

III – implantação da rede de captação de águas pluviais e suas conexões com o sistema público existente junto ao terreno a parcelar;

IV – implantação da rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto e suas conexões com a rede pública já instalada;

V – implantação de rede de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública e suas conexões com a rede de energia existente junto ao terreno a parcelar;

VI – pavimentação do leito carroçável das vias;

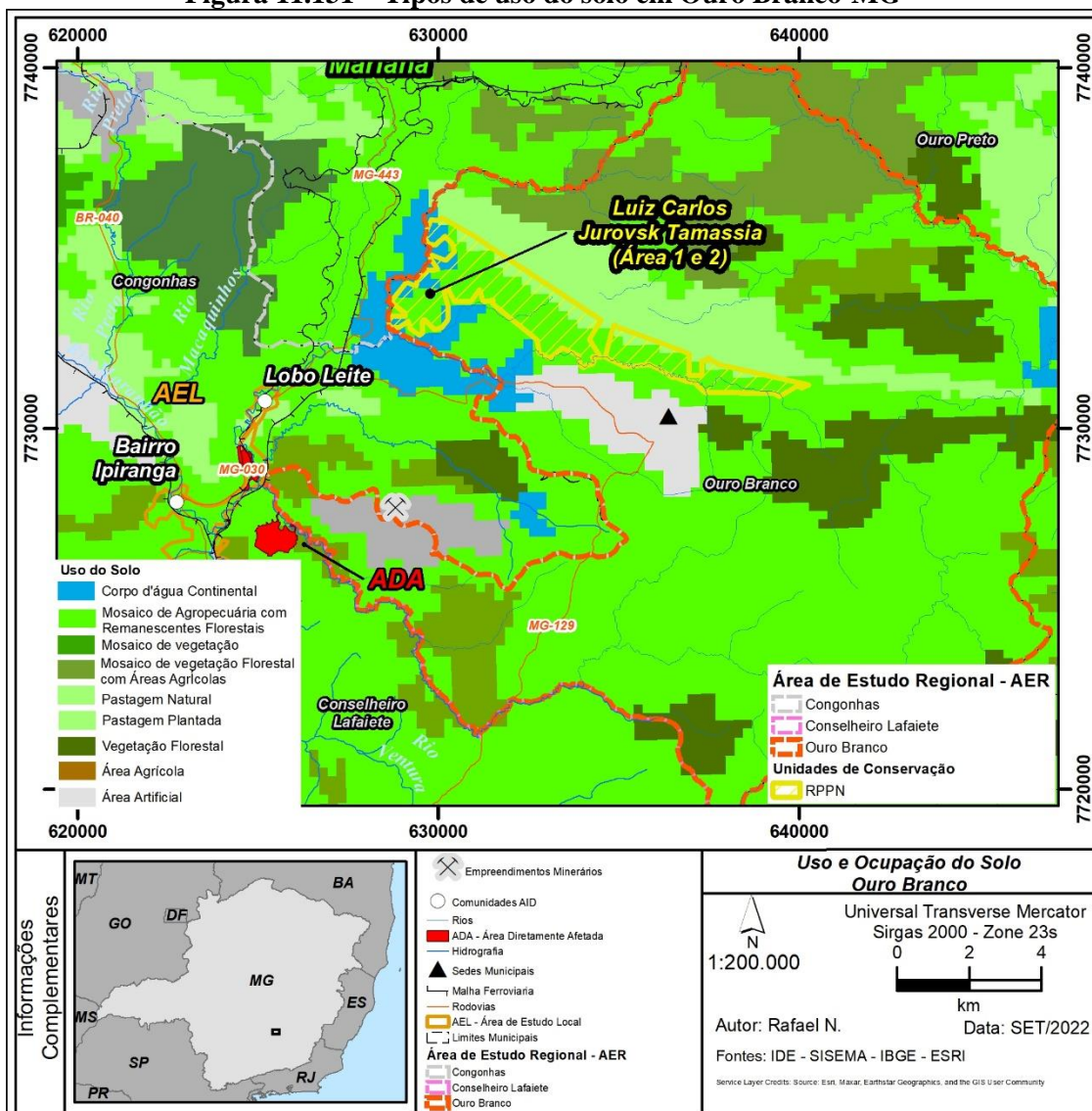
VII – arborização de calçadas com espécies adequadas à área urbana

§ 1º. Não será permitida a realização de construções em áreas não edificáveis, exceto de guaritas de segurança, equipamentos de manutenção e nas situações permitidas por esta lei.

§ 2º as áreas de preservação permanente irregularmente ocupadas deverão ser objeto de atenção prioritária.

A figura mostra o uso do solo em Ouro Branco.

Figura 11.131 – Tipos de uso do solo em Ouro Branco-MG



Fonte: CERN, 2022.

#### d) Uso da Água

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2017, as termelétricas eram o setor de mais demanda hídrica de retirada e retorno no município de Ouro Branco. O tipo de uso com mais consumo é o da Indústria, com vazão de 0,10m<sup>3</sup>/s, como mostra o quadro.

Quadro 11.27 - Uso de água no município de Ouro Branco, Minas Gerais

Tipo de Uso	Vazão (m <sup>3</sup> /s)
Humano Urbano – Retirada	0,07
Humano Urbano – Consumo	0,01
Humano Urbano – Retorno	0,06
Indústria – Retirada	0,38
Indústria – Consumo	0,10

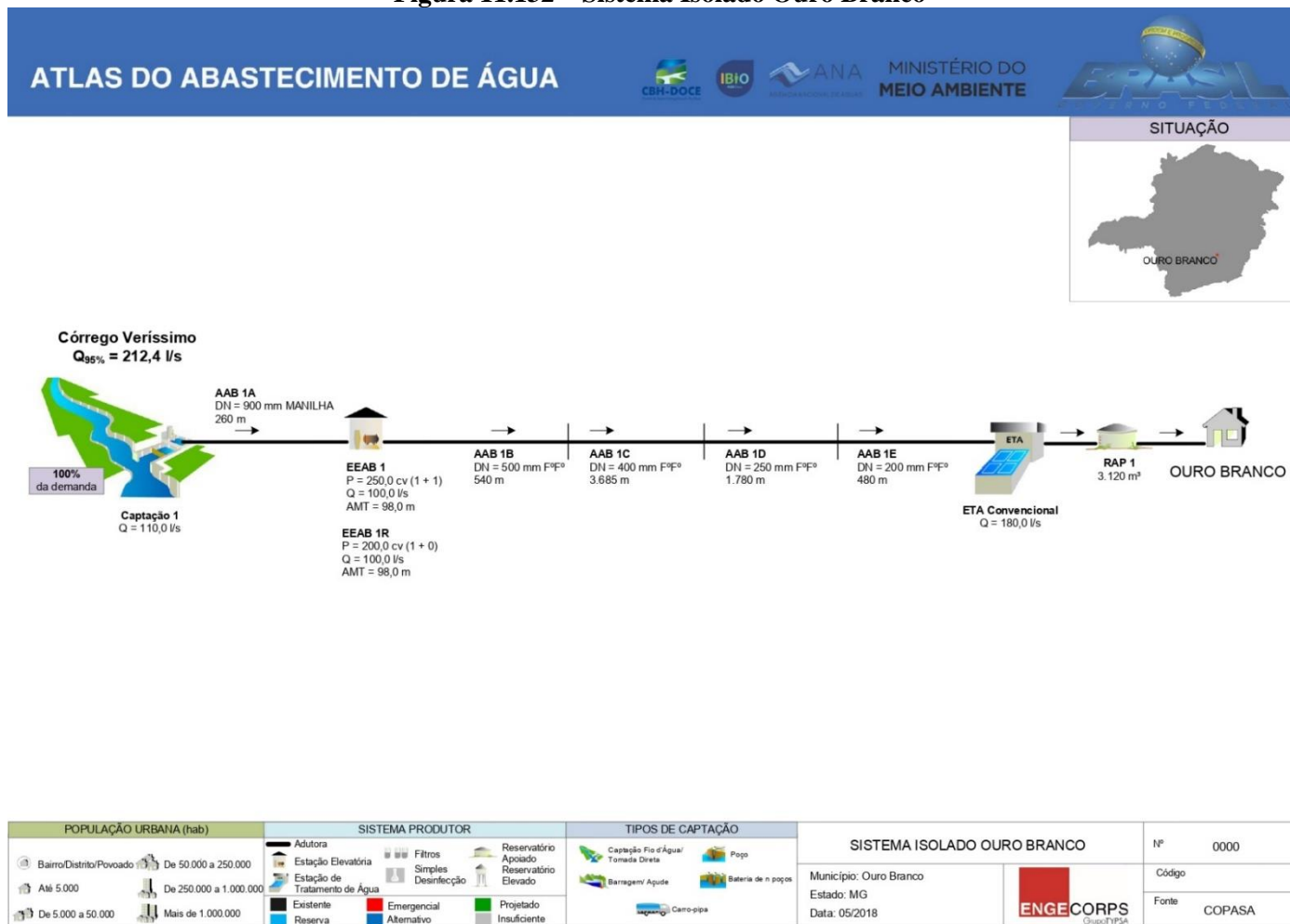
Indústria – Retorno	0,28
Termelétricas – Retirada	1,49
Termelétricas – Consumo	0,01
Termelétricas - Retorno	1,47
Agricultura Irrigada – Retirada	0,07
Agricultura Irrigada – Consumo	0,06
Demanda Total – Retirada	2,01
Demanda Total – Consumo	0,19
Demanda Total – Retorno	1,82

Fonte: Agência Nacional de Águas, 2017.

No município de Ouro Branco, a captação de água é realizada pelo Sistema Isolado Ouro Branco, a captação é feita no Córrego Veríssimo, que dispõe 100% da demanda municipal. A avaliação de oferta/demanda indica que o abastecimento é satisfatório e não necessita de ampliação; a demanda urbana é de 91 L/s e o serviço é prestado pela COPASA.

A figura mostra que após a captação da água no Córrego Veríssimo, a água passa por uma ETA convencional, após passar por uma estação elevatória; e aí sim, vai para um reservatório apoiado e é distribuída para o município.

Figura 11.132 – Sistema Isolado Ouro Branco

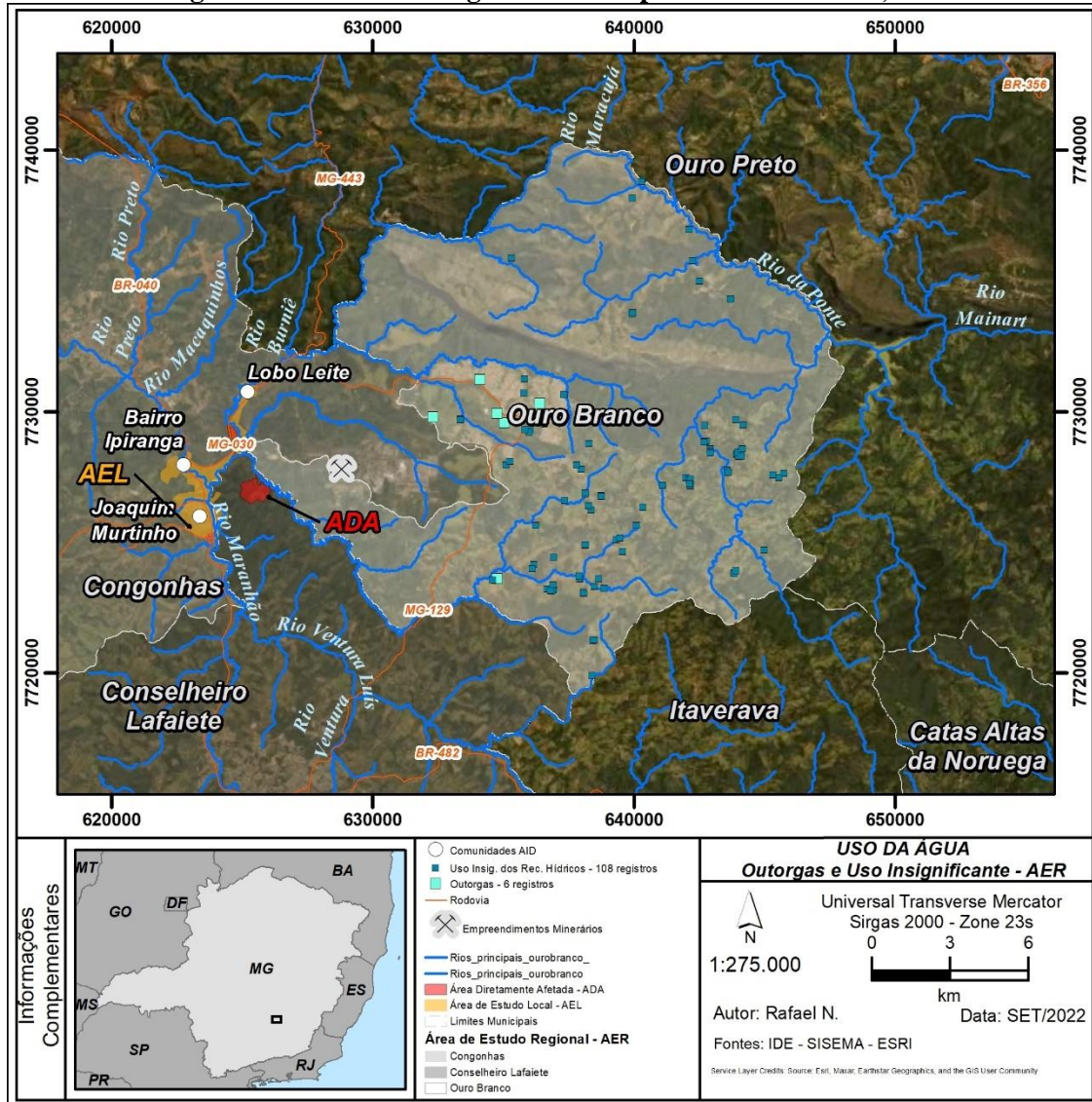


Fonte: Agência Nacional de Águas, 2022.



Segundo a plataforma ide-SISEMA, foi possível identificar em Ouro Branco, 6 cadastros de outorgas e 108 registros de uso de insignificantes. A figura mostra a distribuição dos pontos de outorga e cadastro de uso insignificante no município.

Figura 11.133 – Uso da água no município de Ouro Branco, MG



Fonte: CERN, 2022.

### e) Sistema viário e infraestrutura local

O plano diretor do município dispõe de um capítulo ou seção exclusiva sobre as diretrizes do Sistema Viário, porém, na Seção II – Do Parcelamento e Uso do Solo, fica acordado que cabe ao município a manutenção do sistema; se tratando de condomínios fechados, a responsabilidade pela manutenção é exclusiva dos moradores.

O Art. 61, presente na Seção VI – Da Mobilidade Municipal, diz que o Município, respeitada a legislação federal e estadual deve planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviço público ou de utilidade pública relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário, por meio do Sistema de Mobilidade Municipal.

As outras diretrizes são:

Art. 62. O sistema de mobilidade municipal tem por objetivo garantir as condições necessárias ao exercício da função urbana de circular, característica do direito de ir e vir, locomover-se, parar e estacionar, com base nas seguintes diretrizes:

I – municipalização do trânsito;

II – elaboração de um plano para o sistema viário das vilas ou localidades;

III – execução de programa de abertura, recuperação e conservação de estradas rurais, priorizando a atenção à sinalização e as alternativas de drenagem ambientalmente corretas;

IV – fomento à parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada, para duplicação da MG-443 e da manutenção da MG-129, tendo em vista os equipamentos regionais industriais e culturais existentes;

V – infra-estrutura de apoio à segurança, ao turismo e às comunicações, nas três principais vias de acesso ao município;

VI – controle do surgimento da instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego;

VII – direito ao transporte coletivo a todos os habitantes do Município, mediante o pagamento de tarifa, cabendo ao Poder Público tomar as medidas necessárias ao funcionamento das respectivas linhas;

VIII – garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao transporte coletivo, com um sistema especial de atendimento a ser desenvolvido;

IX – criação de programa de educação para o trânsito;

X –articulação entre o Município, a Gerdau Açominas e o Estado, no sentido de viabilizar a construção da via externa ao bairro 1º de Maio, para o acesso dos ônibus de Conselheiro Lafaiete em direção à Gerdau Açominas.

Art. 63. O Município elaborará Lei de Trânsito e Transporte para disciplinar a organização, o funcionamento e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário. Parágrafo Único. A Lei de Trânsito e Transporte do Município deverá incorporar as seguintes diretrizes:

I – sistema viário do município composto por:

a) vias de trânsito rápido: aquelas caracterizadas por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível;

b) vias arteriais: aquelas caracterizadas por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;

c) vias coletoras: aquelas destinadas a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade;

d) vias locais: aquelas caracterizadas por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas;

e) vias rurais: compreendidas as estradas e rodovias.

I – eliminação dos pontos de conflito de trânsito;

II – elaboração de plano de sinalização semafórica e horizontal;

III – disciplina do tráfego de veículos de carga, reduzindo seus efeitos na fluidez do tráfego e retirada do tráfego de passagem da área central.

IV – organização, funcionamento e fiscalização dos serviços de transporte coletivo, táxi e transporte escolar;

V – manutenção de linhas, inclusive noturnas, de transporte coletivo, racionalmente distribuídas, com itinerários específicos e que atendam a todas as regiões da área urbana;

VI – forma, metodologia, mecanismo de definição do valor da tarifa;

VII – contratos de concessão com vigência não superior a cinco anos, renovável, nos termos do edital de concorrência.

VIII – avaliação, mediante estudos sobre a demanda, das propostas de:

- a) instalação de radares de controle de velocidade em pontos de conflito;
- b) criação de estacionamento rotativo para veículos automotores.

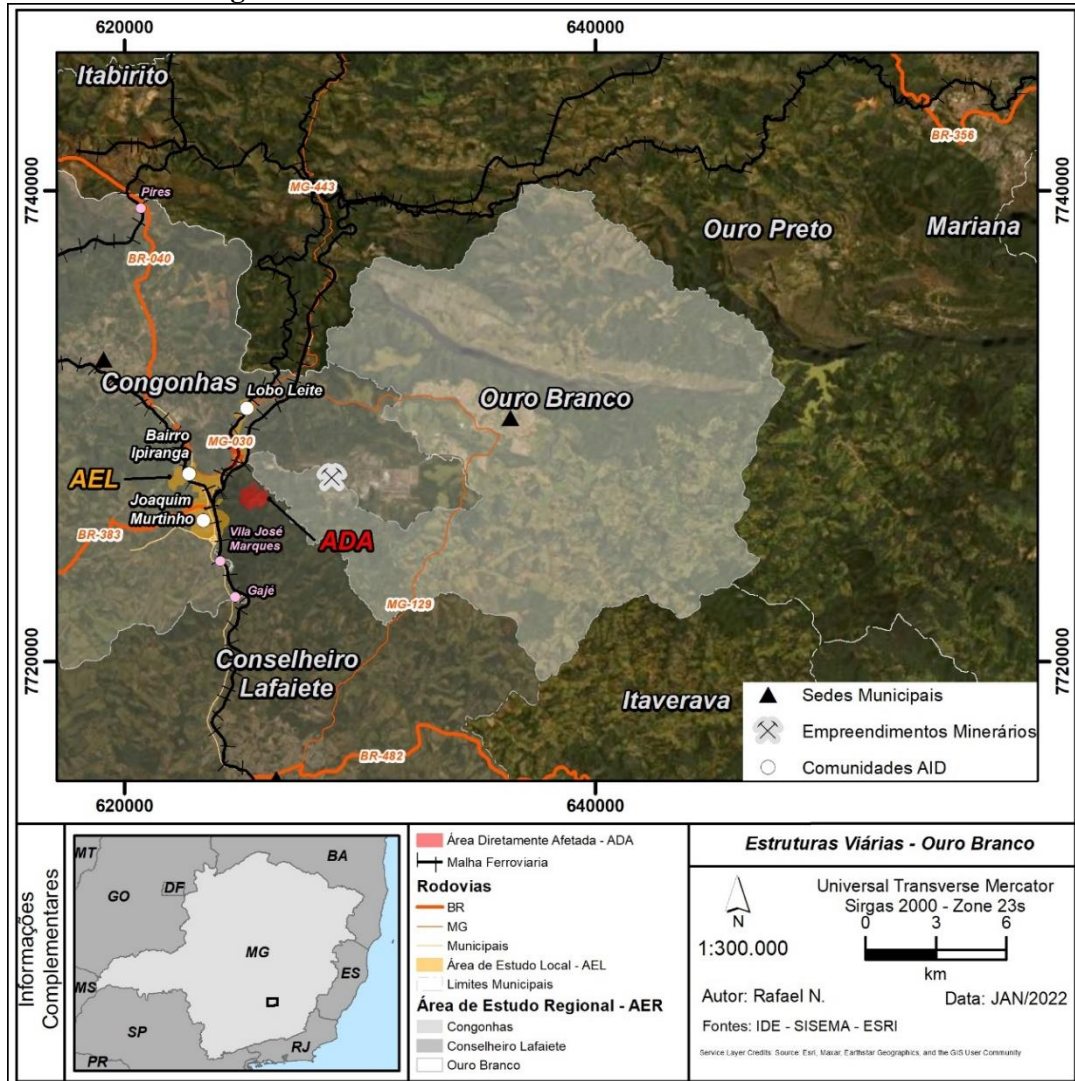
Vale ressaltar que as principais vias de acesso ao município e que o liga aos demais municípios da região são a MG-129 e a MG-443. Há pedágio na rota que liga o município a capital do estado, o trecho é de aproximadamente 100km.

A rodoviária do município é o Terminal Rodoviário Galeria João Paulo II, lá é possível adquirir passagens com destinos intermunicipais e interestaduais.

A figura mostra a estrutura viária de Ouro Branco.



Figura 11.134 – Estrutura Viária de Ouro Branco-MG



Fonte: CERN, 2022.

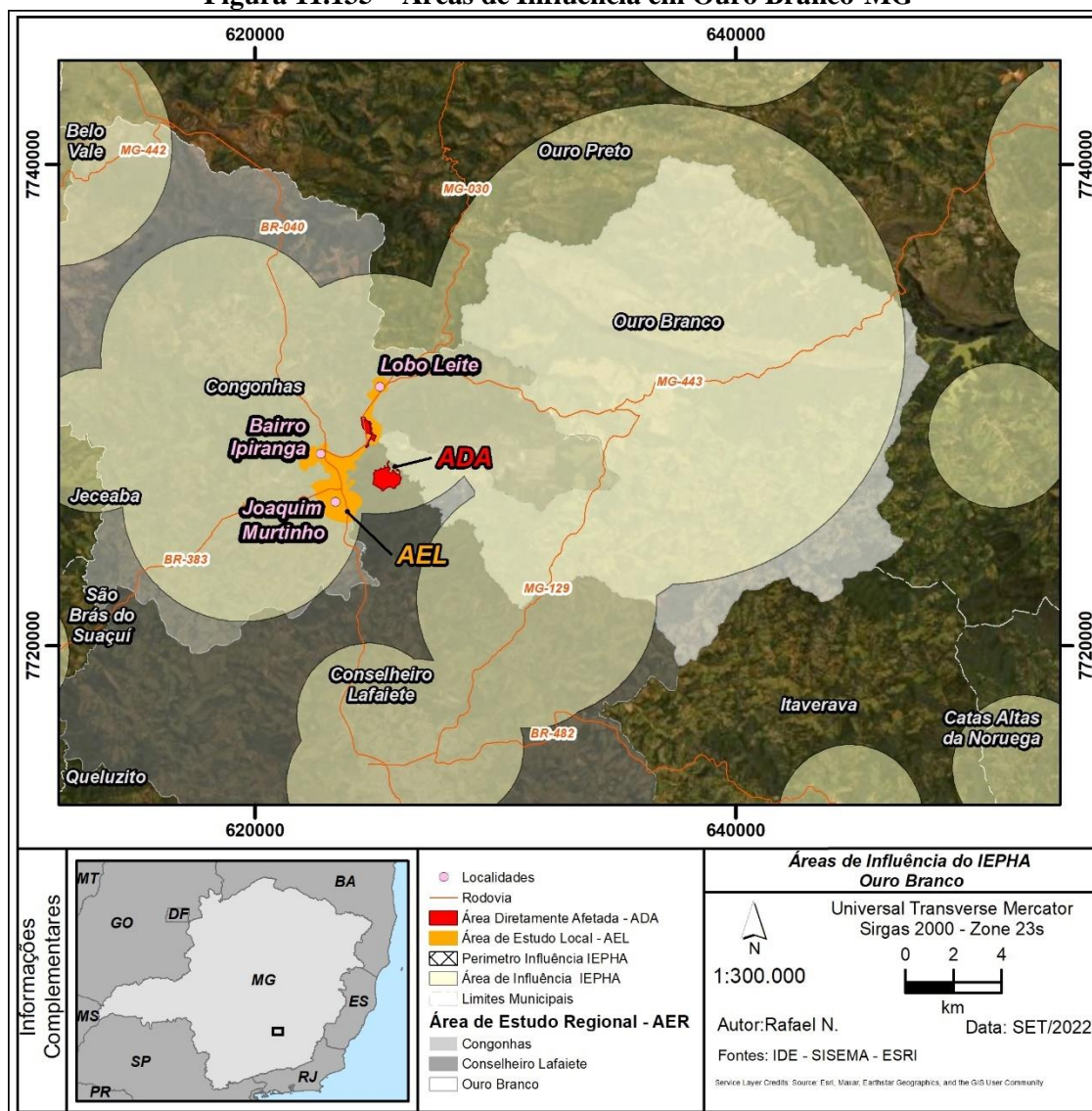
#### f) Patrimônio Natural e Cultural

O Patrimônio Cultural de Ouro Branco guarda um acervo cultural material e imaterial, que ajudam a contar a história do estado e do município. Dessa forma a proteção dos bens ocorre em níveis: federal, estadual e municipal.

Quando se trata do patrimônio estadual, este está acautelado pelo órgão Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, que com o objetivo de expandir a área de proteção do Patrimônio, criou-se as Áreas de Influência. Dessa forma observa-se que Ouro Branco está completamente inserido dentro da zona de proteção. Ressalta-se também que a Sede cultural está inserida também dentro da área “Saberes, Linguagens e expressões musicais

da viola em Minas Gerais”, destacando a forte influência das Violas de Minas em Ouro Branco. A figura mostra as Áreas de Influência em Ouro Branco.

Figura 11.135 – Áreas de Influência em Ouro Branco-MG



Fonte: CERN, 2022.

### ➤ Bens Culturais Materiais

No que remete ao patrimônio cultural, Ouro Branco guarda um rico acervo patrimonial, com proteção em nível federal, estadual e municipal.

#### ➤ Bens Culturais Materiais em nível Federal

Em nível federal, o município apresenta 02 bens materiais tombados pelo IPHAN: a Igreja Matriz de Santo Antônio e a Igreja de Santo Antônio – Itaitaia.



A Igreja Matriz de Santo Antônio de Ouro Branco foi tombada em 1949, pelo decreto Federal de nº 402-T. Situada no centro de Ouro Branco, a edificação foi erguida no antigo povoado de Santo Antônio, no século XVIII, e representa até os dias atuais um dos exemplares barrocos de Minas Gerais. Segundo a Prefeitura Municipal de Ouro Branco, a matriz foi erguida no ano de 1717, tendo sua finalização no ano de 1779 - ano que está marcado em seu frontispício-, sendo justificável o tempo de construção para um exemplar religioso.

**Figura 11.136 – Igreja Matriz de Santo Antônio – Ouro Branco**



Fonte: CERN, 2021.

Outro bem cultural tombado pelo IPHAN é a Igreja de Santo Antônio, localizada no distrito de Itatiaia. Este bem cultural foi tombado no ano de 1983, pelo decreto de nº 1033-T-1980. Data-se de sua construção no início do século XVIII, sendo que segundo o IPHAN (s/d) foi registrado em 20 de agosto de 1714 o primeiro assentamento de batismo no local. Nos seus primeiros anos, esta edificação serviu como abadia, sendo registrado em seu frontispício as armas da congregação.

**Figura 11.137 – Igreja de Santo Antônio de Itatiaia – Ouro Branco**

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Minas Gerais, s/d.

➤ *Bens Culturais Materiais em nível Estadual*

Pelo IEPHA, a cidade possui 03 bens materiais tombados: a Fazenda Carreiras, o Conjunto Paisagístico Serra de Ouro Branco e o Conjunto Arquitetônico Paisagístico da Capela de Santana e da casa-sede - Fazenda Pé do Morro.

O tombamento da Fazenda Carreiras foi aprovado pelo Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais em 7 de setembro de 1999, e homologado em 15 de setembro de 2000. Localizada em Carreiras, um dos povoados mais antigos de Santo Antônio de Ouro Branco, registros demonstram que a Fazenda tinha função primordial na criação e agricultura do antigo arraial, justificado pela posição estratégica na qual ela se situa, sendo o Caminho Novo a principal via terrestre do período colonial, que fazia ligação entre a Capitania do Rio de Janeiro e as minas de ouro.

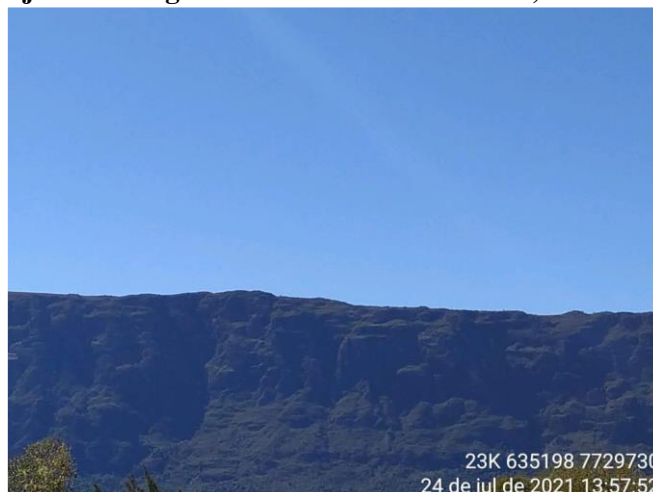
**Figura 11.138 – Fazenda Carreiras – Ouro Branco**

Fonte: CERN, 2021.

O Conjunto Paisagístico da Serra de Ouro Branco foi tombado pelo IEPHA no ano de 1977. Constituindo uma das Serras dentro com Complexo do Espinhaço, a Serra de Ouro Branco faz divisão entre as bacias do Rio São Francisco e Rio Doce. Segundo o Guia de Bens Tombados (IEPHA, 214, vº2), o parecer de tombamento reconhecia: “a referida Serra possui beleza cênica seja pela sua altitude, volume e extensão, cujas qualidades a enquadram como valor paisagístico dentro do cenário das montanhas de Minas”. (p. 126).

Descrita em relatos de viajantes que se debruçaram em uma escrita descritiva acerca das belezas naturais, a Serra de Ouro Branco era uma referência para viajantes que atravessavam a Estrada Real, pois era considerada uma barreira que devia ser vencida. De tamanha importância, esse bem cultural aparecia em mapas da Capitania Minas Gerais no século XVIII e XIX.

**Figura 11.139 - Conjunto Paisagístico Serra de Ouro Branco, Ouro Branco, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

Por fim, é também tombado pelo IEPHA/MG a Fazenda Pé-de-Morro e a Capela de Santana, tendo seu tombamento aprovado pela Deliberação CONEP 003/2009. O Conjunto de construções da Fazenda Pé-de-Morro começou a ser erguido em meados do século XVIII, para atender as necessidades de abastecimento das sociedades de bases econômicas minerárias. Além disso, neste local era cultivado também milho, mandioca, uvas e batatas, além da criação de gado bovino e equino.

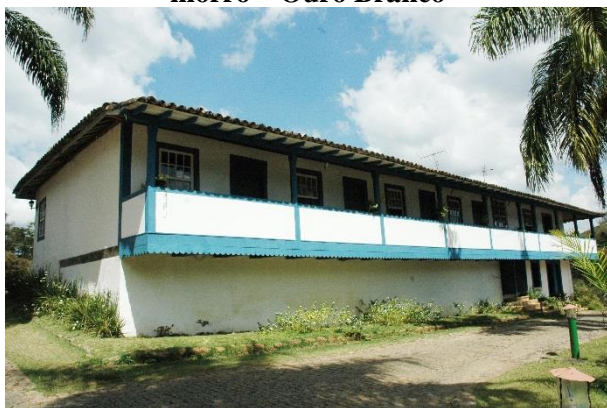
Em relação a sede da Fazenda, o Guia de Bens Tombados (IEPHA, 2014, vº2) descreve:

*“ (...)Com partido arquitetônico em “L”, apresenta duas fases distintas de construção. Num 1º momento, século XVIII, foi construído um bloco linear, com estrutura autoportante de pedra. No desnível do terreno, os espaços entre os alicerces foram aproveitados como porões, inicialmente usados como senzala. As paredes têm espessura aproximada de 70 cm. A ala (lado menor do “L”), construída no século XIX, em estrutura autônoma de madeira com vedação Em pau-a-pique, como um acréscimo,*

*foi usada para hospedagem. Este bloco possui um avarandado em balanço, sustentado por b arrotos de madeira, recuperado na intervenção dos anos 80”. (IEPHA, 2014. P. 223).*

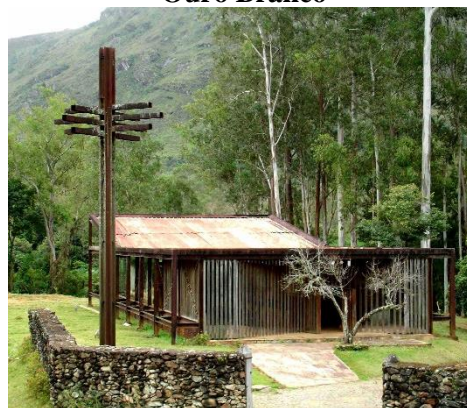
Em 1980, pela necessidade de abrigar imagens sacras de grande valor histórico e artístico que ali existiam, ocorreu a construção da Capela de Santana pelos arquitetos responsáveis pela restauração da casa-sede, que propuseram um projeto com uma edificação contemporânea, de forma a uma distinção visual entre o novo e o antigo. Situada em um platô, a nova edificação conta com planta regular e foi concebida privilegiando as ruínas existentes (de paredes de pedra) que abrigam a capela-mor.

**Figura 11.140 – Casa sede Fazenda Pé-de-morro – Ouro Branco**



Fonte: IEPHA, s/d.

**Figura 11.141 – Capela de Santana – Ouro Branco**



Fonte: IEPHA, s/d.

#### ➤ Bens Culturais Materiais em nível Municipal

Por fim, em nível municipal, ainda está registrada a ocorrência de mais 07 bens materiais culturais tombado, a saber: Antiga Casa Paroquial, Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Casa de Pedra em Itatiaia, Fazendinha 1º de maio, Sobrado Praça Santa Cruz, Acervo de imaginária, alfaias e objetos litúrgicos da Igreja Matriz de Santo Antônio, Acervo de imaginária, alfaias e objetos litúrgicos da Igreja Matriz de Santo Antônio do distrito de Itatiaia.

A antiga Casa Paroquial, tombado pelo decreto municipal nº 3.815/02 se situa no centro de Ouro Branco, e conta seus registros do ano de 1759 – ano que está marcado em pedra na sua porta principal-. Construção térrea e acima do nível da rua, a Antiga Casa Paroquial foi edificada por estrutura de alicerces e porões em pedra, e a vedação feita na parte externa em reboco de barro e na parte interna, em pau-a-pique. A fachada principal apresenta elegantes elementos arquitetônicos como portas e janelas bem demarcadas, cimalha sob beiral e cunhais detalhados em pedra; enquanto a parte interna, conta com a sala principal com pinturas que permitem notar cores vivas, apesar da sujidade.

A Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens foi tombada pelo decreto municipal de nº 2.182/98, e se localiza no centro do município de Ouro Branco. Sem registros definindo, mas datada do século XIX, já há registros de sua existência no ano de 1865. Construção térrea, a Capela apresenta tipologia simples com telhado de duas águas cobertas por telhas coloniais curvas. A fachada frontal é constituída por apenas uma porta principal, de duas folhas almofadadas, óculo envidraçado na porção central, e cimalha revestido com a cor azul. A sineira localiza-se do lado externa à igreja, em sua lateral direita, apoiado em uma estrutura de esteio de madeira e coberto por telhas curvas.

Casa de Pedra em Itatiaia foi tombada pelo decreto municipal de nº 2.180/98. Datada de sua construção ano de 1773, e representa um exemplar de casas urbanas no período colonial mineiro. Elevado do nível da rua, o que chama a atenção é sua estrutura arquitetônica, composta por pedra e argamassa de barro. Antigamente abrigava a Escola Reinado Alves de Brito, sendo que atualmente a casa funciona como espaço público de centro cultural, abrigando biblioteca, oficinas de artesanato e músicas.

Pouco se tem registros acerca da Fazendinha 1º de maio, tombado pelo decreto nº 2.188/98 e que se situa no Bairro 1º de Maio, na Avenida Congonhas. Já em relação ao Sobrado a Praça Santa Cruz, 146, este bem também foi tomado pelo município de Ouro Branco, localizando-se na Praça Santa Cruz.

Já em relação aos bens móveis e integrados, Ouro Branco realizou o tombamento de dois bens: o Acervo de imaginária, alfaias e objetos litúrgicos da Igreja Matriz de Santo Antônio, Acervo de imaginária, alfaias e objetos litúrgicos da Igreja Matriz de Santo Antônio do distrito de Itatiaia. O Acervo de imaginária, alfaias e objetos litúrgicos da Igreja Matriz de Santo Antônio é tombado em diferentes anos, a partir da importância do acervo para população de Ouro Branco. O Acervo de imaginária, alfaias e objetos litúrgicos da Igreja de Santo Antônio do distrito de Itatiaia foi tombado em distintos anos, a partir dos decretos municipais de nº 2.790/1999, Decreto nº 2.791/1999, Decreto nº 3.246/2000.

#### ➤ Bens Culturais Inventariados

Além dos bens tombados, verifica-se a ocorrência de 146 bens culturais materiais inventariados pela Prefeitura Municipal de Ouro Branco. O quadro a seguir traz uma sistematização da categoria e quantidade de bens culturais materiais inventariados do município.



**Quadro 11.28 - Bens Culturais Materiais Inventariados no município de Ouro Branco**

<b>ÁREA I – SEÃO A- NÚCLEO HISTÓRICO</b>	
28 bens culturais	Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas
46 bens culturais	Bens Móveis e Integrados
<b>ÁREA I – SEÃO B</b>	
01 bem cultural	Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas
<b>ÁREA II (RURAL – SEÇÃO A – ITATIAIA)</b>	
02 bens culturais	Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas
29 bens culturais	Bens Móveis e Integrados
<b>ÁREA II (RURAL) – SEÇÃO B</b>	
02 bens culturais	Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas
02 bens culturais	Bens Móveis e Integrados
<b>ÁREA II (RURAL) – SEÇÃO C</b>	
10 bens culturais	Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas
13 bens culturais	Bens Móveis e Integrados
04 bens culturais	Conjunto Paisagístico
<b>ÁREA II (RURAL) – SEÇÃO D</b>	
05 bens culturais	Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas
04 bens culturais	Bens Móveis e Integrados

Fonte: CERN, 2022.

**➤ Patrimônio Imaterial**

O município de Ouro Branco abriga quatro bens culturais imateriais registrados no município, entre eles Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre de Capoeira, além das Violas de Minas.

**➤ Bens Culturais Imateriais em nível Federal**

O município possuiu a Associação de Cultura Afro-brasileira de Ouro Branco, comandada pelo Contra-Mestre Anderson Wanderson.

*Associação de Cultura Afro-brasileira de Ouro Branco*

As informações sobre a Associação de Cultura Afro-brasileira de Ouro Branco foram passadas pelo Contra-Mestre do grupo Anderson Wanderson. O Grupo foi fundado em 2000, mas tornou-se Associação em 2009. Os tipos de capoeira praticada são: regionais e angola. Atualmente o grupo conta a participação de 20 a 30 integrantes devido a pandemia da Covid-19, entretanto em 2019 havia um total de 200 alunos. O Grupo já formou professores que atuam na associação hoje. Com relação ao recebimento de apoio financeiro, o entrevistado informou que a empresa GERDAU é a única que ajuda a financiar o projeto. No que remete as modificações sofridas pela capoeira o entrevistado destacou que a capoeira regional é contemporânea, então ela está sempre em modificação. Já sobre a importância da manutenção desta tradição, sua difusão e



representatividade o entrevistado ressaltou que a capoeira é a história da resistência brasileira, e fazer com que os jovens se interessem por ela é o principal objetivo e dificuldade.

**Figura 11.142 - Apresentação do Grupo Acafro na praça – Ouro Branco**



**Figura 11.143 - Apresentação do Grupo Acafro na praça – Ouro Branco**



Fonte: Acervo público do Grupo, 2019.

➤ *Bens Culturais Imateriais em nível Estadual*

No município de Ouro Branco foram encontrados dois bens em nível Estadual. Há a Folia de Minas de Viola de Minas, sendo 16 violeiros registrados pelo IEPHA e 01 Folia sendo Folia dos Santos Reis e São Sebastião e Pastorinhas de Ouro Branco.

➤ *Bens Culturais Imateriais Registrados em nível Municipal.*

Há apenas um bem cultural imaterial registrado em nível municipal em Ouro Branco: Cerâmica Saramenha. Segundo a Prefeitura Municipal de Ouro Branco há no município o ceramista Leonardo Ricart dos Santos, que é o único mestre vivo no município.

**Figura 11.144 – Cerâmica Saramenha – Ouro Branco**



Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Branco, disponível: <https://www.ourobranco.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/turismo/27941>.

➤ Bens Culturais Imateriais Inventariados pelo Município

Há 09 bens culturais imateriais inventariados no município de Ouro Branco, como Festa de Santo Antônio, Festa da Batata, Lenda da Guardiã das Chaves da Igreja, Bacalhoda Ouro-branquense, Sociedade Artístico Musical Santo Antônio, Bairro Pioneiro e Siderirgia, Festa de São Geraldo do Povoado de Água Lima e Festa de São Sebastião.

**g) Nível de Vida**

➤ Habitação

A habitação justifica-se como um objeto de análise social por ser um dos principais problemas sociais do país. Uma das particularidades das desigualdades presentes no Brasil remete às condições precárias de moradia de uma grande parcela da população nacional.

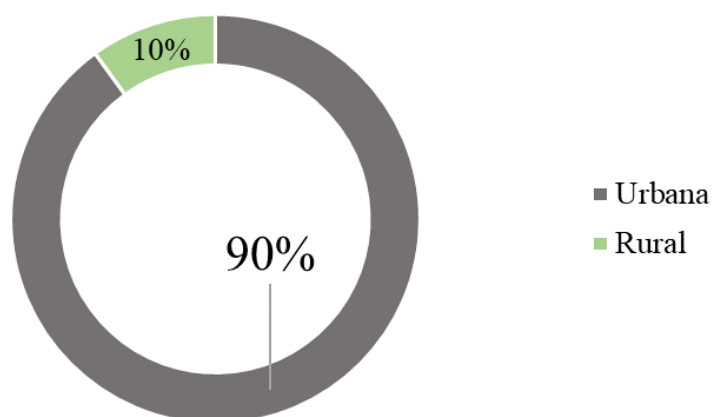
A habitação é um direito social pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal do Brasil. No artigo 25 da Declaração consta que *“toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”* (ONU, 2020).

A Constituição, por sua vez, também preserva este direito ao cidadão quando diz que:

*“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”* (Brasil, 2015).

Em Ouro Branco, dos 10.380 domicílios particulares permanentes registrados em 2010, a maior parte encontrava-se em área urbana, correspondendo a 90% do total, enquanto na área rural encontravam-se os demais 10% dos domicílios, como mostra a figura.

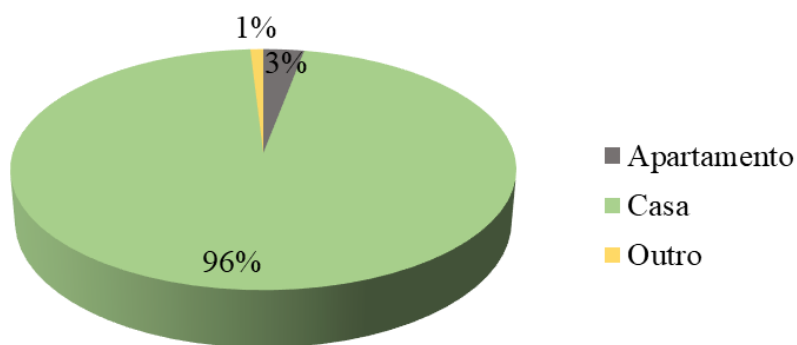
**Figura 11.145 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por situação domiciliar, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

A figura mostra que em Ouro Branco, 3% dos domicílios são apartamentos, 96% são do tipo casa, e 1% são de outros tipos, como por exemplo casas de vila/condomínio ou casa de cômodo/cortiço.

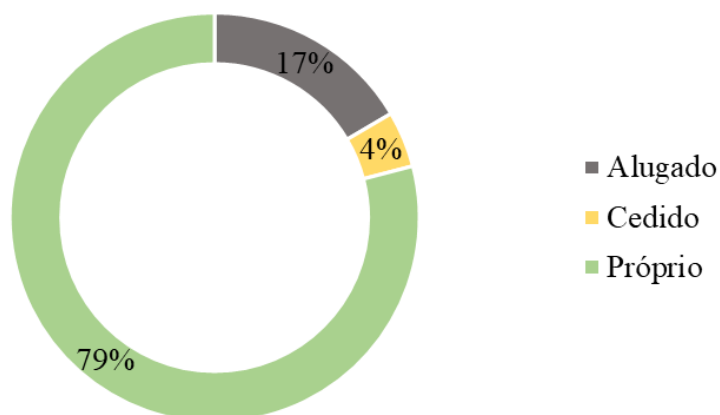
**Figura 11.146 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por tipo, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto à condição de ocupação dos domicílios, 79% eram próprios, 17% eram alugados e 4% eram cedidos, como pode se observar através da figura.

**Figura 11.147 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de ocupação, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, 2010**

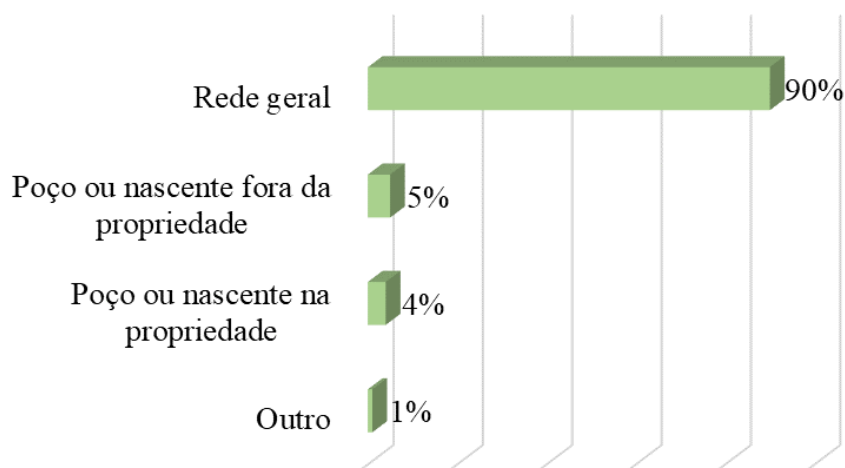


Fonte: IBGE, 2010.

Quanto às questões relacionadas a infraestrutura, dos 10.380 domicílios particulares permanentes no município, apenas 25 não possuíam energia elétrica no ano de 2010, o equivalente a 0,2%.

Em relação ao abastecimento de água, grande parte dos domicílios fazem parte da rede geral de abastecimento, o que corresponde a 90% do total, como mostra a figura. Ainda assim, 5% são abastecidos por poço ou nascente fora da propriedade; 4% captavam água de poço ou nascente na propriedade, e 1% utilizavam outras formas de abastecimento, como por exemplo, armazenamento de água da chuva e carro-pipa.

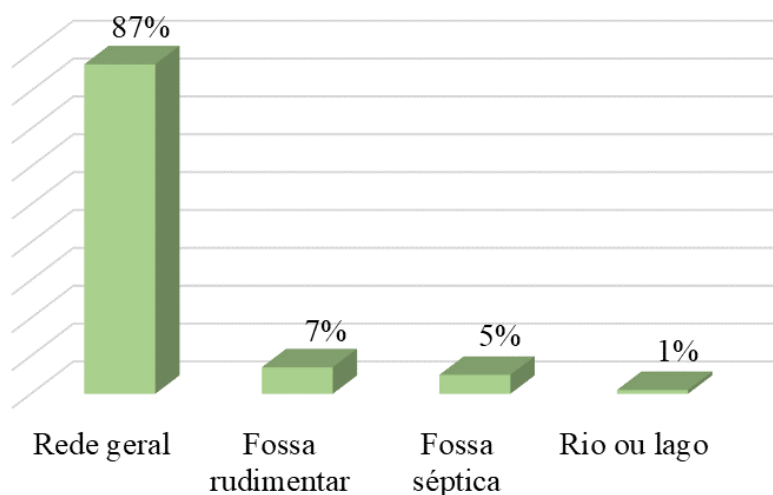
**Figura 11.148 - Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por abastecimento de água, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Não são todos os domicílios de Ouro Branco que contam com sistema de esgotamento via rede geral, além desta forma, a figura mostra que 7% possuem fossa rudimentar, 5% possuem fossa séptica e 1% descartam os efluentes em rio ou lago.

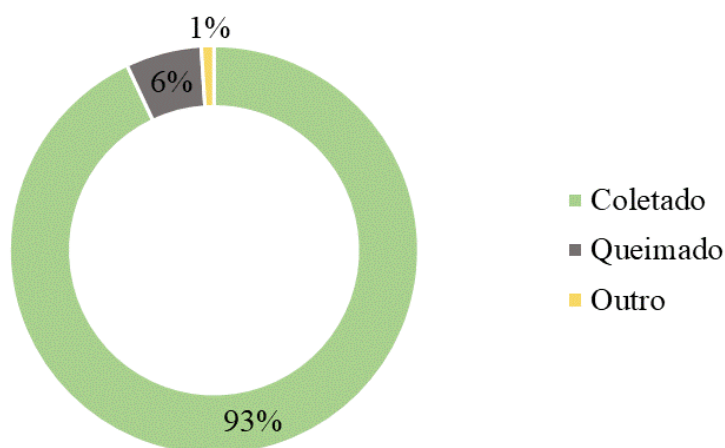
**Figura 11.149 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de esgotamento sanitário no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Grande parte do lixo produzido pela população de Ouro Branco é recolhido e levado para local apropriado para descarte, além disso, a figura mostra que 6% dos domicílios queimam os resíduos e 1% utilizam outras formas de descarte, como por exemplo, enterrar ou jogar em terreno baldio.

**Figura 11.150 – Distribuição percentual dos domicílios particulares permanentes por condição de destinação do lixo no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010**



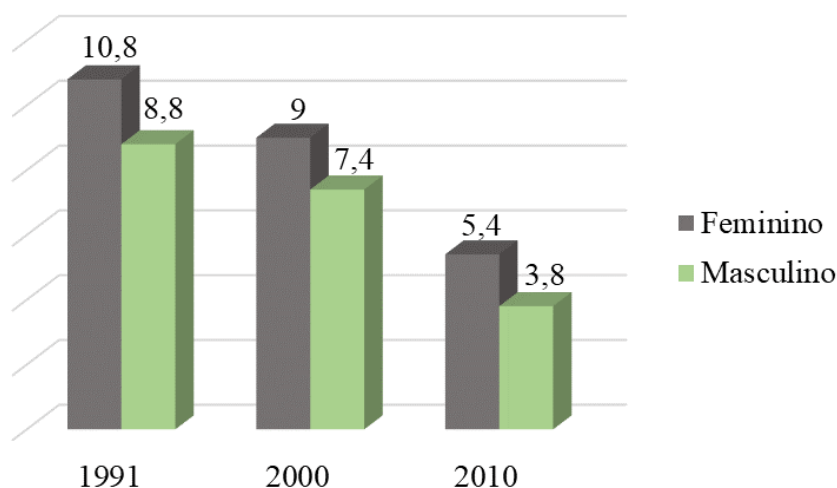
Fonte: IBGE, 2010.

➤ Educação

A educação é o processo de formação e ensino/aprendizagem do ser humano de modo que ele possa se integrar na sociedade. Deste modo, a educação é uma prática social presente em espaços e períodos da vida social e é objeto de políticas públicas.

A taxa de analfabetismo, segundo o IBGE, se refere à participação das pessoas analfabetas em relação ao total de pessoas do mesmo grupo. Em Ouro Branco, nos anos analisados (1991; 2000 e 2010) a taxa de pessoas do sexo feminino foi maior que a taxa de pessoas do sexo masculino. A figura mostra que em 1991, a taxa de analfabetismo de pessoas do sexo feminino foi de 10,8; enquanto a de pessoas do sexo masculino foi de 8,8. Em 2000, houve queda da taxa de ambos os sexos, a taxa feminina foi para 9 e a masculina passou a ser de 7,4. Em 2010, ambas as taxas continuaram a apresentar queda em relação ao período anterior, a taxa de pessoas analfabetas do sexo feminino foi de 5,4; e a taxa de pessoas analfabetas do sexo masculino foi de 3,8.

**Figura 11.151 - Evolução da taxa de analfabetismo no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2000 e 2010**



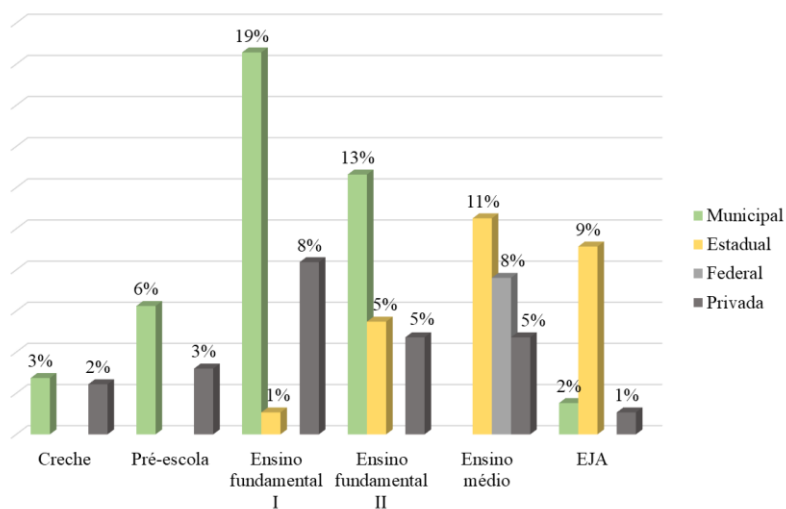
Fonte: DATASUS, 2010.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2021, Ouro Branco contava com 496 cargos de docência preenchidos, dos quais 377 (76%) atuavam na rede pública de ensino estadual e/ou municipal.

A maior parte dos docentes leciona para o Ensino Fundamental, com 28% nos anos iniciais e 23% nos anos finais do ensino fundamental; 24% lecionam em turmas do ensino médio, 12% para turmas do EJA, 9% nas pré-escolas e 5% nas creches; como mostra a figura.



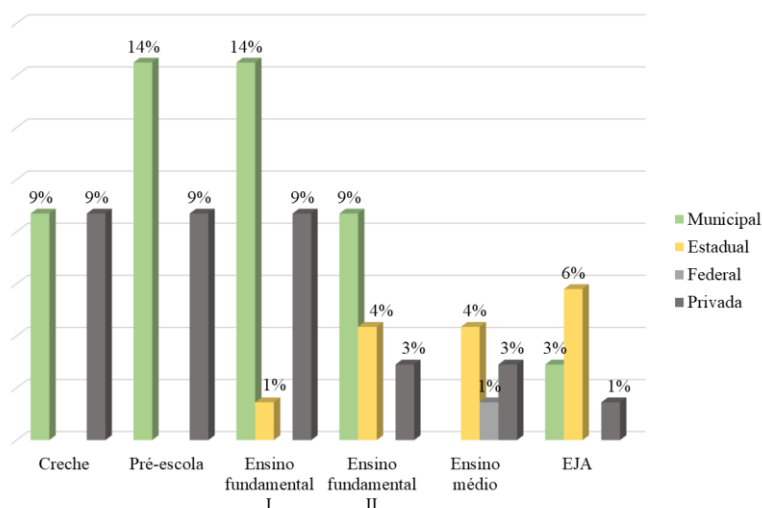
Figura 11.152 - Situação dos docentes no município de Ouro Branco-MG, em 2021



Fonte: INEP, 2021.

Ainda de acordo com dados do INEP, em 2021, havia 34 estabelecimentos de educação no município de Ouro Branco, sendo 22 (66%) públicos em nível municipal, estadual ou federal. A maior parte dos estabelecimentos de educação do município oferecem turmas de ensino fundamental, seguido dos níveis infantis de ensino, como a pré-escola e as creches, como pode ser observado na figura.

Figura 11.153 - Situação dos estabelecimentos de ensino no município de Ouro Branco-MG, em 2021

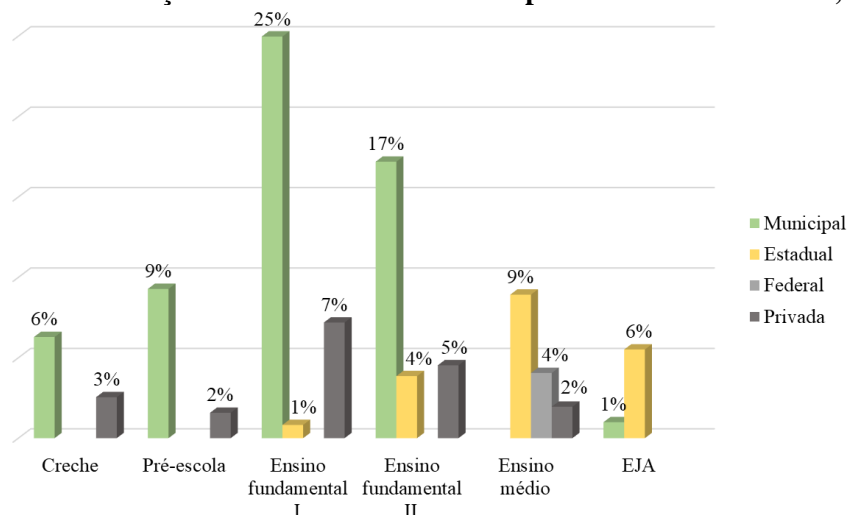


Fonte: INEP, 2021.

Foi observado que em 2021, das 8.975 matrículas de alunos nas escolas do município, 7.270, que é equivalente a 81% do total, são de matrículas no sistema público de educação.

A maior parte das matrículas estavam concentradas nos níveis I e II do ensino fundamental, seguido de matrículas para o ensino médio, pré-escola, EJA e creches, respectivamente; a figura mostra o percentual de matrículas realizadas em cada nível de ensino no município.

**Figura 11.154 - Situação das matrículas no município de Ouro Branco-MG, em 2021**



Fonte: INEP, 2021.

### ➤ Saúde

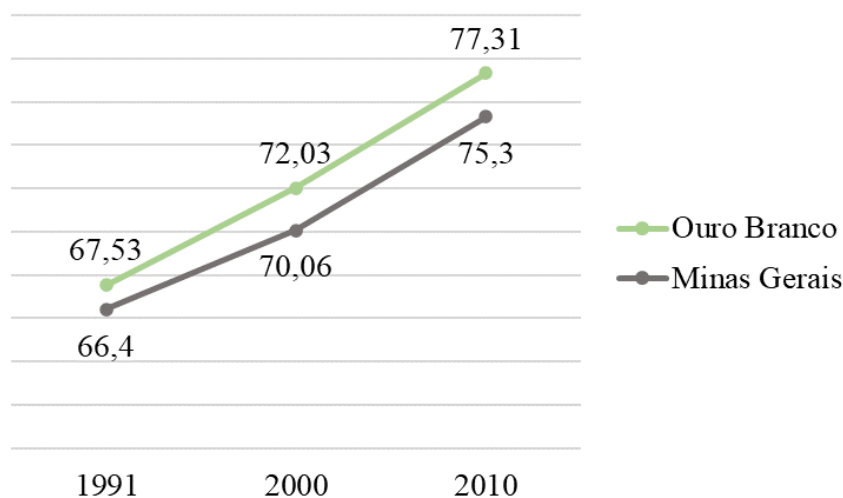
A saúde pública promove a melhoria e bem-estar de uma determinada população. É um direito do homem. O poder público deve oferecer as condições necessárias para que a saúde seja oferecida com qualidade, tais como oferta de leitos, medicamentos e serviços de atendimento básico à saúde.

Um dos indicadores da área da saúde, é a esperança de vida ao nascer, que pode ser compreendida, de modo geral, como o número médio de anos que uma pessoa viverá a partir do seu nascimento. Ela expressa a longevidade da população, e seu crescimento indica uma população com qualidade de vida.

Em Ouro Branco, no ano de 1991 a expectativa de vida da população era de 67,53 anos, subindo para 72,03 anos em 2000. Em 2010 a esperança de vida ao nascer da população alcançou 77,31 anos de idade.

Este indicador é superior aos resultados obtidos em Minas Gerais no mesmo período de análise. No estado, a esperança de vida ao nascer era de 66,4 anos no ano de 1991; saltando para 70,06 em 2000, e 75,3 em 2010; como mostra a figura.

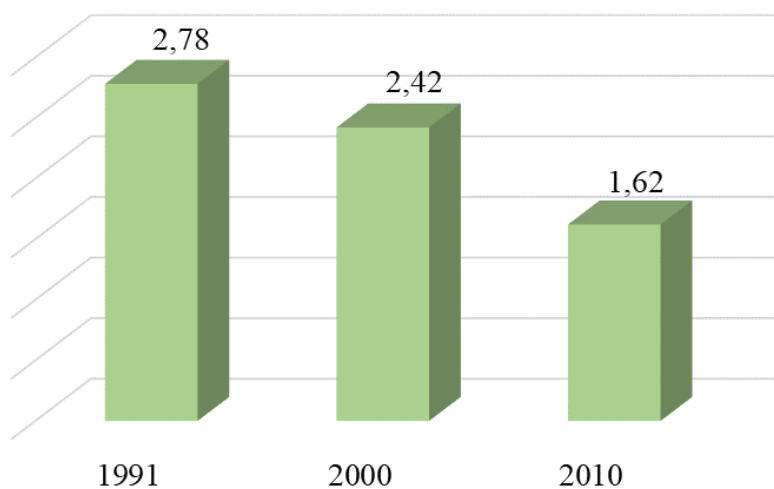
**Figura 11.155 - Evolução da esperança de vida ao nascer no município de Ouro Branco-MG, em anos de vida, em 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A taxa de fecundidade é compreendida como o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por cada mulher ao final do seu período reprodutivo em um determinado território. No município de Ouro Branco, a taxa de fecundidade tem diminuído nas últimas três décadas. Este indicador que era de 2,78 filhos por mulher em 1991, caiu para 2,42 em 2000, se manteve em queda em 2010, quando correspondeu a 1,62. Esta evolução descendente pode ser explicada pelas mudanças culturais caracterizadas pela opção em se ter menos filhos, atribuídas aos elevados custos de vida, maior participação da mulher no mercado de trabalho e disseminação dos métodos contraceptivos.

**Figura 11.156 - Evolução da taxa de fecundidade do município de Ouro Branco-MG, em anos de vida, em 1991, 2000 e 2010**

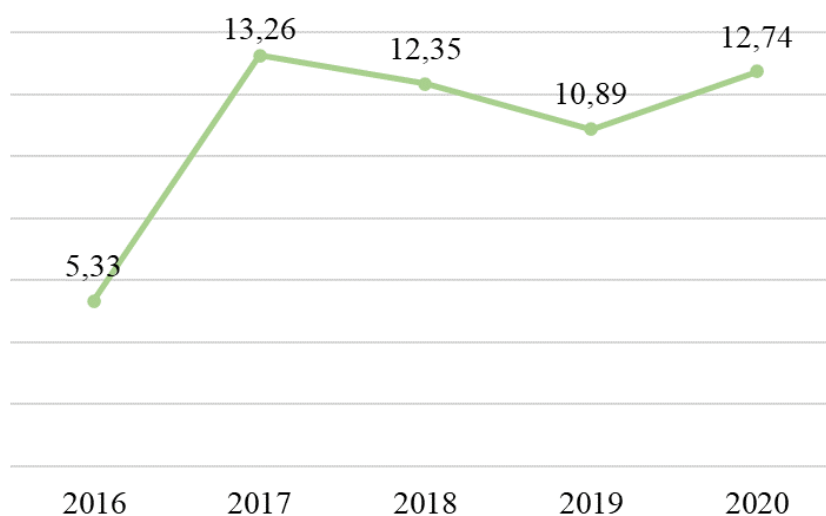


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

A taxa de mortalidade infantil é uma variável que contempla o número de crianças que morrem no primeiro ano de vida por cada mil crianças nascidas durante um ano em um determinado espaço geográfico.

No município de Ouro Branco, entre os anos de 2016 e 2020, a figura mostra que o pico da taxa de mortalidade infantil ocorreu em 2017, quando a taxa registrada foi de 13,26; 149% a mais quando comparada ao ano anterior. Após essa crescente, a taxa caiu para 12,35 em 2018 e 10,89 em 2019; no ano de 2020, foi registrado aumento de 17%, quando fora registrado 12,74 de taxa.

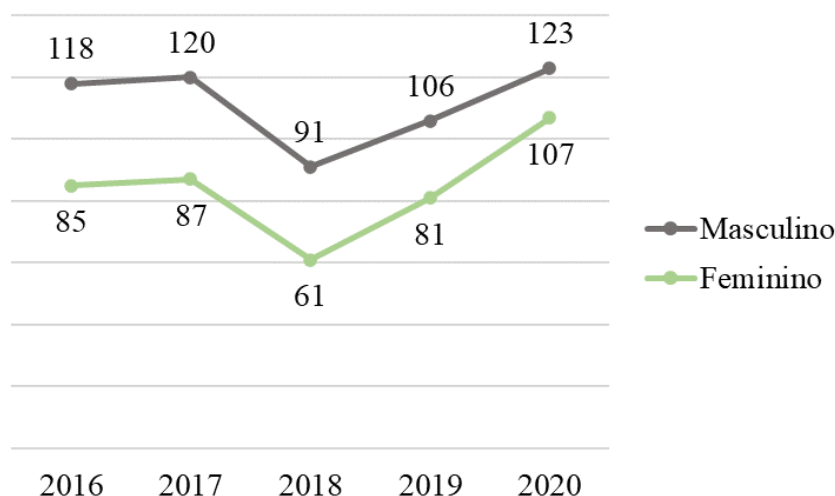
**Figura 11.157 - Evolução da taxa de mortalidade infantil no município de Ouro Branco-MG, entre 2016 e 2020**



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2020.

A morbidade é uma variável que mede o conjunto de indivíduos dentro de uma mesma população que adquirem doenças num dado local e intervalo de tempo. Esta variável é importante porque é capaz de mostrar o comportamento das enfermidades e das lesões à saúde na população e até mesmo buscar possíveis soluções futuras, auxiliando assim com aspectos da administração pública no melhor atendimento ao povo.

Em Ouro Branco, a morbidade por sexo entre 2016 e 2020, mostra que o número de óbitos entre pessoas do sexo masculino foi maior em todos os anos analisados, atingindo o maior valor em 2020, quando foram registrados 123 óbitos em pessoas do sexo masculino e 107 óbitos em pessoas do sexo feminino, como mostra a figura.

**Figura 11.158 - Evolução da morbidade por sexo no município de Ouro Branco-MG, em óbitos, entre 2016 e 2020**

Fonte: IBGE, 2020.

As principais doenças causadoras de morbidade em Ouro Branco se referem a doenças do aparelho circulatório e dos neoplasmas (tumores) como pode ser conferido no quadro de ocorrências de morbidade por doenças no município nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Registra-se que no período analisado, algumas doenças apresentaram crescimento contínuo com variação da intensidade deste crescimento, as doenças assim observadas foram: Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários (0, 1 e 2), doenças do aparelho genuritário (3, 10 e 16), causas externas de morbidade e mortalidade (16, 19 e 22). As demais causas de morbidade não citadas apresentaram oscilações crescentes e decrescentes ao longo do período.

**Quadro 11.29 - Evolução da morbidade por doença no município de Ouro Branco-MG, em óbitos, entre 2018 e 2020**

Causa	2018	2019	2020
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7	1	17
Neoplasmas (Tumores)	26	28	33
Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	-	1	2
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	8	23	22
Transtornos mentais e comportamentais	4	7	3
Doenças do sistema nervoso	8	7	9
Doenças do aparelho circulatório	36	43	57
Doenças do aparelho respiratório	27	23	27
Doenças do aparelho digestivo	4	7	4
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	-	2	-
Doenças do aparelho geniturinário	3	10	16

Gravidez, parto e puerpério	-	-	1
Algumas afecções originadas no período perinatal	3	4	4
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	2	4	2
Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	8	8	9
Causas externas de morbidade e mortalidade	16	19	22

Fonte: IBGE, 2020.

Segundo dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, em agosto de 2022, havia 110 estabelecimentos de saúde pública no município de Ouro Branco. Destes estabelecimentos, 62% eram consultórios, 20% eram clínicas especializadas/ambulatórios especializados, e 9% eram centros de saúde/unidade básica de saúde; o quadro mostra a relação de todos os tipos de estabelecimentos de saúde pública no município de Ouro Branco, com seus respectivos números absolutos e percentuais.

O quociente entre o número de unidades de atendimento à saúde e a área do município chega-se ao resultado de 01 unidade a cada 2,35km<sup>2</sup> o que pode sugerir uma abrangência satisfatória com relação a atenção médica a saúde.

**Quadro 11.30 - Relação de estabelecimentos da rede pública de saúde no município de Ouro Branco-MG**

Estabelecimento	Número Absoluto	%
Centro de Atenção Psicossocial-CAPS	1	1%
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	10	9%
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	22	20%
Consultório	69	62%
Hospital Geral	2	2%
Secretaria de Saúde	1	1%
Unidade de atenção em regime residencial	1	1%
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	3	3%
Unidade móvel de nível pré-hospitalar urgência/emergência	1	1%
Total	110	100%

Fonte: DATASUS, 2022.

Com relação aos profissionais que atuam no município, em agosto de 2022, havia 255 profissionais de curso superior ligados à saúde, dentre os quais, apenas 34% atendem pelo SUS. A relação de profissionais de curso superior ligados à saúde em Ouro Branco é apresentada no quadro abaixo:



**Quadro 11.31 – Relação de profissionais de curso superior ligados à saúde no município de Ouro Branco-MG**

Ocupação de Nível Superior	Atende no SUS	Não atende no SUS	Total
Assistente Social	4	1	5
Farmacêutico	1	1	2
Cirurgião Geral	-	2	2
Clínico Geral	6	8	14
Enfermeiro	33	57	90
Fisioterapeuta	3	14	17
Fonoaudiólogo	2	5	7
Médico de família	10	-	10
Nutricionista	3	7	10
Odontólogo	11	28	39
Pediatra	-	2	2
Psicólogo	8	22	30
Psiquiatra	1	3	4
Médico Acupunturista	-	1	1
Médico Cardiologista	-	7	7
Médico do trabalho	-	1	1
Médico gastroenterologista	-	1	1
Médico homeopata	-	1	1
Médico nefrologista	-	2	2
Médico nutrologista	-	1	1
Médico pneumologista	-	1	1
Psicanalista	-	1	1
Terapeuta ocupacional	5	2	7

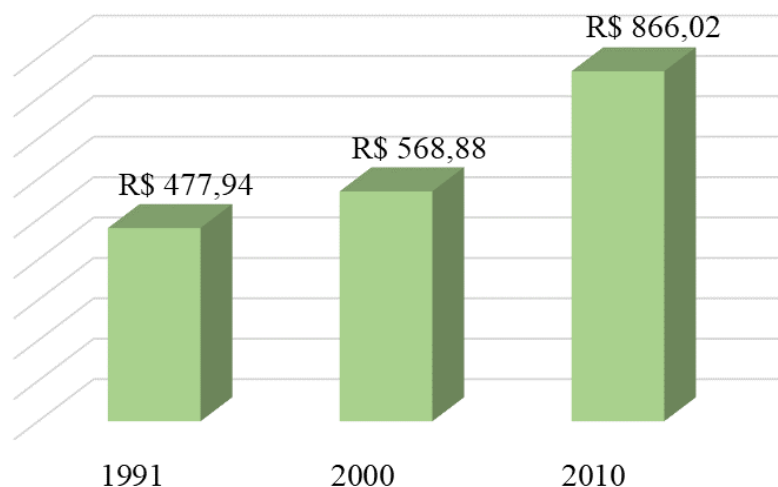
Fonte: DATASUS, 2022.

➤ Índice de Desenvolvimento Humano - (IDH)

A renda per capita é um indicador que ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico de uma localidade. Ela é obtida mediante a divisão da renda do município, por exemplo, pelo número de habitantes que ele possui.

A evolução da renda per capita do município de Ouro Branco entre 1991 e 2010 mostra sua ascensão. Em 1991, a renda per capita do município era de R\$477,94; ao passo que em 2000 este valor subiu para R\$568,88. Em 2010, a renda per capita do município cresceu ainda mais, chegando a R\$866,02. Em conformidade com o crescimento do IDHM e diminuição da pobreza.

Figura 11.159 - Evolução da renda per capita no município de Ouro Branco, em Reais, nos anos de 1991, 2000 e 2010



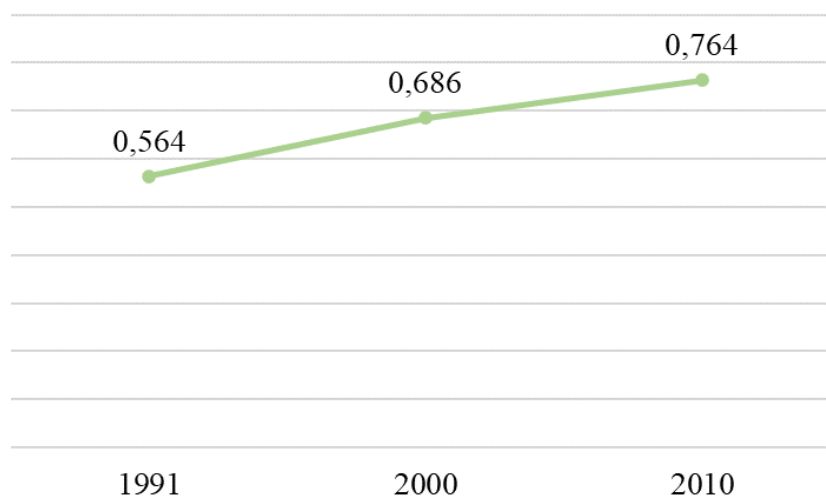
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano IDH é uma medida criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que serve de comparação entre os países para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma determinada população.

O IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total), de modo que quanto mais próximo o índice estiver de 1, mais desenvolvido será o país, estado ou município.

No cálculo do IDH são considerados fatores tais como educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita.

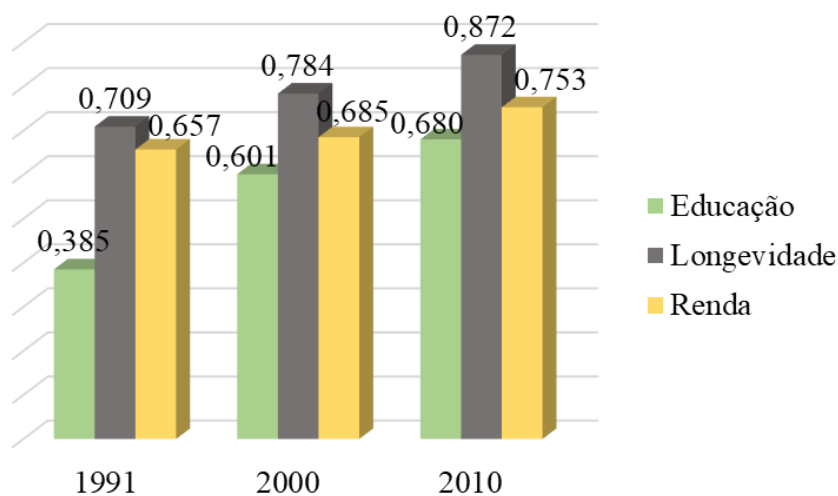
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Ouro Branco foi de 0,764, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Em 1991, esse índice do município era de 0,564; e em 2000, subiu para 0,686; como mostra a figura a seguir.

**Figura 11.160 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do município de Ouro Branco, nos anos de 1991, 2000 e 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

Com relação a participação das três categorias analisadas para o índice nota-se que ao longo dos três períodos observados a longevidade se perpetua como a de maior contribuição sendo 0,709; 0,784 e 0,872 respectivamente.

Em contrapartida a educação sempre teve menor participação, sendo sua evolução 0,385; 0,601 e 0,680, destaca-se que esta categoria também foi a que possuiu maior crescimento dentre as três observadas. Por fim a renda que tinha índice de 0,657 em 1991 passou para 0,685 e 0,753 em 2000 e 2010, respectivamente; a representação gráfica dos dados está contida na figura 11.161.

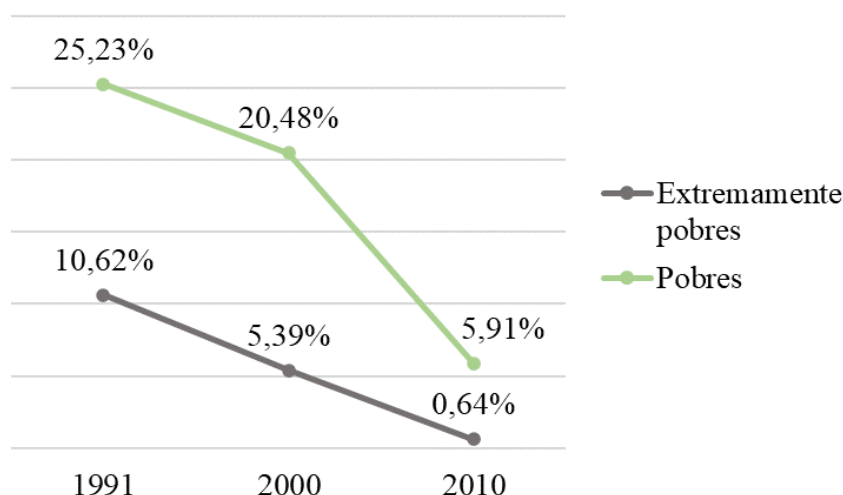
**Figura 11.161 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano por variável do município de Ouro Branco, nos anos de 1991, 2000 e 2010**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

Outro aspecto de relevância para o retrato social do município diz respeito a desigualdade social e a pobreza que atingem muitos países, principalmente aqueles pouco desenvolvidos. O conceito de pobreza extrema é caracterizado pela população com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA).

A pobreza absoluta, por sua vez, se refere àquele que recebe até 1/2 salário mínimo ao mês. Em Ouro Branco, percebe-se, nas décadas em análise, um decréscimo da pobreza, de modo geral. Em 1991, a pobreza extrema atingia 10,62% da população de Ouro Branco. Esse percentual caiu para 5,39% no ano 2000, e passou a ser de 0,64% da população em 2010. O mesmo ocorreu com a evolução da pobreza, que em 1991 correspondia a 25,23% da população, caindo para 20,48% em 2000, e chegando a 5,91% em 2010, como mostra a figura a seguir.

**Figura 11.162 - Evolução percentual da pobreza na população do município de Ouro Branco-MG, nos anos de 1991, 2000 e 2010**

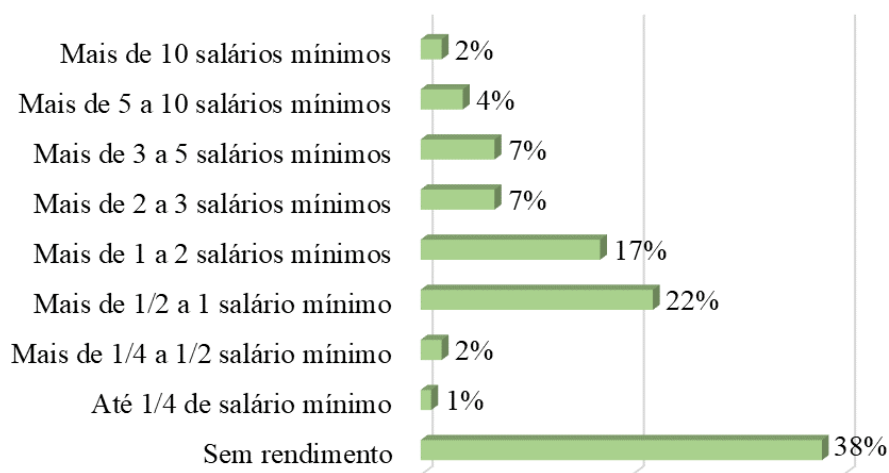


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010.

Em 2010, as classes de rendimento da população de Ouro Branco com 10 anos de idade ou mais, referente a 30.566 pessoas, em salário mínimo apontam para um predomínio da classe sem rendimento, relativo a 38% desta população. Seguido de pessoas que tinham rendimento de mais de 1/2 a 1 salário mínimo, correspondente a 22% e de pessoas que possuíam entre 1 e 2 salários, com percentual de 17%. A figura mostra o percentual de cada classe de salários da população de Ouro Branco.

Com relação ao Índice de Gini, utilizado para medir o grau de concentração de renda de um território, o município de Ouro Branco possuía índice de 0,52 no ano de 2010, contudo, encontra-se abaixo da média nacional para 2010 que foi de 0,53.

**Figura 11.163 – Distribuição percentual da população em classes de rendimento, por salário mínimo, no município de Ouro Branco, Minas Gerais, em 2010**

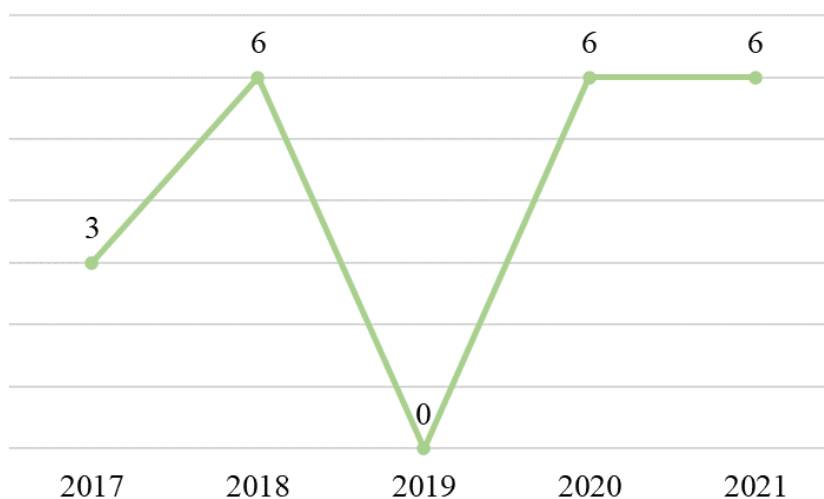


Fonte: IBGE, 2010.

➤ Segurança Pública

Segundo dados obtidos na SEJUSP<sup>24</sup> (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), nos últimos 5 anos, 2019 foi o único ano em que não houve nenhum registro, em 2018, 2020 e 2021 o número de casos foi o mesmo, com 6 ocorrências, como mostra a figura.

**Figura 11.164 - Vítimas de Homicídio Consumado em Ouro Branco-MG**

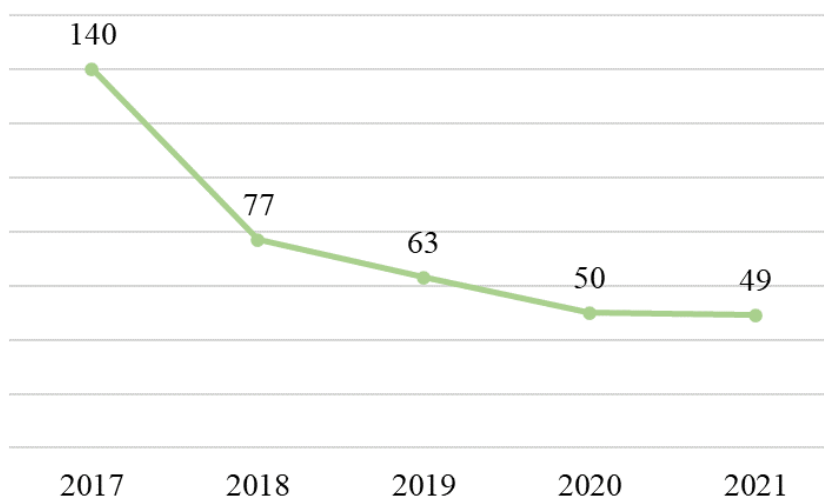


Fonte: SEJUSP, 2021.

<sup>24</sup> SEJUSP (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública). Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/2018-08-22-13-39-06/dados-abertos>. Acesso: 16 set. 2022.

Quanto a ocorrência de crimes violentos, percebe-se uma queda consecutiva nos últimos 5 anos, conforme apresenta a figura, sugerindo a efetividade de ações decisórias do poder público referentes a segurança. O maior salto de queda foi entre 2017 e 2018, quando o número de casos caiu de 140 para 77.

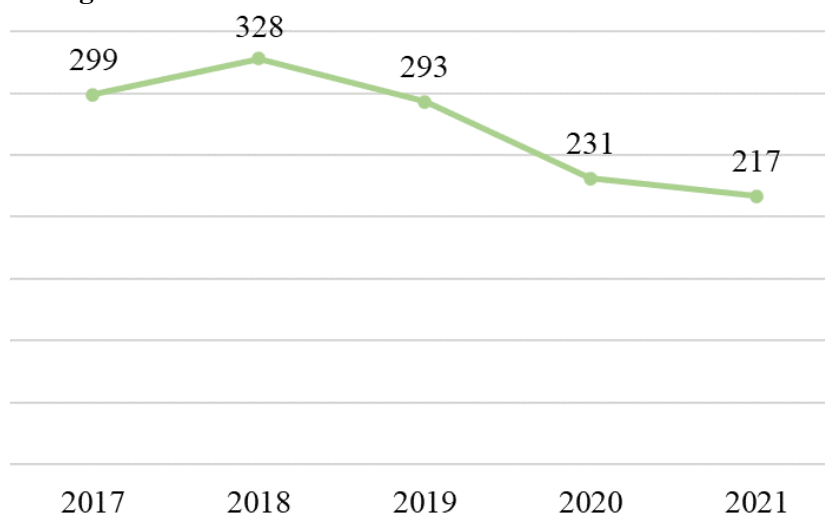
**Figura 11.165 - Crimes violentos em Ouro Branco-MG**



Fonte: SEJUSP, 2021.

Em relação a ocorrência de furtos, no período analisado (entre 2017 e 2021) o pico de casos ocorreu em 2018, quando foram registrados 328 ocorrências, após esse pico os registros apresentaram queda a cada ano, como pode ser observado na figura.

**Figura 11.166 - Ocorrência de Furtos em Ouro Branco-MG**

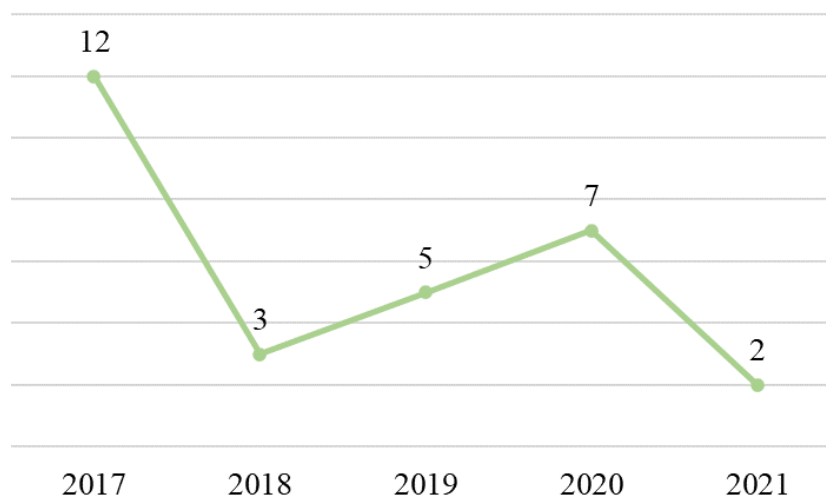


Fonte: SEJUSP, 2021.



Em relação a ocorrência de roubos, a figura ilustra o quanto variou o número de ocorrências dos últimos 5 anos. O ano de 2021 foi o com menor número de casos, enquanto o de 2017, o com mais ocorrências.

**Figura 11.167 - Ocorrência de roubo em Ouro Branco-MG**

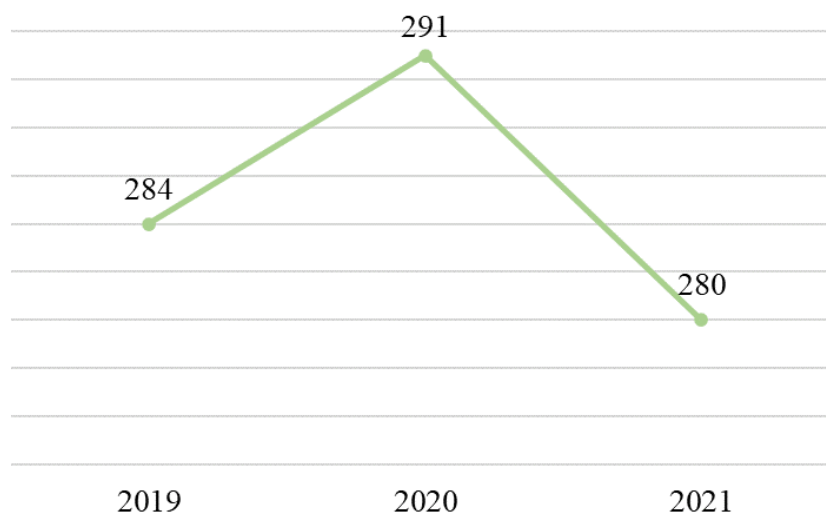


Fonte: SEJUSP, 2021.

O número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, foi o tipo de crime com maior ocorrência no município de Ouro Branco em 2021, com 280 registros. A figura mostra que em 2019 houve 284 casos e aumentou para 291 em 2020.

Este crescimento pode ser ocasionado em função das medidas de confinamento e limitação de circulação de pessoas durante a pandemia do COVID-19, este aspecto possui outras evidências apontadas por Andrade e Souza (2021).

**Figura 11.168 – Violência doméstica e familiar contra a mulher Ouro Branco-MG**



Fonte: SEJUSP, 2021.

Segundo informações junto à Prefeitura Municipal, existem em Ouro Branco as seguintes instituições relacionadas a segurança pública, listadas no quadro.

**Quadro 11.32 - Instituições ligadas a Segurança Pública no município de Ouro Branco-MG**

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO
PM-MG	Rua Geraldo Rita, 50, Ouro Branco	(31) 3741-6596
Delegacia de Polícia de Ouro Branco	Avenida Raymundo Campos, 570, Ouro Branco	(31) 3741-1242

Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Branco, 2022.

➤ Transporte

Juntamente com o crescimento populacional de um município deve haver um crescimento e melhoramento dos serviços de transporte e acessibilidade para seus habitantes, fazendo com que a cidade cresça de maneira dinâmica e organizada. O município de Ouro Branco conta com um transporte predominantemente rodoviário, dando-lhes acessibilidades a outros municípios. Saindo da capital mineira, o trajeto para Ouro Branco é via BR-356 e BR-040, saindo de Conselheiro Lafaiete a rodovia que dá acesso é a MG-129.

O Plano Diretor do município contém um tópico exclusivo sobre Mobilidade Municipal, que fica na Seção VI, nele consta os seguintes artigos:

Art. 61. O Município, respeitada a legislação federal e estadual deve planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviço público ou de utilidade pública relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário, por meio do Sistema de Mobilidade Municipal.

Parágrafo Único. Os serviços a que se refere o artigo, incluído o de transporte escolar, serão prestados diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização nos termos da lei.

Art. 63. O Município elaborará Lei de Trânsito e Transporte para disciplinar a organização, o funcionamento e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário.

Parágrafo Único. A Lei de Trânsito e Transporte do Município deverá incorporar as seguintes diretrizes:

I – Sistema viário do município composto por:

- a) vias de trânsito rápido: aquelas caracterizadas por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível;
- b) vias arteriais: aquelas caracterizadas por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;
- c) vias coletoras: aquelas destinadas a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade;
- d) vias locais: aquelas caracterizadas por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas;
- e) vias rurais: compreendidas as estradas e rodovias.

I – eliminação dos pontos de conflito de trânsito;

II – elaboração de plano de sinalização semafórica e horizontal;

III – disciplina do tráfego de veículos de carga, reduzindo seus efeitos na fluidez do tráfego e retirada do tráfego de passagem da área central.

IV – organização, funcionamento e fiscalização dos serviços de transporte coletivo, táxi e transporte escolar;

V – manutenção de linhas, inclusive noturnas, de transporte coletivo, racionalmente distribuídas, com itinerários específicos e que atendam a todas as regiões da área urbana;

VI – forma, metodologia, mecanismo de definição do valor da tarifa;

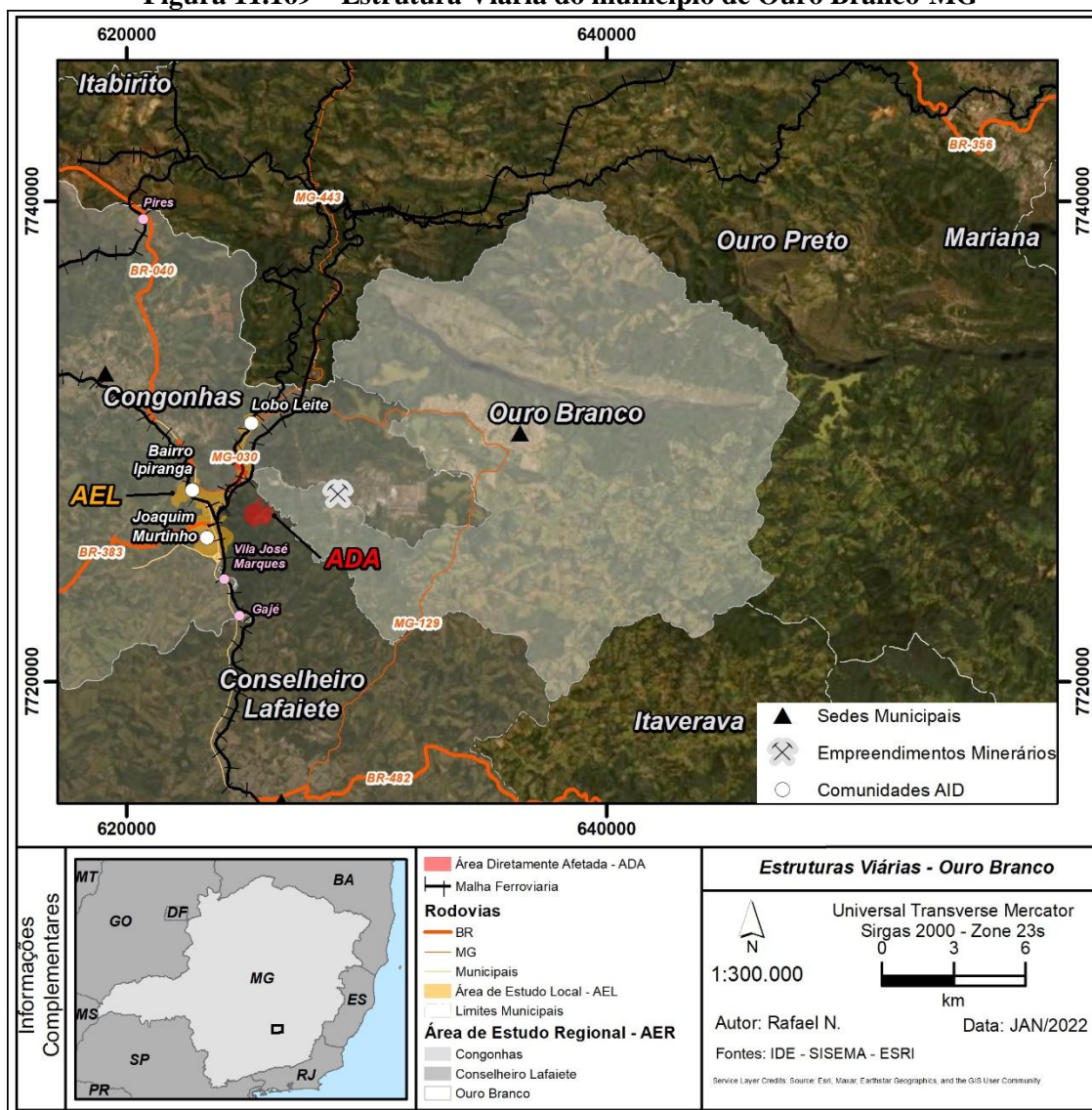
VII – contratos de concessão com vigência não superior a cinco anos, renovável, nos termos do edital de concorrência.

VIII – avaliação, mediante estudos sobre a demanda, das propostas de:

- a) instalação de radares de controle de velocidade em pontos de conflito;
- b) criação de estacionamento rotativo para veículos automotores.

A figura mostra a estrutura viária do município de Ouro Branco.

Figura 11.169 – Estrutura Viária do município de Ouro Branco-MG



Fonte: CERN, 2022.

Ouro Branco possui um terminal rodoviário, com ônibus diários para a capital mineira, além de outras linhas intermunicipais e interestaduais. No transporte público, a empresa Turin é a responsável para fazer o deslocamento dos passageiros, de acordo com o site oficial da empresa<sup>25</sup>, há 5 linhas circulando no município, são elas:

- Circular 02
- São Francisco
- Luzia Augusta x Siderurgia
- Siderurgia x Luzia Augusta

<sup>25</sup> Disponível em: < <http://turintransportes.com.br/horarios-ouro-branco/>>. Acesso em: 21/09/2022.

- Ouro Branco x UFSJ

➤ Lazer, turismo e cultura

A cidade de Ouro Branco está localizada na região Central de Minas Gerais e é considerada uma das povoações mais antigas do estado, segundo consta na seção Turismo, no portal da Prefeitura<sup>26</sup>; a cidade guarda bens históricos, como a Igreja Matriz de Santo Antônio de Ouro Branco. A construção de 1717 foi concluída, provavelmente, em 1779. A diferença de 62 anos é justificável, visto que as obras em igrejas de certa importância, nos tempos coloniais, duravam anos. Dentre outros atrativos históricos, além de fazer parte do Caminho Estrada Real, a cidade conta com:

- Igreja Matriz de Santo Antônio (no distrito Itatiaia), que foi uma das primeiras igrejas construídas na região, com data do começo do século XVIII.
- Os casarões históricos do século XVIII, feitos de pau-a-pique e pedras, com arquitetura colonial.
- Fazenda Carreiras, casa situada no Distrito de Carreiras, às margens da Estrada Real, é tombada pelo IEPHA e foi local de pagamento do Quinto (Imposto da Coroa Portuguesa) e pouso dos tropeiros. Recebe o nome popular de Casa de Tiradentes, mas ainda não houve uma comprovação histórica da passagem do Mártir da Inconfidência por lá.
- Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens, que é uma singela construção da segunda metade do século XIX. Há registros de sua existência já em 1865. Tanto a parte externa quanto a interna são bastante simples. Seu conjunto arquitetônico e paisagístico foi tombado pelo município em 1997.

---

<sup>26</sup> Disponível em: < <https://www.ourobranco.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/turismo/27941>>. Acesso em: 21/09/2022.

**Figura 11.170–Igreja Matriz de Santo Antônio interditada para restauro, Ouro Branco, Minas Gerais.**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.171– Fachada da Igreja Matriz de Santo Antônio interditada para restauro, Ouro Branco, Minas Gerais.**



Fonte: CERN, 2021.

De atrativos naturais, a cidade conta com as cachoeiras do moinho, da Bela Vista, do distrito de Itatiaia e a cachoeira presente dentro do Parque Estadual da Serra do Ouro Branco, este último que é um importante sítio histórico com inúmeras ruínas da época do Ciclo do Ouro. É uma das serras com maior diversidade florística da Cadeia do Espinhaço, refúgio de várias espécies ameaçadas de extinção, algumas destas ocorrem apenas nesta serra. Também é local de belas cachoeiras e piscinas naturais. É tombada pelo IEPHA como conjunto paisagístico - Decreto 19.530, 07 de novembro de 1.978.

De bens culturais, o município também possui vários atrativos, dos que mais chamam atenção estão:

- Artesanato, a cidade tem um artesanato regional rico e tradicional. Além da pintura e bordado em tecidos, podemos citar também as pinturas em madeiras e quadros, trabalho com palhas e pedra sabão.
- Cerâmica Saramenha, cerâmica desenvolvida na região do Ciclo do Ouro para atender as necessidades da população local. Havia muita demanda e faltava oferta de cerâmica europeia, por isso desenvolveu-se essa cerâmica alternativa que ganhou muita popularidade.
- Festival de inverno, que durante o inverno atrai muitos turistas pelas oficinas e shows.
- Festa da Batata, que atrai turistas de todo o país. Ela acontece no mês de outubro, com shows nacionais e regionais. Além disso, mostra a tradição do cultivo da batata no Município com pratos típicos e a eleição da Rainha da Batata.

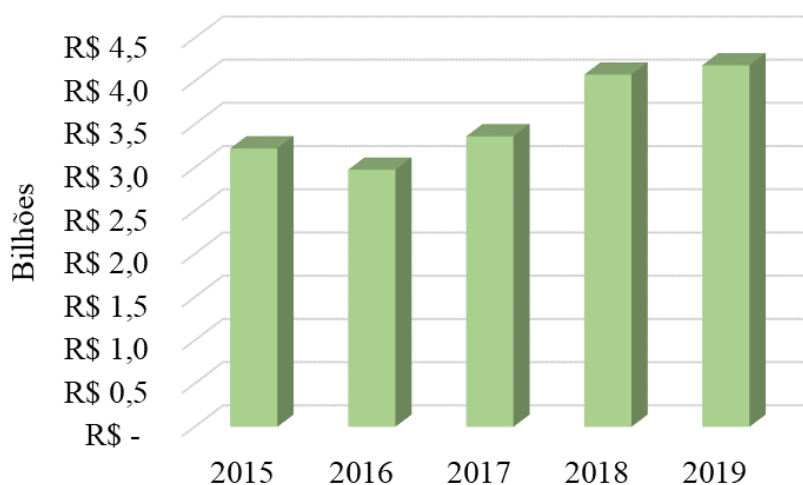


- Tira Gosto Cultural de Itatiaia, festival gastronômico que é um verdadeiro festival de cores e sabores, conta com apresentações musicais, teatro, manifestações tradicionais e muita gastronomia. Tudo isso em um lugar envolto por um cenário muito especial que é verdadeira obra prima da natureza.

#### h) Estrutura Produtiva e de Serviços

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma variável criada para medir o crescimento econômico de um país, uma cidade ou estado a partir do valor do que é produzido em seu interior. Seu cálculo envolve a soma do valor de todos os serviços e bens produzidos em um determinado tempo. Entre 2015 e 2019, o PIB de Ouro Branco registrou queda apenas em 2016, quando foram registrados R\$2.974.420.780,00; queda percentual de 7% quando comparado ao valor registrado no ano anterior. Após esta queda, o município registrou crescimento a cada ano, atingindo pico em 2019, quando foram registrados R\$4.182.641.260,00. A figura mostra a evolução do PIB municipal no período analisado.

**Figura 11.172 - Evolução do PIB no município de Ouro Branco-MG, entre 2015 e 2019**



Fonte: IBGE, 2019.

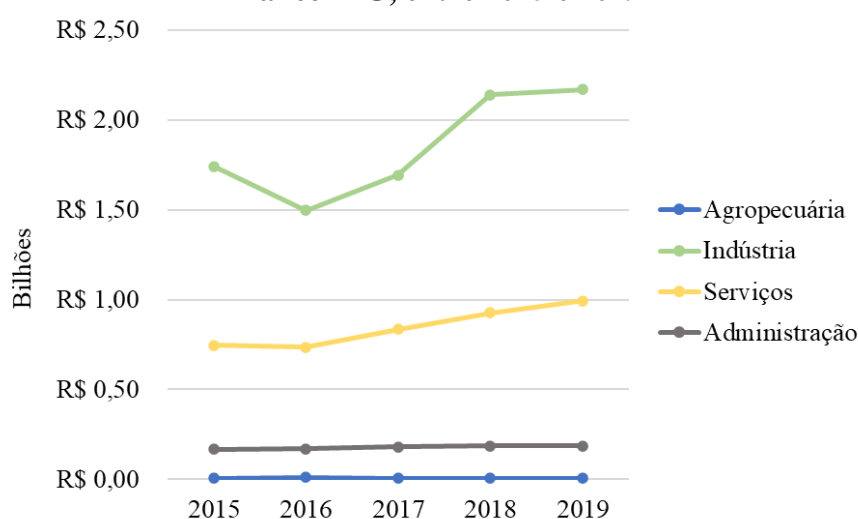
Apesar de ter sofrido com queda de produção entre 2015 e 2016, o setor da Indústria foi o setor com maior participação no PIB de Ouro Branco, registrando aumentos consecutivos entre 2017 e 2019, no último ano o valor registrado foi de R\$2.169.067.210,00.

O setor de serviços, assim como o da Indústria, apresentou queda em 2016, porém menor, como é possível notar através da figura, a queda percentual foi de 1%; após este período, o setor retomou a crescente, em 2019, o valor registrado foi de R\$994.009.190,00.

A Administração é o terceiro setor mais participativo do PIB municipal, com consecutivos aumentos (mesmo que discretos), o setor registrou em 2019 R\$186.023.380,00. De 2015 para 2019, o percentual de aumento foi de 11%.

O setor agropecuário é com menor arrecadação e com maior variação, registrou o pico em 2016, quando foram registrados R\$9.520.960,00. Em 2019, a participação do setor no PIB de Ouro Branco foi de R\$5.337.280,00.

**Figura 11.173 - Evolução do PIB por setor da economia, em mil Reais (R\$) em Ouro Branco-MG, entre 2015 e 2019**



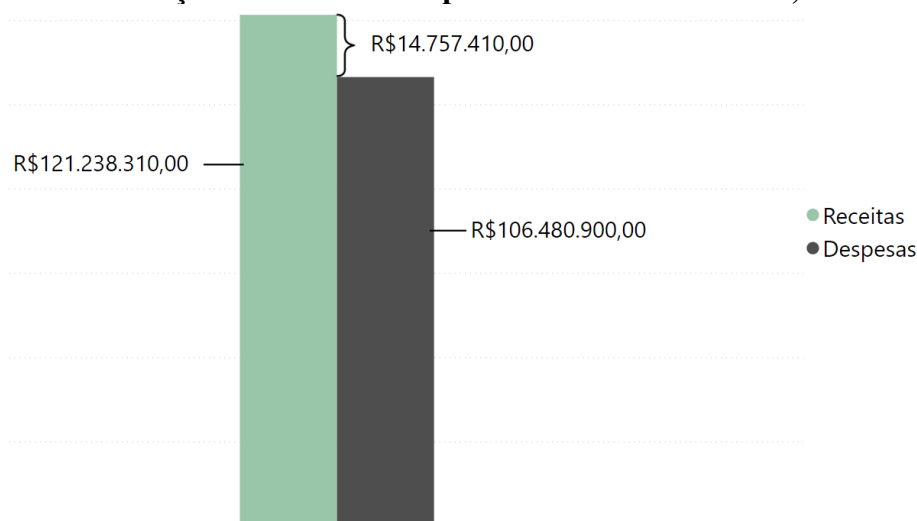
Fonte: IBGE, 2019.

As finanças públicas do município se referem ao balanço financeiro entre receitas e despesas. A receita pública corresponde ao montante da entrada financeira aos cofres públicos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público em qualquer esfera governamental para alocação e cobertura das despesas públicas. Tem-se como exemplo das receitas as cobranças de tributos, taxas e contribuições.

A receita orçamentária é um tipo de receita pública que representa um conjunto dos recursos financeiros que entram para os cofres públicos provenientes de quaisquer fontes a fim de colaborar com as despesas orçamentárias.

As despesas públicas, por sua vez, podem ser entendidas como a aplicação de certa quantia, ao reconhecimento de uma dívida por parte do governo, dentro de um orçamento autorizado pelo poder legislativo.

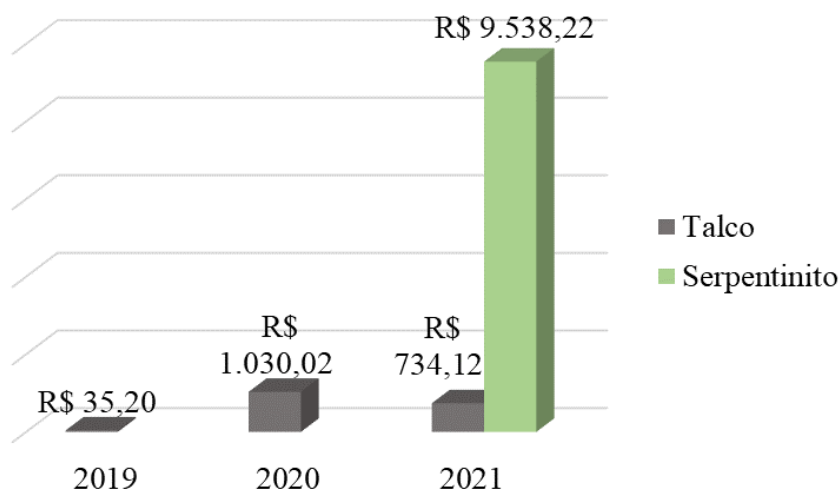
Em 2017, as finanças públicas em Ouro Branco apresentaram balanço positivo, uma vez que as despesas orçamentárias foram de R\$106.480.900,00 e a receita foi de R\$121.238.310,00; caracterizando saldo positivo de R\$ 14.757.410,00; como está ilustrado na figura.

**Figura 11.174 - Finanças Públicas municipais de Ouro Branco-MG, em Reais em 2017**

Fonte: IBGE, 2017.

Um dos itens que compõe as finanças públicas, em especial para áreas mineradoras é, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, estabelecida pela Constituição de 1988, é a contrapartida financeira paga pelas empresas mineradoras à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios, como esclarece a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil – AMIG, em seu website.

No município de Ouro Branco, a arrecadação do CFEM não é considerável, entre 2017 e 2021, foi encontrado registros de arrecadação apenas a partir de 2019, com pequena exploração de Talco, que também foi explorado em 2020 e 2021. No ano de 2021, foi registrado também, arrecadação advinda da exploração de Serpentinó, como mostra a figura.

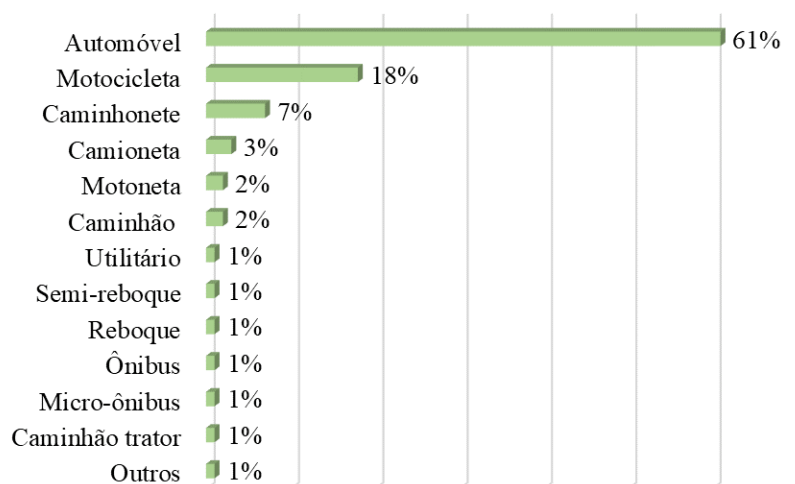
**Figura 11.175 - Arrecadação de CFEM no município de Ouro Branco-MG, entre 2017 e 2021**

Fonte: Agência Nacional de Mineração, 2021.

As informações demográficas, econômicas e urbanísticas apresentadas até então, ocorrem por meio de um espaço, o que por sua vez implica em uma necessidade de mobilidade local, no tópico de estrutura viária foi citado parte das estruturas e as prerrogativas apregoadas pelo Plano diretor, mas outro aspecto se faz relevante de descrição, a frota municipal.

Segundo dados do IBGE de 2021, a frota mecanizada no município apresentava predomínio de automóveis, que correspondiam a 61% dos 23.825 veículos presentes no levantamento. Segue-se ao automóvel, a motocicleta com participação de 18% do total, a caminhonete com uma participação de 7%, as camionetas com participação de 3%, motoneta e caminhão tem participação relativa 2% cada uma. Como ilustrado pela figura, as demais categorias de veículos tiveram participação menos significativa, de 1% do total, cada uma.

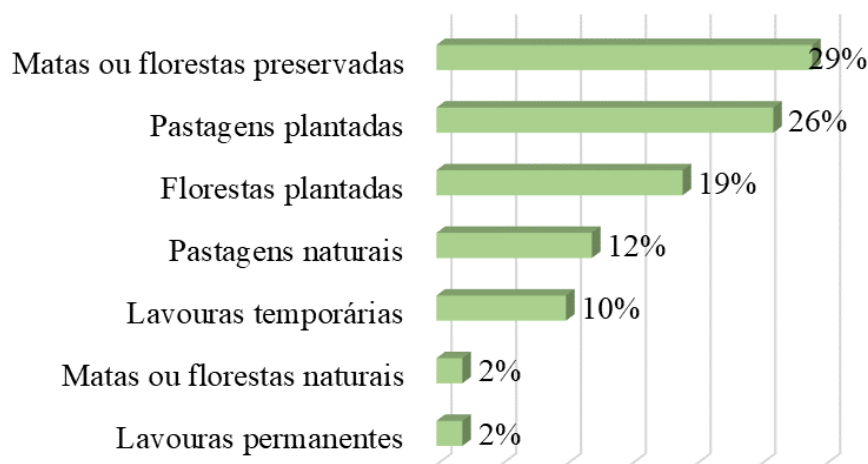
**Figura 11.176 – Distribuição percentual da frota mecanizada no município de Ouro Branco-MG em 2021**



Fonte: IBGE, 2021.

Foram utilizados dados do Censo Agropecuário do IBGE para a percepção da situação desse setor produtivo no município de Ouro Branco. Como pode ser observado na figura, dos 6.645 hectares apontados pelo censo, 29% eram de matas ou florestas destinadas à preservação, 26% eram de pastagens plantadas, 19% eram relativas as florestas plantadas, 12% às pastagens naturais, 10% correspondiam a lavouras temporárias, 2% a matas ou florestas naturais e 2% a lavouras permanentes.

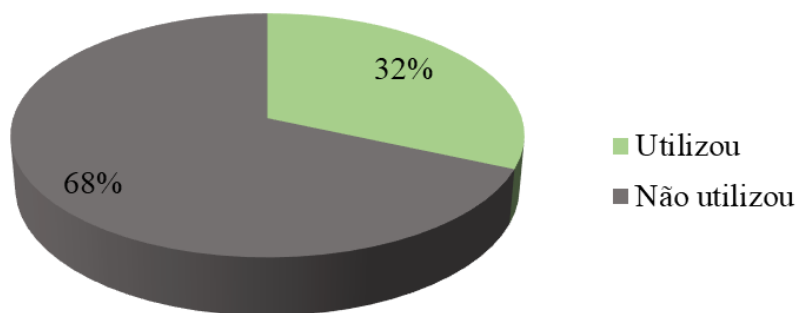
**Figura 11.177 - Distribuição percentual dos usos agrícolas no município de Ouro Branco-MG, em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

No que diz respeito ao uso de agrotóxicos observa-se um elevado índice de estabelecimentos que não fazem uso desse tipo de veneno no município, correspondente a 68% dos estabelecimentos, como mostra a figura.

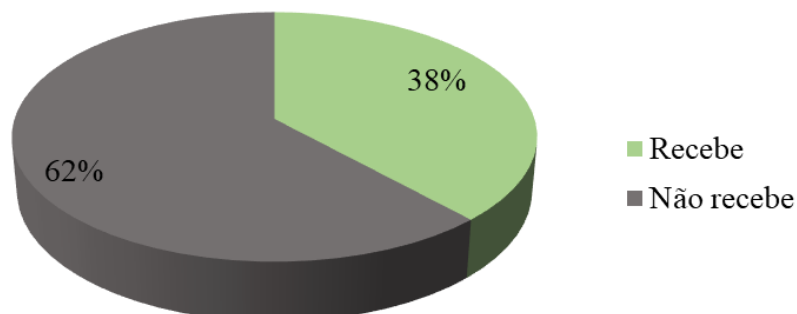
**Figura 11.178 - Distribuição percentual do uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agrícolas no município de Ouro Branco-MG, em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

O auxílio técnico nos estabelecimentos foi registrado em 38%, os outros 62% não usufruíram desse tipo de serviço, como mostra a figura. O dado de assistência ou orientação técnica é utilizado como um dos indicadores da intensão de profissionalização da produção ou interesse em maximizar as potencialidades do produto ofertado, a partir de avanços técnicos.

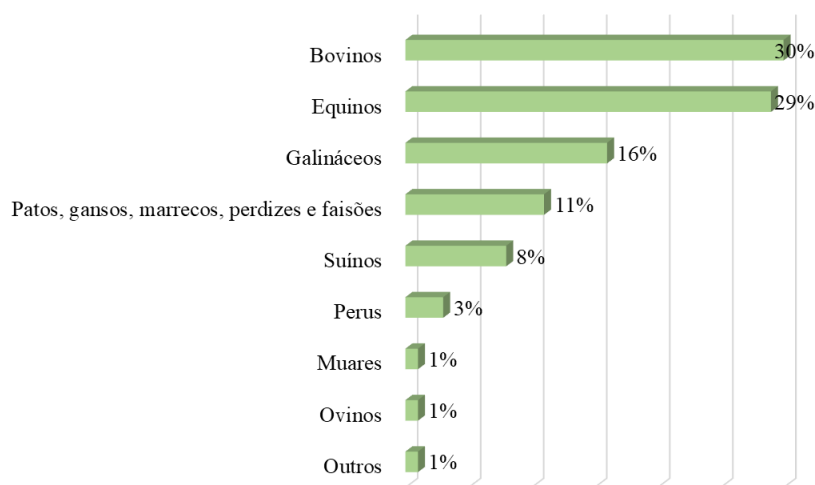
**Figura 11.179 - Distribuição percentual de recebimento de assistência técnica nos estabelecimentos agrícolas no município de Ouro Branco-MG, em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.

A produção pecuária em Ouro Branco apresentou predomínio de bovinos, correspondente a 30% da produção total por animal, valor pouco acima da produção de equinos que representou 29% do total, galináceos correspondiam a 16%; patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões eram 11% da produção, suínos correspondiam a 8%, perus a 3%; muares, ovinos e outros (como bubalinos, caprinos e codornas) correspondiam a 1% cada, como mostra a figura.

**Figura 11.180 - Distribuição percentual da produção pecuária no município de Ouro Branco-MG, em 2017**



Fonte: IBGE, 2017.



### i) Organização Política e Social

O município de Ouro Branco possui Plano Diretor, Lei nº 1.619, de 13 de dezembro de 2007, que institui normas a serem seguidas pelo município em diversos âmbitos, como cultura, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Destaca-se que o Ouro Branco possui um capítulo que define instrumentos de controle para o licenciamento ambiental, voltados para atividades que podem degradar o meio ambiente, exigindo os estudos: Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.

O controle das atividades que impactam o meio ambiente é reforçado também na Lei Orgânica Municipal, principalmente na Seção II “Da Competência Comum”, artigo 21. Para além, define-se no artigo 130, do capítulo “Da participação do Município nas Receitas Tributárias” que:

Parágrafo único – Tem ainda o Município direito a participação no 42 resultado da exploração de recursos minerais no seu território, ou compensação financeira. Por essa exploração, na forma da lei federal (Constituição da República: art. 20, § 1º).

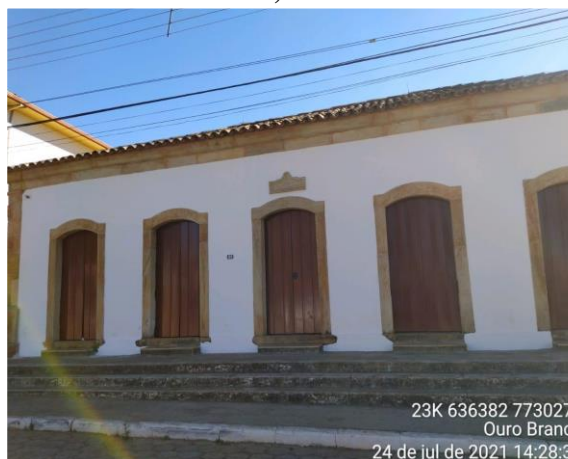
A Prefeitura Municipal de Ouro Branco está localizada na Praça Sagrados Corações, número 200, Térreo, no bairro Centro, sob direção do prefeito Hélio Márcio Campos. Sua estrutura organizacional é dividida nas 11 secretarias que se apresentam no quadro a seguir.

**Figura 11.181 - Prefeitura de Ouro Banco,  
Ouro Branco, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.182 – Prefeitura de Ouro Banco,  
Ouro Branco, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Quadro 11.33 - Estrutura da Administração Pública do Município de Ouro Branco**

<b>Secretaria</b>	<b>Responsável</b>	<b>Endereço</b>	<b>Telefone</b>
Secretaria de Desenvolvimento Social	Bruna Stelamares Gomes Quintela	Rua José Geraldo, 76, Anexo I, Centro Ouro Branco/MG	(31) 3938-1060
Secretaria de Educação	Edvânia dos Santos Pereira	Rua José Geraldo, 76, Anexo I, Centro Ouro Branco/MG	(31) 39381170
Secretaria Municipal de Saúde	Eduardo Sérgio Guimarães	Rua Alto do Cruzeiro, SN, Centro Ouro Branco/MG	(31) 3938-1120   (31) 3938-1121
Secretaria de Administração	Jean Seabra	Praça Sagrados Corações, 200, 2ª Andar, Centro Ouro Branco/MG	(31) 3938-1015
Secretaria de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer	Wilson da Rocha Vilela	Rua José Geraldo, 76, Anexo I, Centro Ouro Branco/MG	(31) 3938-1021
Secretaria de Finanças	Marcelo Adriano Gomes	Praça Sagrados Corações, 200, Centro Ouro Branco/MG	(31) 3938-1027
Secretaria de Governo e Comunicação Social	Arthur Hélio Albergaria Campos	Praça Sagrados Corações, 200, Centro Ouro Branco/MG	-
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Celso Roberto Vaz	Praça Sagrados Corações, 200, Centro Ouro Branco/MG	(31) 3938-1046
Secretaria de Obras	Roberto Leandro Rodrigues Júnior	Rua José Geraldo, 76, Anexo I, Centro Ouro Branco/MG	(31) 3938-1050
Secretaria de Planejamento e Gestão	Adely Pires de Abreu Júnior	Praça Sagrados Corações, 200, Centro Ouro Branco/MG	(31) 3938-1051

Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Branco, 2022

A Câmara Municipal de Ouro Branco está localizada na Praça Sagrados Corações, 200, Centro. É composta por 9 vereadores, apresentados no quadro abaixo.

Figura 11.183 – Câmara Municipal de Ouro Branco, Ouro Branco, Minas Gerais



Fonte: Acervo CERN

Quadro 11.34 - Vereadores da Câmara Municipal de Ouro Branco, Minas Gerais, 2022

Vereador (a)	Contato
Imar Vieira	<a href="mailto:vereadorimar@outlook.com">vereadorimar@outlook.com</a>
Dezinho da Educação	<a href="mailto:dezinhozs@outlook.com">dezinhozs@outlook.com</a>
José Irenildo Freires de Andrade	(31) 98553-5641 / lanvereador@gmail.com
Leandro Verdurão	leandrosouzavereador@hotmail.com
Neymar Investigador	vereadorneymar@gmail.com
Nilma Aparecida Silva	<a href="mailto:nilmaptsilva@yahoo.com">nilmaptsilva@yahoo.com</a>
Rodrigo Duarte	orodrigoduarte@outlook.com
Valéria de Melo Nunes Lopes	vereadoravaleria@ourobranco.cam.mg.gov.br
Warley Pereira	gabinetewarley@ourobranco.cam.mg.gov.br

Fonte: Câmara Municipal de Ouro Branco, 2022

Associações são organizações resultantes da reunião legal entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum. A mobilização de um grupo de pessoas da comunidade para alcançar determinados objetivos facilita e traz melhores resultados se for realizada em parceria com uma entidade associativa. O associativismo viabiliza maior participação e cria espaços de diálogo entre a sociedade organizada e o poder público. Organizações associativas são fundamentais para o desenvolvimento de um município, e é importante apoiar e valorizar as instituições já existentes e estimular a criação de novas. Priorizando o atendimento coletivo, ele pode auxiliar a sociedade a se articular. Em Ouro Branco, segundo a prefeitura municipal, existem 07 associações, com diferentes finalidades, como desenvolvimento local e saúde, como mostra o quadro abaixo.

**Quadro 11.35 - Associações e organizações do município de Ouro Branco, Minas Gerais, 2022**

ASSOCIAÇÕES	ENDEREÇO	CONTATO
Agência de Desenvolvimento de Ouro Branco	Rua Dom Orione, 237, 2º andar, sala 1 - Centro Ouro Branco/MG	(31) 3741-1948
Associação Cultural Cada de Música de Ouro Branco	Avenida Augusto Barbosa da Silva, 313 - Pioneiros Ouro Branco/MG	(31) 3742-3553
Associação de Defesa Ambiental e Social do Alto Paraopeba, Alto Rio das Velhas e Ribeirão do Carmo	Rua Santa Olímpia, 67 - Siderurgia Ouro Branco/MG	(31) 3742-715
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Travessa da Dedine, 45 - Siderurgia Ouro Branco/MG	(31) 3742-3067
Associação do Projeto Vem Ser de Ouro Branco	Rua Santo Antônio, s/n, Poliesportivo - Centro Ouro Branco/MG	(31) 3742-0044
Associação Projeto João de Barro	Rua Santo Antônio, 956, Loja 03 - Centro Ouro Branco/MG	(31) 3742-1440
Lar Comunitário Frederico Ozanam	Rua das Mercês, 236 - Centro Ouro Branco/MG	(31) 3741-4393

Fonte: ongsbrasil.com.br, 2022

#### **j) Comunidades Tradicionais**

De acordo com os registros da Relação das Comunidades Negras Quilombolas em Minas Gerais, do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, não há Comunidades remanescentes de Quilombos nos arredores de Ouro Branco. E, também, conforme investigado na plataforma Centro de Monitoramento Remoto da FUNAI não foram identificadas reservas indígenas na região.

#### **11.3.2 Pesquisa sobre a avaliação dos impactos ambientais com os gestores municipais**

A pesquisa de percepção com os gestores municipais sobre os possíveis impactos e medidas mitigadoras acerca do empreendimento, se configura como uma importante etapa que compõe o diagnóstico socioeconômico, a fim de subsidiar a avaliação de impactos do empreendimento e o emprego de medidas mitigadoras e compensatórias. Sua exigência decorre da atualização do TR EIA/RIMA (Geral), em abril de 2021.

No que remete aos procedimentos metodológicos para a coleta de informações junto aos gestores municipais, foi realizado inicialmente um contato prévio com as prefeituras municipais e secretarias de meio ambiente de Congonhas e Conselheiro Lafaiete para mobilização dos gestores municipais a participar da pesquisa respeitando a lei geral de proteção de dados Lei 13.709. A partir da mobilização, a reunião com os gestores municipais foi realizada nos meses, de setembro e novembro.

➤ **Resultados da pesquisa com gestores municipais de Congonhas**

No município de Congonhas a reunião contou com a participação de dois representantes da CERN consultoria, responsável pela elaboração do estudo, o representante da LGA responsável pelo setor de meio ambiente, segurança e saúde do trabalho e os representantes da prefeitura de Congonhas, da Secretária de Meio Ambiente, o assessor e o diretor da secretaria de meio ambiente, o assessor da secretaria de gestão urbana e o diretor do departamento de Patrimônio Cultural.

➤ **Resultados da pesquisa com gestores municipais de Conselheiro Lafaiete**

Em Conselheiro Lafaiete a reunião contou com dois representantes da CERN consultoria responsável pela elaboração do estudo e os representantes da prefeitura, responsável pelo setor de saúde e segurança da LGA, diretora de meio ambiente; secretário de obras e meio ambiente; secretário de desenvolvimento econômico e os estagiários.

Inicialmente, o representante da LGA trouxe uma previa sobre a empresa, destacando suas unidades, missão, valores, pilares e seu histórico de atuação no município, uma vez que a empresa já possui uma Unidade de Tratamento de Minério – UTM operando em Congonhas/Conselheiro Lafaiete. Em seguida, foi realizada uma apresentação do empreendimento Projeto 4M também foi explicado para os gestores o processo de beneficiamento, já pela CERN – Consultoria Empreendimentos e Recursos Naturais e num segundo momento foi apresentada a estrutura do TR Geral de EIA/RIMA que orienta a elaboração dos estudos ambientais, com foco nos possíveis impactos e nas medidas e controles ambientais que a empresa pretende adotar. Após esta apresentação os gestores receberam um formulário com questões semiestruturadas, trazendo uma breve caracterização sobre o empreendimento, além de questões investigando as dúvidas acerca do projeto, a ocorrência dos possíveis impactos ambientais e a proposta de medidas mitigadoras

e compensatórias. O modelo do formulário apresentado e a lista de presença dos participantes encontram-se no **Anexo 07**.

**Figura 11.184 - Reunião com gestores municipais em Conselheiro Lafaiete**



Fonte: CERN, 2021.

No que remete aos resultados da pesquisa, foi verificado que todos os gestores consideraram que o referido empreendimento poderá gerar impactos ambientais. Dentre estes impactos, os mais relevantes para os entrevistados foram: propagação de poeira, aumento do trânsito local, alteração da rede de drenagens local, poluição do ar e carreamento de substâncias sólidas para cursos d'água, áreas habitadas e áreas de preservação (Bairro Santa Cruz e para a APA).

Em relação às principais ações mitigadoras dos possíveis impactos apontados, pode-se citar: a realização de melhorias nas vias de acesso ao empreendimento, recuperação ambiental das áreas degradadas, aquisição de áreas para plantio compensatório de mudas (devido à supressão vegetal), desenvolvimento e aplicação de atividades de educação ambiental com a população local, controle de velocidade de veículos, utilização de caminhões pipas para umectação das vias, instalação de lava rodas, pavimentação de ruas das áreas afetadas, atividades socioambientais com as comunidades diretamente afetadas e utilização de vias internas aos empreendimentos para reduzir trânsito de caminhões nas vias públicas.

Por último, os gestores foram demandados se gostariam de deixar alguma sugestão ou comentário sobre o empreendimento Projeto 4M. As respostas foram relacionadas ao uso de ferramentas de maior eficiência para apontamento de impactos, realização de estudos arqueológicos, avaliação de possibilidade de uso preferencial de vias internas aos empreendimentos da região, parcerias com as prefeituras para uso do rejeito na construção de casas. Além disso, os gestores deixaram a sugestão de que a mão de obra contratada pelo empreendimento seja preferencialmente da população dos municípios, com objetivo de fomentar a economia local.

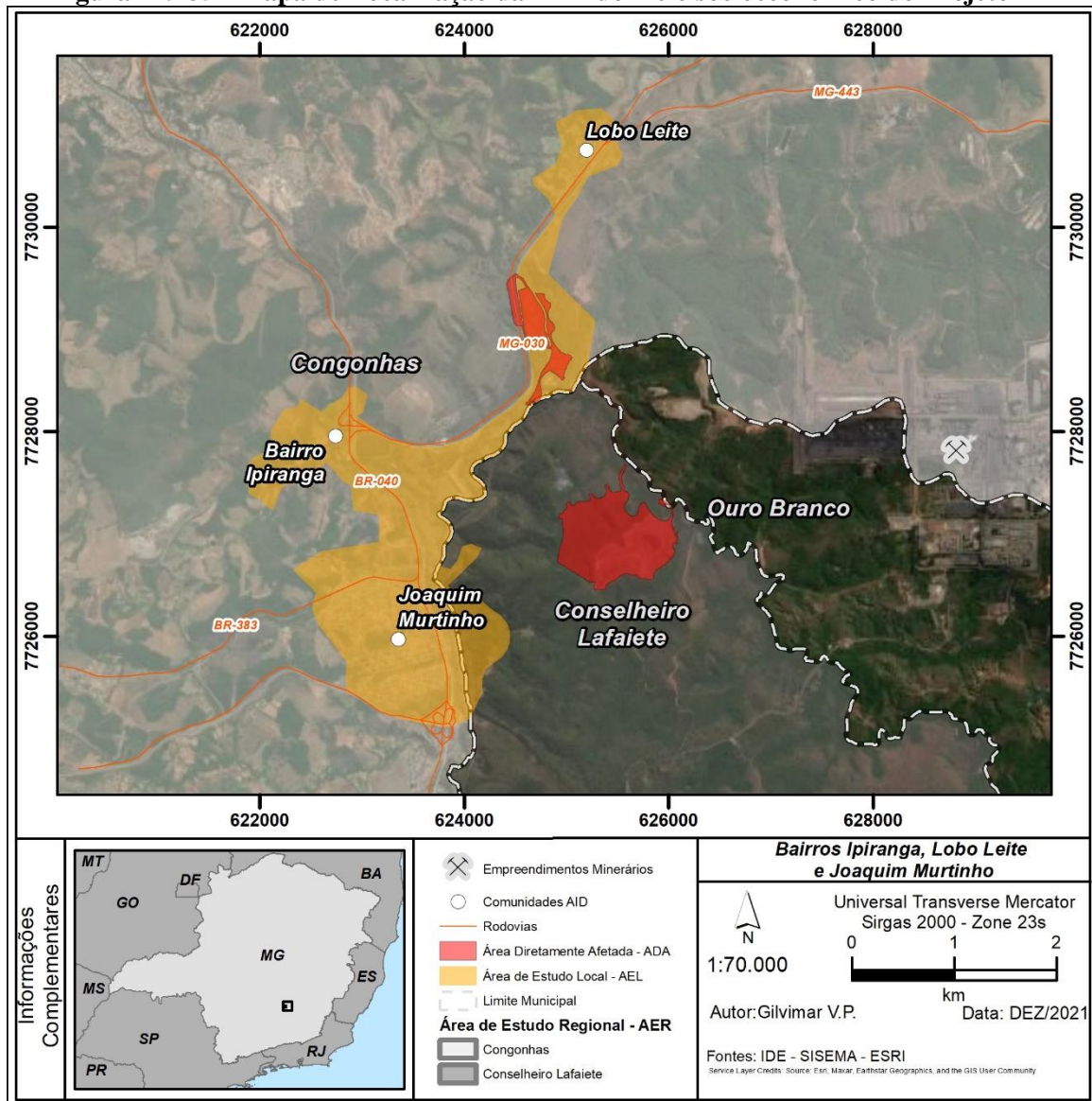


### 11.3.3 Diagnóstico da Área de Estudo Local-AEL: Comunidades do Entorno

A Área de Estudo Local - AEL do Meio Socioeconômico do presente estudo abrange o distrito de Lobo Leite e os bairros de Joaquim Murtinho e Ipiranga, localizados no município de Congonhas. Ressalta-se que parte do bairro Joaquim Murtinho está inserida nos limites municipais de Conselheiro Lafaiete.

A descrição das características socioeconômicas se deu a partir do levantamento de dados secundários, em instituições públicas, como Prefeitura Municipal de Congonhas e Conselheiro Lafaiete; base de dados do Ide-SISEMA, além de artigos, monografias, dissertações, e dados primários coletados durante observações *in loco*, realizadas nos meses de junho e outubro de 2021.

Figura 11.185 - Mapa de Localização da AEL do meio socioeconômico do Projeto 4M



### 11.3.3.1 Lobo Leite

#### a) Aspectos Históricos

O distrito de Lobo Leite, na época chamado de Soledade, pertenceu à cidade de Ouro Preto até 1836, tendo o nome alterado posteriormente para Felipe dos Santos em homenagem a personalidade do período colonial e, por fim, em 1926 passou nomenclatura atual. Em 1938, com a emancipação de Congonhas, passou a ser distrito da cidade dos doze profetas (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2022).

A Estação Ferroviária de Lobo Leite foi inaugurada em 1886 e pôde oferecer transporte de passageiros à região mineira durante o período em que esteve em atividade, sendo chamada à princípio como Congonhas. De acordo com Candreva (2021) nome de Lobo Leite foi dado em 1907 em homenagem ao chefe de prolongamento da estrada em 1884, o engenheiro Francisco Lobo Leite Pereira.

**Figura 11.186 - Estação Ferroviária e Capela da Soledade aos fundos**



Fonte: CERN, 2021

Ainda em Candreva, o legado da família Lobo Leite no distrito não se resume a estação ferroviária, mas há também os aspectos sanitários, tendo em vista que o médico Álvaro Lobo Leite Pereira, filho do engenheiro que é homenageado com o nome do distrito, instituiu a utilização do iodo no cotidiano como forma de complementação alimentar, além disso no aspecto de infraestrutura temos:

*A família Lobo Leite Pereira deixou ainda outro legado no distrito com a construção, no início da década de 1920, da usina de Força & Luz no ribeirão Soledade dotando o povoado de energia elétrica própria, sendo a mesma somente substituída pela energia elétrica fornecida pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) em 1958. (CANDREVA, 2021)*

A relevância do distrito de Lobo Leite para o desenvolvimento territorial, histórico e simbólico do município de Congonhas é inegável, tornando a área como um forte potencial identitário, além disso o distrito oferece possibilidades de investigação e trabalho acadêmico e cultural como forma de valorização de sua rica história.

### **b) Dinâmica Populacional**

Segundo dados levantados pelo IBGE (2010), no Distrito de Lobo Leite residiam aproximadamente 2111 habitantes no ano da pesquisa (2010). É possível também verificar que o distrito possui uma razão de gênero na ordem de 96.19 indicando uma predominância da população feminina, para efeitos comparativos o estado de Minas Gerais e o município possuem 96.85 e 96.55 respectivamente, sugerindo a prevalência de uma tendência de proporção.

Entretanto, durante os trabalhos de campo observou-se que inúmeras residências se encontram fechadas e outras foram alugadas para empresas que atuam na região. Alguns moradores sinalizaram o distrito como “*Lugar dormitório*”.

No que tange a sua densidade demográfica o distrito de Lobo Leite detém a cifra de 45,89 hab/km<sup>2</sup>, número este maior que a média do estado (30.46hab/km<sup>2</sup>) e muito menor que a concentração do município que detém 159.57hab/km<sup>2</sup>.

### **c) Uso e Ocupação do Solo**

Lobo Leite se situa nas margens da rodovia MG-030 que liga Congonhas a Ouro Branco, compreendendo um intenso fluxo de veículos pesados. O uso do solo local é destinado principalmente à ocupação residencial, além dessa, registra-se a ocorrência em pequena escala de atividades de silvicultura, de agropecuária e comerciais, dentre elas, posto de gasolina, lava-rápido, hotel, e industriais incluindo atividades do ramo da mineração, como mostram as Figuras abaixo.



**Figura 11.187 - Pátio de Mineração, Lobo Leite**

Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.188 - Cultivo de hortaliças e remanescentes florestais**

Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.189- Plantação de Eucalipto local**

Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.190 – Comercio Local**

Fonte: CERN, 2021.

De acordo com o mapa de zoneamento da Prefeitura Municipal de Congonhas, foram detectadas as seguintes zonas no Distrito de Lobo Leite, Congonhas – MG:

- Zona Especial de Projeto,

- ZEP 1 – áreas dentro do perímetro urbano com parcelamentos aprovados e não implantados ou implantados em parte, com indefinição de greide e de alinhamento, com problemas de intercessões e de geometria das vias, e com problemas e riscos de degradação ambiental. Estas áreas deverão ser objeto de projetos de regularização da ocupação, remanejamento de assentamentos, tratamento e recuperação de terrenos, revisão de projeto, definição sobre usos permitidos e parâmetros urbanísticos para sua ocupação, no prazo de 12 (doze) meses a partir de data de aprovação desta Lei;

- ZEP 2 – áreas indivisas dentro do perímetro urbano, impróprias para o parcelamento e/ou ocupação devido à declividade, à degradação existente, aos riscos de inundação, aos processos erosivos, que deverão ser objeto de estudos específicos e projetos de recuperação, consolidação e proteção com o objetivo de criação de áreas verdes para ambientação urbana e espaços de lazer, no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de publicação desta Lei;

Zona de Uso Preferencialmente Residencial,

- ZUR1: áreas destinadas a lotes com área mínima de 200m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), testada mínima de 10m (dez metros) e edificações com até 04 (quatro) pavimentos, destinadas aos usos também institucional, comercial e de prestação de serviços.

Zona Urbana de Preservação Permanente,

- ZUPP: áreas consideradas de preservação permanente pela Lei Federal 4.771 de 15/09/65 - Código Florestal, pela Lei Estadual 14.309 de 19/06/02 e demais leis ambientais em vigor, bem como as praças e os parques urbanos públicos implantados, em processo de implantação ou com áreas já reservadas para essa utilização, áreas que pelas condições geológicas do solo, recursos hídricos e paisagísticos não poderão ser parceladas, as faixas de servidão das linhas de transmissão de energia elétrica (LT) que atravessam a área urbana, de acordo com as normas da CEMIG, as faixas de servidão das adutoras de abastecimento de água, de acordo com as normas da COPASA, demais faixas de servidão existentes, as áreas com declividade acima de 47% (quarenta e sete por cento) e as faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

- Zona de Expansão Urbana,

- ZEU1: áreas contidas dentro do perímetro urbano, com lotes mínimos de 300m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), com 10m (dez metros) de testada mínima. Os parcelamentos aprovados na ZEU1 serão caracterizados como ZUR1;
- ZEU3: lotes mínimos de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), com 20m (vinte metros) de testada mínima. Os parcelamentos aprovados na ZEU3 serão caracterizados como ZUR3;

- Zona de Interesse Especial,

- ZIE1: áreas a serem ocupadas com baixa e média densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados), testada mínima de 15m (quinze metros) e edificações com até 06 (seis) pavimentos, destinada ao uso institucional.

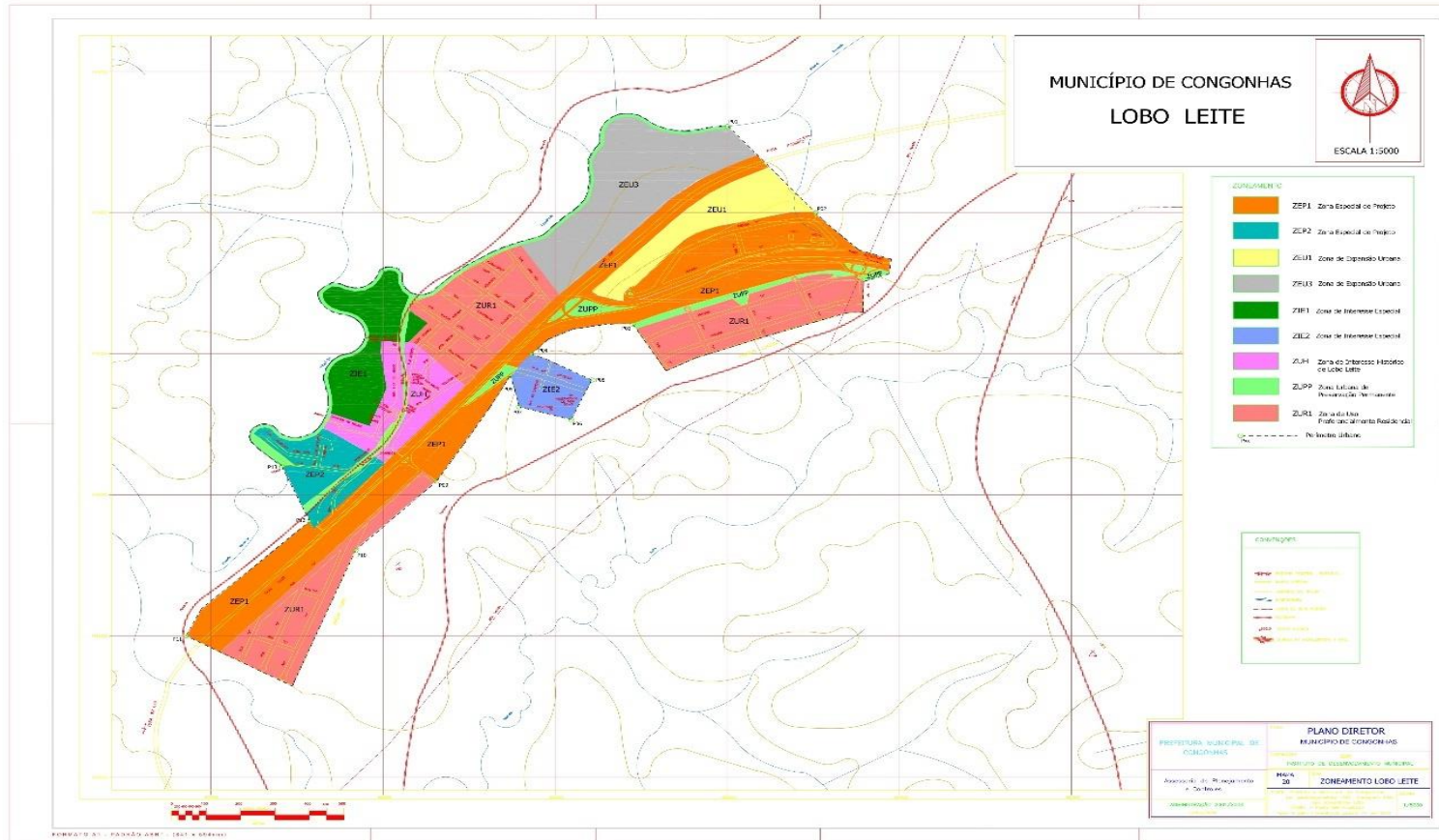
- ZIE2: áreas a serem ocupadas com baixa e média densidade de ocupação, com lotes de área mínima de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), testada mínima de 20m (vinte metros) e edificações com até 06 (seis) pavimentos, destinada ao uso institucional.

Zona Urbana de Interesse Histórico de Lobo Leite,

- ZUHL: constituída pela ocupação original do antigo povoado de Lobo Leite, lotes com área mínima de 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de 10m (dez metros), cujas edificações deverão ter no máximo 02 (dois) pavimentos, respeitando-se as características desse conjunto urbano em termos de volumetria, tipo de telhado, afastamentos frontais e laterais.



Figura 11.191 - Perímetro urbano da área de Lobo Leite - Congonhas



Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2020.

#### d) Uso da Água

Em Lobo Leite, o uso da água é destinado principalmente as demandas domésticas dos domicílios do distrito. A distribuição da água é realizada pela COPASA, por uma parceria da empresa com a prefeitura de Congonhas.

**Figura 11.192 – Ponto de Captação Lobo Leite**



Fonte: CERN, 2021

**Figura 11.193 – Sinalização do Ponto de Captação**



Fonte: CERN, 2021

Em consulta a plataforma IDE-SISEMA foram identificados no território de Lobo Leite o montante de 12 (doze) cadastros, sendo 7 (sete) de outorga de direito de uso e 5 (cinco) de usos insignificantes, conforme Quadro abaixo exposta.

**Quadro 11.36- Uso de outorgas de direitos de recursos hídricos e Cadastro de Uso Insignificante**

Nome	Tipo De Uso	Modo De Uso	Finalidade Do Uso	Categoria
Doriedson Pereira	Subterrânea	Captação De Água Em Surgência (Nascente)	Consumo Humano, Dessedentação De Animais, Irrigação, Paisagismo, Recreação	Outorgas De Direito De Uso
Neilor Souza Aarão	Subterrânea	Captação De Água Em Surgência (Nascente)	Consumo Humano, Irrigação, Paisagismo	Outorgas De Direito De Uso
Doriedson Pereira	Subterrânea	Captação De Água Em Surgência (Nascente)	Consumo Humano, Dessedentação De Animais, Irrigação, Paisagismo, Recreação	Cadastro De Uso Insignificante

Neilor Souza Aarão	Subterrânea	Captação De Água Em Surgência (Nascente)	Consumo Humano, Irrigação, Paisagismo	Cadastro De Uso Insignificante
Roseli Das Graças Fagundes	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Manual (Cisterna)	Lavagem De Veículos	Cadastro De Uso Insignificante
Roseli Das Graças Fagundes	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Manual (Cisterna)	Lavagem De Veículos	Outorgas De Direito De Uso
Hospital E Maternidade São José	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Tubular Já Existente	Sem Dados No Banco	Outorgas De Direito De Uso
Cristovam Aparecido De Melo	Superficial	Captação Em Corpo De Água (Rios, Lagoas Naturais Etc.)	Não informado	Outorgas De Direito De Uso
Cristovam Aparecido De Melo	Superficial	Captação Em Corpo De Água (Rios, Lagoas Naturais Etc.)	Não informado	Cadastro De Uso Insignificante
Hospital E Maternidade São José	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Tubular Já Existente	Sem Dados No Banco	Outorgas De Direito De Uso
Cristovam Aparecido De Melo	Superficial	Captação Em Corpo De Água (Rios, Lagoas Naturais Etc.)	Não informado	Outorgas De Direito De Uso
Cristovam Aparecido De Melo	Superficial	Captação Em Corpo De Água (Rios, Lagoas Naturais Etc.)	Não informado	Cadastro De Uso Insignificante

Fonte: IDE-SISEMA, 2022

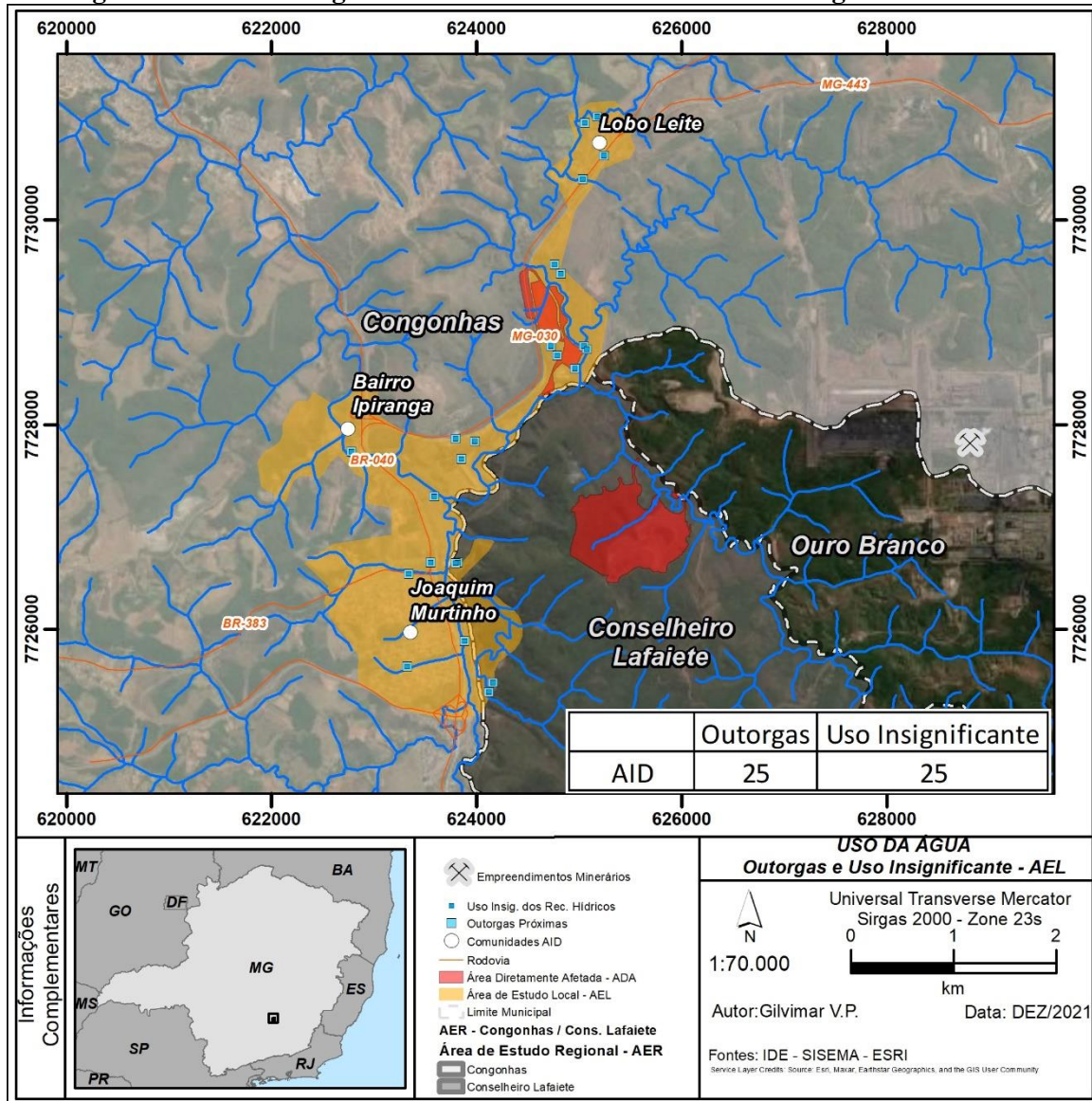
Com relação ao seu modo de uso foi identificado a utilização mais recorrente na forma de captação de água em surgência (4 registros) e captação em corpo de água (4 registros) que acumulam o montante de aproximadamente 66% dos registros, encontra-se ainda captação de água subterrânea por meio de poço tubular e por meio de poço manual que detém os outros 34% dos registros angariados.

A finalidade do uso dos recursos hídricos demonstrados acima possui uma vasta abrangência compreendendo: consumo humano, dessedentação de animais, irrigação, paisagismo, recreação



e lavagem de veículos. A Figura 11.194 mostra a espacialização do conjunto de outorgas e uso insignificante de toda a AID.

Figura 11.194 – Outorgas de direito de uso e cadastro de uso insignificante na AID



Fonte: CERN, 2022

### e) Patrimônio Natural e Cultural

O distrito de Lobo Leite oferece tradicionais bens culturais e naturais, como a celebração de Homenagem a Nossa Senhora da Soledade registrada como bem imaterial e que carrega o antigo nome da localidade. No que tange ao aspecto material o Quadro abaixo sistematiza a existência de bens tombados ou inventariados no distrito de Lobo Leite.

**Quadro 11.37 - Lista de Bens Culturais Materiais Tombados ou inventariados no município de Congonhas/MG**

Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIDADE E ÁREA DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE TOMBAMENTO	TOMBAMENTO
01	Capela de Nossa Senhora da Soledade	Lobo Leite	Estadual/Municipal T/I	Decreto Municipal 3.374/2004
02	Estação Ferroviária de Lobo Leite	Praça Doutor Álvaro Lobo Leite s/nº	Municipal	Decreto Municipal nº 3.374/2004
03	Árvore Bicentenária (GAMELEIRA)	Lobo Leite	2006	AII

#### BENS MÓVEIS e BENS INTEGRADOS

01	Bandeira Fixa da porta – Família Miranda Batista	Lobo Leite	2006	AID
02	Campainha – Igreja Nossa Senhora da Soledade	Lobo Leite	2006	AID
03	Castiçais (conjunto de nove castiçais) – Igreja Nossa Senhora da Soledade	Lobo Leite	2006	AID
04	Cartório: Registro de imóveis	Lobo Leite	2006	AID
05	Chafariz (Conjunto de três chafarizes)	Lobo Leite	2006	AID
06	Cristaleira – Família Miranda Batista	Lobo Leite	2006	AID
07	Enxó – Família Miranda Batista	Lobo Leite	2006	AID
08	Jarra – Igreja Nossa Senhora da Soledade	Lobo Leite	2006	AID
09	Santo Antônio – Igreja Nossa Senhora da Soledade	Lobo Leite	2006	AID

## CONJUNTO URBANOS ou PAISAGÍSTICO

10	Conjunto Paisagístico do Parque do Balneário	Lobo Leite	2006	AID
----	--	------------	------	-----

Elaboração: CERN, 2022

Além disso, um bem que se destaca na região de Lobo Leite é a Capela de Nossa Senhora da Soledade, erigida na primeira metade do século XVIII e tombada como bem material pelo Decreto nº. 19.113/1978, e que atualmente está em processo de restauração coordenado pelo IE-PHA/MG. Destaca-se que no distrito há um conjunto de edificações com estilo colonial que abrigam um potencial turístico mesmo não compondo a lista de bens.

**Figura 11.195 – Capela de Nossa Senhora da Soledade, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

### e) Nível de Vida

O tópico denominado nível de vida busca abarcar considerações de pesquisas de dados primários e secundários acerca de categoria como: Infraestrutura, Educação, Saúde, Habitação, Segurança, Transporte E Vias Públicas. Os resultados podem ser observados abaixo.

#### Infraestrutura

Sobre a infraestrutura do distrito, a qual é avaliada a partir do acesso da comunidade local ao saneamento básico (rede geral de água, de esgoto e resíduos sólidos), Lobo Leite conta com rede de captação de água fornecida pela empresa COPASA para a grande parte dos moradores, contudo esse padrão não se mantém quando se trata da rede de esgoto, já que algumas casas



recorrem à utilização de fossas sépticas e rudimentares. Tais aspectos serão abordados em profundidade no tópico 11.3.4. Além disso, a coleta de lixo é realizada três vezes por semana por uma empresa terceirizada contratada pela Prefeitura de Congonhas.

### Habitação

Os aspectos de habitação em Lobo Leite agregam um conjunto de características urbanas como o padrão construtivo em alvenaria que podem ser consideradas como casas e sobrados conforme as Figuras abaixo, outra característica que agrega ao conjunto urbano reside no fato de as residências possuírem em sua grande maioria o perfil de demarcação por meio de muros.

Cabe salientar que o processo histórico da área a que se refere o presente tópico permitiu também a existência de imóveis residenciais de características construtivas que remontam ao século XIX em especial no entorno da antiga estação de Lobo Leite, citada anteriormente.

**Figura 11.196 – Aspecto residencial histórico Lobo Leite**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.197 - Residências e rua, Lobo Leite**



Fonte: CERN, 2021.

### ➤ Educação

Em relação à educação, o distrito possui em seus limites a Escola Municipal Amyntas Jacques de Moraes, que através de seus 11 professores, fornece educação do ensino fundamental a aproximadamente 140 alunos, do 1º ao 5º ano nos turnos da manhã e tarde, além de atividades complementares como Artes, Inglês e Informática que foram suspensas na pandemia da COVID-19 ainda estão suspensas.

**Figura 11.198 - Quadra da Escola Amynthas Jacques de Moraes**

Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.199 - Estrutura da Escola Amynthas Jacques de Moraes**

Fonte: CERN, 2021.

➤ Saúde

A Unidade de Atenção Primária à Saúde Lobo Leite oferece atendimento de segunda à sexta-feira, entre 07h e 16hs. A equipe de saúde é formada por uma médica geral, uma médica de apoio que atende as terças e quintas-feiras, uma enfermeira e três técnicos de enfermagem, um dentista que devido à pandemia de Covid-19 visita a Unidade duas vezes por semana e quatro agentes comunitários de saúde. O posto de saúde atende a população com atendimentos preventivos, atendimento médico, pré-natal, além de curativos, aplicação de vacinas/injeções, retirada de pontos e medição de pressão. O local é a única Unidade de Saúde do Distrito.

**Figura 11.200 - Unidade de Atenção Primária de Saúde de Lobo Leite**

Fonte: CERN, 2021.

➤ Segurança Pública

No tocante à segurança de Lobo Leite, a comunidade não conta com posto policial. Durante as entrevistas realizadas em campo, foi informado que quando necessário, a comunidade é atendida pela polícia de Congonhas. A ocorrência de crimes em Lobo Leite é baixa. Apenas 5,13% dos entrevistados relataram já terem sido vítimas de algum crime.

➤ Lazer e Turismo

Lobo Leite dispõe de diversas atividades de lazer e turismo. Em relação a atrações sazonais, é importante destacar o Festival de Arte e Cultura do Alto Paraopeba (FACAP), que ocorre anualmente e registrado na Figura 11.203 do tópico 11.3.1 e na Figura abaixo.

Já sobre locais usados por habitantes da região e por turistas, evidenciam-se a Biblioteca Cônego Luiz Vieira da Silva, instalada no edifício que antes operava como estação férrea do distrito e o Ginásio Poliesportivo de Lobo Leite, inaugurado para que a comunidade possa praticar diversos esportes. Há também a academia pública disponível próxima à biblioteca.

Além desses aspectos o distrito conta com uma importante estrutura voltada para o atendimento turístico como por exemplo: hospedagem (hotéis e pousadas), restaurantes e comércio de *souvenires*. Acerca dos *souvenires* vale destacar ainda que o distrito abriga o projeto Pata da Loba que surge a partir de uma iniciativa privada e parceria com os próprios moradores com a finalidade de valorização da comunidade por meio do artesanato.

**Figura 11.201 - Biblioteca Cônego Luiz Vieira da Silva, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.202 - Academia da cidade, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.



Figura 11.203 – Material de Divulgação FA-  
CAPFonte: IFMG<sup>27</sup>, 2019.Figura 11.204 – Confeção de produtos arte-  
sanais Pata da LobaFonte: Jornal Correio da Cidade<sup>28</sup>, 2021.

Lobo Leite abriga ainda um conjunto de bens culturais com potencial turístico abordados mais acima, no entanto é válido salientar a existência do Lago Soledade como atrativo natural, a localização do distrito permite também a execução de diversas trilhas entre Belo Vale, Lagoa Dourada, dentre outros. Houve também a realização da 10ª etapa do Minas Trakking em 2017<sup>29</sup>, evidenciando além dos aspectos culturais a potencialidade natural para o turismo local.

<sup>27</sup> Fonte: <https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/noticias/i-festival-de-arte-e-cultura-do-alto-paraopeba-sera-realizado-de-3-a-7-de-abril>

<sup>28</sup> Fonte: <https://jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/17301-produtos-artesanais-do-pata-da-loba-do-distrito-de-lobo-leite-podem-ganhar-maior-visibilidade-em-congonhas>

<sup>29</sup> Fonte: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/10deg-etapa-minas-trekking-2017-20948934>

## f) Estrutura Produtiva e de Serviço

No que diz respeito às atividades econômicas, tendo em vista os moradores na idade economicamente ativa, há uma predominância de trabalho direto e indireto vinculado as atividades do setor industrial com destaque para a mineração e siderurgia. Os serviços indiretos estão ligados a alimentação, hospedagem, manutenção de veículos, entre outros. Uma pequena parcela da população local se dedica às atividades agropecuárias nas proximidades da área urbana e outros trabalham na sede de Congonhas e municípios vizinhos como Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco.

**Figura 11.205 - Secretaria Municipal de Lobo Leite e Correios, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.206 - Merceria, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.207 - Restaurante, Lobo Leite, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

### **g) Organização Política e Social**

Em Lobo Leite, desde 1998, por meio da lei 2.166, a Associação Comunitária de Lobo Leite - ASCOLL é reconhecida legalmente. Essa associação foi formada pelos moradores do distrito com o objetivo de promover inclusão social e comunitária a partir da promoção de eventos na região que englobem o desenvolvimento humano, práticas inclusivas e preservação da qualidade de vida, social e ambiental.

Estacar como parte do associativismo local o grupo de bordadeiras Pata da Loba que de acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater–MG):

“A ideia de trabalhar a atividade de bordados em Bainha Aberta, no Distrito de Lobo Leite, surgiu através de resultado do diagnóstico, realizado pela EMATER-MG na comunidade em 2010. Foi relatado pela comunidade, uma ação inicial feita em 2007, pela Superintendência de Artesanato do Governo de Estado de Minas Gerais, com o objetivo de formar bordadeiras. Sendo o bordado uma forte expressão cultural na região, foi apresentado ao poder público municipal, a potencialidade do trabalho.” (EMATER, 2022)

### **h) Comunidades Tradicionais**

De acordo com os registros da Relação das Comunidades Negras Quilombolas em Minas Gerais, do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, não há Comunidades Remanescentes de Quilombos nos arredores do distrito de Lobo Leite. E, também, conforme investigado na plataforma Centro de Monitoramento Remoto da FUNAI não foram identificadas reservas indígenas na região.

#### **11.3.3.2 Ipiranga**

##### **a) Aspectos Geográficos**

O bairro Ipiranga localiza-se ao sul da zona urbana do distrito Sede do município de Congonhas e encontra-se a norte do bairro Joaquim Murtinho e a leste de do distrito Alto Maranhão, além disso, está próximo aos limites municipais de Congonhas e Conselheiro Lafaiete. Com relação as suas referências viárias localizam-se na confluência das rodovias BR-040 e MG-030, além de contar com a passagem de um trecho da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil, como referência hídrica o bairro possui ainda um trecho do Rio Maranhão.



## **b) Dinâmica populacional**

De acordo com o portal Sinopse por Setores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a zona urbana no bairro Ipiranga abrange o setor censitário<sup>30</sup> com um número de habitantes na ordem de 452 pessoas, a equipe da CERN também entrou em contato a Unidade de Saúde Básica do bairro Profeta que atende os residentes do bairro Ipiranga registrando um contingente populacional de 216 pessoas.

No que tange a categorização por gênero foi selecionado o indicador de razão de sexo, o resultado indicou em 2010 que 52% corresponde ao gênero feminino contabilizando 235 mulheres e 48% do gênero masculino com 217 homens.

Com relação à questão etária da ocupação a principal faixa pertencente ao setor compreende em sua maioria a faixa etária dos 20 aos 24 anos para homens e dos 25 a 29 anos para as mulheres, indicando uma considerável porcentagem na população jovem da localidade<sup>31</sup>.

## **c) Uso e ocupação do solo**

O uso e ocupação do solo é marcado em sua maioria por ocupação residencial se constituindo um pequeno bairro de Congonhas com poucas residências e um comércio escasso. Além disso, foram observadas atividades de agropecuárias em pequena escala, produção de mudas (em condições de abandono).

Devido à proximidade com a BR-040 consta casa noturna direcionada ao público de caminhoneiros, conhecida como “Azulão”. Na outra extremidade do bairro, registra-se o comércio de artesanato de panelas de pedra e cobre. A porção inferior do bairro é limitada pela ferrovia.

---

<sup>30</sup> Código do setor censitário: 311800710010000004 (IBGE, 2021).

<sup>31</sup> Fonte: <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopseporsetores/?nivel=st>

Figura 11.208 – Azulão Night Club



Fonte: CERN, 2022

Figura 11.209 – Arte de Minas Pannelas de Pedras



Fonte: CERN, 2022

Figura 11.210 Cultivo de orgânico, plantio de mandioca



Fonte: CERN, 2021

Segundo a Lei N° 2624/2006 na Seção XII - Da Zona Urbana Especial da localidade de Ipiranga-ZUE Ipiranga no Art. 17. A localidade de Ipiranga fica caracterizada como Zona Urbana Especial, cujo Perímetro Urbano coincide com a área efetivamente ocupada, configurando um aglomerado com características urbanas e compreendendo:

§ 2º A redefinição do perímetro urbano da ZUE Ipiranga, conforme disposto no parágrafo anterior, poderá indicar a revisão do zoneamento, incluindo a delimitação de zona de interesse histórico e a definição de zonas de expansão urbana.

De acordo com a espacialização da área de estudo no campo a equipe da CERN, fez o reconhecimento da área de estudo conjuntamente com as informações da comunidade identificando áreas de:

I. Adensamento demarcado por um aglomerado-urbano próximo à rodovia MG-030 localizado na Rua São Cristóvão.

II. Área próxima as margens do Ribeirão Soledade e da linha férrea Central do Brasil caracterizado por características peri-urbana dentro do Bairro-Ipiranga/ com toponímia utilizada pela comunidade de Beira – Linha.

Para o item II a equipe da CERN, entrou em contato com a secretária de Gestão Urbana que informou que algumas residências têm a escritura nomeada pela localidade Congonhas-Acima, desta maneira neste tópico considera a informação tanto da comunidade como da secretária. Na incursão da equipe da CERN em campo os moradores registraram a realização do cultivo de orgânicos e hortaliças como ilustra a figura abaixo.



#### d) Usos da Água

**Quadro 11.38 - Uso de outorgas de direitos de recursos hídricos e Cadastro de Uso Insignificante**

Nome	Tipo de uso	Modo de uso	Finalidade do uso	Categoria
Areal Lobo Ltda	Superficial	Dragagem de curso de água para fins de extração mineral	Extração mineral	Outorgas de direito de uso de recursos hídricos

Fonte: IDE-SISEMA

A população local em relação ao uso e abastecimento do bairro sinalizou a captação realizada em nascente na encosta com proximidade do Restaurante Parada de Minas, em pesquisa realizada no IDE-SISEMA verificou-se o uso de outorgas de direitos de recursos hídricos da Unidade Regional de Gestão das Águas Central Metropolitana URGA CM já fora do perímetro do bairro a aproximadamente 700m a 1km nas coordenadas X: 623201 Y:7728865 e X:623038 e Y 7729265, A Figura 11.134 mostra a espacialização do conjunto de outorgas e uso insignificante de toda a AID

#### e) Nível de Vida

O tópico denominado nível de vida busca abarcar considerações de pesquisas de dados primários e secundários acerca de categoria como: Infraestrutura, Educação, Saúde, Habitação, Segurança, Transporte E Vias Públicas. Registra-se que como sublinhado na incursão de campo e na pesquisa de percepção socioambiental realizada pela CERN o bairro não conta com equipamentos de infraestrutura de transporte público, os moradores registraram que quando tem necessidade de realizar o deslocamento utilizam um serviço precário tendo acesso nas rodovias MG-030 e BR-040, em relação ao turismo e lazer a população demonstrou a necessidade da implantação de áreas de lazer e registraram nas respostas com 75% que atualmente não existe nenhuma área para esta função. Já no que se refere a estrutura produtiva de serviços não foi observada nenhuma rede de comércio ou serviços farmacêuticos e ou bancários.

##### ➤ Infraestrutura

A infraestrutura urbana básica regida pela lei N° 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Configura-se como o principal aspecto dificultador de dignidade e qualidade de vida. Exemplificado

pela rede de saneamento básico principalmente com ausência de captação de água via rede geral, destinação de efluentes via curso d'água somado a problemas de distribuição e falta d'água. No bairro também não se encontra equipamentos de saúde, assim como infraestrutura de comércio.

➤ Serviços de educação

De acordo com os funcionários da escola atualmente a Escola Municipal José Antônio da Silva registra 15 matrículas no ensino primário, e se constitui como o principal ponto de referência comunitário na realização de reuniões e práticas de cidadania, além de apresentar grande potencialidade para ações do Programa de Educação Ambiental (PEA), a escola atualmente sofre com a infraestrutura precária.

**Figura 11.212 Escola Municipal José Antônio da Silva**



Fonte: Worldorgs.com

➤ Serviços de saúde

No que cerca os serviços de saúde o bairro não conta com nenhuma unidade de saúde básica, a população residente recebe o atendimento no Posto de Saúde localizado no bairro Profeta.



**Figura 11.213 Unidade de Saúde bairro profeta**

Fonte: Prefeitura de Congonhas, 2021

### ➤ Habitação

Registra-se a presença de edificações com padrões construtivos do tipo alvenaria sem acabamento e edificações com acabamento contendo um ou mais pavimentos. A maioria das residências do bairro estão localizadas na Rua São Cristóvão.

**Figura 11.214 Edificação sem acabamento**

Fonte: CERN, 2021

### ➤ Segurança Pública

A localidade não possui delegacias policiais, batalhão de polícia ou corpo de bombeiros, observou-se certo nível de insegurança devido ao distanciamento dos centros urbanos, o que torna o local ermo, movimentação de pessoas desconhecidas, tendo em vista que o bairro se encontra próximo a uma área de passagem e pôr fim a iluminação existente, porém precária do bairro.

➤ Qualidades das vias públicas

De acordo com a pesquisa de percepção socioambiental realizada pela equipe da CERN (tópico 11.3.4), o grupo de entrevistados em sua maioria caracterizaram as condições das vias de razoáveis a péssimas, relatando principalmente o perigo dos acessos da MG-030 e da BR-040 que dá entrada ao bairro. Em conformidade com as respostas foi observado *in loco* um padrão de pavimentação asfáltica de longa duração e manutenção ausente tendo em vista a os aspectos referentes a buracos, desgaste, guias (lancil) expostos na Figura abaixo.

**Figura 11.215 Qualidade das vias públicas**



Fonte: CERN, 2021

➤ Patrimônio Cultural

Para o Patrimônio Cultural Imaterial registra-se o Ofício das Quitandas em Minas Gerais atualmente em processo de reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, como a grande potencialidade do bairro devido ao ofício e produção de mulheres que atuam com os saberes e fazeres da quitanda.

➤ Organizações Sociais

O bairro conta com a associação de moradores chamada AMORIFE, que de acordo com as informações no banco de dados do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica foi regularizada em 2005, a atual presidência no entanto informou que sua existência já ultrapassa os 40 anos ainda de acordo com o representante da Associação, a entidade busca a melhoria da infraestrutura básica do bairro, como a melhoria da rede pluvial, fornecimento de água tratada, disponibilização de áreas de lazer, entre outros, por meio de abaixo assinados e outras formas de mobilização.

#### **f) Relações de dependência entre as comunidades e os recursos ambientais**

No que remete as relações de dependência entre o bairro Ipiranga – parte da AEL – e os recursos ambientais/naturais, ressalta-se a dependência quanto aos recursos hídricos, já que na região foi verificado uma fragilidade quanto a captação e distribuição de água.

Além da dependência pelos recursos hídricos o solo é utilizado finalidade residencial, mas que em algumas propriedades verifica-se o uso para cultivos diversos. São praticados cultivos relacionados a pequenas criações e pequenos cultivos de subsistência.

Durante as pesquisas de campo, foram ressaltadas as preocupações com a conservação das nascentes, reflorestamento e cuidados com os remanescentes de mata, saneamento básico principalmente no que tange ao esgoto e lixo e poeira, destaca-se a dificuldade com relação a acessibilidade à região, ruídos relacionados a movimentação de veículos pesados e por fim sinalização para orientar turistas.

#### **11.3.3.3 Joaquim Murinho**

##### **a) Aspectos Históricos**

Joaquim Murinho é um bairro localizado na zona rural de Congonhas, a cerca de 9 km do centro da cidade, que faz divisa com Conselheiro Lafaiete. Sua história está diretamente conectada ao estabelecimento da linha ferroviária na região em 1914, a qual instalou uma estação no território que se tornou Joaquim Murinho. Esse nome foi adotado para denominar o bairro e a estação ferroviária como uma forma de homenagem ao Ministro da Fazenda e Senador que atuou na política brasileira no fim do século XIX.

A ferrovia foi implantada na região para dar evasão mais rápida e eficiente dos minerais explorados no quadrilátero de ferro, em Minas Gerais. A estação de Joaquim Murinho foi construída para dar saída à linha do Paraopeba e substituir uma estação de nome Jubileu, que ficava um pouco à frente (em 1902, km 479,491). A Estação Joaquim Murinho se tornou um terminal de cargas e oferece os seguintes serviços: armazenamento de cargas, manuseios e transbordo e infraestrutura para trabalhar com contêineres, ovação com ferro gusa, minérios e qualquer tipo de carga paletizada (JMENDES, s/d). Ainda sobre a importância logística do ramal o IPHAN diz:

“Sem dúvida, o mais importante Ramal da Central em Minas foi o do Paraopeba (Variante do Paraopeba, inaugurada em 1920, de Joaquim Murinho a Belo Horizonte), que permitiu à capital mineira, já servida pela bitola métrica, contar também com a

bitola larga. A bitola larga da Central, que só chegava até Conselheiro Lafaiete, com a construção da variante, alcançou Belo Horizonte”. (IPHAN, 2009)

É importante destacar que o bairro rural pertence a dois municípios: Conselheiro Lafaiete e Congonhas.

**Figura 11.216 - Aspecto da Estação Ferroviária de Joaquim Murтинho (s/a)**



Fonte: Estações Ferroviárias<sup>32</sup>, 2022

**Figura 11.218 - Linha Férrea de Joaquim Murтинho, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.217 - Estação Ferroviária de Joaquim Murтинho, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.219 - Linha Férrea de Joaquim Murтинho, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

<sup>32</sup> Fonte: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_linhacentro/jmurtinho.htm#:~:text=A%20ESTA%C3%87%C3%83O%3A%20A%20esta%C3%A7%C3%A3o%20de,em%201902%2C%20km%20479%2C491](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_linhacentro/jmurtinho.htm#:~:text=A%20ESTA%C3%87%C3%83O%3A%20A%20esta%C3%A7%C3%A3o%20de,em%201902%2C%20km%20479%2C491)).



### **b) Dinâmica Populacional**

De acordo com informações da unidade de saúde local, o bairro de Joaquim Murтинho conta com um quantitativo de aproximadamente 2.200 habitantes, estimando 710 famílias instaladas na região. Com a expansão das mineradoras como CSN, Vale e a siderúrgica Gerdau Açominas a população apresenta notável crescimento e, também, aumento da população flutuante.

A porção que se encontra nos limites de Conselheiro Lafaiete é menos populosa que a área inserida no município de Congonhas.

### **c) Uso e Ocupação do Solo**

Joaquim Murтинho se situa na margem esquerda da BR-040, no sentido Rio de Janeiro, e na margem direita da BR-383, no sentido Entre Rios. O uso do solo local é destinado à ocupação residencial, e atividades comerciais (lojas de vestuário, salão de beleza, farmácia, supermercado, posto de combustível, casas noturnas, borracharias, lava-jato etc.), atividade de agricultura familiar, equipamentos de infraestrutura, hospedagem, alimentação, entre outros.

Figura 11.220 – Padaria Local



Fonte: CERN, 2021

Figura 11.222 – Bar local



Fonte: CERN, 2021

Figura 11.221 – Fábrica de doces local



Fonte: CERN, 2021

Figura 11.223 – Aspecto da hotelaria local



Fonte: CERN, 2021

De acordo com o mapa de zoneamento da Prefeitura Municipal de Congonhas, foram detectadas as seguintes zonas no bairro de Joaquim Murtinho, Congonhas – MG:

- Zona de Projeto Especial,

- ZEP 1 – áreas dentro do perímetro urbano com parcelamentos aprovados e não implantados ou implantados em parte, com indefinição de greide e de alinhamento, com problemas de intercessões e de geometria das vias, e com problemas e riscos de degradação ambiental. Estas áreas deverão ser objeto de projetos de regularização da ocupação, remanejamento de assentamentos, tratamento e recuperação de terrenos, revisão de projeto, definição sobre usos permitidos e parâmetros urbanísticos para sua ocupação, no prazo de 12 (doze) meses a partir de data de aprovação desta Lei;



- ZEP 2 – áreas indivisas dentro do perímetro urbano, impróprias para o parcelamento e/ou ocupação devido à declividade, à degradação existente, aos riscos de inundação, aos processos erosivos, que deverão ser objeto de estudos específicos e projetos de recuperação, consolidação e proteção com o objetivo de criação de áreas verdes para ambientação urbana e espaços de lazer, no prazo de 12 (doze) meses a contar da data de publicação desta Lei;
- ZEP 3 – áreas dentro do perímetro urbano destinadas à elaboração e implantação de projetos viários em geral, articulações e interseções de vias existentes, obras de drenagem e canalizações, instalação de equipamentos de infraestrutura urbana, obras para recuperação e revitalização de terrenos com ocupação e parcelamentos precários nas áreas marginais do rio Maranhão e do ribeirão Santo Antônio, obras para implantação de novas vias conforme o Mapa Sistema Viário Principal e Proposta de Complementação, anexo a esta Lei, bem como outras destinações em termos de serviços e equipamentos de infraestrutura urbana. A elaboração dos projetos e início das obras deverá ocorrer no prazo de 12 (doze) meses a partir da aprovação desta Lei, tendo em vista a melhoria das condições de ocupação do solo, circulação e paisagem da cidade. Após a implantação dos projetos nas ZEP 3 integradas pelo sistema viário existente, os terrenos lindeiros a essas vias serão caracterizados como Zona Comercial – ZC. Após a implantação dos projetos nas ZEP 3 relacionadas às propostas de complementação do Sistema Viário Principal, conforme Mapa anexo a esta Lei, os corredores resultantes deverão, gradativamente, integrar futuros parcelamentos, dando continuidade ao tecido urbano e constituindo novas ZC.

- Zona de Uso Preferencialmente Residencial,

- ZUR1: áreas destinadas a lotes com área mínima de 200m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), testada mínima de 10m (dez metros) e edificações com até 04 (quatro) pavimentos, destinadas aos usos também institucional, comercial e de prestação de serviços.

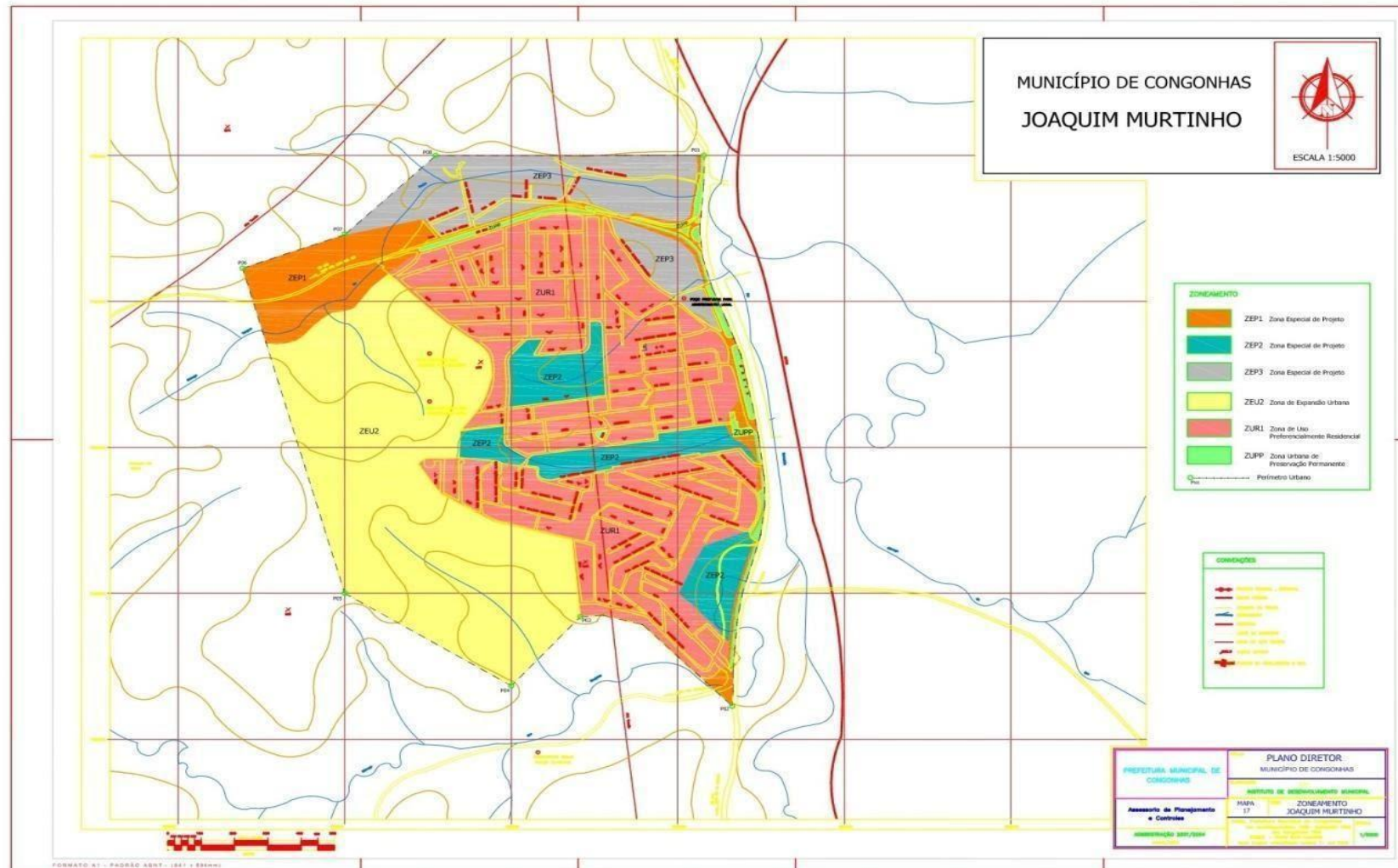
Zona Urbana de Preservação Permanente - ZUPP: áreas consideradas de preservação permanente pela Lei Federal 4.771 de 15/09/65 - Código Florestal, pela Lei Estadual 14.309 de 19/06/02 e demais leis ambientais em vigor, bem como as praças e os parques urbanos públicos implantados, em processo de implantação ou com áreas já reservadas para essa utilização, áreas que pelas condições geológicas do solo, recursos hídricos e paisagísticos não poderão ser parceladas, as faixas de servidão das linhas de transmissão de energia elétrica (LT) que atravessam a área urbana, de acordo com as normas da CEMIG, as faixas de servidão das adutoras de

abastecimento de água, de acordo com as normas da COPASA, demais faixas de servidão existentes, as áreas com declividade acima de 47% (quarenta e sete por cento) e as faixas de domínio de rodovias e ferrovias.

Zona de Expansão Urbana,

- ZEU3: lotes mínimos de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), com 20m (vinte metros) de testada mínima. Os parcelamentos aprovados na ZEU3 serão caracterizados como ZUR3;

Figura 11.224 - Perímetro urbano e área do Joaquim Murтинho, município de Congonhas, Minas Gerais



Fonte: Prefeitura Municipal de Congonhas, 2020

#### d) Uso da Água

O uso da água na comunidade está relacionado principalmente ao uso doméstico, contudo, ao consultar a plataforma do *IDE-SISEMA*, foi possível identificar outros usos destinados a dessecação animal e lavagem de veículos, com o objetivo da prática comercial para a limpeza de automotivos. A distribuição da água é realizada pela COPASA, após uma parceria da empresa com a prefeitura de Congonhas, em 2018.

**Quadro 11.39 - Quadro de outorgas de direitos de recursos hídricos e Cadastro de Uso Insignificante**

Nome	Tipo De Uso	Modo De Uso	Finalidade Do Uso	Categoria
Prefeitura Municipal De Congonhas	Superficial	Dragagem, Limpeza Ou Desassoreamento De Curso De Água	Desassoreamento Ou Limpeza	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos
MRS LOGÍSTICA S.A.	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Tubular Já Existente	Consumo Humano	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos
MRS LOGÍSTICA S.A.	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Tubular Já Existente	Consumo Humano	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos
Ciro Rolando Inácio	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Manual (Cisterna)	Consumo Humano, Dessedentação De Animais	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos
Ciro Rolando Inácio	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Manual (Cisterna)	Consumo Humano, Dessedentação De Animais	Cadastro De Uso Insignificante De Recursos Hídricos
Lava Jato Ribeiros	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Manual (Cisterna)	Lavagem De Veículos	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos

Lava Jato Ribeiros	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Manual (Cisterna)	Lavagem De Veículos	Cadastro De Uso Insignificante De Recursos Hídricos
Gislenio Jose Matias	Superficial	Barramento Em Curso De Água, Sem Captação	Recreação	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos
Gislenio Jose Matias	Superficial	Barramento Em Curso De Água, Sem Captação	Recreação	Cadastro De Uso Insignificante De Recursos Hídricos
Lava Jato Ribeiros	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Manual (Cisterna)	Lavagem De Veículos	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos
Lava Jato Ribeiros	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Manual (Cisterna)	Lavagem De Veículos	Cadastro De Uso Insignificante De Recursos Hídricos
Companhia Vale Do Rio Doce- Cvrld - Mina Timbopeba	Superficial	Barramento Em Curso De Água, Sem Captação	Disposição De Rejeitos	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos
Scof - Serviços Complementares De Operações Ferroviárias S.A.	Subterrânea	Captação De Água Subterrânea Por Meio De Poço Tubular Já Existente	Consumo Humano	Outorgas De Direito De Uso De Recursos Hídricos

Fonte: IDE-SISEMA, 2022

A Figura abaixo mostra a espacialização do conjunto de outorgas e uso insignificante de toda a AID.

### e) Nível de Vida

#### ➤ Infraestrutura

Sobre a infraestrutura do bairro, a qual é avaliada a partir do acesso da comunidade local ao saneamento básico (rede geral de água, de esgoto e resíduos sólidos), Joaquim Murтинho conta com rede de captação de água fornecida pela empresa COPASA a todos os moradores, contudo esse padrão não se mantém quando se trata da rede de esgoto, já que algumas casas recorrem à utilização de fossas. Além disso, a coleta de lixo é realizada três vezes por semana por uma empresa terceirizada contratada pela prefeitura de Congonhas.

**Figura 11.225 – Descarte de entulho e resto de construção em Joaquim Murтинho**



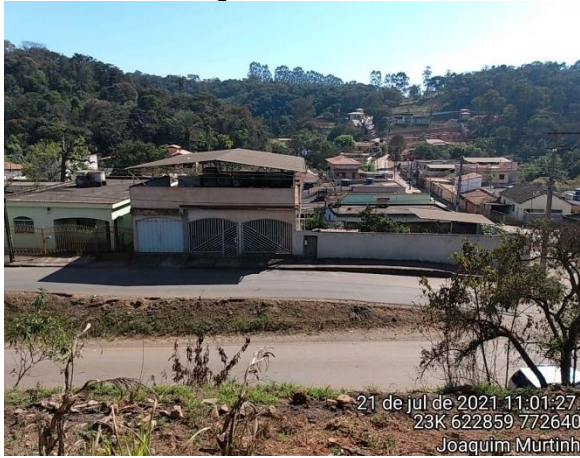
Fonte: CERN, 2021

#### ➤ Habitação

Assim como Lobo Leite os aspectos de habitação em Joaquim Murтинho agregam um conjunto de características urbanas como o padrão construtivo em alvenaria que podem ser consideradas como casas e sobrados conforme a Figura abaixo respectivamente, outra característica que agrega ao conjunto urbano reside no fato de as residências possuírem em sua grande maioria o perfil de demarcação por meio de muros.

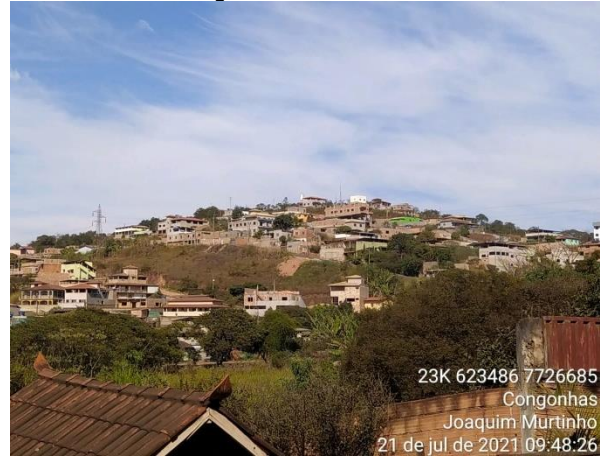


**Figura 11.226 – Aspectos habitacionais de Joaquim Murтинho**



Fonte: CERN, 2021

**Figura 11.227 – Aspectos habitacionais de Joaquim Murтинho**



Fonte: CERN, 2021

**Figura 11.228 – Aspectos habitacionais de Joaquim Murтинho**



Fonte: CERN, 2021

**Figura 11.229 – Aspectos habitacionais de Joaquim Murтинho**



Fonte: CERN, 2021

➤ Educação

Em relação à infraestrutura educacional, a localidade possui a Escola Municipal João Narciso. Ela fornece aos alunos educação do ensino infantil ao fundamental II nos horários da manhã e da tarde, além de atividades complementares voltadas para Matemática e Português em ambos os turnos.

**Figura 11.230 - Escola Municipal João Narciso – Joaquim Mur-  
tinho**



Fonte: CERN, 2021.

➤ Saúde

A unidade de Saúde, conhecida como “Posto de Saúde da Família Joaquim Murtinho”, oferece atendimento de segunda a sexta-feira, entre 07h às 16hs. A equipe de saúde é composta por quatro agentes comunitárias de saúde – que percorre as residências, um clínico geral, um enfermeiro e dois técnicos de enfermagem, um dentista, um auxiliar e um técnico dentário, uma faxineira e duas agentes comunitárias voltadas para o controle da dengue. O posto de saúde faz o atendimento preventivo, além de curativos, aplicação de vacinas/injeções, retirada de pontos e medição de pressão. Caso necessário o paciente deve-se dirigir a sede municipal de Congonhas.

**Figura 11.231 - Unidade de Saúde Familiar Joaquim  
Murtinho**



Fonte: CERN, 2021.

➤ Segurança pública

No tocante à segurança de Joaquim Murтинho, a comunidade não conta com posto policial. As entrevistas realizadas em campo demonstram que quando necessário à comunidade busca atendimento pela Polícia Militar na sede de Congonhas. A ocorrência de crimes em Joaquim Murтинho é baixa, 3,2% dos entrevistados relataram já terem sido vítimas de algum crime. Foi verificado com observação *in loco* ainda que há a presença ocasional de base comunitária como sugere a Figura abaixo.

**Figura 11.232 – Aspectos de segurança pública**



Fonte: CERN, 2021

➤ Qualidade das vias públicas

Joaquim Murтинho possui parte de suas vias com pavimentação asfáltica, no entanto há trechos com calçamento em pedra como é possível verificar na Figura abaixo. No tópico 11.3.4 serão abordados os aspectos de percepção com relação a qualidade das vias públicas de forma particularizada.

**Figura 11.233 – Via Pública de Joaquim Murтинho**

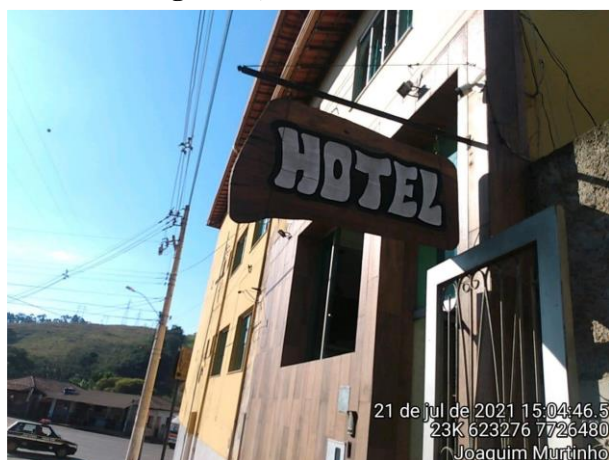




➤ Lazer e Turismo

O atrativo turístico natural de Joaquim Murinho tem na Lagoa do Murinho seu principal expoente. Com relação aos aspectos culturais com potencial turístico destaca-se o Estádio Municipal Joaquim Murinho, onde são realizados os treinos do time Bangu Esporte Clube. Em relação a eventos sazonais foram identificados o Festival de Inverno, a recepção da Copa de Mountain Bike e campeonatos regionais, masculinos e femininos, de futebol. Todos esses ocorrerem anualmente em diversos pontos da cidade de Congonhas, incluindo Joaquim Murinho.

**Figura 11.234 – Hotel, Joaquim Murinho, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.235 – Hotel, Joaquim Murinho, Congonhas, Minas Gerais**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.236 – Estádio Municipal do Joaquim Murinho, Joaquim Murinho, Congonhas, Minas Gerais**



Prefeitura Municipal de Congonhas, 2020.

**Figura 11.237 – Lagoa do Murinho, Joaquim Murinho, Congonhas, Minas Gerais**



Prefeitura Municipal de Congonhas, 2020.

É importante salientar que Joaquim Murтинho possui já em seu território atrativos que compõe o roteiro turístico do município de Congonhas, fazendo com que exista no local uma estrutura voltada para o atendimento de demandas turísticas como por exemplo hotéis e restaurantes.

➤ Patrimônio Natural e Cultural

No bairro Joaquim Murтинho registra-se a ocorrência de 07 igrejas, sendo 02 católicas e 05 evangélicas. O padroeiro local é Santo Antônio, recebendo suas homenagens no mês de junho. Destaca-se ainda, que os fundadores do Congado de Miguel Burnier, são residentes em Joaquim Murтинho. Registra-se também a Festa de Santa Cruz, realizada anualmente no dia três de maio.

**Figura 11.238 – Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Joaquim Murтинho**



Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.239 – Igreja Católica do Santo Antônio, Joaquim Murтинho**



Fonte: CERN, 2021.

Ainda sobre o congado, foi verificado em campo realizado pela CERN que nos últimos anos as homenagens ocorreram em Murтинho na residência do senhor Xisto por razão da pandemia. O congado é considerado pelos moradores como um importante elemento cultural da área.

➤ Organização Política e Social

O bairro Joaquim Murтинho possui a Associação Comunitária de Doutor Joaquim Murтинho. Fundada em 15 de outubro de 1989, tem sua sede no endereço Rua Professor José Moreira, número 439, conta com foro na cidade de Congonhas.

Há de se considerar também o projeto intitulado “Reciclando vidas” que de acordo com os mesmos:

*Este projeto prioriza a iniciação de crianças e jovens residentes nas comunidades Município de Congonhas do Alto Maranhão, Joaquim Murтинho, Pires, Jardim Profeta, Vila São Vicente, Lobo Leite, Campinho, no aprendizado da dança através de*

*oficinas com abordagem nos estilos de Balé Clássico, Jazz e dança de Rua; oficinas de artesanato e o esporte aulas de violão, e da escolinha de futebol, curso profissionalizante jovens mães de modo a estimular, desenvolver, aprimorar e incentivar a criatividade das crianças e jovens, auxiliando assim na educação, crescimento e disciplina para a melhor formação dos mesmos. Introduzir movimentos criativos na educação da criança e adolescente em fase escolar, promovendo o desbloqueio através de exercícios de respiração, flexibilidade e postura visando maior concentração nos estudos e melhor qualidade de vida. Além disso, motivar familiares e amigos próximos a apreciarem a dança, o esporte e o artesanato, e por parte do educando, o crescimento pessoal, a responsabilidade, disciplina, melhora de hábitos básicos, motivação, criatividade, interesse também por outras áreas que proporcionem um crescimento e desenvolvimento integrais. (ASSOCIAÇÃO RECICLANDO VIDAS, 2022)*

**Figura 11.240 – Sede da Associação Reciclando Vidas**



Fonte: CERN, 2021

#### **f) Estrutura Produtiva e de Serviço**

No que diz respeito às atividades econômicas, a maior parte dos moradores na idade economicamente ativa de Joaquim Murinho trabalha nas mineradoras da região, direta ou indiretamente (caminhoneiros, mecânicos, restaurantes). Há também uma parte rural que trabalha em sítios da região. No bairro são oferecidos os serviços de educação, saúde, lazer por parte do poder público. O comércio desenvolvido com posto de combustível, supermercado, lojas de vestuário, salão de beleza, restaurantes, borracharias, padarias, casas noturnas, entre outros.

#### **g) Comunidades Tradicionais**

De acordo com os registros da Relação das Comunidades Negras Quilombolas em Minas Gerais, do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, não há Comunidades Remanescentes de Quilombos nos arredores do bairro de Joaquim Murinho. E, também, conforme investigado na plataforma Centro de Monitoramento Remoto da FUNAI não foram identificadas reservas indígenas na região.



### 11.3.4 Pesquisa Percepção Socioambiental Comunidades da AEL

A seguir apresentam-se os resultados da pesquisa de percepção socioambiental realizada com os moradores das comunidades do entorno do empreendimento, situadas no bairro Joaquim Murtinho, Ipiranga e Lobo Leite pertencente ao município de Congonhas – MG.

A pesquisa de percepção socioambiental se configura como um instrumento participativo que permite conhecer melhor as inter-relações entre o humano e o meio ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos, entre outros.

#### 11.3.4.1 Metodologia

Neste estudo de percepção socioambiental, foi realizada uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, do tipo survey, utilizando um formulário semiestruturado para a coleta de dados, com questões abertas e fechadas.

A percepção socioambiental é uma construção social, edificada pela vivência com aquele espaço. Os moradores possuem laços e ancestralidades, que juntamente com o fator tempo conformam o espaço no lugar. Conforme destaca o Yi-Fu Tuan:

*“Podemos dizer, geralmente, que quanto mais tempo permaneceremos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira. Conhecer subconscientemente com os sentidos passivos do corpo - particularmente o olfato e o tato - exige longo tempo de permanência. Conhecer com a visão e a mente exige muito menos tempo”.*  
(TUAN, 2011, p.17)

Para a coleta das informações referentes à percepção ambiental desses sujeitos foi utilizada a entrevista semiestruturada, que segundo Manzini (2004):

*“Cabe aqui um lembrete, a entrevista semiestruturada é uma das formas para coletar dados. Ela se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido, para nós, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a formação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. (...) pelo fato de a entrevista ser um processo de interação social os dados são de natureza social, e isso precisa ser levado em conta na interpretação dos resultados.”*  
(MANZINI, 2004)

A abordagem utilizada para a interpretação dos dados e sua consequente conclusão foi a quanti-qualitativa, visto que, segundo Souza e Kerbauy (2017):

*“As abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares. Logo, a literatura da área*

*aponta claramente que a pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa e/ou mista consiste em uma tendência que indica o surgimento de uma nova abordagem metodológica. Uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa. Caracteriza-se como um movimento científico, que se opõe a histórica dicotomia quantitativa-qualitativa.” (SOUZA & KERBAUY, 2017)*

## **Etapas de Pesquisa**

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa compreendem as seguintes etapas: definição da amostragem; elaboração do questionário semiestruturado; coleta de dados, tratamento e análise dos resultados.

### **o Amostragem**

A metodologia aplicada na pesquisa de percepção compreendeu o método de amostragem aleatória simples, que segundo Oliveira et al. (2004), consiste em um método de amostragem probabilístico em que todos os membros de uma determinada população possuem a mesma probabilidade de serem incluídos na amostra. A partir desse entendimento teórico, foi feito um contato inicial com a liderança local, afim de conhecer melhor as peculiaridades da comunidade e otimizar a pesquisa de campo. Em sequência, deu-se prosseguimento com as entrevistas compreendendo os bairros Ipiranga e Joaquim Murtinho, além do Distrito de Lobo Leite no município de Congonhas.

A abordagem aleatória dos entrevistados, conforme metodologia supracitada, foi realizada afim de atingir uma amostra e um público variados sob os aspectos de gênero e faixa etária. Assim, para escolha da amostra admitiu-se um coeficiente de segurança de 90% e erro amostral de 5%. O quantitativo populacional local foi aferido junto com a comunidade local.

### **Critérios de inclusão:**

- a) idade igual ou superior a 18 anos;
- b) morar na região de interesse;
- c) concordar em participar da pesquisa.

### **Critérios de exclusão:**

- a) idade inferior a 18 anos;
- b) recusa em participar da pesquisa.

### **o Coleta de Dados**

Para realização da pesquisa foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado, abrangendo quatro blocos de questões: I- Identificação do entrevistado; II- Vínculo afetivo com o lugar; III- Percepção da paisagem e IV- Presença do empreendimento na região.

#### **- Identificação**

O primeiro bloco do questionário diz respeito à identificação dos entrevistados nas localidades em estudo. Para tanto, trata-se de questões como faixa etária, escolaridade, renda, estado civil, entre outros.

#### **- Vínculo afetivo com o lugar**

O segundo bloco aborda questões sobre o vínculo afetivo dos entrevistados com o local de moradia. Ressalta-se aqui a forma de conhecer o meio ambiente, que vai além de atribuir valores estéticos, econômicos e afetivos, buscando a identificação dos desejos e das demandas das pessoas que vivem no local.

#### **- Percepção da paisagem e aspectos de infraestrutura**

O terceiro bloco trata da percepção da paisagem e dos mapas mentais. De acordo com TUAN (1980, p. 91), o meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligados. A visão do mundo, não sendo derivada de uma cultura estranha, é constituída a partir dos elementos do ambiente social e físico de um povo. A visão do mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural, como meio de vida.

Para ter essa compreensão dos moradores entrevistados, são colocadas questões sobre os problemas, os pontos positivos e negativos da localidade. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa. Desta forma, o estudo da percepção socioambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

#### **- Presença do empreendimento na região**

No quarto bloco, as questões tratam de assuntos que avaliam a presença do empreendimento na região. Para este entendimento, os entrevistados responderam a questionamentos referentes às

expectativas, possíveis impactos, sugestões visando à melhoria do relacionamento entre empreendedor e população, entre outros.

Na elaboração do questionário, foram utilizadas as recomendações de Mattar (1996), Richardson et al. (1999) e Viegas (1999), que ressaltam a importância da não utilização de frases longas, com múltiplas ideias, assim como o uso de expressões técnicas ou ambíguas. Tais elementos contribuem para oferecer ao entrevistado uma melhor compreensão das expressões utilizadas no instrumento de pesquisa. As questões abertas incluídas no questionário têm como objetivo, principalmente, contemplar a dimensão subjetiva que abrange as temáticas da percepção ambiental.

Os pesquisados responderam de forma voluntária à entrevista, além de terem sido informados sobre o objetivo da mesma, bem como o uso das informações para projeto de licenciamento ambiental. O sigilo das informações também foi garantido.

### **Entrevistas**

As entrevistas foram realizadas nos meses de julho e outubro de 2021 por equipe de profissionais da CERN - Consultoria e Empreendimentos de Recursos Naturais. O objetivo principal desta pesquisa foi conhecer o perfil dos moradores do entorno, bem como sua percepção ambiental em relação a ampliação de beneficiamento de minério do “Projeto 4M”.

#### **o Sistematização e análise dos dados**

Após os trabalhos de campo, os dados de cada localidade foram sistematizados em um banco de dados geográfico, afim de subsidiar a análise dos resultados, realizada para cada comunidade pesquisada, afim de se conhecer melhor as singularidades de cada uma, permitindo em direcionamentos mais incisivos e coerentes com a realidade de cada público pesquisado. Para tanto, realizou-se uma análise descritiva dos resultados, com o auxílio do suporte de ferramentas estatísticas, como a utilização do *software* Microsoft Office Excel para a apresentação dos dados. A seguir apresentam-se os resultados da pesquisa de percepção socioambiental.

#### **11.3.4.2 Resultados**

Apresenta-se a seguir os resultados da pesquisa de percepção socioambiental realizada no distrito de Lobo Leite e nos bairros Ipiranga e Joaquim Murtinho no município de Congonhas e Conselheiro Lafaiete.

Durante os levantamentos de campo foram realizadas 65 abordagens, com 61 entrevistas realizadas e 04 recusas em Lobo leite,

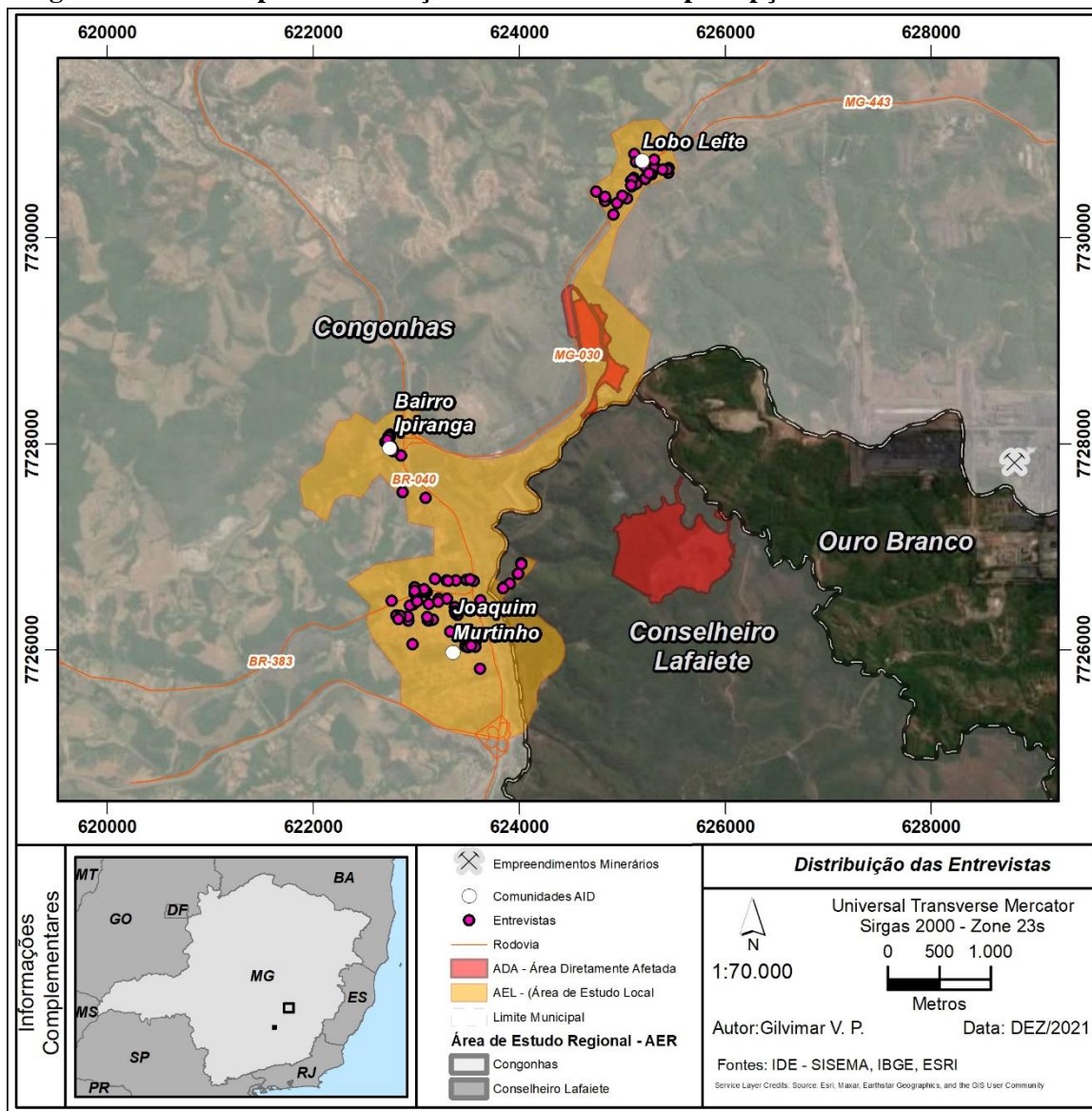
Em Joaquim Murtinho foram 46 abordagens, com 42 entrevistas e 04 recusas e no bairro Ipiranga, não houve nenhuma recusa, totalizando 15 abordagens com 15 entrevistas realizadas,

No que se refere ao contingente populacional aproximado da pesquisa em Lobo Leite 136 pessoas, em Joaquim Murtinho 190 pessoas e 55 pessoas no bairro Ipiranga contabilizando um total aproximadamente de 381 pessoas.

A pesquisa contabilizou um total de 118 entrevistas realizadas, as mesmas foram especializadas conforme ilustra a figura a seguir.

A pesquisa contabilizou um total de 118 entrevistas realizadas. Em Lobo Leite, foram realizadas 65 abordagens, com 61 entrevistas realizadas e 04 recusas, atingindo um contingente populacional de 136 pessoas. Em Joaquim Murtinho foram 46 abordagens, com 42 entrevistas e 04 recusas, compreendo um contingente de 190 pessoas e por fim, no bairro Ipiranga, não houve nenhuma recusa, totalizando 15 abordagens com 15 entrevistas realizadas, abrangendo o contingente populacional de 55 pessoas. O contingente populacional das entrevistas somou 381 moradores. Segue a espacialização das entrevistas realizadas conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 11.241 – Mapa de localização das entrevistas de percepção socioambiental na AEL



Fonte: CERN,2021.

A seguir apresentam-se os resultados da pesquisa para cada comunidade investigada.

a) *Resultados da pesquisa em Lobo Leite*

Em Lobo Leite as entrevistas compreenderam stakeholders (professoras, presidentes de associação; ex-presidentes da associação, moradores antigos, comerciantes e moradores locais, como mostram os registros a seguir.



**Figura 11.242 - Entrevista realizada Lobo Leite**



22 de jul de 2021 09:17:36.0  
23K 625190 7730722  
Reunião Escola Lobo Leite

Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.243 - Entrevista realizada Lobo Leite**



22 de jul de 2021 15:48:35.5  
23K 624830 7730384  
Lobo Leite

Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.244 - Entrevista realizada Lobo Leite**



23-07-2021 10:43  
23K 625289 7730617 ±65.00m  
Lobo leite

Fonte: CERN, 2021.

**Figura 11.245 - Entrevista realizada Lobo Leite**



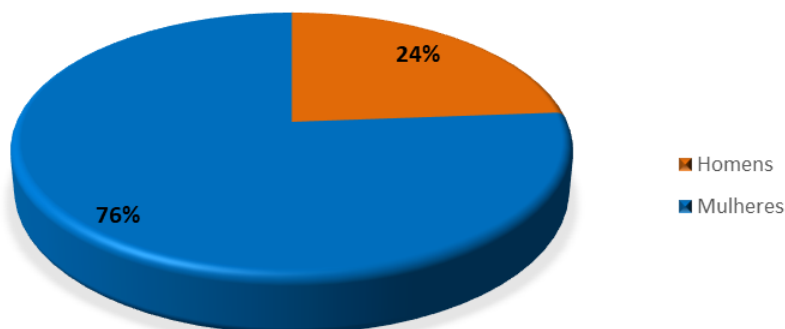
23-07-2021 10:26  
23K 625225 7730575 ±5.00m  
Lobo leite

Fonte: CERN, 2021.

## I – PERFIL DO ENTREVISTADO

Este bloco como supracitado diz respeito à identificação dos entrevistados. Em relação a representatividade por gênero registrou-se que 76% dos entrevistados são do gênero feminino e 24% do gênero masculino como ilustra a figura abaixo.

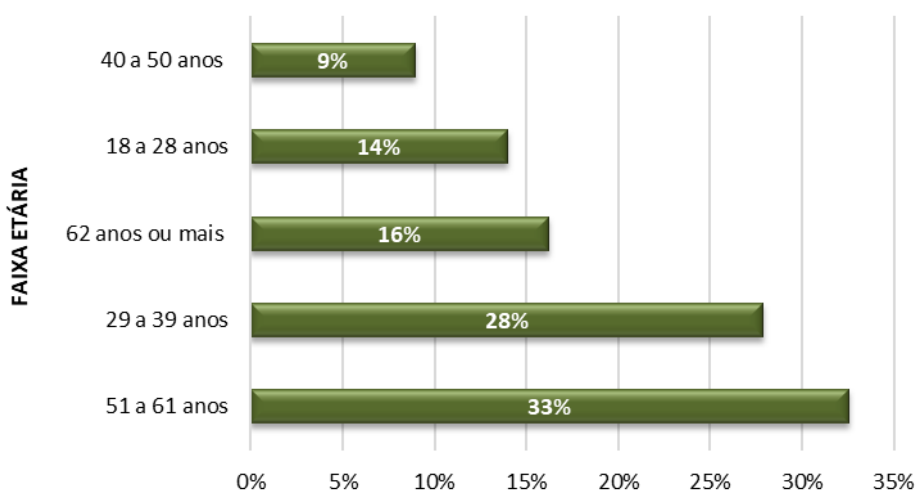
Figura 11.246 - Distribuição por gênero (%)



Fonte: CERN, 2021.

A distribuição por faixa etária demonstrou que a maioria dos entrevistados estão dentro da faixa etária de 51 a 61 anos correspondendo a 33%, representando 5% de diferença para a segunda maior porcentagem (28%) representada pelo grupo etário de 29 a 39 anos, seguido respectivamente: 62 anos ou mais 12%, 18 a 28 anos 14% e 40 a 50 anos 9%.

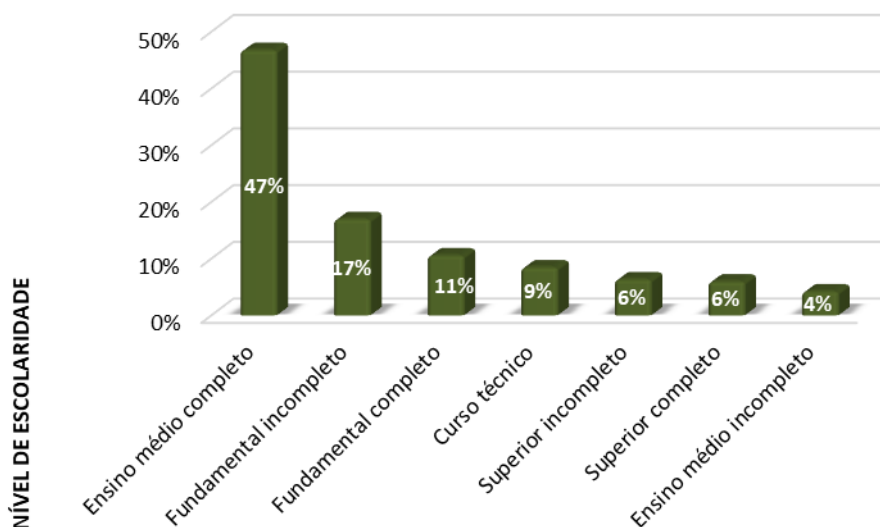
Figura 11.247 - Distribuição por faixa etária (%)



Fonte: CERN, 2021.

No que diz respeito à escolaridade a localidade apresentou maior concentração de participantes com o ensino médio completo correspondendo a 47%, com a diferença de 30% para a segunda maior porcentagem (17%) cujo o nível de escolaridade corresponde ao fundamental incompleto seguido respectivamente: fundamental completo 11%; curso técnico 9%; superior completo 6% e ensino médio completo 4%.

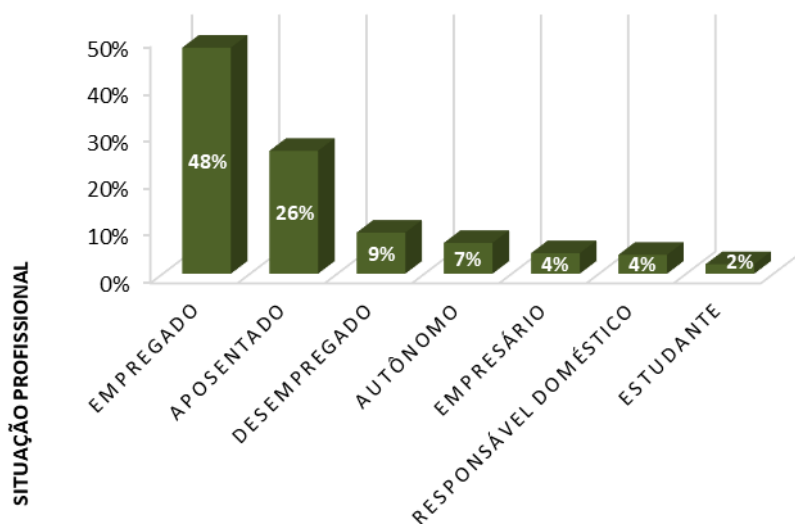
Figura 11.248 - Nível de escolaridade (%)



Fonte: CERN, 2021.

Sobre a situação profissional do público entrevistado; 48% encontram-se empregados; 26% aposentados; 9% desempregados; 7% autônomos; 4% estão no empresariado, 4% responsáveis domésticos e 2% estudantes.

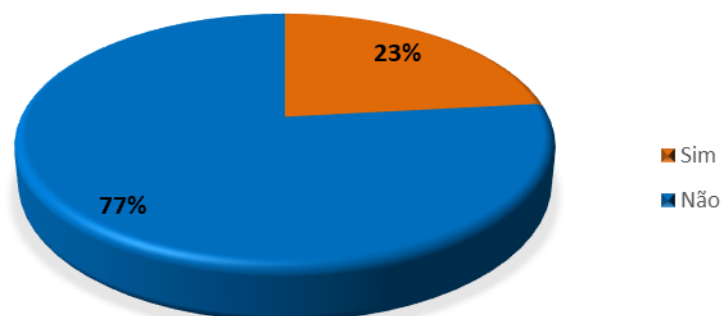
Figura 11.249 - Distribuição por situação profissional (%)



Fonte: CERN, 2021.

Indagados sobre a participação em grupos, organizações ou movimentos sociais 77% sinalizaram não participar enquanto 23% declararam que participam.

Figura 11.250 - Participação em grupos, organizações ou movimentos sociais (%)

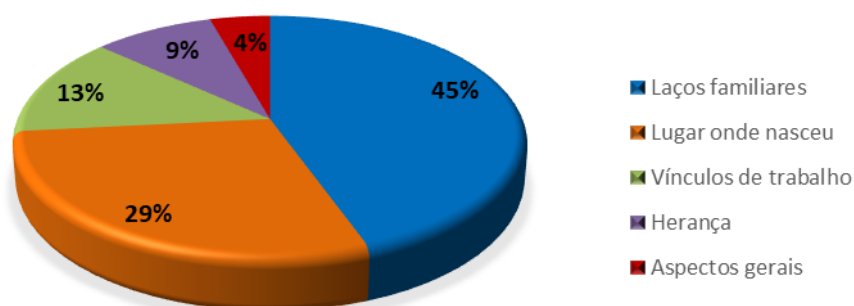


Fonte: CERN, 2021.

## II - VINCULO AFETIVO COM O LUGAR

A respeito do vínculo com o lugar, verificou-se que a maioria dos entrevistados apresentam laços familiares com o lugar correspondendo a 45%, 29% declararam que o vínculo com o lugar está ligado ao lugar de nascimento, seguindo; 13% vínculo de trabalho, 9% herança e 4% aspectos gerais (tranquilidade, natureza).

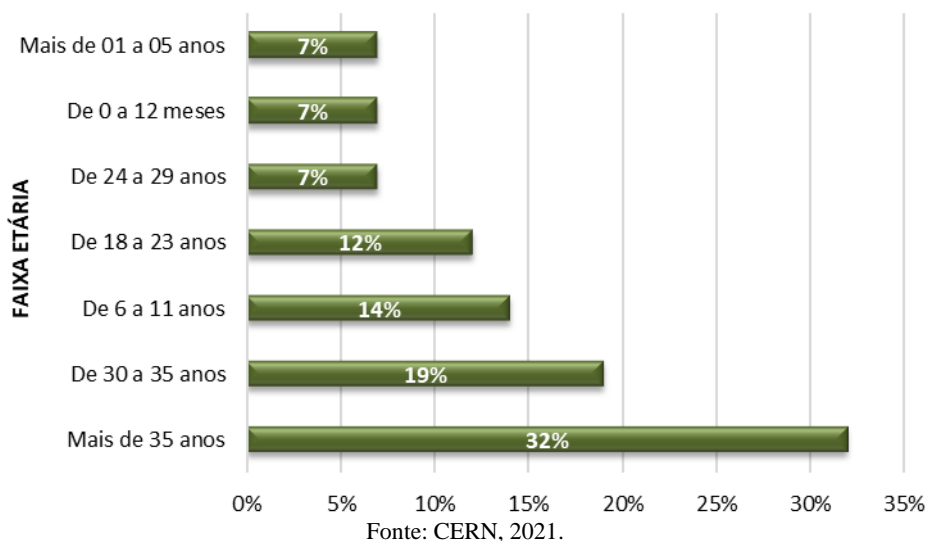
Figura 11.251 - Vínculo afetivo com o lugar (%)



Fonte: CERN, 2021.

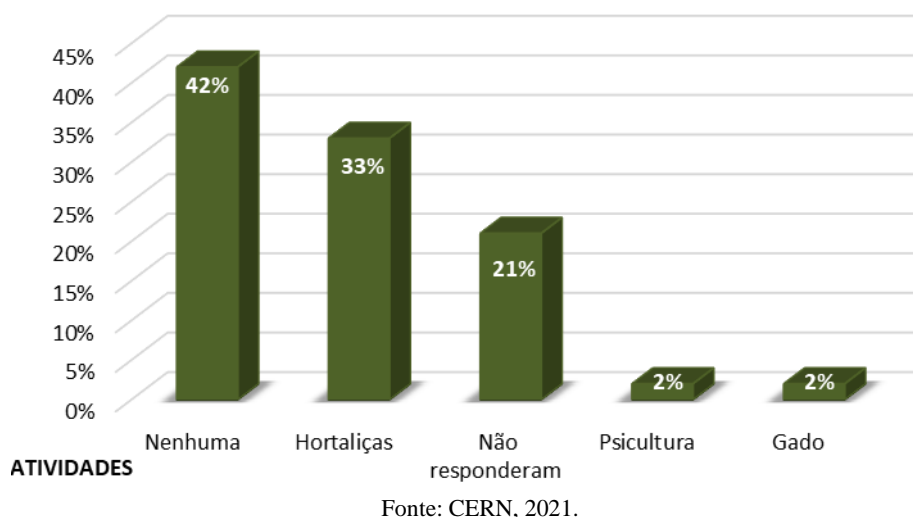
De acordo com o tempo de moradia no local registrou-se que o maior grupo etário entre o público participante da pesquisa são aqueles que moram a mais de 35 anos na localidade correspondendo a 32% seguido por; a faixa etária de 30 a 35 anos 19%; de 06 a 11 anos 14%; de 18 a 23 anos 12%; de 24 a 29 anos 7%, de 0 a 12 meses e mais de 01 anos até 05 anos.

Figura 11.252 - Tempo de moradia no local (%)



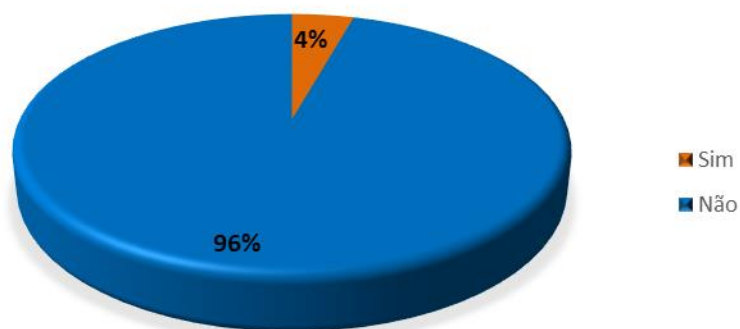
Sobre as atividades praticadas na residência a maioria dos participantes da pesquisa sinalizaram que não pratica nenhuma atividade correspondendo a 42%, seguido por ordem de porcentagem do maior para o menor respectivamente; Cultivo de orgânicos e hortaliças 33%; não responderam 21%; piscicultura 2% e criação de gado 2%.

Figura 11.253 - Atividade praticada na residência (%)



Em relação a comercialização da produção 96% declararam não realizar enquanto 4% realizam a comercialização da produção.

Figura 11.254 - Comercialização da produção (%)

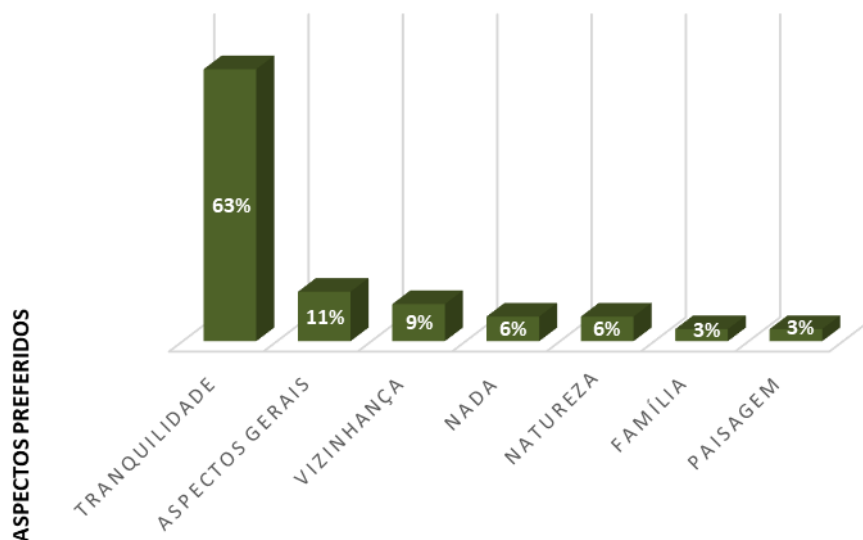


Fonte: CERN, 2021.

### III - PERCEPÇÃO DA PAISAGEM

Acerca da percepção da paisagem, indagados sobre os aspectos preferidos vivenciados na localidade, os participantes da pesquisa indicaram a tranquilidade como o principal aspecto de preferência correspondendo 63%, 11% atribuíram a aspectos gerais do cotidiano da localidade seguido por; vizinhança 9%; nada 6%; natureza 6%; família 3% e paisagem 3%.

Figura 11.255 - Aspectos preferidos (%)

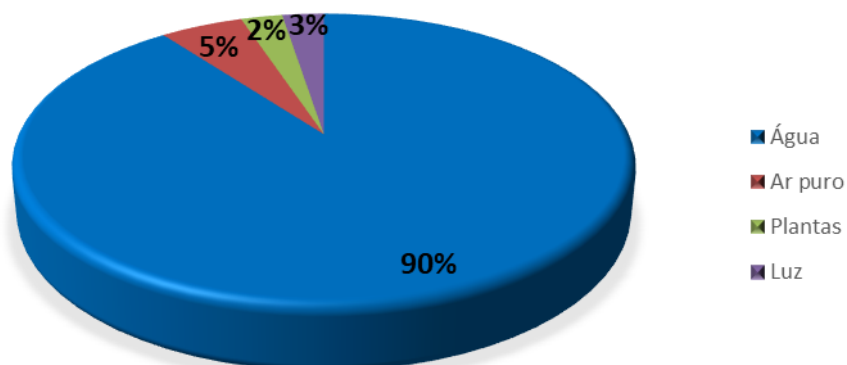


Fonte: CERN, 2021.

Sobre o recurso natural que mais se identifica os entrevistados indicaram que o recurso de maior identificação é a água com 90% seguida do ar puro 5%, luz 3% e plantas.



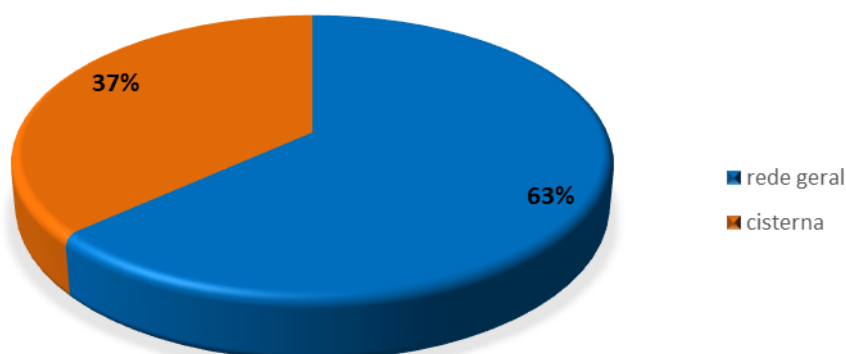
Figura 11.256 - Recurso natural que mais se identifica (%)



Fonte: CERN, 2021.

Em relação ao abastecimento de água, os tipos de uso obtiveram uma distribuição para dois tipos, rede geral 63% e abastecimento realizado por cisterna 37%.

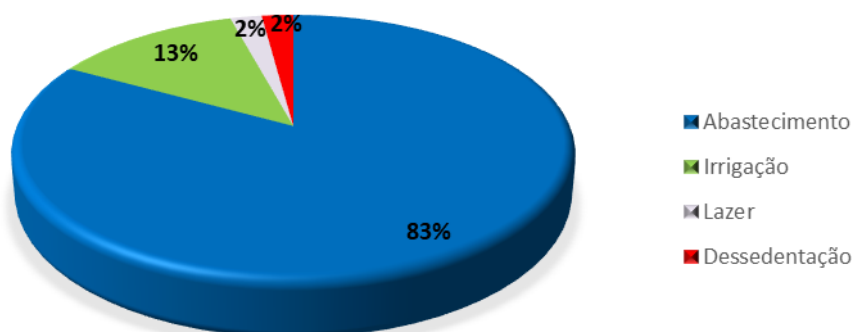
Figura 11.257 - Uso e abastecimento de água (%)



Fonte: CERN, 2021.

No que diz respeito ao uso e destinação da água 83% utilizam a água para o abastecimento doméstico, 13% para irrigação, 2% lazer e 2% na dessedentação de animais.

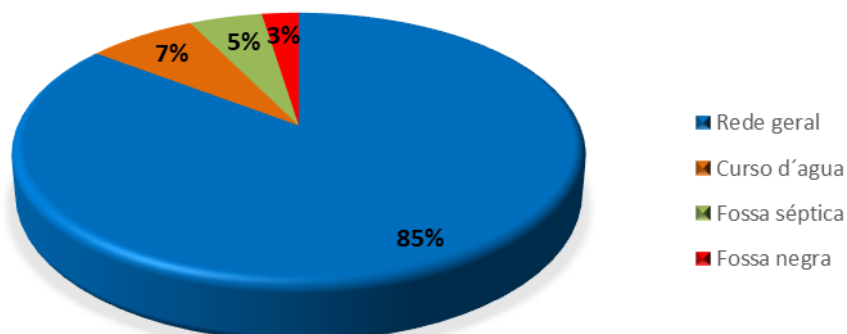
Figura 11.258 - Uso e destinação da água (%)



Fonte: CERN, 2021.

Perguntados sobre o lançamento de efluentes 85% dos entrevistados declararam realizar o lançamento na rede geral correspondendo a maioria, 7% utilizam o curso d'água, 5% fossa séptica e 3% a fossa negra.

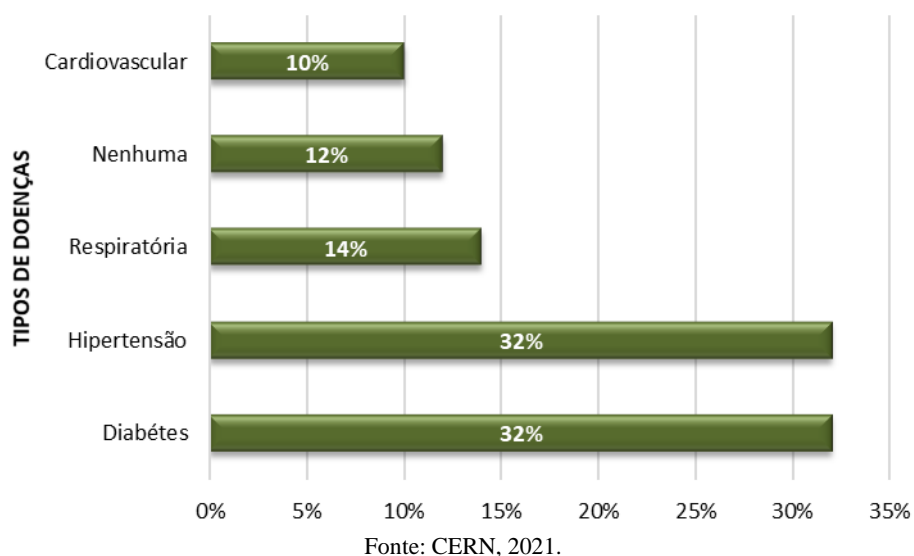
Figura 11.259 - Lançamento de efluentes (%)



Fonte: CERN, 2021.

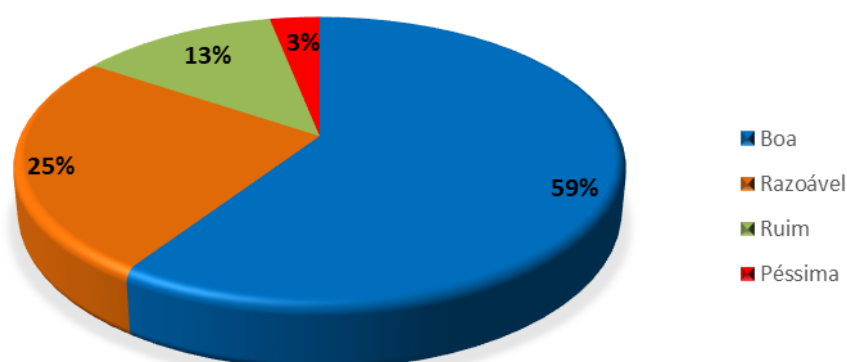
A utilização do posto de saúde de Lobo Leite representou um percentual de 76% dos entrevistados. Já sobre o histórico de doença na família o maior percentual no que se refere a tipos de doença se dividiu em 32% com histórico familiar de hipertensão e 32% diabetes seguidos por; 14% doenças respiratórias, 12% nenhuma e 10% doenças cardiovasculares.

Figura 11.260 - Histórico de doença na família (%)



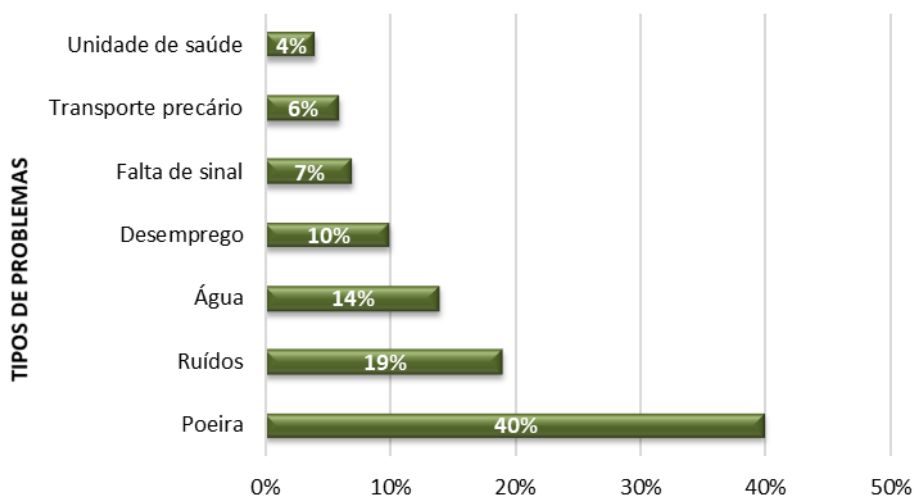
Sobre a qualidade das vias públicas locais 59% dos entrevistados classificaram as vias como boas, 25% consideram razoável, 13% ruim e 3% péssima.

Figura 11.261 - Qualidade das vias públicas (%)



Acerca do principal problema na localidade, a maioria dos entrevistados relataram a poeira correspondendo a 40%, 19% indicaram a presença de ruídos, 14% no que remete ao preço e distribuição da água seguida por; desemprego 10%; falta de sinal 7%, transporte precário 6% e unidade saúde 4%.

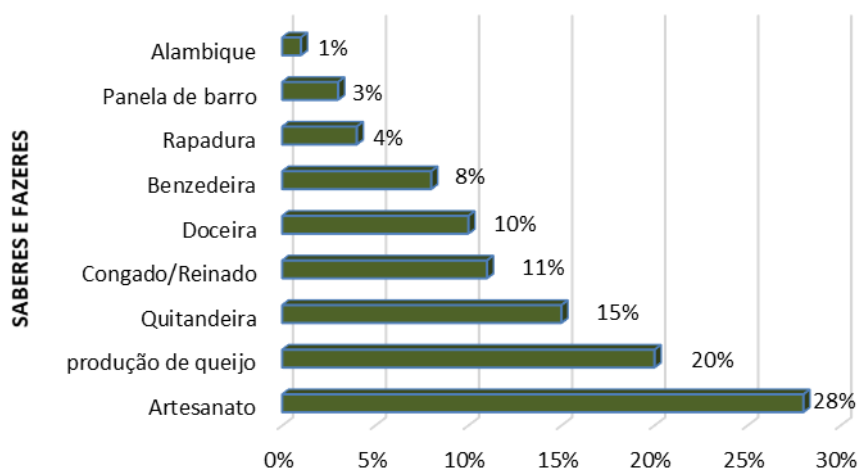
**Figura 11.262 - Principal problema na localidade em que mora (%)**



Fonte: CERN, 2021.

Sobre os fazeres e saberes culturais, a maioria dos entrevistados conhece o artesanato correspondendo a 28%, seguido por; produção de queijo 20%; a prática e o saber da quitanda 15%; Congado e Reinado 11%; doceira 10%; benzedeira 8%; rapadura 4%; panela de barro 3% e alambique 1%.

**Figura 11.263 - Em relação a cultura você conhece (%)**

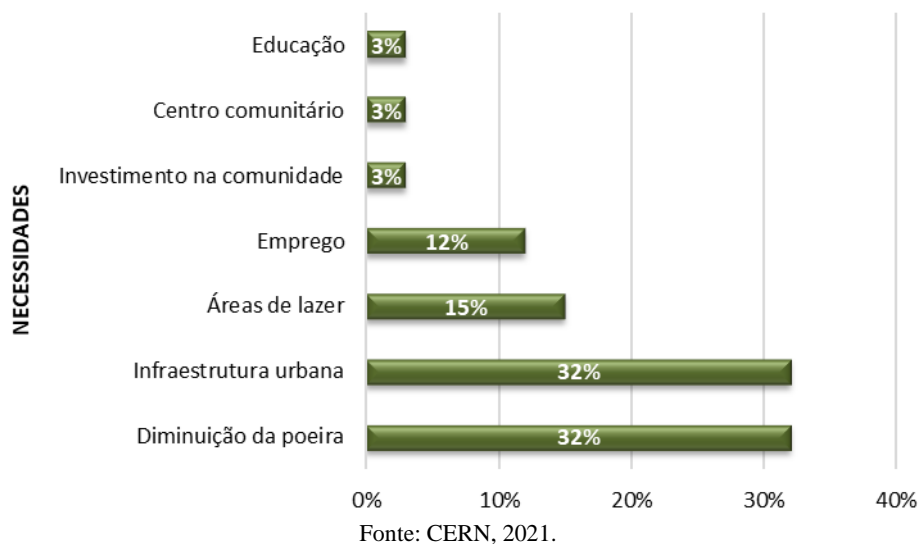


Fonte: CERN, 2021.

Indagados sobre a maior necessidade de melhoria para comunidade 32% sinalizou a diminuição da poeira, outros 32% indicou a melhoria da infraestrutura urbana de maneira geral citando melhorias no saneamento, iluminação, transporte e equipamentos públicos na saúde. 15% ob-

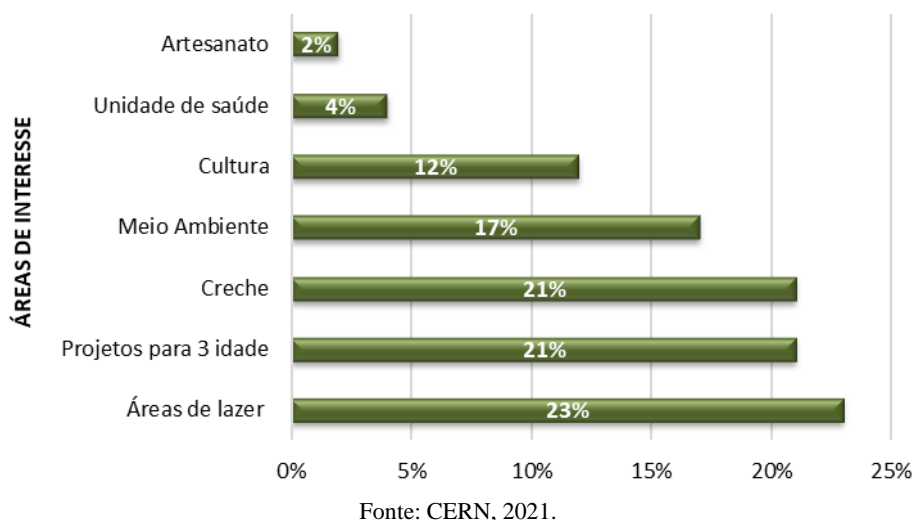
servaram a necessidade de aumentar o espaço de lazer assim como criar espaços; 12% o aumento de oportunidades na área de trabalho(emprego); 3% investimento na comunidade; 3% criação de centro comunitário e 3% melhorias na educação.

**Figura 11.264 - Maior necessidade de melhoria para sua comunidade/localidade (%)**



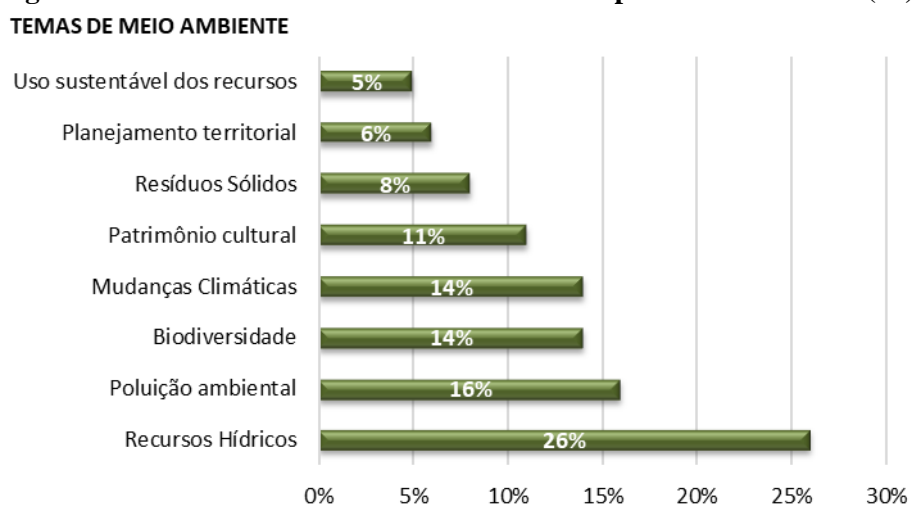
Sobre a criação e produção de projetos sociais, a comunidade indicou em sua maioria a ação para as áreas de lazer com 23% demonstrando a interface com a figura ilustrada acima. Seguido respectivamente por; 21% projetos para 3ª idade; 21% projetos ligado as creches; 17% meio ambiente; 12% cultura; 4% unidades de saúde e 2% artesanato.

**Figura 11.265 - Projetos sociais/infraestrutura mais importantes para a comunidade (%)**



Em relação aos temas mais importantes para a localidade, a temática de recursos hídricos representou a maior porcentagem com 26% e na sequência: a poluição ambiental 16%, a Biodiversidade 14%; as mudanças climáticas 14%; o Patrimônio cultural 11%; os resíduos sólidos 8%; o planejamento territorial 6% e o uso sustentável dos recursos 5%.

**Figura 11.266 - Temas do meio ambiente mais importantes onde vive (%)**

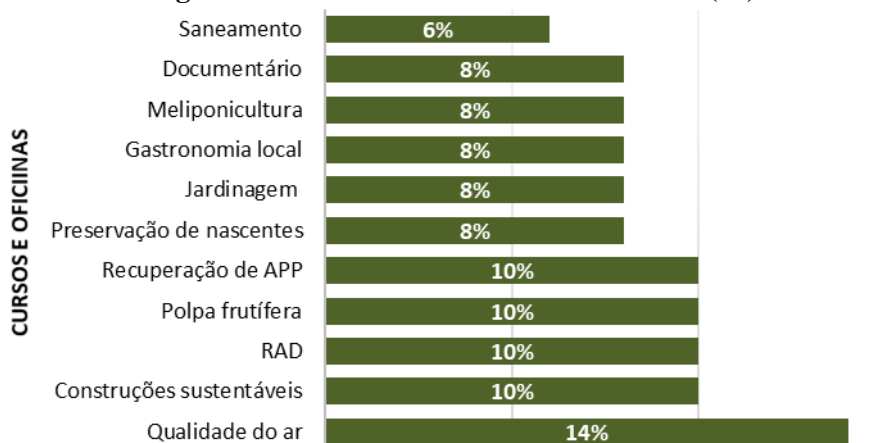


Fonte: CERN, 2021.

Sobre cursos e oficinas de interesse verificou-se que as respostas dos participantes se comportaram de maneira heterogênea e com proximidades percentuais. A maioria sinalizou a qualidade do ar como principal área de interesse correspondendo a 14% seguida respectivamente por; construções sustentáveis 10%, Recuperação de Áreas Degradadas 10%, polpas frutíferas 10%; recuperação de áreas de preservação permanente 10%; preservação de nascentes 8%; jardinagem 8%; gastronomia local 8%; meliponicultura 8%; documentário do patrimônio cultural local e 6% saneamento.



**Figura 11.267 - Cursos/Oficinas de interesse (%)**



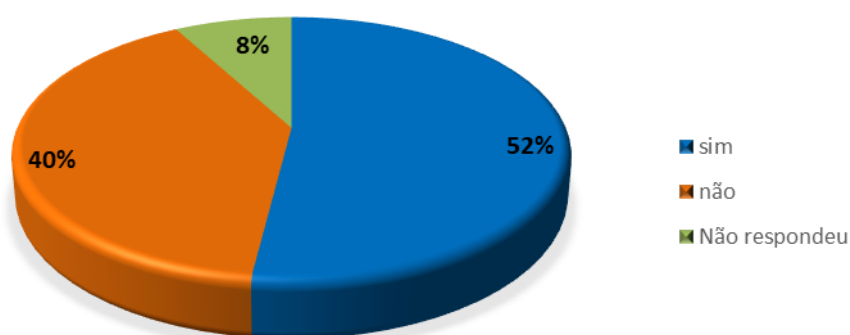
Fonte: CERN, 2021.

#### IV – PRESENÇA DO EMPREENDIMENTO

A fim de avaliar a percepção dos entrevistados acerca da dinâmica do empreendimento mine-rário, foram investigados aspectos sobre a importância da atividade mineradora para a região, conhecimento sobre o processo produtivo, aspectos positivos e negativos do empreendimento, além de ferramentas para subsidiar a comunicação entre a empresa e a comunidade.

A figura abaixo ilustra sobre os participantes da pesquisa que já visitou uma Unidade de Trata-mento de Minério – UTM, verificou-se que a maioria correspondente a 52% já visitou, com a diferença percentual de 12% para o percentual dos que não visitaram uma UTM computando 40% e 8% não responderam.

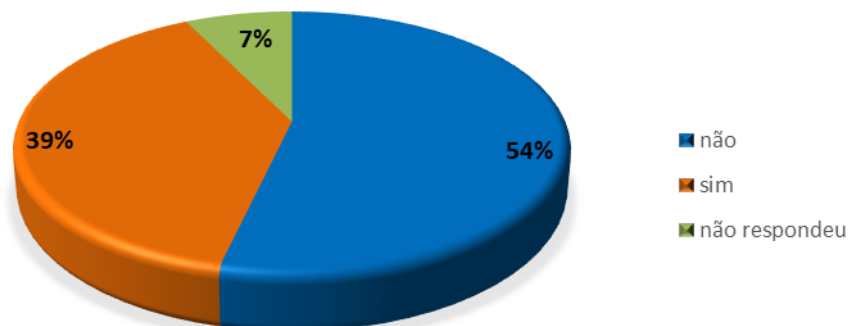
**Figura 11.268 - Já visitou uma Unidade de Tratamento de Minério- UTM (%)**



Fonte: CERN, 2021.

Em relação ao conhecimento sobre o processo produtivo de beneficiamento do minério, 54% sinalizaram não conhecer o processo, 39% tem conhecimento sobre o beneficiamento e 7% não souberam ou não responderam.

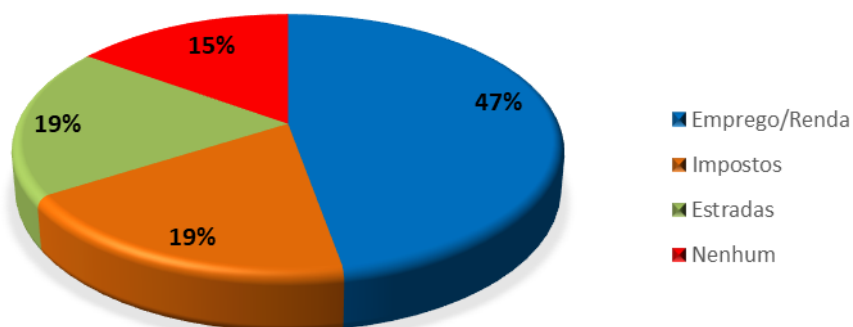
Figura 11.269 - Conhecimento sobre o beneficiamento do minério (%)



Fonte: CERN,2021.

No que se refere aos pontos positivos da atividade minerária para região, 47% dos entrevistados em sua maioria indica como pontos positivos geração de emprego e renda, sendo seguida por; impostos 19%, melhoria das estradas 19% e 15% nenhum ponto positivo.

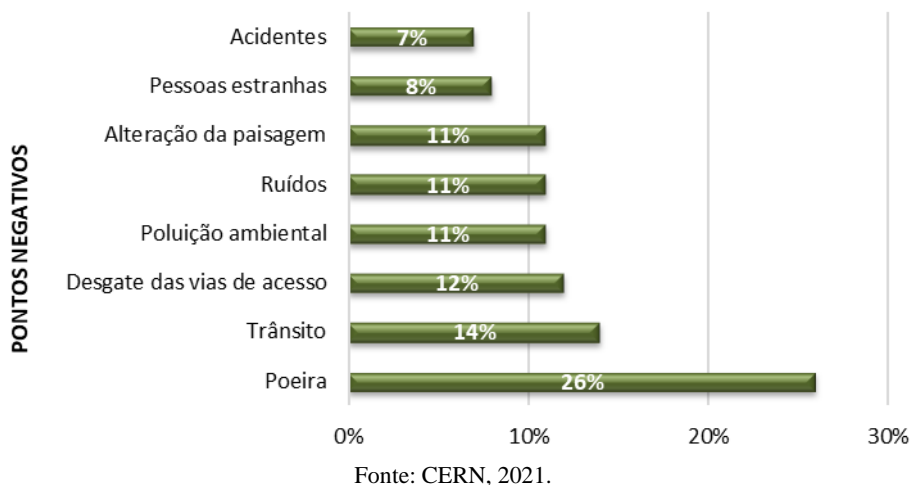
Figura 11.270 - Sabe os pontos positivos da atividade minerária para a região (%)



Fonte: CERN, 2021.

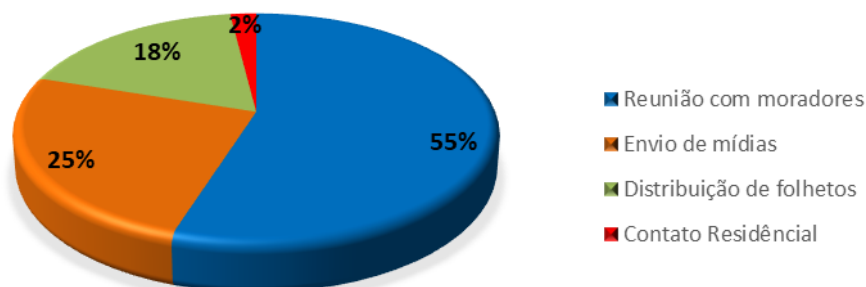
Em relação aos pontos negativos a distribuição se comportou heterogênea, sendo a presença de poeira a maior porcentagem correspondente a 26%, seguida respectivamente pelo: trânsito 14%; desgaste das vias de acesso 12%; poluição ambiental 11%; ruídos 11%; alteração da paisagem 11%; circulação de pessoas estranhas 8% e aumento de acidentes.

Figura 11.271 - Pontos negativos da instalação do empreendimento (%)



Sobre sugestões para melhorar a comunicação entre a comunidade e empreendimento a maior porcentagem foi 55% correspondendo a reunião com os moradores, seguida respectivamente; 25% envio de mídias digitais, 18% distribuição de folhetos e 2% contato residencial.

Figura 11.272 - Sugestão para melhorar a comunicação entre a comunidade e empreendimento (%)



## Resultados gerais

Nesta pesquisa de percepção socioambiental foram abordadas 46 famílias resultando em (42 entrevistas realizadas e 04 recusas), abrangendo um quantitativo populacional de aproximadamente 136 pessoas distribuídas em 46 famílias no Distrito de Lobo Leite.

A partir da análise dos resultados observa-se que a maioria dos entrevistados compreende a faixa etária entre 51 a 61 anos, possuem escolaridade com ensino médio completo; apresenta o empregado como situação profissional principal e não participa de nenhuma organização social. A respeito do vínculo afetivo com o lugar, observou-se que a maioria dos entrevistados tem laços familiares em Lobo Leite e residem no local a mais de 35 anos. Acerca da percepção da

paisagem local, notou-se que os itens mais enfatizados da localidade foram: a tranquilidade, a boa relação com a vizinhança e os recursos hídricos. No que tange os recursos naturais que mais se identificam: água (90%), ar puro (5%), e luz (3%). Quanto à presença do empreendimento, a maioria já visitou uma mina de minério e não conhece o funcionamento do beneficiamento e deste tipo de empreendimento. Como pontos positivos apontados, o principal foi à geração de emprego e renda. Como pontos negativos, os entrevistados mencionaram o aumento da poeira, alteração da paisagem, aumento do trânsito de caminhões, desmatamento, poluição da água, aumento de ruídos, desgaste das vias, acidentes de trânsito e circulação de pessoas estranhas. Por fim, grande parte dos entrevistados destacou o desejo de receber informações sobre vagas de emprego em seguida sobre medidas de controle ambiental e informações da estrutura da planta de beneficiamento. Acerca das ferramentas de comunicação a mais citada foi a realização da reunião de moradores.

a) Resultados da pesquisa em Joaquim Murtinho

Em Joaquim Murtinho também foram entrevistados stakeholders como professores, presidente da Associação. Moradores antigos, comerciantes e demais moradores locais que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

**Figura 11.273 – Entrevistas realizadas em Joaquim Murtinho**



Fonte: CERN, 2021

**Figura 11.274 – Entrevistas realizadas em Joaquim Murtinho**



Fonte: CERN, 2021

Figura 11.275 – Entrevistas realizadas em Joaquim Murтинho



Fonte: CERN, 2021

Figura 11.276 – Entrevistas realizadas em Joaquim Murтинho

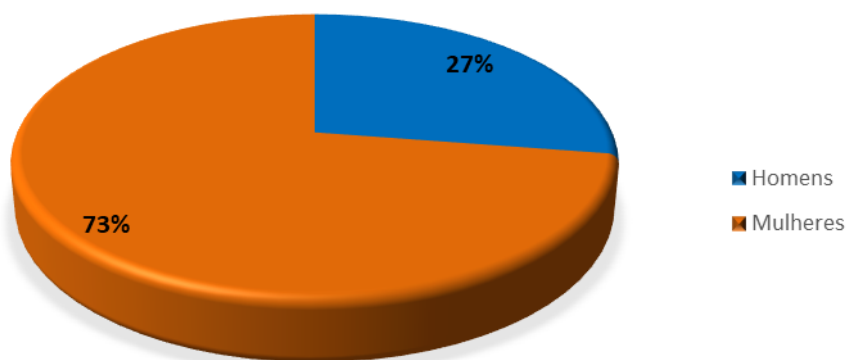


Fonte: CERN, 2021

### I – PERFIL DO ENTREVISTADO

O primeiro bloco do questionário diz respeito à identificação dos entrevistados. Em relação à representatividade por gênero, registrou-se que 73% dos entrevistados são do gênero feminino e 27% do gênero masculino, como ilustra a figura abaixo.

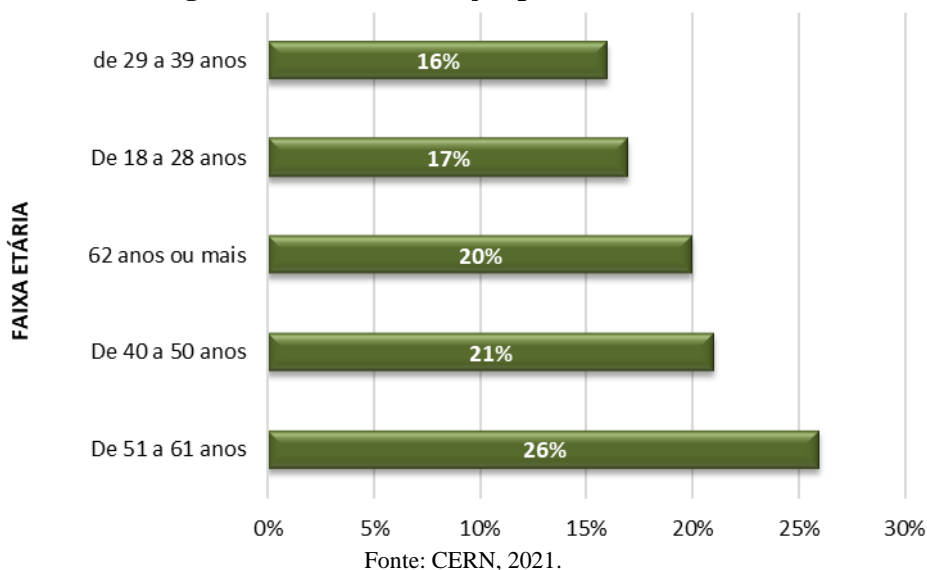
Figura 11.277 - Distribuição por gênero



Fonte: CERN, 2021.

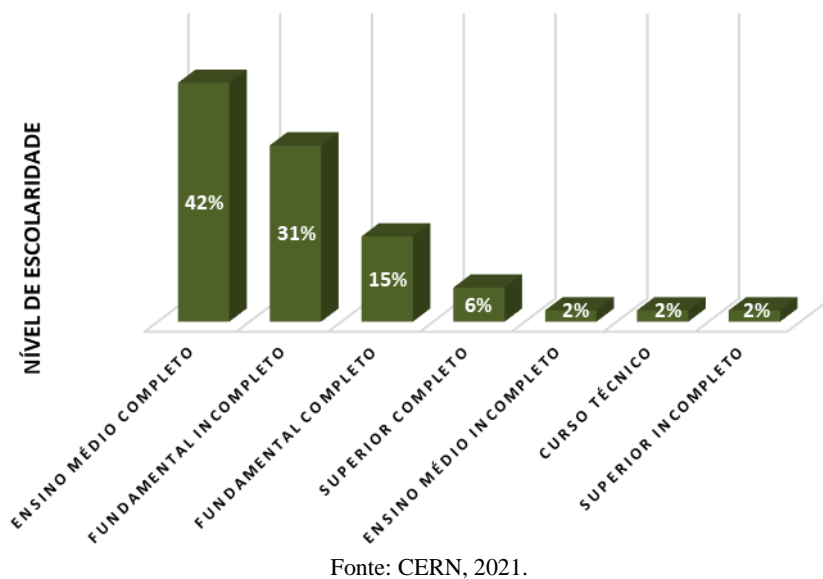
A distribuição por faixa etária demonstrou que dentre o grupo de entrevistados no bairro de Joaquim Murтинho a maioria tem entre 51 a 61 anos correspondendo a 26% dos entrevistados, seguido respectivamente; pela faixa de 40 a 50 anos com 21%, 62 anos ou mais com 20%, de 18 a 28 anos com 17% e de 29 a 39 anos 16%.

Figura 11.278 - Distribuição por faixa etária (%)



No que diz respeito ao nível de escolaridade a distribuição percentual sinalizou que 42% dos entrevistados sendo a maioria tem o ensino médio completo, e 31% possui o fundamental incompleto correspondendo as duas maiores porcentagens. Seguindo a porcentagem da maior para menor o gráfico ilustra também; 15% dos participantes possuem o fundamental completo, 6% ensino superior completo, 2% ensino médio incompleto, 2% curso técnico completo e 2% superior incompleto.

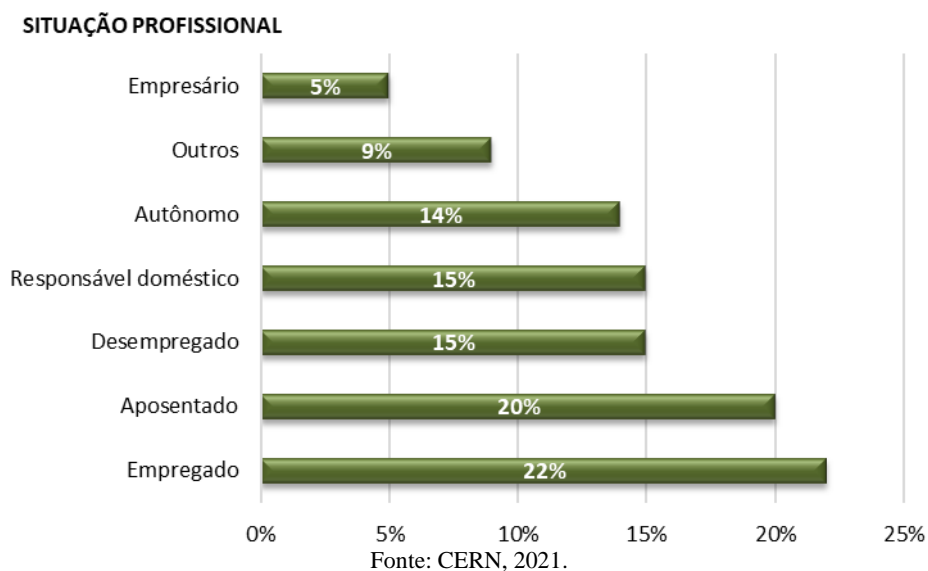
Figura 11.279 - Distribuição por nível de escolaridade





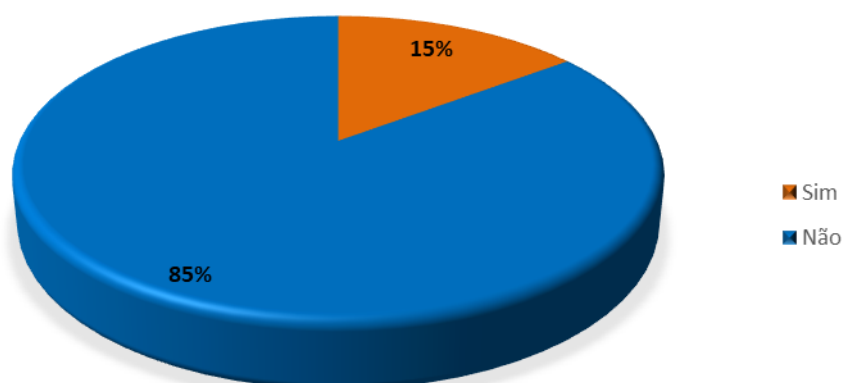
Sobre a situação profissional do público entrevistado, 22% são empregados, 20% estão aposentados, 15% encontram-se desempregados, 15% está na condição de responsáveis doméstico, 14% autônomos, 9% outros (pensionista e não especificaram), e 5% correspondem a empresários e ou produtores rurais.

**Figura 11.280 - Distribuição por situação profissional (%)**



E quando indagados sobre a participação em grupos, organizações ou movimentos sociais, 85% responderam não fazer parte enquanto 15% declararam fazer parte, contemplando entidades como associação de moradores, projeto Reciclando, e projeto social de educação voluntária.

**Figura 11.281 - Participação em grupos, organizações ou movimentos sociais (%)**

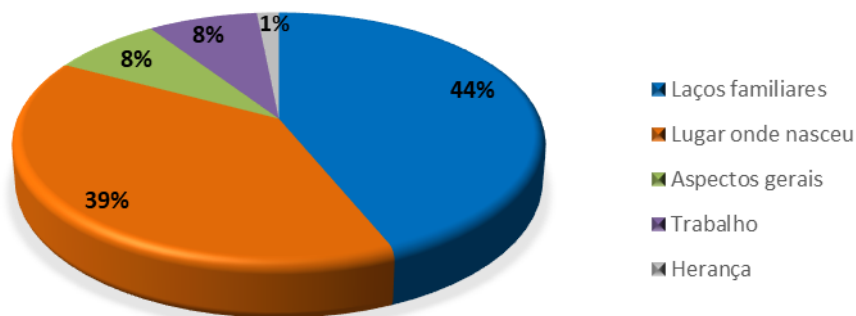


Fonte: CERN, 2021.

## II - VINCULO AFETIVO COM O LUGAR

A respeito do vínculo afetivo com o lugar, verificou-se que a maioria dos entrevistados destacou que a escolha do lugar para morar, justifica-se pelos laços familiares com 44%, 39% por ser o lugar onde nasceu, 8% tem o vínculo afetivo com o lugar por aspectos gerais (natureza, tranquilidade), 8% vínculo com o trabalho e 1% herança.

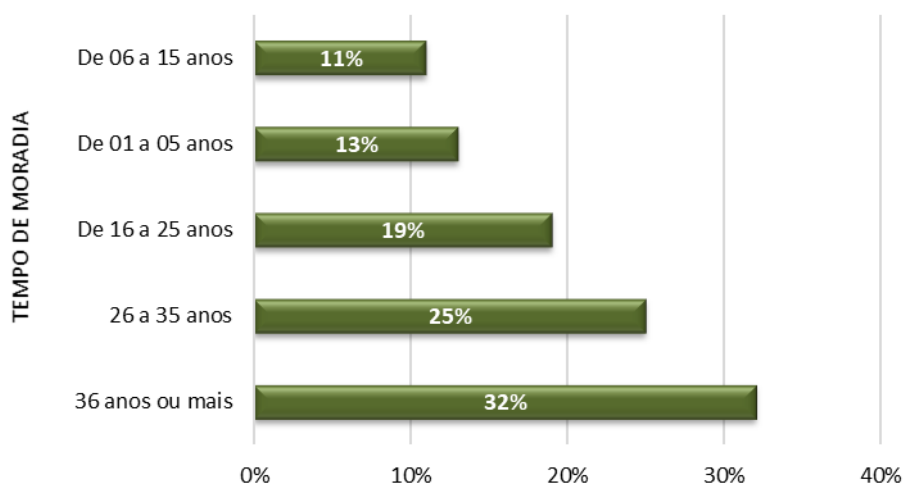
Figura 11.282 - Vínculo afetivo com o lugar (%)



Fonte: CERN, 2021.

A distribuição do tempo de moradia em (%) sinaliza que a maioria dos residentes tem 36 anos ou mais de moradia no bairro correspondendo a 32% apresentando uma distância percentual de 7% para o tempo de moradia de 26 a 35 anos que possui 25% dos entrevistados seguido respectivamente; pela faixa etária de 16 a 25 anos com 19%, de 01 a 05 anos 13%, e de 06 a 15 anos com 11%.

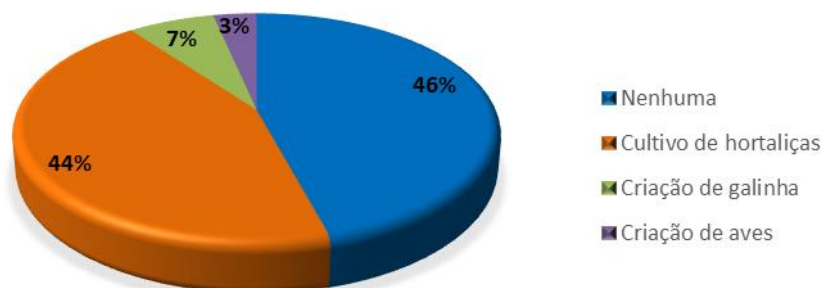
Figura 11.283 - Tempo de moradia no local (%)



Fonte: CERN, 2021.

Indagados sobre as atividades praticadas na residência a maioria dos entrevistados responderam que não realiza nenhuma atividade correspondente a 46%, 44% realizam o cultivo de hortaliças, 7% a criação de galinhas, e 3% criação de aves.

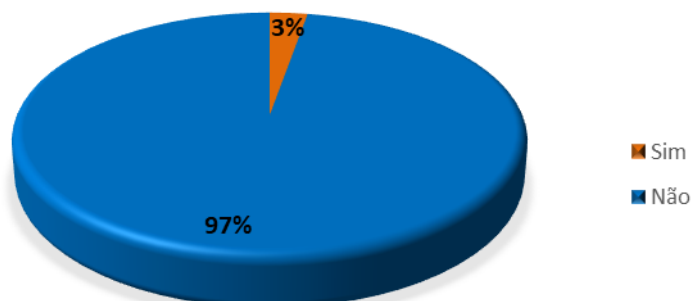
Figura 11.284 - Atividades praticadas na residência (%)



Fonte: CERN, 2021.

Em relação a comercialização da produção 97% não comercializa enquanto 3% exercem a comercialização da produção.

Figura 11.285 - Comercialização da produção (%)

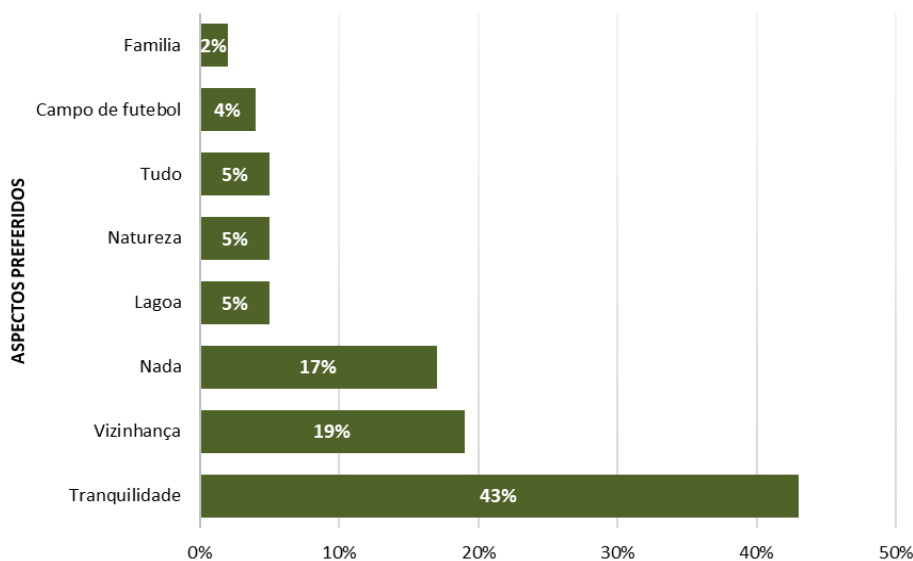


Fonte: CERN, 2021.

### III - PERCEÇÃO DA PAISAGEM

Perguntados sobre o aspecto preferido onde vive, os entrevistados em sua maioria sinalizaram a tranquilidade correspondendo a 43% coma diferença percentual de 24% para a segunda maior porcentagem do aspecto preferido sendo a vizinhança 19%. Seguido respectivamente; nada (nenhum aspecto) 17%; lagoa 5%; natureza 5%; tudo 5%; campo de futebol 4% e família 2%.

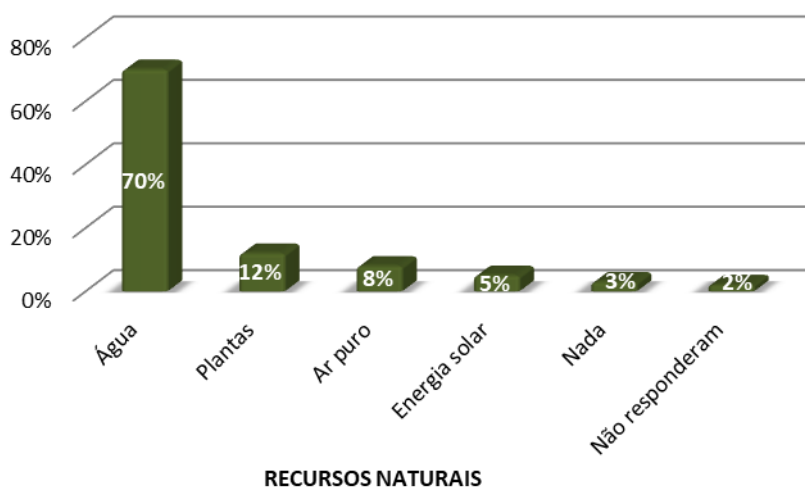
**Figura 11.286 - Aspecto preferido onde vive (%)**



Fonte: CERN, 2021.

Sobre o recurso natural que mais se identifica os entrevistados destacaram que a maior importância em (%) destina-se a água como principal recurso correspondendo a 70%, seguido respectivamente; pelas plantas 12%, ar puro 8%, energia solar 5%, 3% nada (nenhum recurso) e 2% não responderam.

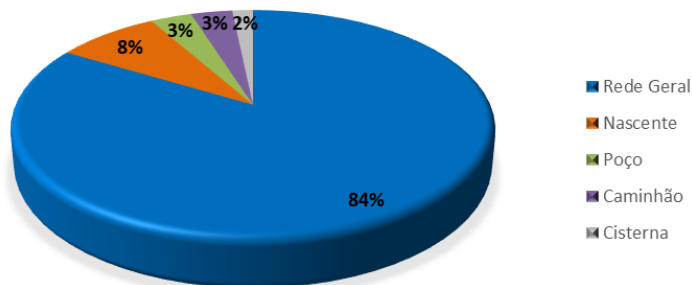
**Figura 11.287 - Recurso natural de maior identidade no lugar onde vive (%)**



Fonte: CERN, 2021.

Sobre o abastecimento de água, os tipos de uso e abastecimento obteve uma distribuição que a grande maioria dos entrevistados utiliza a rede geral computando 84% dos entrevistados, apresentando uma diferença de 76% para o segundo maior tipo de uso e abastecimento que é realizado pela nascente com 8%, 3% poço artesiano, 3% caminhão pipa e 2% cisterna

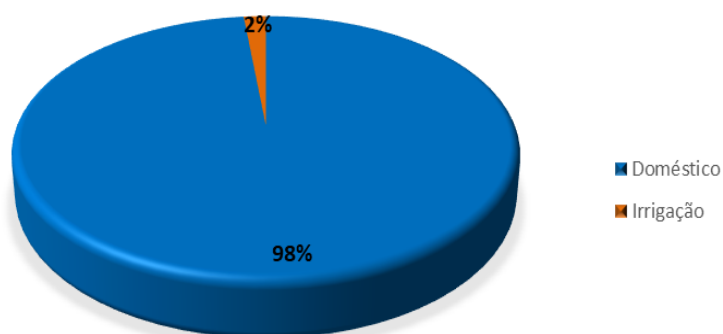
Figura 11.288 - Uso e abastecimento de água (%)



Fonte: CERN, 2021.

Sobre a destinação residencial os moradores entrevistados utilizam majoritariamente a água para uso doméstico correspondendo a 98% e 2% água também para irrigação.

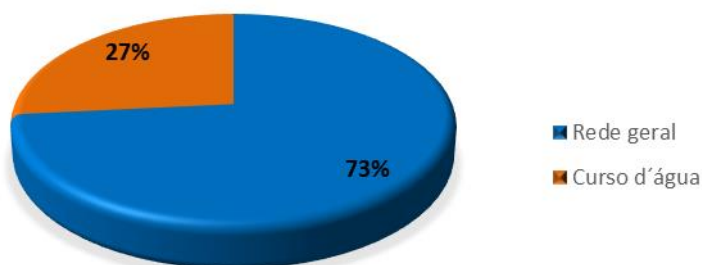
Figura 11.289 - Destinação residencial da água (%)



Fonte: CERN, 2021.

Perguntados sobre o lançamento dos efluentes 73% utilizam a rede geral enquanto 27% lançam seus efluentes no curso d'água.

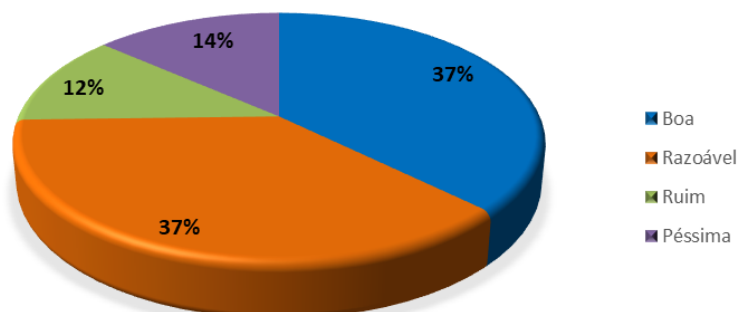
Figura 11.290 - Lançamento de efluente (%)



Fonte: CERN, 2021.

Sobre a qualidade das vias públicas locais 37% classificou a via como boa, 37% como razoável, 14% péssima e 12% identifica a qualidade das vias como ruim.

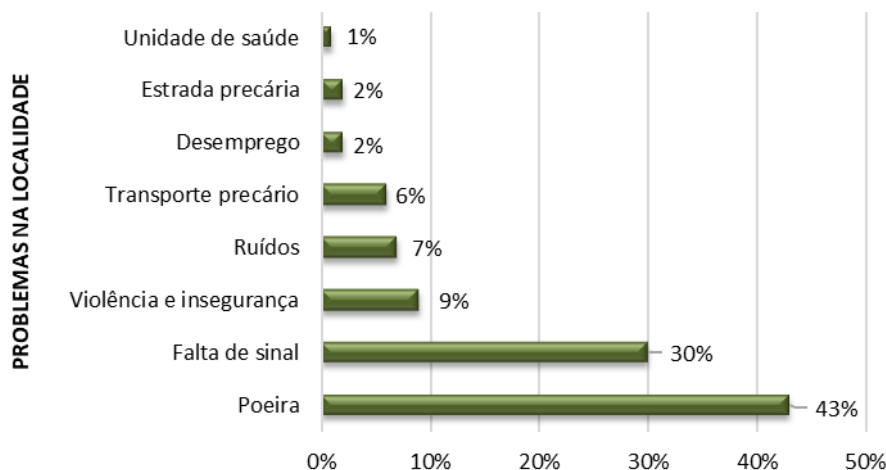
**Figura 11.291 - Qualidade das vias públicas na localidade (%)**



Fonte: CERN, 2021.

Ao indagar os entrevistados acerca do principal problema na localidade em que mora o maior percentual correspondeu a poeira apresentando a porcentagem de 43%, seguida respectivamente; da falta de sinal de internet ou telefone 30%; violência e insegurança 9%; ruídos 7%; transporte precário 6%; desemprego 2%; estrada precária 2% e unidade de saúde 1%.

**Figura 11.292 - Principal problema no lugar onde vive (%)**



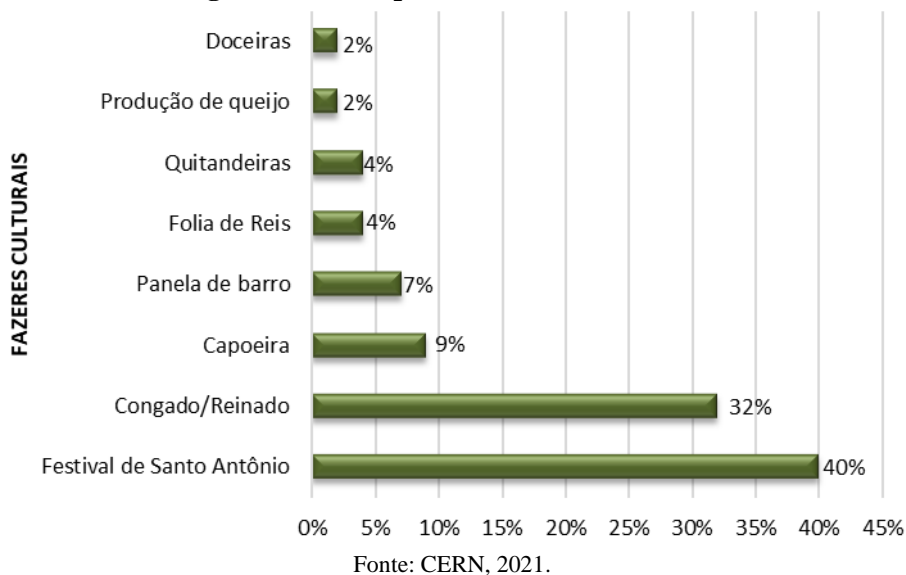
Fonte: CERN, 2021.

Sobre a cultura de Joaquim Murtinho, os entrevistados responderam sobre as atividades que conhecem em relação aos saberes e fazeres culturais. Sendo o festival de Santo Antônio a atividade mais conhecida com 40%, obtendo uma diferença percentual de 8% para o conhecimento do Congado e Reinado que corresponde a 32%. Seguida respectivamente; da capoeira



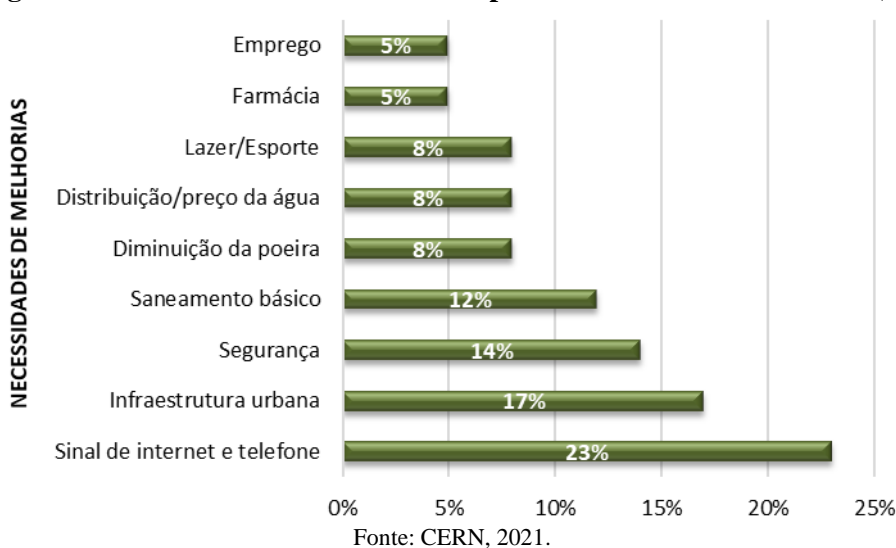
9%; panela de barro 7%; Folia de Reis 4%; Quitandeiras 4%; produção de queijo 2% e doceiras; 2%.

**Figura 11.293 Aspectos culturais locais (%)**



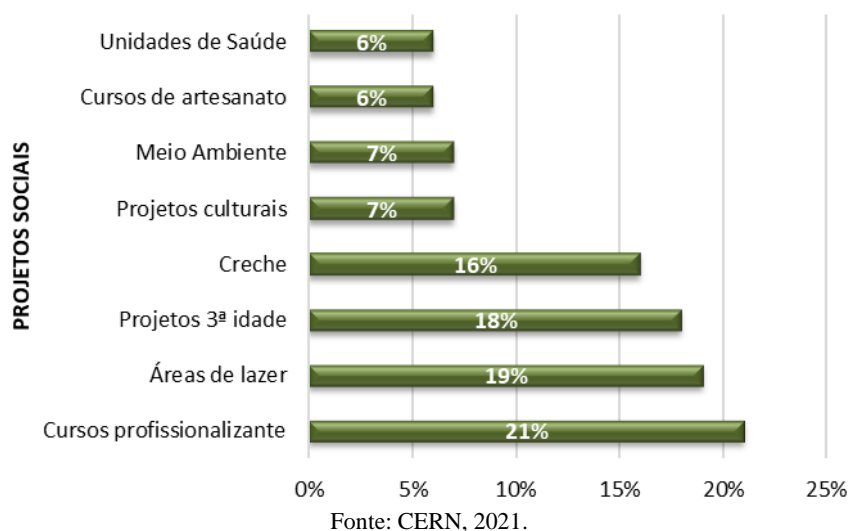
Em relação a maior necessidade de melhoria para a comunidade do Bairro de Joaquim Murtinho a maioria com 23% indica a necessidade de melhoria no sinal de internet e telefone, 17% infraestrutura urbana relacionada a melhoria da iluminação pública, ao transporte, instalação de posto de saúde. 14% melhoria da segurança e policiamento, 12% saneamento básico a exemplo de revitalização de córregos, 8% diminuição da poeira, 8% criação de áreas de lazer e esporte, 5% instalação de farmácias e 5% geração de emprego.

**Figura 11.294 - Maior necessidade atual para melhoria da comunidade (%)**



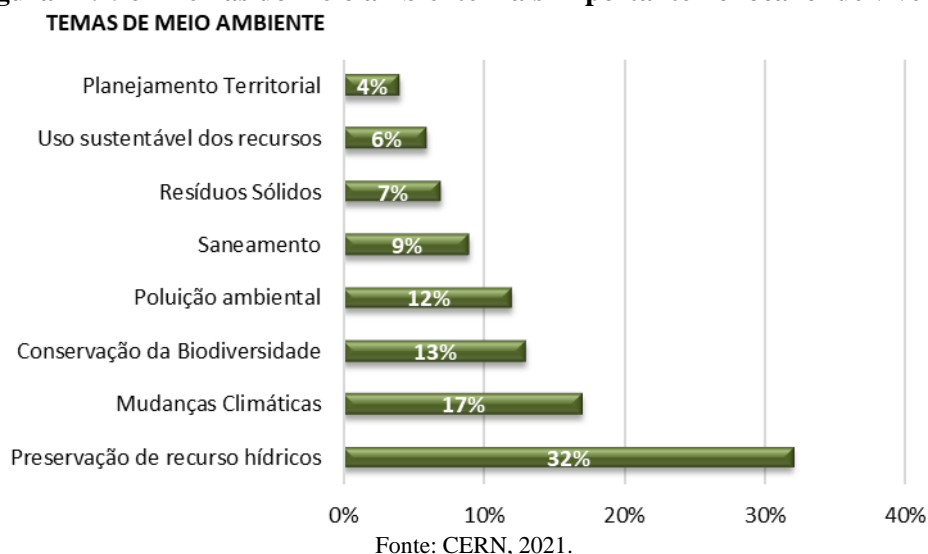
Sobre as áreas de interesse para a criação de projetos sociais, a comunidade indicou em sua maioria os cursos profissionalizantes, correspondente a 21%, áreas de lazer 19% seguida respectivamente por; projetos para a 3ª idade 18%; criação de creches 16%; projetos culturais 7%; meio ambiente 7%; cursos de artesanato 6% e unidades de saúde 6%.

**Figura 11.295 - Projetos de sociais/infraestrutura mais importantes na comunidade (%)**



Indagados sobre temas do meio ambiente 32% apresentaram a maioria para a preservação dos recursos hídricos, apresentando 15% de diferença percentual para a segunda maior porcentagem as Mudanças Climáticas com 17% seguida respectivamente; conservação da Biodiversidade 13%/ poluição ambiental 12%; saneamento 9%; Resíduos Sólidos 7%; Uso sustentável dos recursos naturais 6% e planejamento territorial 4%.

**Figura 11.296 - Temas do meio ambiente mais importante no local onde vive (%)**



Em relação ao interesse de cursos e oficinas as respostas se distribuíram de modo bem heterogêneas, com sua maior porcentagem para cursos ligados a recuperação e preservação de nascentes representando 22% com a diferença percentual de 10% para a segunda maior porcentagem a gastronomia local com 12% seguida respectivamente por; plantas medicinais 10%, cultivo de orgânicos e hortaliças 10%, cadastramento qualitativo da água 10%, outros 10%;(produção de polpa, produção de mel, construções sustentáveis, artesanato com resíduos); 7% Recuperação de Áreas degradadas, 5% artesanato; 5% controle de animais peçonhentos; jardinagem 5% e documentário ligado ao patrimônio local.

**Figura 11.297 - Interesse em cursos ou oficinas na área de Meio ambiente e Cultura (%)**  
CURSOS E OFICINAS

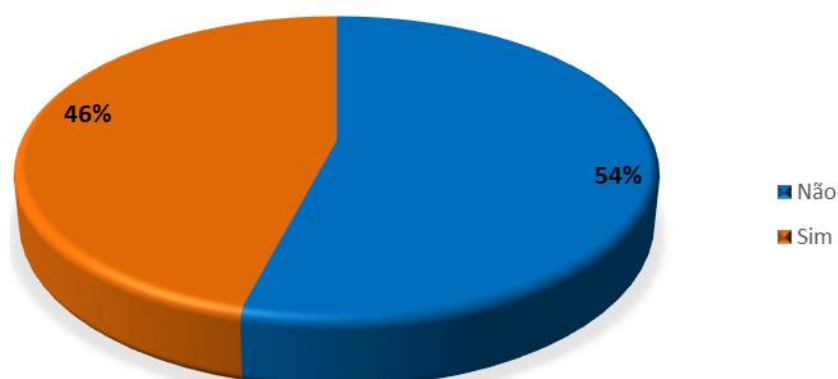


Fonte: CERN, 2021.

#### IV PRESENÇA DO EMPREENDIMENTO

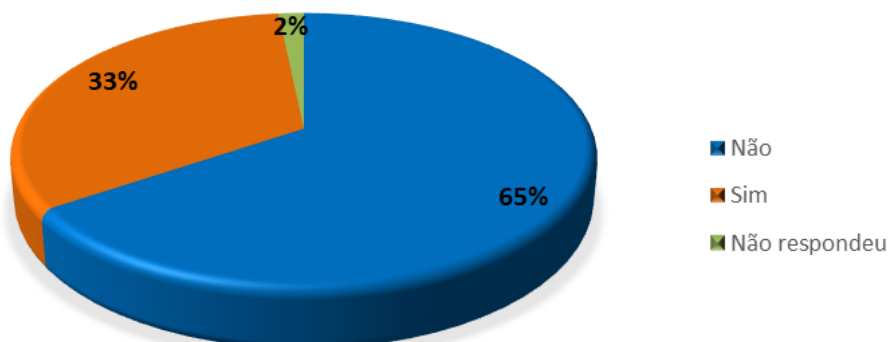
A fim de avaliar a percepção dos entrevistados acerca da dinâmica do empreendimento mine-rário, foram investigados aspectos sobre a importância da atividade mineradora para a região, conhecimento sobre o processo produtivo, aspectos positivos e negativos do empreendimento, além de ferramentas para subsidiar a comunicação entre a empresa e a comunidade.

Sobre o questionamento aos entrevistados se já visitaram um empreendimento mine-rário, a maioria, correspondendo a 54% respondeu que não visitou 46% já visitaram, mineração.

**Figura 11.298 – visitação a uma unidade de beneficiamento de minério de ferro (%)**

Fonte: CERN, 2021.

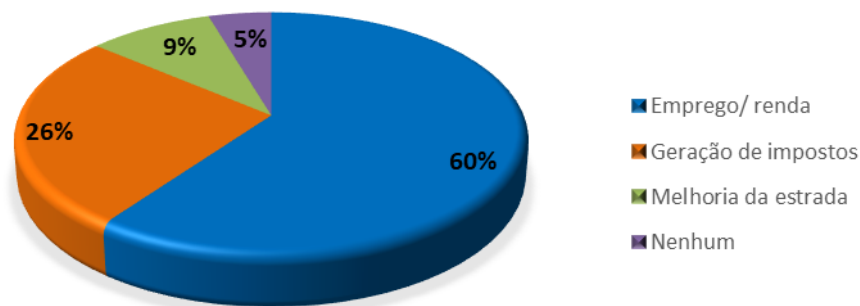
Sobre o conhecimento do processo produtivo do beneficiamento do minério a maioria informou que desconhece correspondendo a 65%, 33% responderam conhecer o processo de beneficiamento e 2% não responderam.

**Figura 11.299 – Conhecimento sobre o processo de beneficiamento do minério (%)**

Fonte: CERN, 2021.

No que remete aos pontos positivos da ampliação da unidade de beneficiamento; 60% sinalizaram a geração de emprego e renda; 26% geração de impostos; 9% a melhoria das estradas e 5% nenhum ponto positivo.

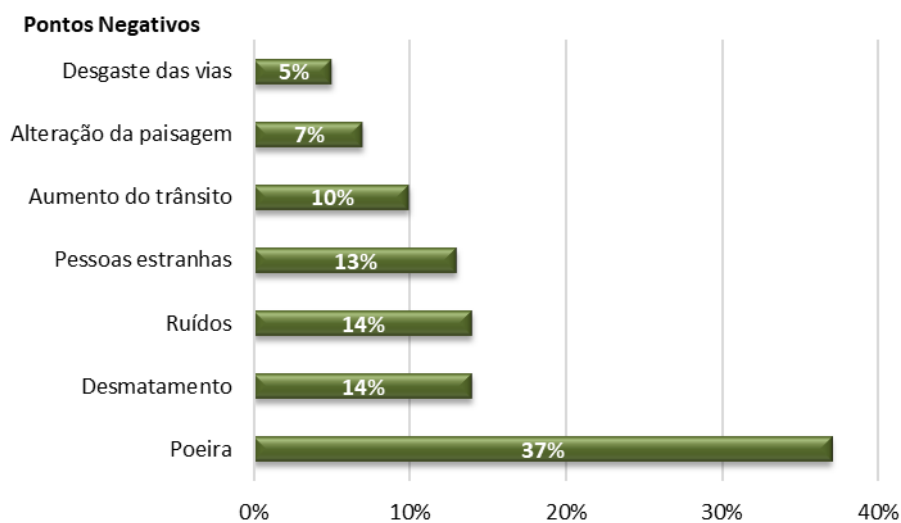
Figura 11.300 - Pontos positivos do projeto 4M (%)



Fonte: CERN, 2021.

Já em relação aos pontos negativos da ampliação da unidade de beneficiamento os participantes da pesquisa apontaram; 37% geração de poeira; 14% aumento do desmatamento; aumento de ruídos; 13% circulação de pessoas estranhas; 10% aumento do trânsito; 7% alteração da paisagem e 5% desgaste das vias.

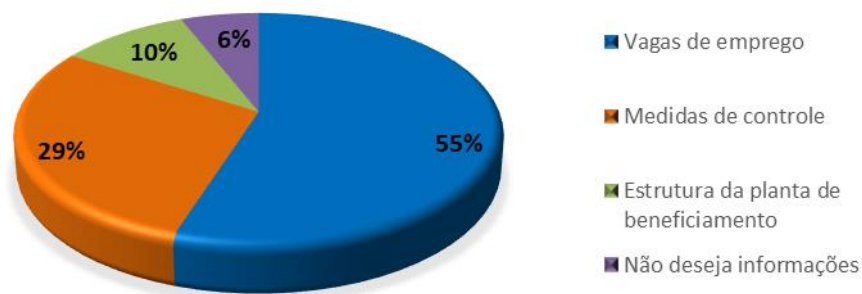
Figura 11.301 - Pontos negativos do projeto 4M (%)



Fonte: CERN, 2021.

Em relação a informações que gostaria de receber os entrevistados sinalizaram em sua maioria para as vagas de emprego correspondendo a 55%, 29% demonstraram interesse nas informações ligada a medidas de controle ambiental, 10% gostaria de informações ligadas a estrutura da planta de beneficiamento e 6% não deseja receber informações.

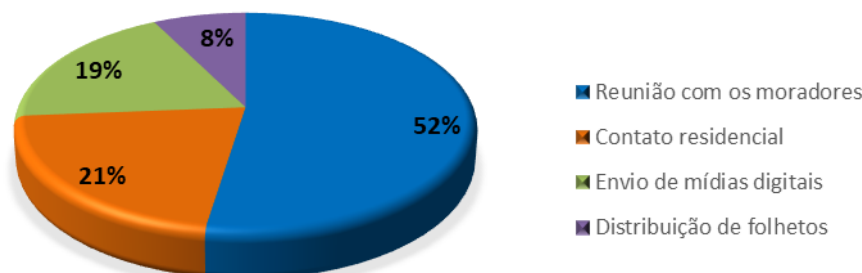
Figura 11.302 – Tipos de Informações sobre o empreendimento (%)



Fonte: CERN, 2021.

Indagados sobre ferramentas que podem auxiliar a comunicação entre a comunidade, e a comunidade para com a empresa, 52% dos participantes indicaram a reunião com os moradores, 21% o contato residencial, 19% o envio de mídias digitais e 8% a distribuição de folhetos.

Figura 11.303 – Sugestão de comunicação entre empreendimento e comunidade (%)



Fonte: CERN, 2021.

### Resultados gerais de Joaquim Murinho

Nesta pesquisa de percepção socioambiental foram abordadas 65 famílias resultando em (61 entrevistas realizadas e 04 recusas), abrangendo um quantitativo populacional de aproximadamente 195 pessoas no Bairro de Joaquim Murinho. A partir da análise dos resultados observa-se que a maioria dos entrevistados compreende a faixa etária entre 51 a 61 anos, possuem escolaridade com ensino médio completo; apresenta o empregado como situação profissional principal e não participa de nenhuma organização social.

A respeito do vínculo afetivo com o lugar, observou-se que a maioria dos entrevistados tem laços familiares em Joaquim Murinho e residem no local a mais de 36 anos. Acerca da percepção



ção da paisagem local, notou-se que os itens mais enfatizados da localidade foram: a tranquilidade, a boa relação com a vizinhança e os recursos hídricos. No que tange os recursos naturais que mais se identificam: água (70%), plantas (12%), e ar puro (8%).

Quanto à presença do empreendimento, a maioria nunca visitou uma mina de minério e não conhece o funcionamento deste tipo de empreendimento. Como pontos positivos apontados, o principal foi à geração de emprego e renda. Como pontos negativos, os entrevistados mencionaram o aumento da poeira, alteração da paisagem, aumento do trânsito de caminhões, desmatamento, poluição da água, aumento de ruídos, desgaste das vias, acidentes de trânsito e circulação de pessoas estranhas.

Por fim, grande parte dos entrevistados destacou o desejo de receber informações sobre vagas de emprego em seguida sobre medidas de controle ambiental e informações da estrutura da planta de beneficiamento. Acerca das ferramentas de comunicação a mais citada foi a realização de reunião com os moradores.

*b) Resultados da pesquisa em Ipiranga*

No bairro Ipiranga as entrevistas foram realizadas com stakeholders como funcionários da escola, presidente de Associação, quitandeira, moradores antigos, como mostram as fotos a seguir:

**Figura 11.304 - Entrevistas realizadas no bairro Ipiranga**



Fonte: CERN, 2021

**Figura 11.305 - Entrevistas realizadas no bairro Ipiranga**



Fonte: CERN, 2021

**Figura 11.306 - Entrevistas realizadas no bairro Ipiranga**

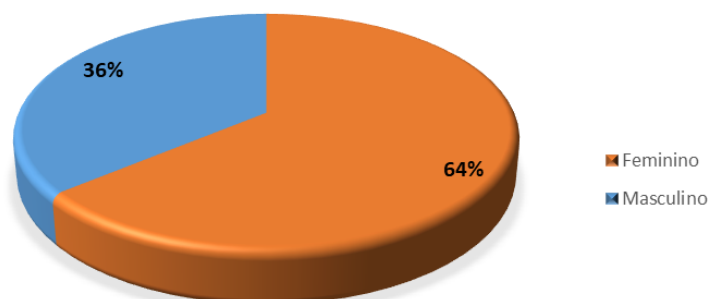
Fonte: CERN, 2021

**Figura 11.307 - Entrevista realizada no bairro Ipiranga**

Fonte: CERN, 2021

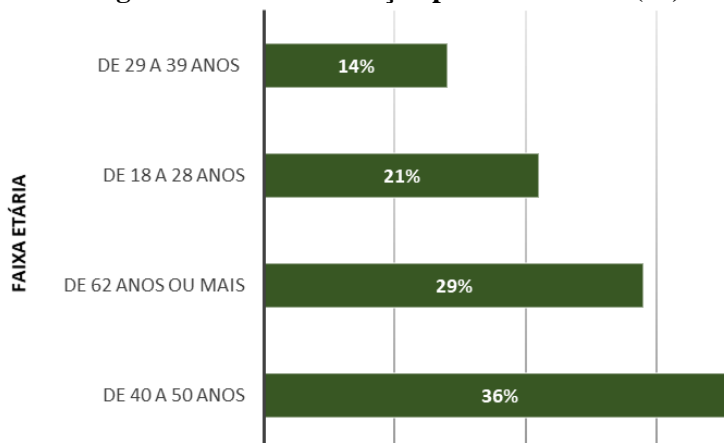
## I – PERFIL DO ENTREVISTADO

O primeiro bloco do questionário diz respeito à identificação dos entrevistados. Em relação à representatividade por gênero, registrou-se que 64% dos entrevistados são do gênero feminino e 36% do gênero masculino, como ilustra a figura abaixo.

**Figura 11.308 Distribuição por gênero (%)**

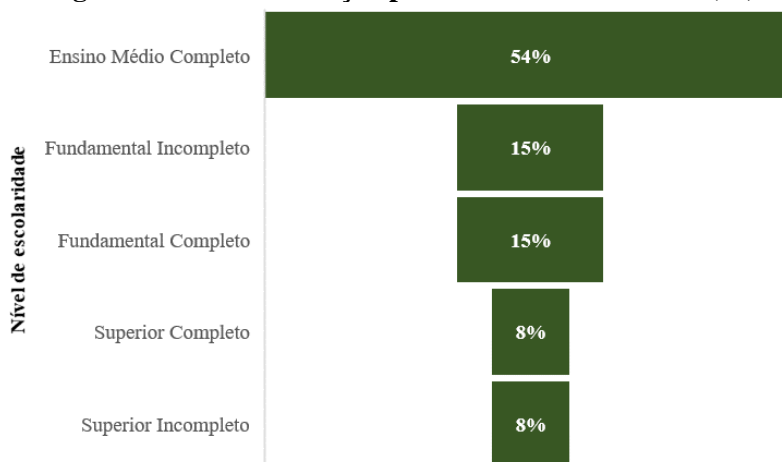
Fonte: CERN, 2021

Sobre a distribuição por faixa etária observou-se que no grupo de entrevistados no bairro Ipiranga a maioria tem idade entre 40 a 50 anos correspondendo a 36% seguido respectivamente pelas faixas etária de; 62 anos ou mais com 29%; de 18 a 28 anos 21% e de 29 a 39 anos 14%.

**Figura 11.309 Distribuição por faixa etária (%)**

Fonte: CERN, 2021

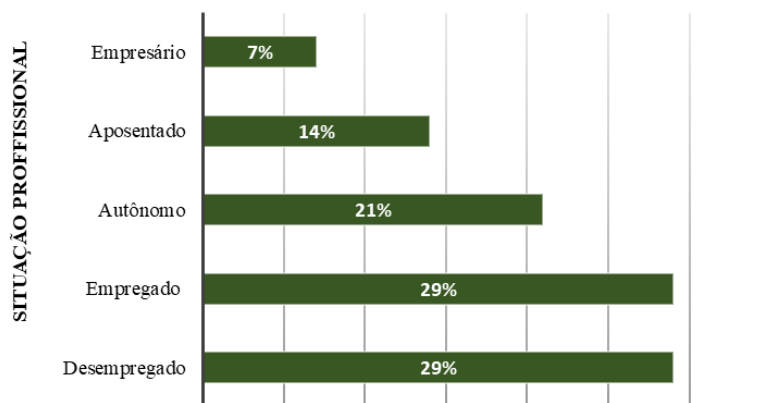
Em relação ao nível de escolaridade verificou-se que a maioria das respostas conferiram o ensino médio completo com 54% seguido respectivamente pelos níveis; fundamental incompleto 15%; fundamental completo 15%; superior completo 8% e superior incompleto 8%.

**Figura 11.310 Distribuição por nível de escolaridade (%)**

Fonte: CERN, 2021

No que diz respeito a distribuição por situação profissional a maioria das respostas sinalizaram que a maior (%) foi distribuída aos entrevistados que se encontram empregados e aos desempregados com 29%, seguidos respectivamente pelos; autônomos 21%; aposentados 14% e empresários 7%.

**Figura 11.311 Distribuição por situação profissional (%)**

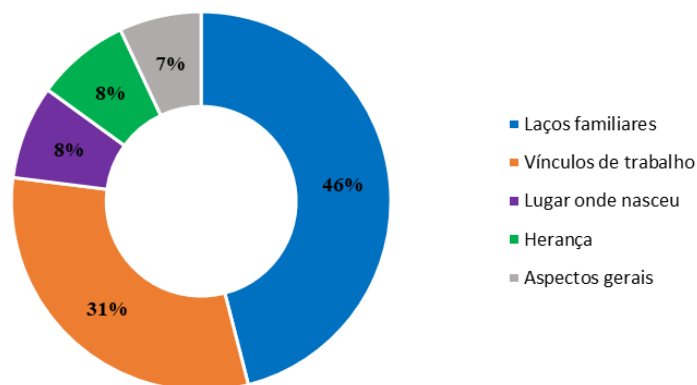


Fonte: CERN, 2021

## II - VINCULO AFETIVO COM O LUGAR

No que se refere ao vínculo afetivo com o lugar, verificou-se que a maioria das respostas do grupo de entrevistados, residem no local por laços familiares contabilizando 46% seguido respectivamente de; residentes que tem vínculos com o trabalho 31%; herança 8% e aspectos gerais (natureza, tranquilidade) 7%.

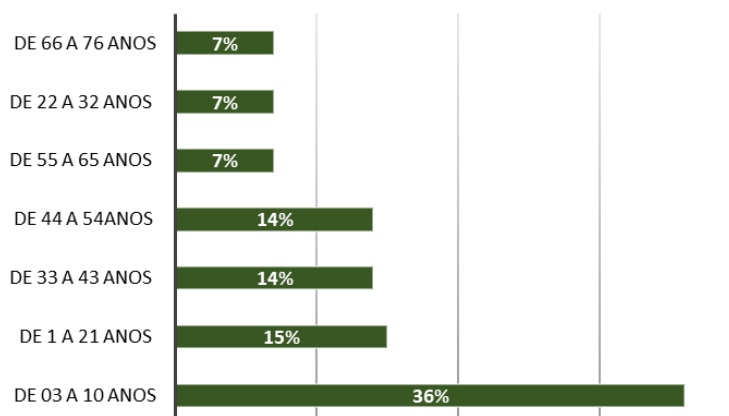
**Figura 11.312 Vínculos afetivo com o lugar (%)**



Fonte: CERN, 2021

Sobre a distribuição por tempo de moradia 36% das respostas conferem a residentes com tempo de moradia de 03 a 10 anos; 15% de 1 a 21 anos; 14% de 44 a 54 anos; 14% de 44 a 54 anos; 7% de 55 a 65 anos e 7% de 66 a 76 anos. Observa-se que a (%) entre o intervalo de 30 anos a 76 anos soma-se 49% conferindo um tempo de moradia significativo para vínculos identitários. Já em relação ao tipo de moradia destes residentes 100% residem em casas.

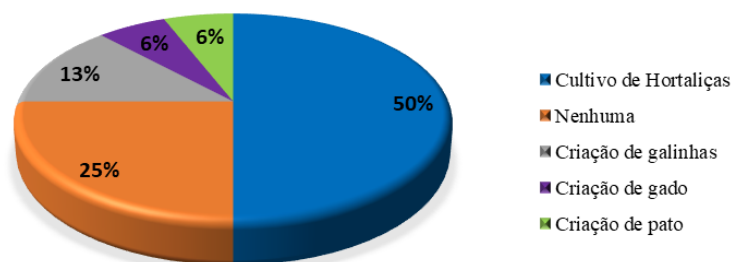
**Figura 11.313 Tempo de moradia no local**



Fonte: CERN, 2021

Em relação as atividades praticadas na residência a maioria dos entrevistados responderam cultivar hortaliças correspondendo a 50% seguido respectivamente; 25% que não praticam nenhuma atividade; 13% criação de galinhas; 6% criação de gados e 6% criação de patos.

**Figura 11.314 Atividades praticadas na residência (%)**



Fonte: CERN, 2021

Indagados também sobre a comercialização de sua produção 10% declararam realizar enquanto 90% não realizam.

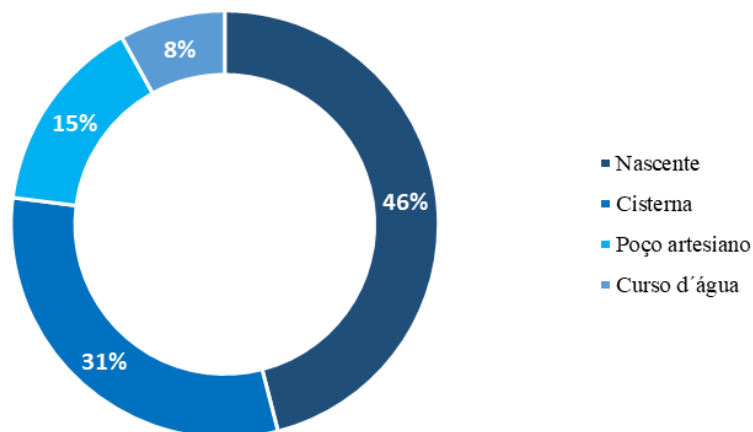
### III - PERCEÇÃO DA PAISAGEM

Perguntados sobre os aspectos que mais gostam onde vivem as respostas demonstraram que a maioria gosta da tranquilidade correspondente a 53% seguida respectivamente; 32% a proximidade com a natureza; 10% a união e a relação de vizinhança e 5% a fauna mais especificamente a presença da avifauna.

Em relação a infraestrutura no que confere o uso da água além do abastecimento doméstico que atendem todas as residências 7% da amostra utiliza a água para a atividade de lazer e recreação.

Já sobre a captação de água a maioria das respostas sinalizaram a captação via nascente com 46%; cisterna; 31%; poço artesiano 15% e curso d'água 8% como mostra a figura a abaixo.

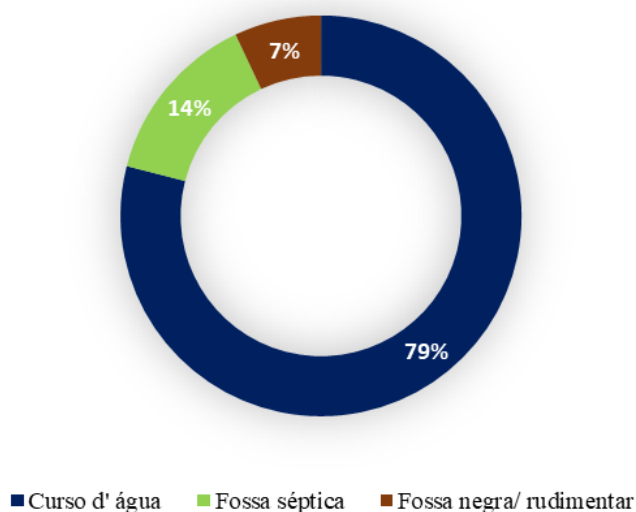
**Figura 11.315 Uso e abastecimento**



Fonte: CERN, 2021

Sobre o lançamento de efluentes 79% em sua maioria registraram destinar os efluentes via curso d'água, 14% utilizam fossa séptica e 7% fossa rudimentar. Na incursão em campo foi verificado o sistema de saneamento básico incompleto somados aos relatos de problemas na estrutura (ferrugem, canos desconectados), na distribuição e a vontade de tratar seus efluentes. A comunidade ainda reivindica a regularização desta infraestrutura no intuito de assegurar um direito fundamental de acesso à água.

**Figura 11.316 Lançamento de efluentes (%)**



Fonte: CERN, 2021

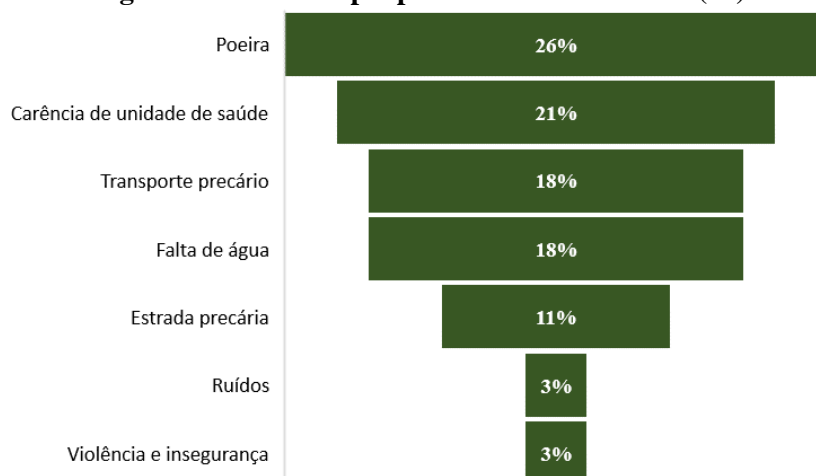


Indagados sobre a destinação dos resíduos sólidos 84% em sua maioria responderam que o recolhimento dos resíduos fica por conta da prefeitura com elogios aos trabalhadores que realizam este serviço de duas a 3 vezes na semana, 8% deposita em contêiner e 8% queimam os resíduos essa destinação sem recolhimento pela prefeitura é caracterizada em uma porção do bairro denominado Beira-Linha.

Ainda sobre a infraestrutura, o grupo de entrevistados foi indagado sobre a qualidade das vias sendo que 50% das respostas em sua maioria consideraram razoável, 37% péssima e 13% ruins. A comunidade demonstrou preocupação de acidentes de trânsito e insegurança dos acessos ao bairro no cotidiano.

Perguntados sobre o principal problema da localidade 26% em sua maioria indicaram a poeira seguida respectivamente; da carência por unidades de saúde 21%; transporte público precário 18%; falta de água 18%; estrada precária 11%; ruídos 3% e violência e insegurança 3%.

**Figura 11.317 Principal problema da localidade (%)**



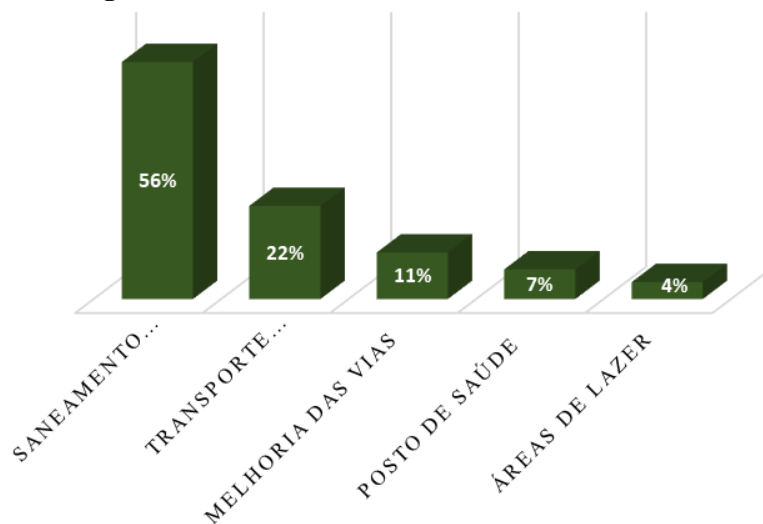
Fonte: CERN, 2021

Em relação a cultura no bairro a maioria das respostas com 61% sinalizaram o conhecimento da atividade de quitanda no bairro; 8% doceiras; 8% panela de barro; 8% artesanato: 7% rapadura. Na incursão da equipe CERN em campo foi relatado principalmente pela população feminina a potencialidade do artesanato difundido por muitas mulheres na comunidade deixando em aberto anseios de uma organização e incentivos para realizar a comercialização.

Perguntados referente a maior necessidade de melhoria para a qualidade de vida o grupo de entrevistados sinalizou em sua maioria o saneamento básico exemplificado por melhorias na captação, distribuição e destinação da água com 40% das respostas seguido respectivamente

por; melhorias no transporte público 30%; melhoria das vias do bairro assim como a vias de acesso 15%; unidade de saúde 10% e implantação de áreas de lazer 5%.

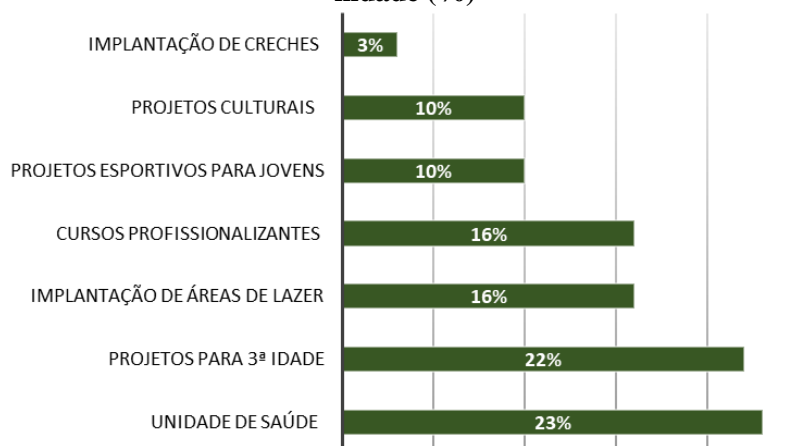
**Figura 11.318 Maior necessidade de melhoria (%)**



Fonte: CERN, 2021

Sobre a realização de projetos sociais/infraestrutura mais importantes para serem desenvolvidos na comunidade o grupo de entrevistados em sua maioria sinalizou instalação de unidades de saúde com 23% seguido respectivamente de; projetos para terceira idade 22%; implantação de áreas de lazer 16%; cursos profissionalizantes 16%; projetos esportivos para jovens 10%; projetos culturais 10% e implantação de creches 3%.

**Figura 11.319 Projetos de sociais/infraestrutura mais importantes na comunidade para a comunidade (%)**



Fonte: CERN, 2021

Indagados sobre temas de meio ambiente mais importantes para o bairro 33% indicaram a preservação dos recursos hídricos; 28% saneamento; 20% conservação da biodiversidade; 8% uso sustentável dos recursos naturais; 5% resíduos sólidos; 3% planejamento territorial e 3% poluição ambiental. Já em relação sobre interesse em participar de algum curso/oficina na área de meio ambiente e cultura a maioria das respostas conferiram a preservação de nascentes com 28% seguida; Recuperação de Áreas degradadas 18%; uso de plantas medicinais e alimentícias 18%; gastronomia local 18% e conservação da flora 18%.

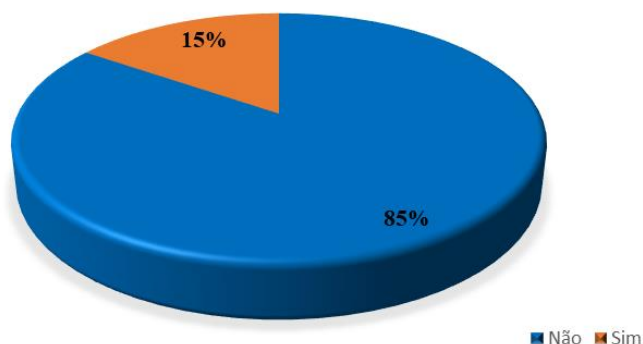
## V – PRESENÇA DO EMPREENDIMENTO NA REGIÃO

Este bloco como supracitado na metodologia da pesquisa de percepção socioambiental desrespeito a percepção do empreendimento referente ao conhecimento, presença do empreendimento e impactos positivos e negativos.

Perguntados sobre se já visitou uma Unidade de Tratamento de Minério 85% responderam não ter visitado enquanto 15% já visitaram.

Os entrevistados foram indagados sobre se tem conhecimento de como é realizado o beneficiamento do minério, observou-se que 85% não conhecem e 15% conhece como mostra a figura abaixo.

**Figura 11.320 Você sabe como é realizado o beneficiamento do minério (%)**



Fonte: CERN, 2021

Quando indagados sobre o conhecimento e quais são os benefícios da atividade minerária para sua região a 54% das respostas sinalizaram o conhecimento sobre os benefícios enquanto 46% não conhecem os benefícios.

Dentro dos benefícios da atividade minerária o grupo de entrevistados indicaram como impactos positivos para região em sua maioria a geração do emprego e renda correspondendo a 57%, a geração de impostos com 38% e nenhum impacto positivo 5%.

Em relação aos impactos negativos da ampliação do empreendimento e a realidade já vivenciada pelo arraste eólico de partículas advindo da BR 0-40 a maioria das respostas apontaram o aumento da poeira com 37% seguida respectivamente do aumento da; poluição e diminuição dos cursos d'água 23%; aumento e acidentes no trânsito 15%; alteração da paisagem 11; desmatamento 10%; circulação de pessoas estranhas 10% e desgastes das vias 6%.

**Figura 11.321 Pontos negativos (%)**

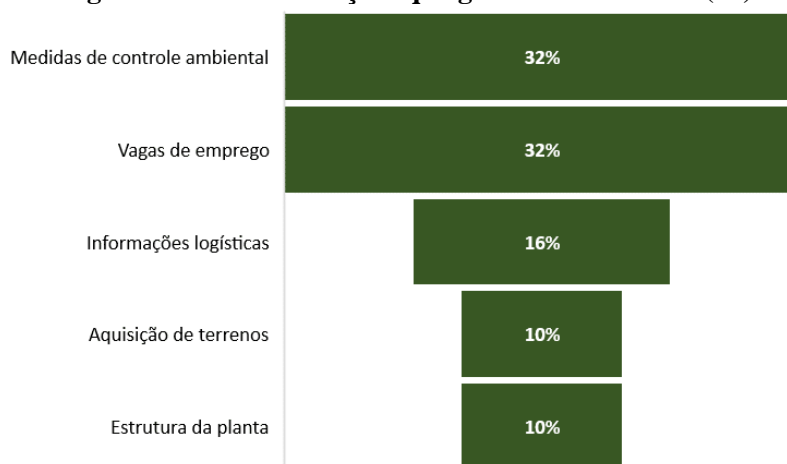


Fonte: CERN,2021

Perguntados sobre informações que gostaria de receber o grupo de entrevistados sinalizou na maioria das respostas que gostaria de receber informações referentes a medidas de controles

com 32% assim como vagas de emprego com 32% seguida respectivamente por; informações logísticas 16%; aquisição de terrenos 10% e estrutura da planta de beneficiamento.

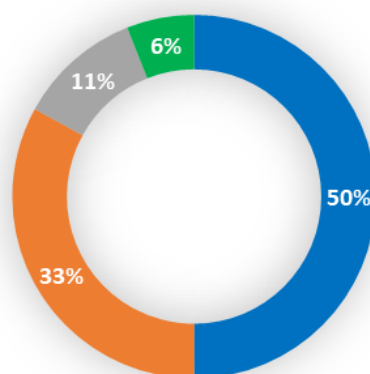
**Figura 11.322 Informações que gostaria de receber (%)**



Fonte: CERN, 2021

Por fim o grupo de entrevistados quando indagados sobre sugestões de comunicação do empreendimento para a comunidade em sua maioria indicou o contato residencial com 50% seguido respectivamente pela; reunião com os moradores 33%; distribuição de folhetos e cartazes e envio de mídias digitais com 6%

**Figura 11.323 Sugestão de comunicação**



- Contato residencial
- Reunião com os moradores
- Distribuição de folhetos e cartazes
- Envio de mídias digitais

Fonte: CERN, 2021

### **Resultados gerais da pesquisa com as comunidades da AEL Bairro Ipiranga**

Nesta pesquisa de percepção socioambiental foram abordadas 14 famílias resultando em (14 entrevistas realizadas e nenhuma recusa), abrangendo um quantitativo populacional de aproximadamente 55 moradores (29 menores de idade e 26 maiores).

A partir da análise dos resultados observa-se que a maioria dos entrevistados compreende a faixa etária de 40 a 50 anos com (36%), possuem escolaridade com ensino médio completo com um percentual de (54%); apresenta a situação profissional com equilíbrio distribuídos em residentes com vínculo empregatício de (29%) e desempregados (29%) e não participa de nenhuma organização social em sua maioria mais conhece.

A respeito do vínculo afetivo com o lugar, observou-se que a maioria dos entrevistados nasceu em Congonhas e residem no local de 03 a 10 anos (36%). Acerca da percepção da paisagem local, notou-se que os itens mais enfatizados da localidade foram: a tranquilidade, a proximidade com a natureza e os recursos hídricos. No que tange os temas mais importantes do meio ambiente observou-se que a preservação de recursos hídricos (33%), o saneamento (28%), e a conservação da biodiversidade (20%). Quanto à presença do empreendimento, a maioria nunca visitou uma mina de minério e não conhece o funcionamento (processo de beneficiamento do minério) deste tipo de empreendimento. Como pontos positivos apontados, o principal foi à geração de emprego/renda. Como pontos negativos, os entrevistados mencionaram o aumento da poeira, alteração da paisagem, aumento do trânsito de caminhões, desmatamento, poluição da água, aumento de ruídos, desgaste das vias, acidentes de trânsito e circulação de pessoas estranhas. Por fim, grande parte dos entrevistados destacou o desejo de receber informações sobre vagas de emprego em seguida sobre medidas de controle ambiental e informações de logísticas. Acerca das ferramentas de comunicação a mais citada foi à realização do contato residencial.

### **Considerações Finais**

A pesquisa de percepção socioambiental realizada na AEL do empreendimento abrangeu uma amostra significativa, considerando as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, assim foram realizadas 126 somando os bairros Joaquim Murtinho, Ipiranga e o Distrito de Lobo Leite atingindo um público familiar de aproximadamente 378 pessoas.



Ressalta-se que as entrevistas seguiram os protocolos de segurança estabelecidos durante a pandemia da COVID – 19. Os entrevistados foram receptivos, não apresentando hostilidade frente a equipe.

A partir da análise dos resultados foi possível conhecer melhor as singularidades das áreas de estudo, permitindo direcionamentos mais incisivos com a realidade local, sobretudo, afim de auxiliar a avaliação de impactos, bem como a proposição de medidas mitigadoras considerando os apontamentos e características socioeconômicas das comunidades envolvidas.

A partir dos resultados obtidos, é possível aferir que a realização da pesquisa estimulou nos participantes, novas reflexões acerca do processo de ampliação da planta de beneficiamento da LGA e novas possibilidades de estreitar o diálogo entre empreendedor e comunidade por meio de uma participação coletiva e democrática.

 **CERN – Consultoria e Empreendimentos de Recursos Naturais Ltda.**

Rua Pernambuco, 554/sala 501- Funcionários.

Belo Horizonte – MG – CEP: 30.130-156

Fone: (31) 3261.7766 - e-mail: cern@cern.com.br